

PORTUGÁLIA

NOVA SÉRIE — VOLUME XI - XII



INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO
1990 / 91

PORTVGALIA

REVISTA DO INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA DA
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO

DIRECTOR

Presidente do Concelho Científico

COORDENADOR

Rui M. S. Centeno

CONSELHO DE REDACÇÃO

C. A. Brochado de ALMEIDA

C. A. Ferreira de ALMEIDA

M. J. Neto BARROCA

R. M. S. CENTENO

S. Oliveira JORGE

V. Oliveira JORGE

J. P. Paiva C. RIBEIRO

M. J. SANCHES

Armando Coelho F. da SILVA

Teresa SOEIRO

INTERCÂMBIO E DISTRIBUIÇÃO

PORTVGALIA

Biblioteca Central — Serviço de Publicações

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

4100 PORTO

PORTUGAL

ÍNDICE

JOÃO PEDRO CUNHA RIBEIRO	
— <i>Intervenção arqueológica na Estação Acheulense da Quinta do Cónego/Pousias</i>	
— <i>Cortes, Leiria</i>	7
FELIPE CRIADO BOADO, RAMÓN FÁBREGAS VALCARCE E XACOBÉ VAQUERO LASTRES	
— <i>Concentraciones de túmulos y vías naturales de acceso al interior de Galicia</i>	27
MARIA DE JESUS SANCHES, IVA JOÃO TELES M. BOTELHO E MARGARIDA M. SANTOS SILVA	
— <i>Mamoia 1 da Pedreira, S. Pedro de Vale do Conde (Marmelos, Mirandela)</i>	
— <i>Escavação de Emergência</i>	
VICTOR S. GONÇALVES	
— <i>TESP3: O Povoado Pré-Histórico da Torre do Esporão (Reguengos de Monsaraz)</i>	53
A. MARQUES DE FARIA	
— <i>Antropónimos em inscrições hispânicas meridionais</i>	73
MÁRIO JORGE BARROCA	
— <i>Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico (Séc. IX a XII)</i>	89

VÁRIA

JOÃO PEDRO CUNHA-RIBEIRO E SÉRGIO E. MONTEIRO RODRIGUES	
— <i>Estação Paleolítica da Jardoeira (Batalha) — Notícia Preliminar</i>	139
VICTOR S. GONÇALVES E MANUEL CALADO	
— <i>A Necrópole da Idade do Bronze do Monte dos Cebolinhos (S. Pedro do Corval, Reguengos de Monsaraz) — Notícia da sua identificação</i>	143
JOSÉ MARCELO S. MENDES PINTO	
— <i>A Necrópole Galaico-Romana de Corredoura (Campo, Valongo)</i>	149
TERESA MATOS FERNANDES E RUI PARREIRA	
— <i>Sepultura Alto-Medieval do Poço do Marra (Coutada dos Pinheiros, Mourão)</i>	155

INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA NA ESTAÇÃO ACHEULENSE DA QUINTA DO CÓNEGO/POUSIAS

CORTES, LEIRIA

*João Pedro Cunha Ribeiro **

1 — INTRODUÇÃO

A chamada Estação Paleolítica da Quinta do Cónego está situada no lugar das Pousias, na freguesia de Cortes, a sul da cidade de Leiria. O acesso ao local faz-se pela estrada que da sede de freguesia segue para Leiria ao longo da margem direita do rio Lis. Cerca de 500 m a norte da povoação de Cortes surge um caminho rural, que se dirige para uma pequena elevação sobranceira ao vale do Lis, no topo da qual se localiza a jazida (Fig. 1).

A primeira descoberta de artefactos paleolíticos efectuada nesta jazida remonta aos anos quarenta, altura em que se desenvolveram diversas campanhas de prospecção arqueológica na região de Leiria e Monte Real, por iniciativa do Professor Doutor Manuel Heleno.

Apesar de já então se ter aí recolhido uma colecção composta por 80 artefactos líticos talhados, incluindo um apreciável número de bifaces, "hachereaux" e triedros, o referido investigador nunca chegou porém a apresentar qualquer estudo sobre ela, à semelhança do que aliás aconteceu com inúmeros outros achados efectuados na mesma zona. Anos mais tarde, procurando justificar tal atitude, afirmava: "Devemos confessar que neste campo o nosso esforço nos não satisfaz. ...a verdade é que não encontramos destes remotos tempos uma estação cuja estratigrafia pudesse ser a chave duma cronologia" (HELENO 1956).

Esta situação permitiu assim que as primeiras referências à estação arqueológica apenas surgissem sumariamente indicadas em posteriores inventários gerais dos materiais do Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, onde a colecção havia sido depositada por Manuel Heleno, enquanto seu Director (MACHADO 1964 e PEREIRA 1977) (1). Ora, o facto dessas alusões se reportarem exclusivamente ao microtopónimo de Pousias, levou a que, quando os Serviços Geológicos de Portugal aí recolheram nos anos sessenta uma nova série de peças talhadas, se designasse a jazida por um outro nome, retirado de uma pequena quinta situada cerca de 250 m para SE do local dos achados (ZBYSZEWSKI e VEIGA FERREIRA 1969) (2).

A publicação por G. Zbyszewski e O. da Veiga Ferreira de um pequeno estudo desta segunda colecção de 25 peças oriundas da superfície, a que alguns anos mais tarde se veio juntar um novo trabalho sobre uma outra série de 20 artefactos talhados, entretanto reunida por A.J.M. Teixeira, consagrou porém esta última designação toponímica da estação (ZBYSZEWSKI e VEIGA FERREIRA 1969, ZBYSZEWSKI).

Estas descobertas mais recentes, efectuadas na sequência dos trabalhos de campo que antecederam a publicação da folha 23-C da Carta Geológica de Portugal na escala de 1/50000, permitiram já associar a

* Bolseiro do I.N.I.C.

Assistente de Pré-história e Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e membro do respectivo Instituto de Arqueologia.

(1) O estudo desta colecção do Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia foi por nós efectuado no âmbito de um projecto de investigação sobre as ocupações paleolíticas da bacia hidrográfica do rio Lis, cujos resultados globais contamos vir a apresentar futuramente num trabalho de maior amplitude.

(2) A identificação do topónimo foi-nos facultada pelo Sr. Jorge da Piedade Antunes dos Santos, proprietário do terreno onde se realizou a intervenção arqueológica. Cumpre-nos ainda agradecer-lhe todas as facilidades e apoio que nos proporcionou no decurso dos referidos trabalhos.

presença destes vestígios arqueológicos a um depósito de terraço fluvial do rio Lis (TEIXEIRA e ZBYSZEWSKI 1968). Segundo os autores da respectiva notícia explicativa, tratar-se-ia de um terraço tirreniano, similar ao terraço intermédio Q3, individualizado a jusante de Leiria.

No primeiro trabalho citado, as peças descritas foram divididas por três séries diferentes, de acordo com o boleamento e a pátina que apresentavam, sendo atribuída a cada uma delas uma classificação cronológico-cultural distinta. A série I, subdividida em Ia e Ib, incluía no primeiro caso apenas dois bifaces com pátina eólica e arestas com uma certa usura, atribuídos ao “Acheulense antigo e médio”, enquanto a Ib

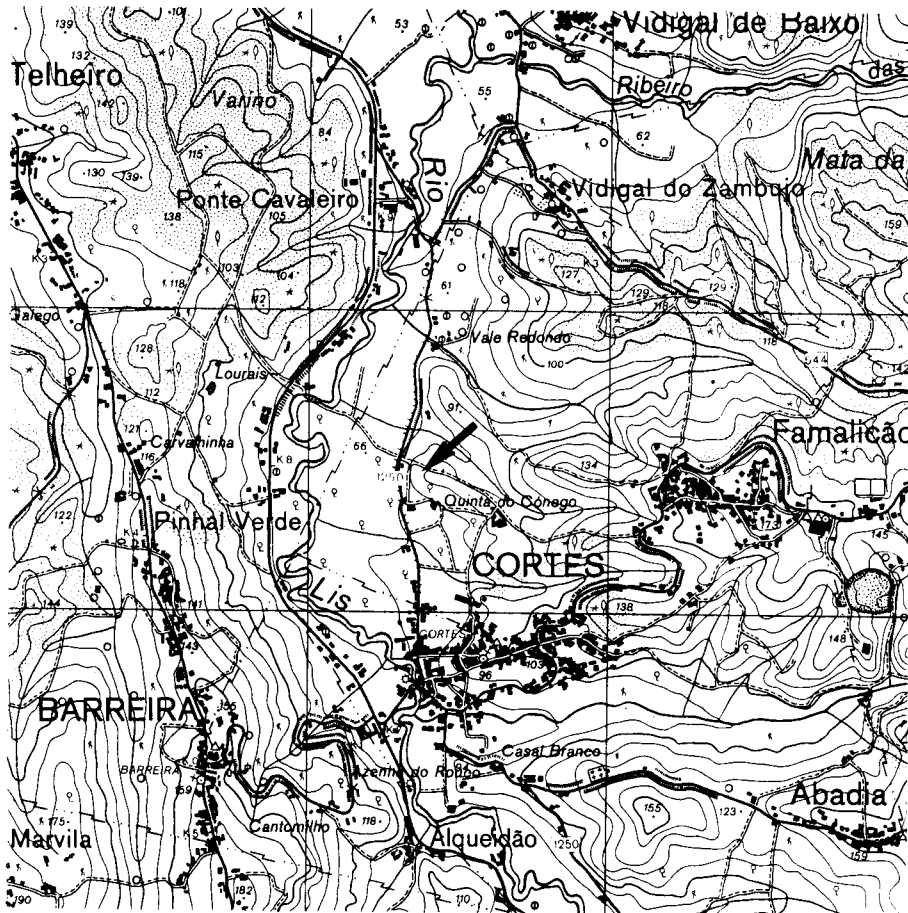


Fig. 1 — Localização do corte junto do qual se realizou a escavação na Estação Paleolítica da Quinta do Cónego/Pousias na folha 297 (Leiria) da Carta Militar de Portugal na escala de 1/25000

integrava três bifaces e um “hachereau”, todos eles “menos usados e menos patinados”, considerados do “Acheulense médio”. Na série II agrupavam-se quatro bifaces, sete unifaces, três “hachereaux”, um seixo truncado e um “seixo raspador”, evidenciando no seu conjunto “arestas sem usura ou muito ligeiramente usadas e apresentando um ligeiro lustro”, associados ao “Acheulense superior”. Uma última peça, com “arestas vivas”, foi classificada como “Languedocense”.

O segundo estudo publicado, utilizando os mesmos pressupostos metodológicos, permitiu agrupar os artefactos recolhidos em três séries distintas. A série I, atribuída ao “Acheulense antigo”, incluía dois bifaces, um uniface e um seixo truncado rolados e eolizados. Na série II surgiam três bifaces, um uniface e um raspador com uma “eolização pouco pronunciada”, classificados como “Acheulense médio”. A série III, considerada do “Acheulense superior”, agrupava três “hachereaux”, dois unifaces e três seixos talhados com “isenção de rolamento e eolização”. Um último biface, com dupla pátina, foi associado ao “Acheulense médio e superior”.

2 — TRABALHOS RECENTES

Quando em 1984 iniciámos um trabalho de investigação sobre as primeiras ocupações humanas conhecidas na área da bacia hidrográfica do rio Lis, desde logo esta estação arqueológica nos surgiu como uma das mais significativas para o nosso estudo. As prospecções intensivas que aí realizámos vieram aliás confirmar plenamente as nossas impressões iniciais. Não só conseguimos recolher uma colecção de várias centenas de peças talhadas provenientes da superfície, como aumentamos significativamente a validade da amostragem disponível, dado que tanto integrava objectos de elevadas dimensões ou cuidadosamente afeiçãoados, como até então sucedera, como também um elevado número de peças menos elaboradas ou mais pequenas, com particular destaque para as lascas, igualmente resultantes da actividade aí desenvolvida pelo homem paleolítico (CUNHA-RIBEIRO 1987).

Paralelamente, em termos geológicos, foi-nos possível precisar melhor o contexto crono-estratigráfico de boa parte dos materiais detectados. Com efeito, embora não tivéssemos oportunidade de observar inicialmente qualquer corte elucidativo do terraço assinalado, verificámos que parte dos seus constituintes se encontravam espalhados pelas vertentes adjacentes, onde aflora o substrato, constituído por argilas jurássicas atribuídas ao Portlandiano. Como no reduzido número de cortes pouco espessos que pudemos analisar no topo da elevação, tais materiais se dispunham sem nenhuma organização visível, apenas nos foi permitido constatar a existência de um depósito coluvinar de natureza grosseira, aparentemente sem vestígios de qualquer solo.

Apesar de não se ter observado qualquer testemunho directo da preservação de um terraço fluvial local, a presença de um tal depósito não era susceptível de ser totalmente eliminada. A natureza dos constituintes da formação coluvionar aí identificada podia provavelmente resultar do seu desmantelamento, muito embora a sua génese fosse igualmente imputável às formações detríticas do Cretácico, situadas a uma cota superior mais para leste. Porém, a observação de um depósito fluvial num pequeno corte, localizada numa elevação similar a norte da jazida, e dela separada por um pequeno vale, constituía o argumento mais plausível para sustentar essa hipótese.

No estudo que então efectuámos dos materiais líticos recolhidos, como estes apresentavam diferentes níveis de desgaste físico, procurámos distribuí-los por três grupos distintos, de acordo com a respectiva alteração. Num primeiro grupo integraram-se as peças que não evidenciavam qualquer boleamento, apresentando as respectivas arestas mais ou menos vivas (D3). O segundo agrupou as peças com um boleamento bem visível, embora pouco acentuado, sendo ainda possível delinear as respectivas arestas de talhe (D2). O último grupo era constituído pelos materiais muito alterados pelo boleamento, o que tornava por vezes mesmo impossível determinar com precisão o posicionamento das arestas de talhe (D1).

Não partimos porém do princípio de atribuir *a priori* um significado cronológico e cultural específico para cada um destes grupos. As suas condições de jazida desaconselhavam um tal procedimento e o contexto geológico a que era possível associá-los também o não permitia. Quer a génese do próprio terraço fluvial, quer os mecanismos de formação do depósito coluvionar poderiam engendrar fenómenos susceptíveis de originar um maior ou menor desgaste dos artefactos. Apenas o grupo D1, que integrava os materiais mais boleados, seria aparentemente associável a uma dinâmica sedimentar de tipo fluvial, mas os restantes grupos poderiam ser seus contemporâneos ou não.

O estudo técnico e tipológico de cada um dos grupos considerados constituía assim o único critério fiável para determinar a homogeneidade cronológica e cultural dos achados. A sua aplicação veio aliás a revelar-se significativa, pois permitiu constatar uma clara similitude entre os grupos D2 e D3. Já para o grupo D1, a reduzida amostragem recolhida (24 peças num total de 565 objectos talhados), impediu-nos de tentar estabelecer qualquer resultado conclusivo.

Contudo, a semelhança técnica e tipológica de D2 e D3 com outra colecção de artefactos proveniente da Estação Paleolítica do Casal de Santa Maria I, onde foram encontrados em associação com depósitos coluvionares cuja pedogénese os colocava numa fase relativamente recente da geomorfologia quaternária da região, tornava credível a sua relação com o depósito coluvionar identificado na Quinta do Cónego.

Paralelamente, sugeríamos a hipótese de os materiais do grupo D1 estarem associados ao terraço fluvial e, conseqüentemente, representarem uma ocupação mais antiga.

3 — ESCAVAÇÃO

Numa visita realizada em 1988 a esta estação arqueológica, pudemos observar que, na sequência da construção de um pequeno edifício, junto do caminho rural que se dirige para a Quinta do Cónego, havia-se procedido a importantes trabalhos de remoção de terras. A este do referido edifício, o desaterro aí realizado abriu mesmo um extenso corte onde era possível observar a estratigrafia completa da jazida. A sua base atingia amplamente o substrato argiloso atribuído ao Portlandiano, sobre o qual surgia a base de um terraço fluvial com uma espessura média de cerca de 1 m, a que se sobrepunha um depósito coluvionar com a espessura máxima de 60 cm.

Uma rápida prospecção do local logo permitiu recolher de novo várias dezenas de peças, entre as quais surgia curiosamente um elevado número de objectos que, de acordo com o seu estado físico, se integravam no grupo D1. A sua inequívoca associação ao terraço fluvial ficou aliás desde logo demonstrada com a descoberta de alguns objectos talhados, particularmente boleados, detectados *in situ* na cascalheira de origem fluvial que o corte havia seccionado.

A realização de uma pequena escavação na área do corte tornou-se uma das tarefas prioritárias, programada no quadro do nosso projecto de investigação para a região. Tanto mais que um tal trabalho não só nos permitiria precisar algumas das observações inicialmente efectuadas, como também verificar a distribuição dos materiais no interior do depósito, determinando ou não a sua possível associação com a respectiva dinâmica sedimentar.

A escavação aí efectuada em Outubro de 1989 foi precedida por uma cuidadosa limpeza da área do corte, que havia sido entretanto parcialmente entulhada por alguns detritos e pequenos derrubes (*). Em seguida fizemos um levantamento topográfico de toda a área a intervencionar, realizando ao mesmo tempo um desenho pormenorizado do corte (Fig. 2).

O levantamento e desenho do corte permitiu estabelecer a seguinte leitura estratigráfica (*):

- 1 — Corresponde ao substrato argiloso atribuído ao Portlandiano. Apresenta-se localmente bastante ravinado, formando na zona de contacto com o terraço fluvial um amplo canal, com pequenas variações de encaixe menos pronunciadas, por onde terá corrido o leito do rio. É constituído essencialmente por argilas cinzentas e avermelhadas, muito micáceas.
- 2 — O terraço fluvial estende-se por toda a área do corte, embora a sua estratificação se apresente apenas completa no sector Norte, em A3, A4, A5 e A6, onde foi mesmo possível identificar duas fases distintas de sedimentação. O topo da formação fluvial aí representado evidencia uma constituição areno-argilosa de textura muito fina. A sua espessura é algo inconstante, já que aparentemente terá sido ravinada na zona superior pelo colúvio que se lhe sobre põe. A coloração avermelhada, entremeada por extensas manchas cinzentas e cinzentas claras, resulta do facto de suportar um antigo solo profundamente alterado pela hidromorfia. Na base da formação surge um depósito claramente mais grosseiro, embora com curiosas variações laterais de fácies. Enquanto na zona norte e central do corte aparece essencialmente um nível de cascalheira grosseira sem uma organização muito clara, para sul pode-se observar tendencialmente o entremear da cascalheira por uma disposição estratigráfica oblíqua, definida por materiais mais finos. Os seixos rolados que integram este depósito são maioritariamente em quartzite e quartzo, apresentando diferentes graus de alteração. Na base da cascalheira surgem mesmo alguns seixos fantasmas de grandes dimensões (assinalados com traços oblíquos no desenho do corte). A matriz é predominantemente areno-argilosa, com areias de quartzo e de quartzite sub-angulosas, embora sejam frequentes as areias arredondadas. As primeiras provêm certamente da destruição de formações cretácicas, enquanto as segundas terão tido a sua origem

(*) Os trabalhos de escavação foram autorizados e financiados pelo Instituto Português do Património Cultural, tendo-se ainda contado com o apoio da Junta de Freguesia de Coretes. As precárias condições meteorológicas que então se fizeram sentir só não inviabilizaram a sua realização graças ao empenho da equipa de trabalho, constituída pelos Drs. Paulo Costa Pinto, Paulo Gomes, Maria Teresa Alcobia e Sérgio E. Monteiro Rodrigues.

(*) A descrição estratigráfica do corte foi elaborada em colaboração com Jean-Pierre Texier, do Instituto do Quaternário da Universidade de Bordéus I.

POUSIAS / QUINTA DO CÓNEGO
(Cortes, Leiria)
OUTUBRO 1988 • CORTE I

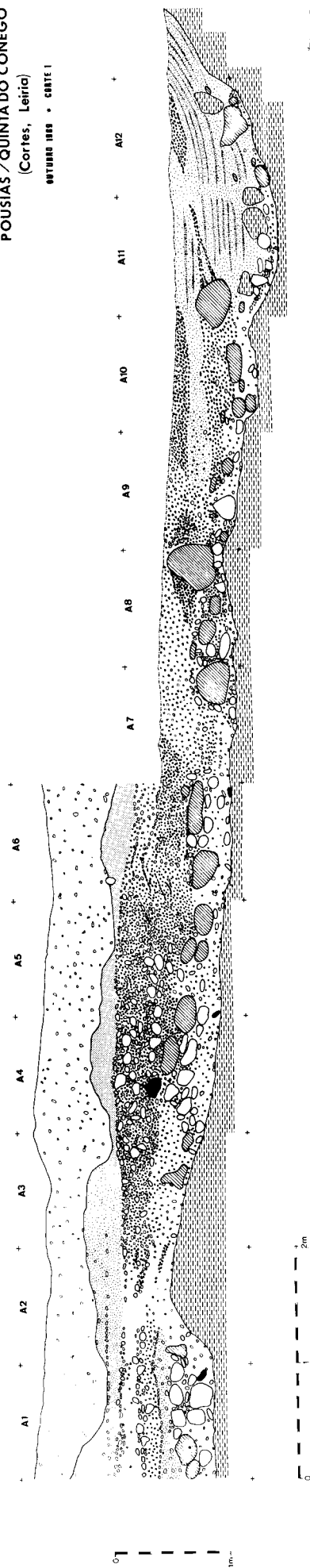


Fig. 2

POUSIAS / QUINTA DO CÓNEGO
(Cortes, Leiria)
OUTUBRO 1988 • CORTE II

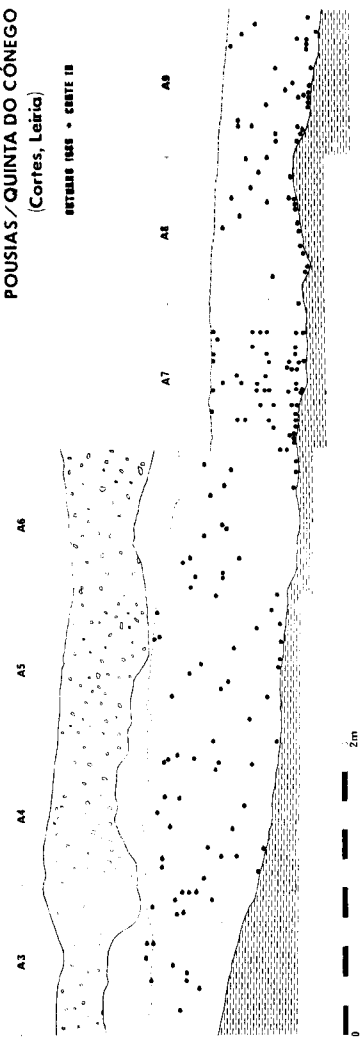


Fig. 3

em depósitos pliocénicos. De referir ainda que nesta zona do depósito a base do terraço suporta um solo vermelho fersialítico muito desenvolvido (horizonte B3), alterado posteriormente pela hidromorfia, o que lhe confere uma coloração nem sempre concentrada de tons cinzentos.

- 3 — Este nível superficial corresponde a um coluvião de origem recente, com uma coloração castanho-amarelada e uma matriz argilosa, integrando inúmeros pequenos seixos rolados de quartzite, sub-angulosos e sem qualquer organização. A sua espessura é bastante inconstante ao longo da zona em que nos foi possível observar o seu desenvolvimento (A3, A4, A5 e A6), variando entre os 30 e os 60 cm.

O trabalho de escavação, desde logo facilitado pela orientação estratigráfica que o próprio corte permitia, desenvolveu-se ao longo de uma área com 7 m de comprimento por 1 m de lado, implantada paralelamente à zona central do corte, onde havíamos recolhido um maior número de artefactos *in situ*. Embora no topo do corte este apenas fosse parcialmente seccionado pela escavação, na sua base a área de intervenção atingiu 1 m de largura.

A escavação da parte superior do corte, circunscrita a A3, A4, A5 e A6, não se revelou muito conclusiva para o estudo do nível coluvionar sobreposto ao terraço. Além de ter permitido a recolha de um número muito reduzido de peças talhadas, a área escavada terá atingido o coluvião numa zona aparentemente marginal do seu desenvolvimento, onde o pendor local da vertente e os trabalhos agrícolas decorrentes da vinha aí existente, muito terão contribuído para a sua profunda degradação. Daí termos considerado este nível superior como pertencente a um coluvião recente que, em grande parte, se terá alimentado de materiais provenientes de um depósito similar mais antigo, contemporâneo dos artefactos dos grupos D2 e D3.

O topo da formação fluvial, constituído por materiais areno-argilosos extremamente concrecionados devido ao solo antigo que suporta, foi também apenas atingido em A3, A4, A5 e A6. A sua escavação revelou-se muito lenta e difícil, não tendo proporcionado a recolha de um elevado número de peças.

A grande maioria do material arqueológico foi assim detectado na parte inferior da formação fluvial, com particular incidência para as zonas de textura mais grosseira. A escavação dessa zona do corte prolongou-se aliás para o sector sul da área intervencionada, abarcando as quadrículas A7, A8 e A9, já que se tratava de uma área onde os níveis superiores do corte tinham sido removidos no decurso dos trabalhos que conduziram à construção do edifício vizinho.

4 — A INDÚSTRIA LÍTICA

O estudo dos materiais recolhidos permitiu constatar de imediato o pronunciado boleamento da maioria esmagadora dos objectos líticos. Das 182 peças recolhidas 148 (81,3%) incluíam-se claramente no grupo 1 de desgaste, dado que apresentavam um boleamento tão pronunciado que tornava impossível definir claramente o posicionamento das arestas de talhe. As restantes 34 peças (18,7%), embora evidenciassem igualmente um acentuado boleamento, tinham preservado melhor a angulosidade das respectivas arestas, não se podendo contudo associá-las na totalidade ao grupo D2, inicialmente definido.

Por outro lado, constatou-se a utilização sistemática do quartzite como matéria-prima (95,6%), o que em boa parte teria sido certamente determinado pela sua própria abundância no local outrora frequentado pelo homem paleolítico. Curiosamente, apenas uma das peças correspondia a um tipo de artefacto mais elaborado e tecnicamente significativo. Dos seis objectos de sílex detectados (3,3%), cinco correspondiam a detritos e um outro a um fragmento de lasca, enquanto as duas únicas peças em quartzito (1,1%) integravam uma lasca de reduzidas dimensões e um biface espesso.

Em termos técnicos e tipológicos, os materiais distribuem-se de forma sumária pelos seguintes grupos:

Lascas não transformadas —	83 (45,6%)
Núcleos —	20 (11,9%)
Utensílos sobre lasca —	8 (4,4%)
Bifaces —	16 (8,8%)
“Hachereaux —	11 (6,1%)
Diversos —	3 (1,7%)
Outros (fragmentos e detritos —	41 (22,5%)

4.1. — LASCAS

No estudo técnico das lascas integraram-se 27 artefactos sobre lasca (8 bifaces, 11 “hachereaux”, 5 raspadores e 3 entalhes), 1 pequeno núcleo sobre lasca e 10 fragmentos de lasca, o que totalizava um conjunto de 111 peças, representando 61% dos objectos recolhidos no decurso da escavação.

As lascas não trabalhadas agrupavam 64 peças (57,7% do total de objectos considerados), a que se somavam 9 lascas sumariamente retocadas. Sete lascas foram ainda consideradas, em função das suas dimensões e morfologia, como lascas de talhe, enquanto outras duas foram classificadas como lascas kombewa, uma das quais transformada em “hachereaux” tipo VI.

Os fragmentos de lasca abarcavam um conjunto de peças que pela sua morfologia e características técnicas pertenciam inequivocamente às lascas, muito embora a fracturação acidental ou intencional impedisse definir a sua correcta orientação e determinar a extensão e posicionamento do córtex na respectiva face superior. De referir que 2 dos artefactos sobre lasca mencionados (entalhes) e o próprio núcleo sobre lasca foram elaborados a partir de fragmentos de lasca.

A utilização do quartzite como matéria-prima é significativamente maioritária (98,2%), registando-se apenas a presença de uma pequena lasca de quartzo e de um fragmento de lasca em sílex. Por seu lado, o boleamento afectou profundamente 76,6% das peças.

Para a classificação das lascas recorremos ao método utilizado por A. Tavoso no estudo das indústrias líticas de quartzo e quartzite da bacia do Garona (TAVOSO 1978). Baseado essencialmente na ausência ou presença de córtex na face superior das lascas e na aferição, neste último caso, da extensão e posicionamento da zona cortical, estes sistema agrupa as lascas em 18 categorias, nove das quais referentes às lascas com talão cortical e as restantes às lascas com talão liso, facetado ou diedro, eliminando consequentemente da classificação as lascas com talão suprimido ou fracturado.

Como a generalidade das lascas com talão suprimido ou fracturado evidenciam contudo características morfológicas susceptíveis de permitirem a sua correcta orientação, sendo, consequentemente, possível determinar a extensão e o posicionamento do córtex conservado na face superior, decidimos alargar a grelha classificativa deste método para 27 categorias. As novas 9 categorias apresentam atributos em tudo similares às restantes, mas reportam-se exclusivamente a lascas com talão não determinável, por ter sido suprimido intencionalmente ou fracturado por acidente, o que permite aumentar a validade da amostragem em estudo.

Foi assim possível proceder à classificação de 98 lascas, agrupadas em 22 categorias diferentes:

1A = 8 (8,2%)	10A = 12 (12,2%)	19A = 17 (17,3%)
2A = 2 (2,1%)	11A = 1 (1%)	20A = 1 (1%)
3A = 1 (1%)	12A = 4 (4,1%)	21A = 1 (1%)
4A = 6 (6,1%)		22A = 4 (4,1%)
5A = 4 (4,1%)		23A = 2 (2,1%)
	15A = 5 (5,1%)	24A = 1 (1%)
7A = 1 (1%)	16A = 6 (6,1%)	
	17A = 2 (2,1%)	26A = 1 (1%)
9A = 4 (4,1%)	18 = 11 (11,2%)	27A = 4 (4,1%)

Os respectivos talões encontram-se assim distribuídos:

Corticais = 26 (26,5%)
Lisos = 34 (34,7%)
Diedros = 2 (2%)
Facetados = 5 (5,1%)
Fracturados = (4,1%)
Suprimidos = 27 (27,6%)

4.2. — NÚCLEOS

Os núcleos encontram-se representados por 11,9% dos materiais recolhidos, a que correspondem 20 peças em quartzite bastante boleadas. Dois dos núcleos encontravam-se visivelmente fracturados, o que inviabilizava a sua correcta classificação.

A maioria dos suportes é composta por seixos rolados (13), cinco dos quais sub-angulosos e outros cinco claramente angulosos. Em dois outros núcleos foi possível observar o aproveitamento de uma calote de seixo e de um fragmento de lasca, enquanto nas restantes peças não pudemos identificar a natureza do suporte.

No estudo dos núcleos utilizámos a sistematização proposta por M. Santonja para os materiais análogos das indústrias paleolíticas da meseta ibérica (SANTONJA 1985). Trata-se de um método que valoriza premeditadamente os aspectos técnicos do talhe subjacentes à exploração do núcleo, com particular destaque para a ordem e disposição seguida na obtenção das lascas extraídas. A existência de preparação dos planos de percussão é considerada um atributo complementar de classificação, enquanto a morfologia é, por outro lado, claramente secundarizada, tendo em conta os condicionalismos resultantes da utilização preferencial de seixos rolados como suporte.

Assim, três dos núcleos, evidenciando um número de levantamentos não superior a três, com um máximo de dois levantamentos adjacentes e sem qualquer preparação prévia dos respectivos planos de percussão, foram integrados no grupo I. Outros quatro, apresentando também um talhe pouco intensivo, concentrando num único plano levantamentos sucessivos, adjacentes ou não, e sem preparação, associaram-se ao grupo II. No grupo IV classificaram-se 5 núcleos, todos intensamente explorados e com os levantamentos dispostos em planos múltiplos que se recortam entre si, evidenciando frequentemente muitos deles o aproveitamento de levantamentos anteriores como planos de percussão. De notar que quatro das peças deste grupo apresentavam uma morfologia tendencialmente poliédrica.

Seis núcleos também intensamente explorados e com a quase totalidade da face superior coberta por levantamentos de disposição centrípeta foram colocados no grupo VI, que abarca os núcleos discóides e discóides clássicos. Entre eles 5 integravam-se no sub-grupo VIb, dado que possuíam preparação prévia dos respectivos planos de percussão, e o restante, sem qualquer preparação, foi associado ao sub-grupo VIc.

Um último núcleo, com levantamentos dispostos centrípetamente em ambas as faces, foi considerado do grupo VII.

De referir ainda que dos 18 núcleos classificados, 8 podem ser considerados pouco explorados, já que apresentam um reduzido número de extracções, enquanto os restantes haviam sido explorados de forma relativamente intensa.

4.3. — UTENSÍLIOS SOBRE LASCA

Os utensílios sobre lasca estão representados por oito peças, cinco das quais correspondem a raspadores e as restantes a entalhes.

Dois dos entalhes foram realizados em fragmentos de lasca muito boleados, enquanto o terceiro, manufacturado a partir de uma lasca de tipo 4A, evidencia um menor desgaste. Este último é um entalhe lateral de tipo clactonense, cuidadosamente retocado *a posteriori*. Os dois restantes são de tipo clactonense simples, apesar de um deles evidenciar ligeiros retoques.

Os raspadores apresentam-se boleados na sua totalidade, tendo quatro deles sido confeccionados a partir de lascas de descorticação. Dois correspondem a raspadores laterais convexos, outros dois são raspadores transversais convexos e um último, elaborado a partir de uma lasca simples (16A), apresenta um gume convexo no bordo direito e um outro rectilíneo no bordo esquerdo, sem que entre eles se verifique uma convergência.

4.4. — BIFACES

O grupo dos bifaces encontra-se representado por 16 artefactos, todos eles obtidos por percutor duro e bastante boleados. No que se refere à matéria-prima utilizada, apenas uma das peças é em quartzo, sendo

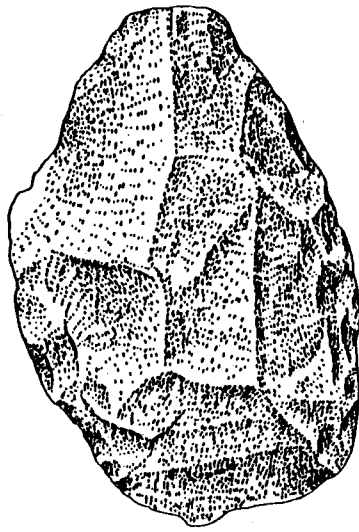


Fig. 4

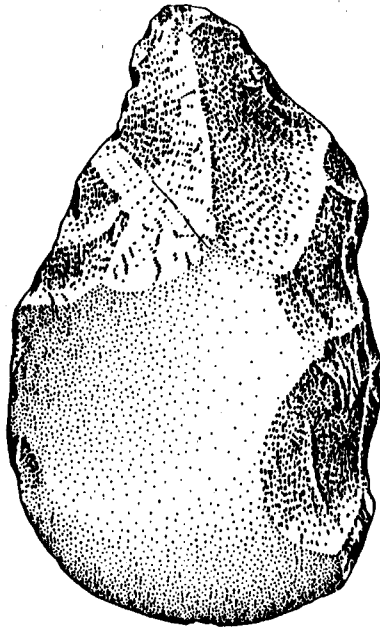
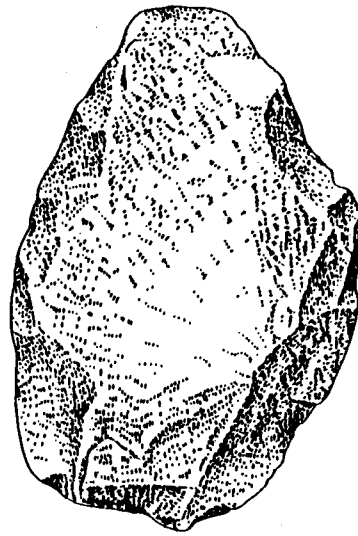


Fig. 5



Fig. 6



todas as outras de quartzite. Por outro lado, embora não se tenha conseguido identificar a natureza do suporte em 5 dos utensílios estudados, constatou-se nos restantes o predomínio das lascas (8), já que só três deles haviam sido elaborados a partir de seixos rolados.

Para o estudo técnico e tipológico destes artefactos recorreremos basicamente aos princípios metodológicos definidos por François Bordes (BORDES 1961). A sua aplicação teve porém em linha de conta as especificidades próprias de uma indústria lítica confeccionada quase exclusivamente a partir de seixos rolados de quartzite (CUNHA-RIBEIRO 1987).

Deste modo, sete dos artefactos foram associados aos bifaces espessos, sete aos parciais e os dois restantes incluídos na categoria dos diversos. Entre os bifaces parciais detectaram-se duas peças com um índice de achatamento que permitia considerá-las como bifaces planos ($l/e > 2,35$).

4.4.1. — *Bifaces espessos*

Os dois bifaces *ovulares típicos* deste grupo encontram-se particularmente alterados pelo boleamento. Um deles, elaborado a partir de uma lasca, apresenta uma silhueta relativamente equilibrada, com arestas dos bordos de perfil rectilíneo e uma extremidade distal parcialmente fracturada, mas com uma morfologia apontada (Fig. 4). O outro, com uma silhueta oval dissimétrica, possuiu uma extremidade distal arredondada. O seu estado físico não permite porém identificar o suporte usado, nem tão pouco uma leitura muito clara dos levantamentos que lhe definem as suas duas faces, facto este que é ainda agravado pelas profundas clivagens que afectaram o talhe da face superior.

O único biface *espesso ovalar com talão* encontrado apresenta-se igualmente bastante boleado, situação que afecta também a extremidade distal, fracturada e muito macerada, e contribuiu para a não identificação do respectivo suporte. A sua base espessa é definida por uma placa cortical mais ou menos perpendicular às suas duas faces.

Um outro artefacto, cuja ponta estava também partida e a respectiva superfície de fractura evidenciava um boleamento pronunciado, similar ao que afectava a totalidade do artefacto, foi considerado como *proto-limande*, de acordo com os cálculos decorrentes da aferição das respectivas dimensões. Também aqui nos foi impossível determinar o tipo de suporte.

Os restantes três bifaces espessos foram classificados como *amigdalóides com talão*, dois dos quais elaborados a partir de seixos rolados e um terceiro com um suporte não identificável. O primeiro, com uma secção plano-convexa, apresenta uma silhueta algo dissimétrica, arestas de perfil rectilíneo e uma extremidade distal apontada definida por um cuidadoso retoque bifacial (Fig. 5). Um outro, de grandes dimensões e igualmente apontado, surge com uma silhueta equilibrada, definida por um talhe bifacial amplo, aqui e além regularizado por levantamentos de menor dimensão, que determinam arestas de perfil rectilíneo algo sinuoso (Fig. 6). Por último, surge um biface em quartzite, muito alterado pelo boleamento e com a ponta fracturada. O talhe, profundamente condicionado por clivagens naturais, não impediu contudo a confecção de uma peça morfológicamente equilibrada e arestas rectilíneas.

4.4.2. — *Bifaces parciais*

Como já vimos, integram-se neste grupo dois bifaces planos. Um deles corresponde a um biface *parcial ovalar com talão*, tendo sido elaborado a partir de uma lasca de quartzite. Com uma silhueta algo dissimétrica e uma extremidade distal arredondada, apresenta uma base espessa devido à preservação local da morfologia parcialmente cortical do suporte. O outro corresponde a uma *limande parcial com talão*, igualmente definida a partir de uma lasca de descorticação por um talhe condicionado por clivagens, talhe esse praticamente limitado na face inferior ao afeiçoamento da extremidade distal, claramente arredondada.

O primeiro biface parcial espesso identificado é *sub-triangular* e utilizou como suporte uma lasca de descorticação. Na face superior o talhe apresenta uma clara distribuição marginal, muito embora se estenda por toda a periferia, revelando frequentemente uma incidência semi-abrupta. Na face inferior o talhe limita-se à zona proximal do bordo direito, revelando uma clara intenção de aproveitamento da morfologia do suporte. No conjunto, revela uma silhueta apontada de forma equilibrada e arestas de perfil rectilíneo.

O único biface *parcial e espesso ovalar com talão*, evidencia um índice de achatamento próximo dos bifaces planos (2,25). Na sua silhueta dissimétrica destaca-se uma extremidade distal apontada definida por retoque bifacial. Não se conseguiu porém determinar o tipo de suporte usado, em parte devido ao profundo boleamento que afectou o artefacto.

BIFACES

Nº	MP	EF	P	S	C	l	m	a	e	Fsbd	Fsbe	Fibd	Fibe	dFLe	Classificação
A4-21	Q	1	D	?	110	80	75	42	50	T1Mo	T1lp	T1Mo	T1lo	x-xs	B. e. ovalar c. talão
A4-25	Q	1	D	?	130*	72	70	68	38	DM1lo	T1lp	T1Ma	DM1lo	xs-x	Proto-limande
A6-18	Q	1	D	L	142*	97	85	39	43	T1lo	T1Mo			r-x	Uniface
A6-22	Q	1	D	L	150	89	87	57	41	T1lo	T1lo	M1Mo	DP1Mo	r-rs	B. e. ovalar típico
A7-11	Q	1	D	L	154	99	99	73	38	M1Ma	M1lo	D1lp		rs-xs	B. p. pl. ovalar c. talão
A7-39	Q	1	D	L	118	83	72	41	41	D1lo		T1lo	P1lp	x-x	Esboço de Biface
A7-45	Q	1	D	L	172	98	98	85	40	D1Ma	D1lp		D1lp	xs-xs	Limande p. pl. lana
A7-49	Q	1	D	?	166	97	93	58	60	T1lp	T1lp	T1la	D1lo	xs-x	B. amigd. c. talão
A7-56	Q	1	D	?	132	90	88	75	58	T1lp	T1lp	T1lo	D1lo	xs-xs	B. e. ovalar típico
A8-17	Q	1	D	S	155*	90	81	56	50	DM1Ma	DM1Mo	DM1lo		x-x	B. amigd. c. talão
A8-20	Q	1	D	L	173	112	106	58	48	DM1lp		DM2lp	T1Mp	x-r	B. p. amigd. típico
A8-23	Q	1	D	?	113	79	77	45	35	T1lp	T1Mo	DM1lo	D1Mo	xs-x	B. p. ovalar c. talão
A8-28	Q	1	D	S	187	100	94	48	53	T1lp	T1lp	T1Ma	D1lo	rs-rs	B. amigd. c. talão
A9-22	Q	1	D	L	141	84	79	28	45	T1Ma	T1Ma	P1lo		r-rs	B. p. e. sub-triangular
A9-25	Q	1	D	Sa	92	71	58	25	51	T1lo	T1lo	DM1la	T1lo	x-r	B. Nucleiforme
A9-40	Q	1	D	L	163	104	100	55	46	Dm1Mp		DM1Mo	T1Mo	r-x	B. p. amigd. típico

Abreviaturas usadas:

Nº: número de inventário; MP: matéria prima (Q-quartzite); EF: estado físico (1-muito desgastado); P: percursor (D-duro); S: suporte (L-lasca; S-seixo rolado; Sa-seixo rolado anguloso; ?-indeterminado); C: comprimento; l: largura máxima; m: largura a metade do comprimento; a: distância da largura máxima à base; e: espessura; Fsbd: face superior bordo direito (posicionamento: T-total; D-distal; M-mesial; P-proximal;/disposição: 1-contínuo; 2-discontínuo; 3-único;/amplitude: m-marginal; i-invasor;/inclinação: a-abrupto; o-oblíquo; p-plano;); Fsbe: face superior bordo esquerdo (siglas idênticas às da coluna anterior). Fibd: face inferior bordo direito (siglas idênticas às das colunas anteriores); Fibe: face inferior bordo esquerdo (siglas idênticas às das colunas anteriores); dFLe: forma dos lados/direito-esquerdo (r-recto; x-convexo; c-côncavo; s-sinuoso); classificação: B. e.-biface espesso; B. p. pl.-biface parcial plano; B. p. e.-biface parcial espesso.

Os dois bifaces *parciais amigdalóides típicos* apresentam também um índice de achatamento que os aproxima do grupo dos planos, tendo sido ambos obtidos a partir de lascas de descorticação. Num dos casos trata-se de uma peça bastante alterada, com uma silhueta equilibrada e a extremidade distal arredondada por retoque bifacial, sendo a base cortante definida pela intersecção do córtex da face superior com os levantamentos unificiais que cobrem a face inferior. O segundo artefacto considerado é definido por um talhe parcial e periférico em ambas as faces, definindo uma silhueta algo assimétrica, particularmente acentuada pelo desvio da ponta distal. A base cortante é aqui definida pela morfologia original do suporte.

No grupo dos bifaces parciais integramos ainda um artefacto unifacial, cujas dimensões e morfologia permitem associar aos bifaces parciais amigdalóides curtos com talão. Trata-se de um utensílio confeccionado a partir de uma lasca de descorticação com talão diedro, por intermédio de um talhe marginal unifacial que abrange todo o perímetro do objecto. Este trabalho confere-lhe uma silhueta relativamente equilibrada e apontada, onde é claro o aproveitamento da morfologia do suporte, embora se veja claramente a necessidade que houve de adelgaçar e regularizar a sua periferia.

4.4.3. — *Diversos*

Incluimos neste grupo um pequeno biface espesso, apontado, elaborado a partir de um seixo rolado muito anguloso e definido por um talhe marcado por profundas clivagens da matéria-prima. O seu aspecto geral levou-nos a considerá-lo como um *biface nucleiforme*. Um outro artefacto, confeccionado sobre um seixo rolado anguloso, evidencia um talhe quase exclusivamente limitado a determinar uma extremidade distal apontada. Por este facto foi classificado como um *esboço de biface*, apesar de no seu todo permitir a definição de uma peça equilibrada, onde é patente o judicioso aproveitamento da morfologia do suporte.

4.5. — "HACHEREAUX"

Os "hachereaux" constituem o segundo grupo de artefactos mais importantes. Representados por 11 utensílios, num total de 182 peças recolhidas (6,1%), foram no seu conjunto definidos quase sempre de forma sumária por percutor duro, a partir de lascas de quartzite. O estudo destes suportes revela uma nítida predominância das lascas de descorticação (5), seguidas pelas lascas de semi-descorticação (3). A existência de um significativo número de talões lisos (5), a que se junta um talão facetado e apenas um outro cortical, já que os restantes foram suprimidos ou fracturados, deixa antever um certo cuidado posto na obtenção destes suportes.

O recurso sistemático ao percutor duro, juntamente com o pronunciado boleamento que afecta a totalidade dos utensílios, embora accentue frequentemente o seu aspecto fruste, nem por isso impediu a presença de alguns artefactos com uma morfologia mais equilibrada, mas de concepção simples. Esta situação é aliás corroborada pela classificação tipológica dos "hachereaux", onde se nota a sua clara associação aos tipos tecnicamente mais simples. De acordo com a classificação inicialmente estabelecida por J. Tixier (TIXIER 1956) e posteriormente completada com a colaboração de outros autores (BALOUT, BIBERSON e TIXIER 1967), sete dos utensílios podem ser considerados como "proto-hachereaux", ou "hachereaux" de tipo "O" (Fig. 7), enquanto apenas três correspondem a "hachereaux" de tipo I e um outro ao tipo VI (Fig. 8), elaborado a partir de uma lasca kombewa. No seu conjunto trata-se de tipos em que o retoque de transformação do suporte se restringe à regularização mais ou menos extensa dos bordos do artefacto, sem que a volumetria da lasca inicial seja significativamente alterada.

De registar por último a existência de um maior número de peças com uma silhueta em U (9) do que em V (2), bem como uma representatividade mais significativa das secções tabulares (5), seguida pelas plano-convexas (3). Só em dois casos se observaram secções biconvexas assimétricas e num único uma secção biconvexa simétrica. A diversidade de direcções de percussão não permite retirar qualquer ilação.

«HACHEREAUX»

Nº	MP	EF	P	S	ts	C	l	e	cg	sil	sec	DP	FG	PG	RUG	dFle	Rbd	Rbe	Tipo
A4-19	Q	1	D	19A	S	120	94	35	100	V	ba	?	xs	oo	dD	xs-r	T1Moi	T2Mob	O
A5-01	Q	1	D	9A*	L	116	86	33	66	V	bs	NE	xs	p	aC	xs-xs	DM1Moi	DP2Mpi	VI
A5-10	Q	1	D	22A	S	137	90	56	55	U	px	?	rs	o	aD	x-x	DM1Mod	T1 Mob	I
A5-21	Q	1	D	10A	Fa	108	80	36	56	U	t	N	r	o	aC	xs-x	T2loa	T1lod	O
A7-23	Q	1	D	19A	S	134	95	39	89	U	px	?	rs	p	iC	xs-r		T1Mod	O
A7-24	Q	1	D	10A	L	121	85	41	67	U	t	NW	x	o	aD	x-xs	D3mod	T1Mad	O
A7-43	Q	1	D	21A	F	119	84	32	61	U	t	W	x	p	aC	x-r	T1Mod	T1Mad	O
A7-58	Q	1	D	3A	C	123	94	31	85	U	px	E	r	o	iC	xs-r	T1Mod		I
A8-26	Q	1	D	10A	L	125	79	47	50	U	ba	N	rs	o	dD	xs-x	T1Mpi	T1Mpi	O
A8-22	Q	1	D	15A	L	105	79	27	76	U	t	W	xs	p	dC	r-xs	talão	M1Mod	I
A7-38	Q	1	D	10A	L	168	107	49	97	U	t	N	rs	o	dC	r-xs	T1Mob	T1lpb	O

Abreviaturas usadas:

Nº: número de inventário; MP: matéria prima (Q-quartzite); EF: estado físico (1-muito desgastado); P: percutor (D-duro); S: suporte (siglas correspondentes à classificação das lascas suporte); ts: talão do suporte; C: comprimento definido em função do eixo maior de simetria da peça; l: largura máxima; e: espessura máxima; cg: corda do gume;

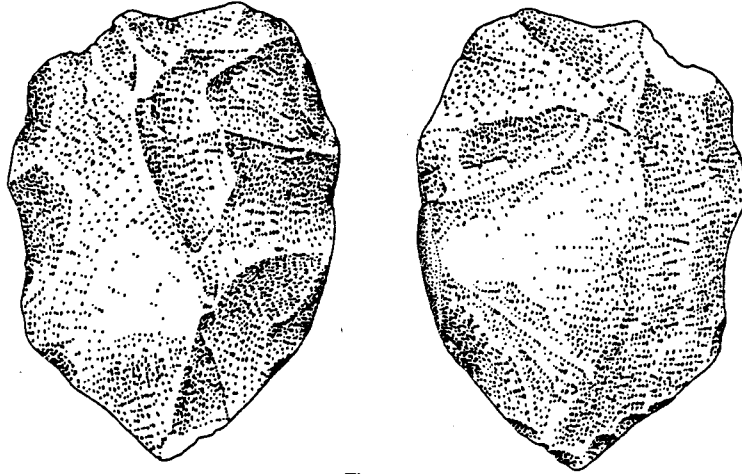


Fig. 7

Handwritten signature

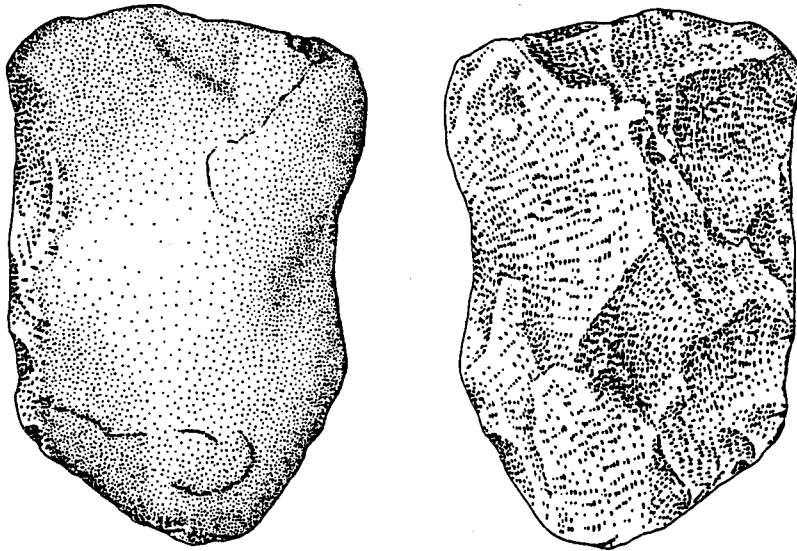


Fig. 8

Handwritten signature

sil: silhueta (V ou U), sec: secção (t-tabular; px-plano-convexo; bs-biconvexa simétrica; ba-biconvexa assimétrica); DP: direcção de percussão (Norte; NW-noroeste; Ne-nordeste; W-oeste; E-este: ?-indeterminável); FG: forma do gume (r-recto; x-convexo; c-côncavo; s-sinuoso:); PG: posição do gume (o-oblíquo; p-perpendicular ao eixo da peça); RUG: retoques de utilização do gume (d-directo; i-inverso; a-alterno; b-bifacial; D-discontínuo; C-contínuo); dFLe: forma dos lados/direito-esquerdo (r-recto; x-convexo; c-côncavo; s-sinuoso); Rbd: retoques do bordo direito (posicionamento: T-total; D-distal; M-mesial; P-proximal)/Disposição: 1-contínuo; 2-discontínuo; 3-único;/amplitude: M-marginal; I-invasor; D-dorso natural;/inclinação: a-abrupto; o-oblíquo; p-plano;/orientação: d-directo; i-inverso; a-alternante; b-bifacial:); Rbe: retoque do bordo esquerdo (siglas idênticas às da coluna anterior).

4.6. — UTENSÍLIOS DIVERSOS

Nos utensílios diversos integraram-se três objectos curiosamente elaborados a partir de suportes similares, todos eles muito afectados pelo boleamento, o que dificulta por vezes a sua caracterização. Genericamente, trata-se de calotes de seixos de quartzite seccionadas por superfícies de clivagem, que num ou mais bordos apresentam um retoque contínuo de extensão variável, pelo que é lícito considerá-los entre os artefactos nucleiformes.

4.7. — OUTROS

Refira-se ainda que 41 peças detectadas na escavação (22,5%) não se enquadravam em nenhuma das categorias anteriormente considerados.

No grupo dos fragmentos inserimos os objectos inequivocamente talhados, mas cuja fracturação, por motivos accidentais ou naturais, não permitiu estabelecer a sua associação a nenhum tipo de artefacto específico ou a qualquer produto de talhe. De referir porém, que dos 18 fragmentos identificados dois deles apresentam-se ligeiramente retocados e um outro revela uma morfologia claramente determinada por levantamentos sem organização aparente.

Como detritos foram considerados os objectos com matérias-primas idênticas às usadas na confecção das peças talhadas, evidenciando alterações morfológicas resultantes de fracturações ou estalamentos em número ou com uma amplitude que não podia ser imputada a factores de ordem natural, ou então revelando ténues e duvidosos vestígios de talhe, bem como superfícies hipoteticamente resultantes de lascamentos, sem que se possa pensar que correspondem a um trabalho intencional e organizado. Entre os 22 detritos identificados nesta estação arqueológica, observou-se em 3 casos a presença de retoques descontínuos e isolados, passíveis de serem atribuídos a factores de ordem natural.

5. — BREVES CONCLUSÕES

A análise da distribuição das peças no interior do depósito fluvial levou-nos a constatar a sua inequívoca associação à parte inferior do terraço, cuja textura grosseira observável na base deixa antever um processo de sedimentação particularmente potente (Fig. 3) com a projecção dos materiais no corte estratigráfico). A curiosa acumulação dos objectos talhados na própria base da cascalheira, junto do contacto com as argilas do Jurássico, permite aliás deduzir que a sua deposição terá ocorrido num momento em que o rio, deixando de ravinar o referido substrato, iniciou uma significativa fase de sedimentação do seu leito.

Por outro lado, a concentração de materiais na reduzida área escavada deixa supor que não devem ter sofrido uma grande deslocação, pelo que se torna lícito admitir que o primitivo local de ocupação se situaria nas imediações da actual jazida. O desgaste pronunciado dos objectos talhados poderia ter sido provocado pelo forte caudal que certamente acompanhou a fase inicial da génese do terraço.

Sendo por demais evidente a atribuição destes vestígios arqueológicos do homem paleolítico às indústrias acheulenses do paleolítico inferior, necessário se torna tentar estabelecer a sua comparação com os achados similares conhecidos na região.

Apesar de não possuímos elementos susceptíveis de fornecerem uma datação precisa, a profunda pedogénese observável no terraço da Quinta do Cónego, sugere a sua correlação com a base da formação fluvial Q2a, individualizada a jusante de Leiria. Aparentemente, esta hipótese é confirmada pela altitude da base do terraço da Quinta do Cónego - 25 m sobre o leito actual do rio Lis - também ela similar à observada para a formação Q2 no Areeiro da Quinta da Carvalha (Gândara dos Olivais).

Em termos arqueológicos, a análise técnica e tipológica dos materiais provenientes da escavação realizada na Quinta do Cónego permitem também corroborar esta associação. A total ausência de técnica levallois, juntamente com o claro predomínio das lascas de 1ª geração, que constituem 48% das lascas estudadas, aproxima inequivocamente esta indústria dos materiais análogos detectados nas jazidas da formação fluvial Q2a a norte de Leiria e, por outro lado, individualiza-a nitidamente dos materiais oriundos do colúvio posterior da Quinta do Cónego, onde, a par do recurso pontual à técnica levallois, se regista um número maioritário de lascas de 2ª geração (CUNHA-RIBEIRO 1987) (5).

A análise dos artefactos conduz aliás a conclusões similares. Os bifaces, por exemplo, revelam um predomínio das formas espessas e um elevado número de peças parciais, à semelhança do que ocorre nas jazidas do Q2a, enquanto na indústria proveniente do colúvio nos surgem tipos mais evoluídos e diversificados. Entre os "hachereaux", embora se registre uma representação bastante significativa em todas as indústrias mencionadas dos tipos tecnicamente mais simples (O e I), apenas na indústria acheulense mais recente da Quinta do Cónego aparecem alguns artefactos tipologicamente mais evoluídos.

Parece-nos portanto lícito considerar igualmente esta ocupação como um testemunho dos mais antigos habitantes que se conhecem na região, em paralelo com os vestígios por nós detectados nas diversas jazidas situadas a jusante de Leiria.

Os dados de que dispomos permitem-nos assim concluir que os vestígios arqueológicos existentes na Estação Paleolítica da Quinta do Cónego, situada no lugar das Pousias, testemunham a presença do homem paleolítico na região em dois momentos distintos, possivelmente bastante afastados no tempo.

Numa primeira fase, quando ainda no local da jazida passava o curso do rio Lis, o homem paleolítico ter-se-á instalado na proximidade dos achados, como se pode deduzir do facto de os materiais líticos se apresentarem acumulados e concentrados preferencialmente no antigo canal ocupado pelo rio. A sua fixação nas margens do curso de água estaria certamente relacionada com a abundância da matéria-prima de que necessitava para fabricar os seus artefactos.

Posteriormente, numa época que julgamos relativamente mais recente, de novo o homem paleolítico terá seleccionado aproximadamente o mesmo local para se instalar. Não escolheu porém as margens do rio Lis, que correria então bastante mais encaixado, embora ainda provavelmente longe do nível actual. Optou sim por uma pequena elevação sobranceira ao vale, donde lhe seria possível visualizar a região envolvente e, em particular, o vale adjacente.

BIBLIOGRAFIA

- BALOUT, L., BIBERSON, P. e TIXIER, J. (1967), L'Acheuléen de Ternifine (Algérie), gisement de l'Atlantrophe, *L'Anthropologie* 71 1967, 217-238.
- BORDES, François (1961), *Typologie du Paléolithique ancien et moyen*. 1vol. + 1 atlas, Bordeaux 1961
- CUNHA-RIBEIRO, João Pedro (1987), *Contribuição para o estudo do Paleolítico do vale do rio Lis no seu contexto cronoestratigráfico*. Porto 1987 (policopiado).
- CUNHA-RIBEIRO, João Pedro, MEIRELES, José e TIXIER, Jean-Pierre (1989), L'Acheuleen du Nord et du Centre du Portugal: bilan de nos connaissances actuelles, *L'Acheuleen dans l'Ouest de l'Europe*, Saint-Riquier 1989, 76-81.
- HELENO, Manuel (1956), Um quarto de século de investigação arqueológica, *AP Nova Série III* 1956, 221-237.
- MACHADO, João L. Saavedra (1964), Subsídios para a história do Museu Etnológico, *AP Nova Série V* 1964, 51-448.
- PEREIRA, Maria Amélia Horta (1977), Departamento de Pré-história. Relatório em Dezembro de 1984. Reorganização das colecções, *AP III Série VI-VII* 1977, 7-13.
- SANTONJA, M. (1985), Los núcleos de lascas en las industrias paleolíticas de la meseta española, *Zephyrus XXXVII-XXXVIII* 1985, 17-33.

(5) As lascas de 1ª geração agrupam os tipos 1A, 2A, 3A, 10A, 11A, 12A, 19A, 20A e 21A do sistema classificativo adoptado, representando pelas suas características técnicas e morfológicas as primeiras extracções de um núcleo. Os tipos intermédios — 4A, 5A, 6A, 13A, 14A, 15A, 22A, 23A e 24A, resultam da continuação da exploração dos núcleos. Os restantes tipos correspondem a uma 2ª geração de levantamentos, tendo-se realizado a sua extracção em zonas pelo menos já parcialmente descorticadas.

TAVOSO, André (1978), *Le Paléolithique inférieur et moyen du Haut-Languedoc. Gisement des terrasses alluviales du Tarn, du Dadou, de l'Agout, du Sar et du Fresquel*. (Études Quaternaires, Mémoire n° 5), Paris 1978.

TEIXEIRA, Carlos e ZBYSZEWSKI, Georges (1968), *Carta Geológica de Portugal na escala de 1/50000. Notícia explicativa da folha 23-C (Leiria)*. Lisboa 1968.

TIXIER, Jacques (1956), Le hachereau dans l'Acheuléen Nord-Africain. Notes typologiques, *Congrès Préhistorique de France*, XV Session, Poitiers-Angoulême 1956, 914-923.

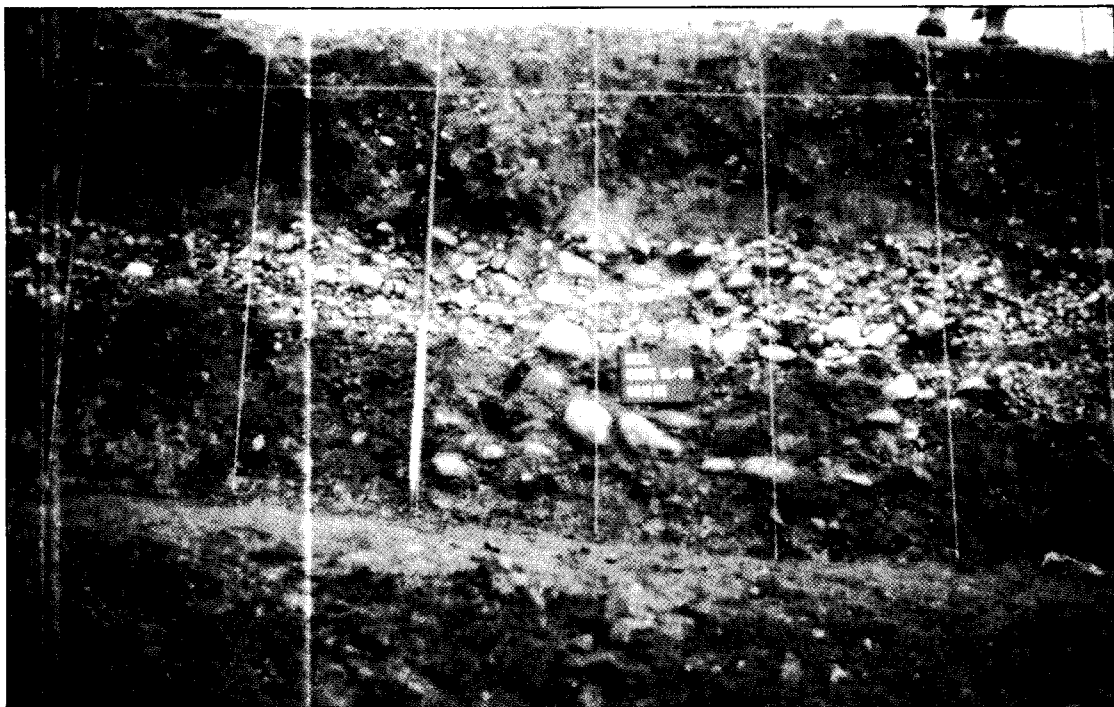
ZBYSZEWSKI, G. e PENALVA, C. (1982), Contribuição para o conhecimento do Paleolítico de Monte Real, *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal* 68 fasc. 2 1982, 299-305.

ZBYSZEWSKI, G. e VEIGA FERREIRA, O. da (1969), La station paléolithique da Quinta do Cónego (Côrtes, Leiria), *AP III Série III* 1969, 7-16.

ZBYSZEWSKI, G., VEIGA FERREIRA, O. da, PENALVA, C. e TEIXEIRA, A.J. Meneses (1980), Nova Contribuição para o Conhecimento do Paleolítico da Quinta do Cónego (Côrtes, Leiria), *RG XC* 1980, 181-189.

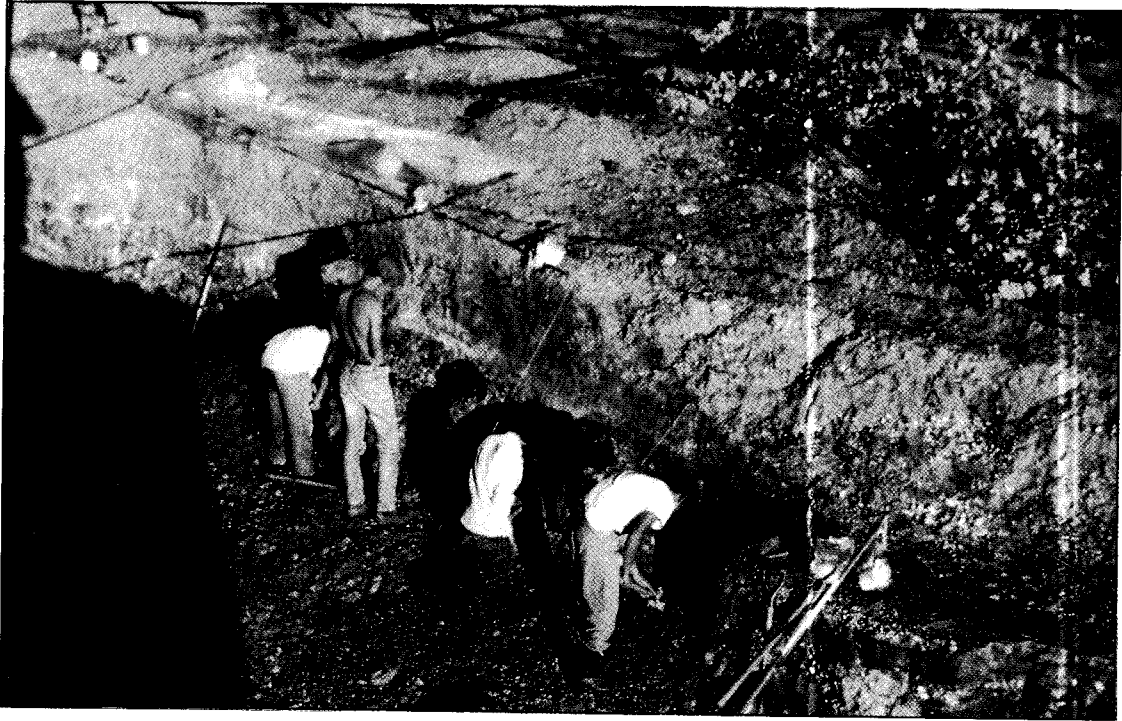


1 — Aspecto geral da zona intervencionada antes do início dos trabalhos de escavação.

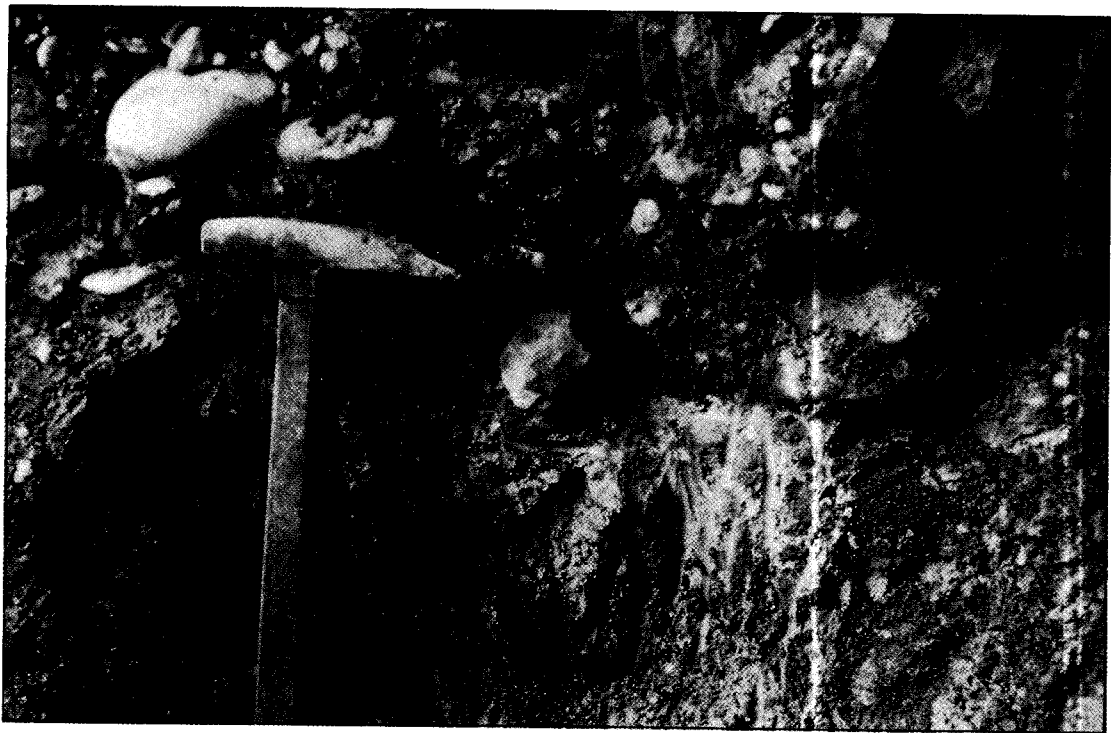


2 — Pormenor do corte estratigráfico após os trabalhos de limpeza que precederam a escavação.

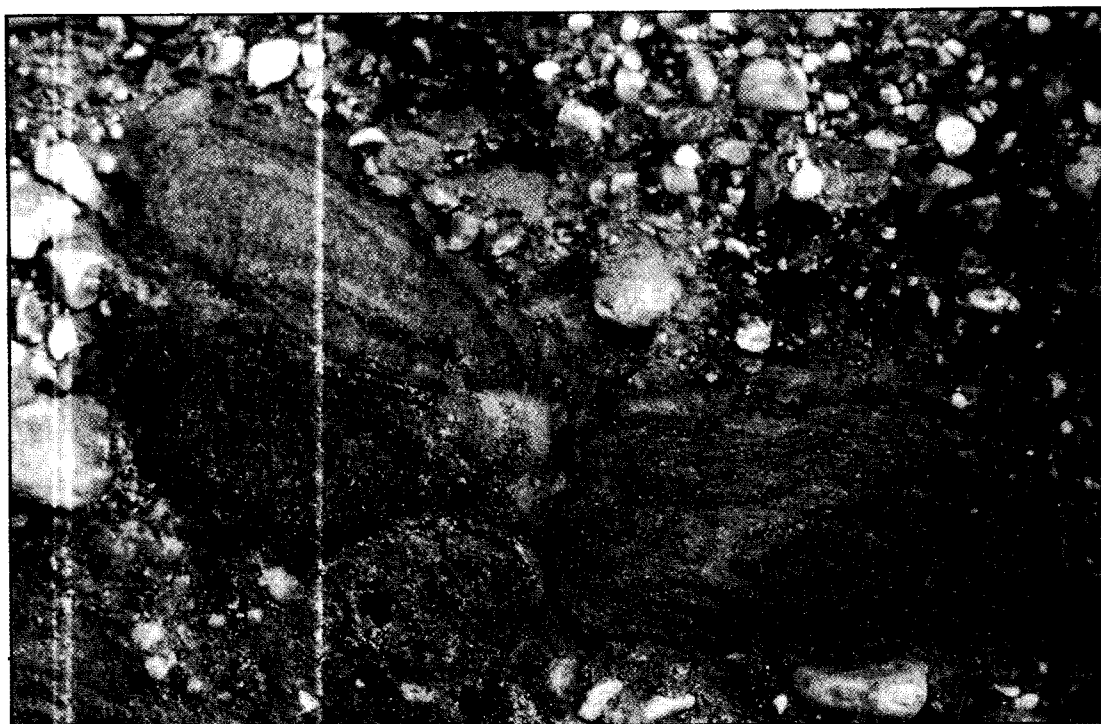
EST. 2



3 — Escavação das quadrículas A3, A4, A5 e A6.



4 — Biface detectado *in situ* na base do terraço.



5 — Pormenor da cascalheira de base da formação fluvial, vendo-se um claro agrupamento de seixos fantasmas.

CONCENTRACIONES DE TÚMULOS Y VIAS NATURALES DE ACCESO AL INTERIOR DE GALICIA

Felipe Criado Boado *
Ramón Fábregas Valcarce *
Xacobe Vaquero Lastres *

Un problema pendiente: las grandes concentraciones de túmulos

Los trabajos sistemáticos de prospección y catalogación de túmulos en Galicia, han permitido descubrir en diferentes ocasiones concentraciones tumulares que sorprenden por el elevado número de mámoas que presentan. Estos grupos o necrópolis ⁽¹⁾ pueden llegar a estar constituidos por veinte, treinta y hasta cuarenta monumentos que se agolpan en superficies reducidas, a veces no superiores a 1 km². Estos ejemplos llaman la atención de los estudiosos del fenómeno megalítico y desafían por sus características extremas la razón económica o ritualística que normalmente se alega para intentar «explicar» la distribución y concentración de monumentos megalíticos y tumulares.

El análisis de tipo geográfico-ecológico que se ha venido aplicando en Galicia a lo largo de la última década para entender la distribución de túmulos y su mayor o menor densidad en ciertas zonas ⁽²⁾, parece llegar con estos ejemplos a su límite de operatividad, porque, si bien es cierto que podemos intentar hoy justificar por qué la geografía tumular gallega es tan peculiar y se centra en gran medida en zonas que semejan páramos y áreas marginales, sobre chairas, ¿qué razón habría para que dentro de geografías de ese mismo tipo, en medio de una distribución tumular y con una densidad más o menos uniforme, aparezcan de repente concentraciones tan ingentes? Es posible que nos encontremos en este caso ante uno de esos fenómenos que en vez de responder a una determinación tecnológica y subsistencial, tendría que ver con la compleja y sutil trama tejida por las dimensiones políticas o religiosas de cualquier comunidad.

En todo caso, si la exploración realizada a escala comarcal, exhaustiva y de detalle no parece poder explicar plenamente las grandes concentraciones tumulares, podríamos pensar que ello es debido al hecho de que las circunstancias que motivaron esas concentraciones se deben buscar y considerar desde una perspectiva distinta, desde una escala global y utilizando observaciones más generales que las que utilizamos para descubrir el posible efecto de los factores tecno-subsistenciales.

Eso precisamente es lo que se propone este trabajo. En él se plantea una aproximación distinta al tema de las grandes concentraciones y/o necrópolis. Esta aproximación consiste en observar la distribución y

* Depto. Historia I, Univ. de Santiago.

(1) Debemos aclarar antes de seguir adelante que, aunque en este trabajo parezca en algún momento que utilizamos indistintamente los términos «necrópolis» y «concentración de túmulos» y que ésta se corresponde siempre con una necrópolis, ambos conceptos no son equiparables, pues mientras el primero agrupa a varios túmulos que presentan entre sí una relación visual o de otro tipo que hace de ellos un mismo conjunto, una concentración de túmulos, en el sentido que aquí le damos, puede llegar a estar formado por varias necrópolis y por lo tanto se refiere a una zona definida en la que la densidad de mámoas alcanza cotas considerablemente más altas (el doble y el triple) que las frecuentes en la región aneja.

(2) No queremos recoger la amplia bibliografía generada dentro de esta línea de trabajo, pero podemos citar: Bello Diéguez et al. 1987, Criado et al. 1986 y Criado 1989a.

concentración de monumentos tumulares desde una escala general y rigurosa al tiempo, que permita percibir el efecto de elementos y circunstancias que en las escalas más puntuales se diluyen y pierden significación.

Una perspectiva distinta: la comarcalización megalítica en el interior de Galicia

La amplia zona interior de Galicia que, perteneciendo enteramente a la provincia de Lugo, se corresponde con la penillanura interior gallega y con la cuenca alta del río Miño, presenta una elevada densidad de túmulos. Trabajos de catalogación realizados por diferentes autores en distintos momentos han permitido observar que las *mámoas* constituyen un rasgo frecuente del paisaje rural de esa zona: su distribución es casi continua y homogénea y su densidad alcanza medias de 3 túmulos/km², llegando esta cifra en ocasiones hasta 6 túmulos/km² (Criado Boado 1990).

Del mismo modo, si se considera la distribución de túmulos que se sitúan a lo largo de la dorsal meridiana gallega, desde Estaca de Bares hasta las tierras de Melide (entre las provincias de Coruña y Lugo), es también notoria una elevada densidad de mámoas que a menudo ronda los 3,5 monumentos por km².

Tamañas densidades parecerían estar en función de factores ecológicos que, en interacción con las características del aparato tecnológico y del modo de subsistencia de las comunidades megalíticas, posibilitaban una mayor ocupación de estas tierras frente a otro tipo de terrenos distintos. Así, en otros trabajos, se ha puesto en relación este predominio de la distribución de mámoas en las tierras altas interiores con un tipo de subsistencia centrada en el cultivo del monte con una tecnología rudimentaria, basada en la azada y parangonable a lo que tradicionalmente ha sido en Galicia el cultivo de rozas y que, de este modo, se focalizaba fundamentalmente en zonas de tierras ligeras, sin riesgo de encharcamiento y bien drenadas (Criado Boado 1988: 152 y ss. y 1989a: 115-99).

Pero en cualquier caso, la consideración unitaria de estos datos, si se comparan con los que definen el fenómeno megalítico en otras comarcas gallegas (?), contribuye a hacernos pensar que esta zona pudo haber constituido una región con matices característicos e, incluso, diferenciales dentro del fenómeno megalítico del NW Peninsular. Aunque no queremos desarrollar una argumentación que se base en analogías descontextualizadas, el hecho de que la dorsal topográfica que, discurriendo en dirección norte-sur, configura la división actual entre las provincias de Coruña y Lugo, parezca haber operado también durante la Edad del Hierro como límite significativo entre comarcas diferenciadas dentro de la Cultura Castrexa (Carballo et al. 1988: 176 y fig. 3), apoya la procedencia de plantearse la posible compartimentación espacial que, en diferentes épocas y hasta la actualidad, habría existido entre la región que coincide, *grosso modo*, con la Cuenca alta del río Miño y las zonas litorales.

Nuestra argumentación, en cambio, se debe basar en evidencias de procedencia estrictamente «megalítica» que nos permitan individualizar esa zona del interior gallego como un área diferenciada ya en época megalítica. Sólo de este modo podremos preguntarnos, en general, por las implicaciones que esta compartimentación espacial del fenómeno megalítico podría haber tenido y, en concreto, considerar a la luz de esa evidencia el problema de las concentraciones de túmulos que forman grandes necrópolis.

En fechas recientes (Fábregas 1988: 68-69) hemos sugerido que la variabilidad arquitectónica o en la cultura material del megalitismo noroccidental podría estar en función no sólo de fenómenos diacrónicos, como de forma más o menos implícita se asumía generalmente, sino que factores de orden económico y cultural actuando de manera diferencial en ciertas áreas podían tener asimismo una importante incidencia. Abundando en la hipótesis anterior, el análisis pormenorizado del utillaje lítico recuperado en los túmulos ha permitido entresacar algunas tendencias particulares en la distribución de determinados objetos, que apuntan hacia la posibilidad de individualizar algunas áreas del Noroeste, de forma más perceptible — aunque no exclusivamente — en momentos relativamente avanzados (Fábregas 1990). En esta perspectiva la zona interior, nucleada en torno al curso superior del Miño, pero con prolongaciones en las serranías o tierras altas que se sitúan fundamentalmente hacia el Norte y el Oeste podría personificar una dinámica particularmente definida, patente a través de la concentración de hallazgos, habitualmente de procedencia tumular, de una serie de artefactos de piedra pulida: mazas, cinceles, láminas de azada, dobles hachas y dobles azuelas (Fig. 2).

(?) Podríamos aducir como zonas de contrastación las áreas y sierras litorales, las tierras altas de Pontevedra y Orense, o las zonas de valles del interior de la provincia de la Coruña.

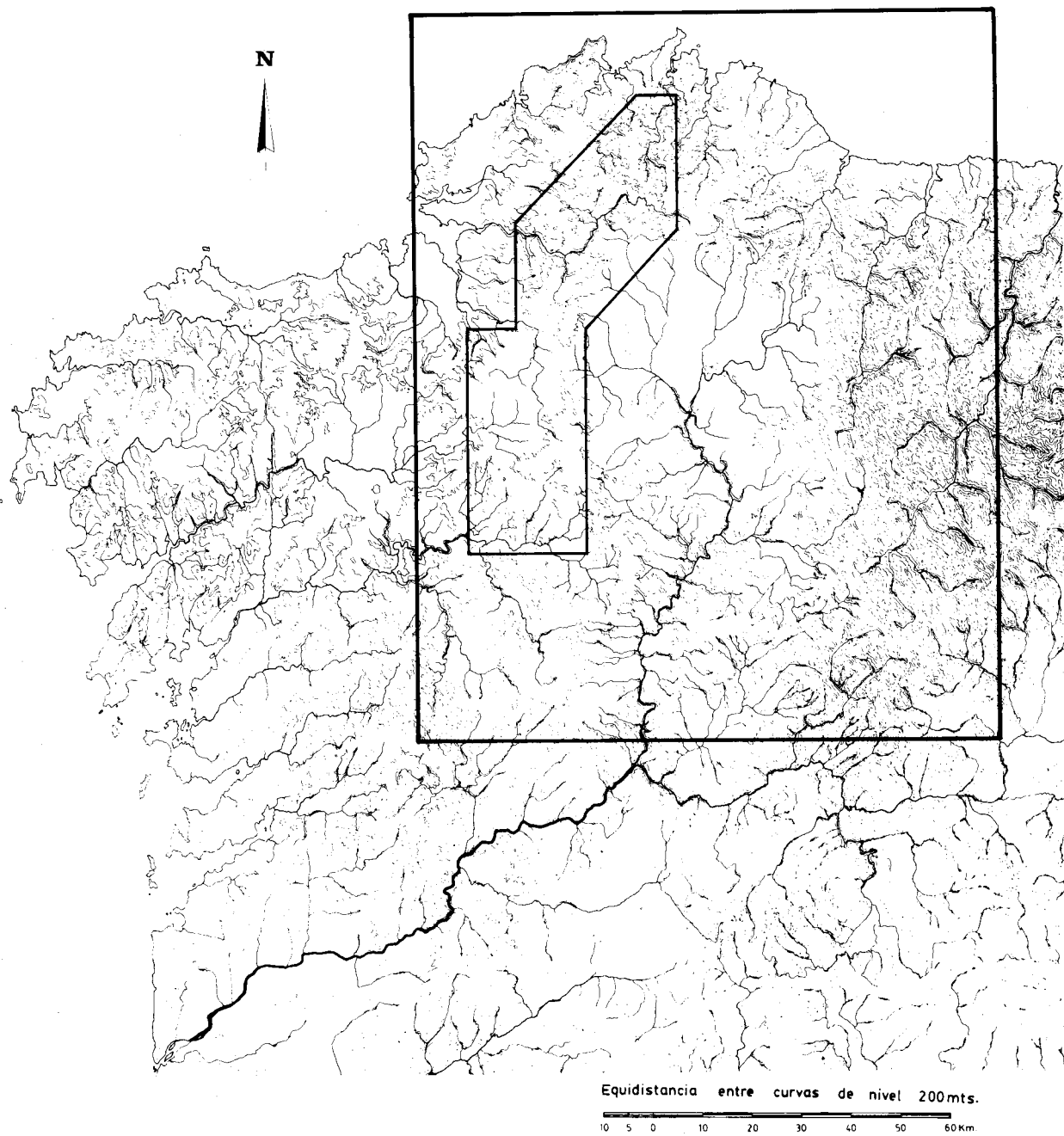
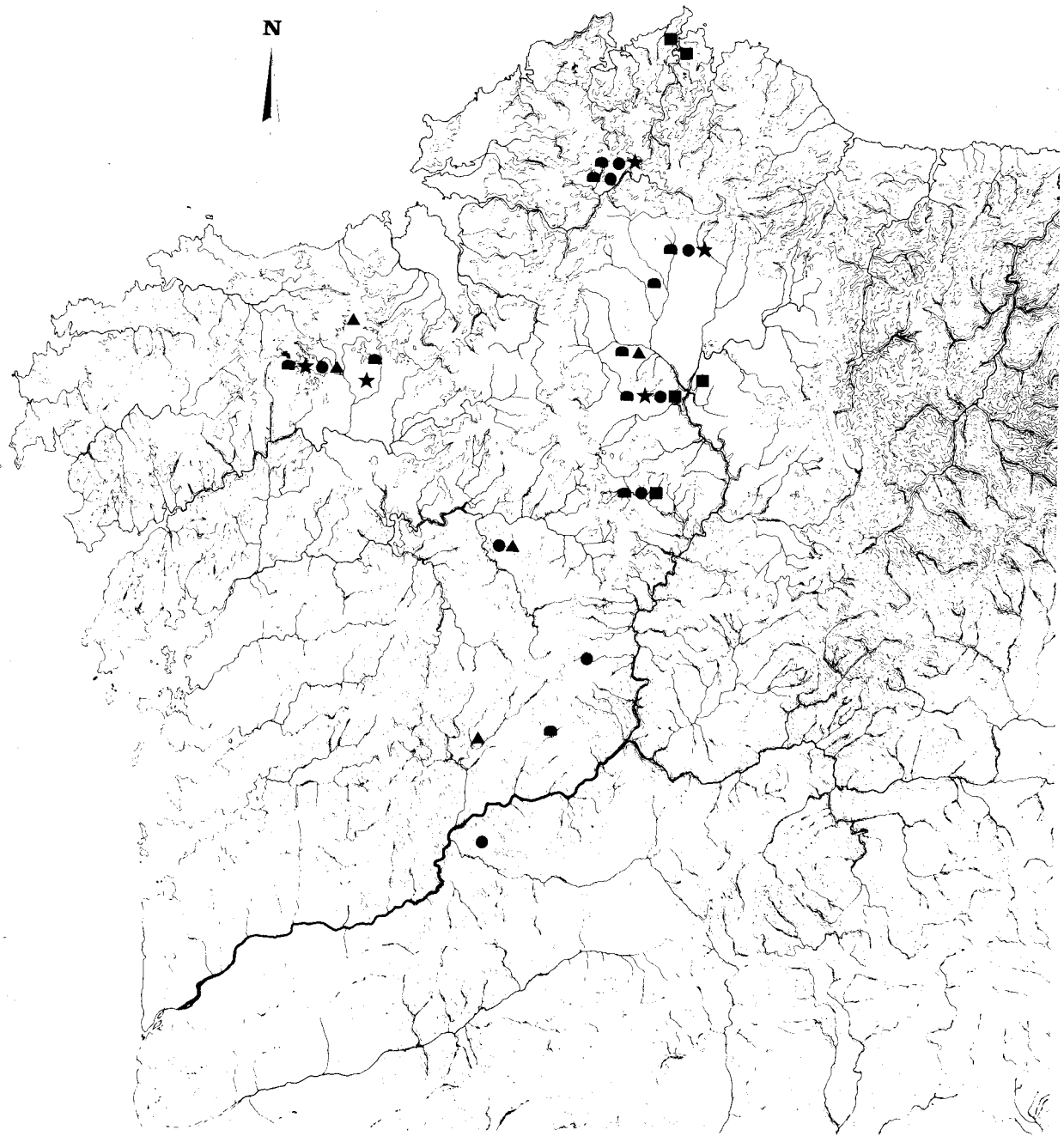


Fig. 1 --- Mapa de Galicia, mostrando el área comprendida en las figuras 4 y 5.



Equidistancia entre curvas de nivel 200mts.

0 40 km

- Mazas ●
- Dobles azuelas ■
- Dobles hachas ▲
- Cinceles ●
- Láminas de azada ★

Fig. 2

Es problemático definir esa «especificidad» en sus justos términos, pues no debe olvidarse que estamos tratando con sólo un segmento de la cultura material, que además proviene, cuando se dispone de un contexto definido, exclusivamente de yacimientos funerarios, casi siempre explorados en condiciones de escasa garantía científica. No obstante podemos contar con algunos datos que pueden autorizarnos a considerar los artefactos mencionados como un conjunto fundamentalmente sincrónico: en primer lugar, la marcada tendencia asociativa que exhiben varios de esos elementos, especialmente mazas, láminas de azada y cinceles (*). Aunque en términos generales esta clase de correlaciones han de ser tomadas con una buena dosis de escepticismo, en los contextos que nos ocupan dichas asociaciones pueden adquirir virtualidad, dadas las características de los túmulos en cuestión, que en los casos mejor documentados suministran la impresión de que su utilización pudo ser muy limitada en el tiempo, tal vez única, lo cual reforzaría la hipótesis de una coetaneidad efectiva de los materiales hallados en su interior. A pesar de que no disponemos de una sola cronología absoluta para esta clase de manifestaciones, una serie de rasgos nos permiten aseverar el carácter tardío de éstas: admitiendo la existencia de algún tipo de relación entre las mazas, dobles hachas y dobles azuelas y sus homólogas de la Europa occidental (Fábregas 1988a: 41-49), puede seguirse que su datación no será muy disímil, correspondiendo probablemente a los últimos siglos del III milenio o comienzos del II^o. Esta propuesta cronológica es coherente con el hecho de que este tipo de materiales parecen estar ligados en general a túmulos bajos y de pequeñas dimensiones que, con los datos disponibles en la actualidad, serían característicos de una etapa avanzada del magalitimismo en nuestra área de estudio (Jorge 1989: 398-399; Criado y Fábregas 1988: 693-694).

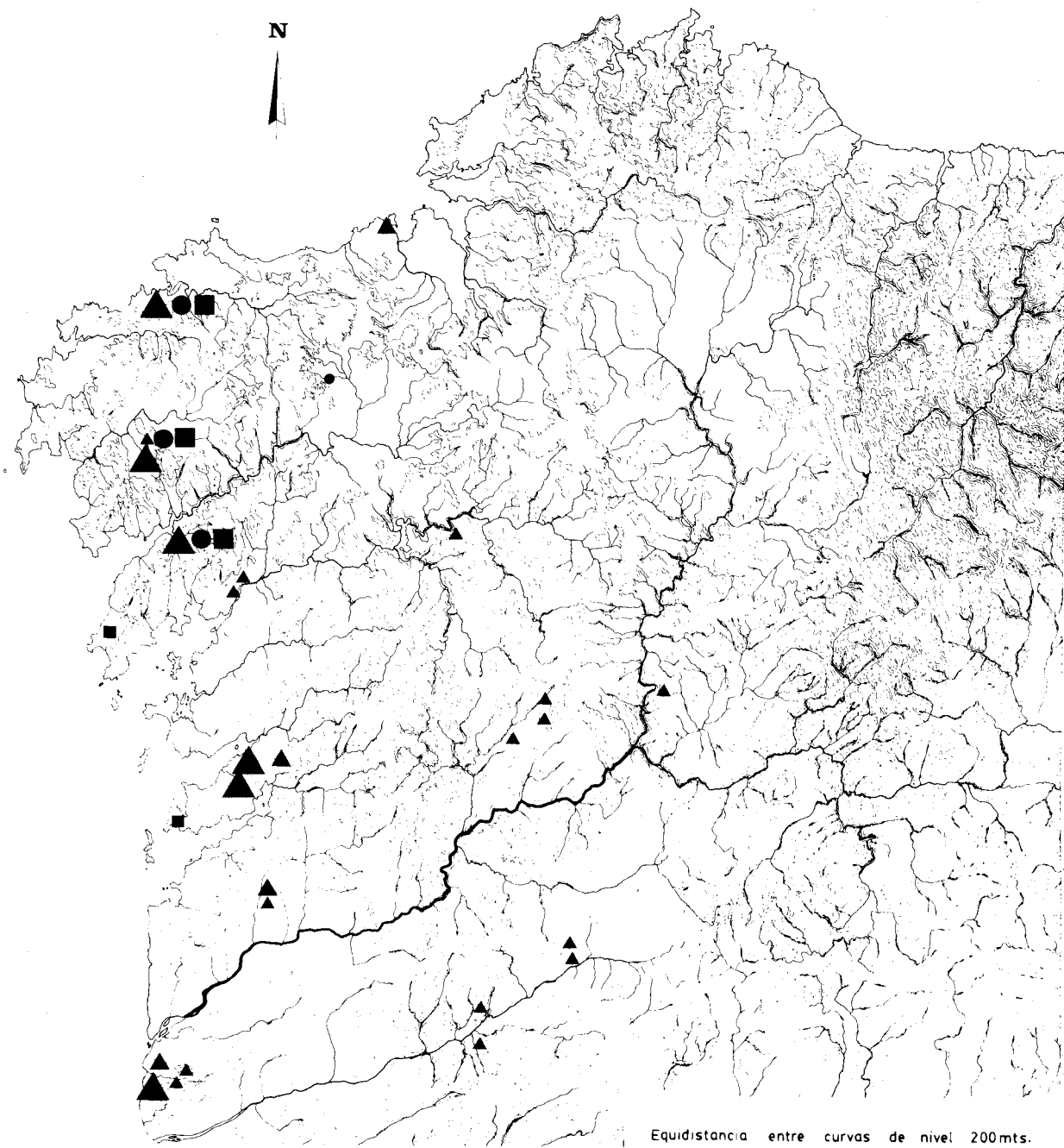
Cabría preguntarse si el particularismo de la penillanura interior gallega se hace patente sólo en un momento agónico del fenómeno magalítico o si, por el contrario, sus fundamentos se hallan en momentos más antiguos. Algunas evidencias en el campo de la cultura material podrían apuntalar la segunda opción: dejando al margen la acentuada escasez de ciertos elementos (v.g. microlitos geométricos), que por sus características podrían haber escapado a la detección en las desgraciadamente numerosas excavaciones de aficionados llevadas a cabo en la zona antedicha, ésta última contrasta particularmente con las áreas más próximas a la costa en cuanto a la distribución y abundancia de puntas de flecha o determinadas clases de objetos culturales (concretamente ídolos-guijarro o de tipo Argalo), que en ambos casos están prácticamente ausentes del valle superior del Miño y comarcas vecinas (Fig. 3). Con todas las reservas inherentes a nuestro parcial conocimiento de la realidad material del megalitimismo gallego, la disparidad aludida señalaría la existencia de divergencias ya sea exclusivamente en el plano funerario o, de forma más genérica, cultural entre nuestra zona de estudio y otras regiones del Noroeste, más concretamente las próximas al litoral atlántico que, a tenor de la cronología de algunos de los materiales mencionados, podrían retrotraerse hasta mediados del III milenio (Fábregas 1990a).

Creemos que los datos que se han resumido en este apartado, nos permiten hablar de una zona interior que parece estar bien definida, al menos durante una etapa determinada del fenómeno megalítico (véase en sentido sintético la Fig. 4). Ahora bien, si esa comarca poseyó una dinámica propia y diferente a la que se daría en comarcas vecinas, entonces deberíamos prever que las zonas de *umbral*, *transición* o *comunicación* entre esas zonas diferenciadas habrían adquirido asimismo una importancia notoria. Plantear esta hipótesis puede parecer de por sí arriesgado, y derivar las implicaciones de la misma puede ser casi imposible. Y sin embargo nos proponemos explorar el problema presentado por las *grandes concentraciones* a luz de esta hipótesis examinando de qué modo su presencia pudiera estar relacionada con los efectos que esa «intercomunicación magalítica» podría haber causado.

Una posible interpretación: vías de acceso y necrópolis

En un trabajo intensivo de prospección megalítica de 94 túmulos realizado en los ayuntamientos de Aranga y Monfero entre 1984 y 1988, se pudo observar la regular *asociación entre lugares de paso y disposición de túmulos* (Vaquero Lastres 1990). Esta evidencia concluyó en la constatación de que la situación concreta de un elevado número de mámoas y, sobre todo, de agrupaciones importantes de túmulos,

(*) Estas consideraciones están inevitablemente lastradas por el escaso número de ejemplares documentados, especialmente flagrante para las dobles azuelas.



Objetos culturales

- Idolos - GUIJARRO
- < 2
 - > 2
- Idolos tipo ARGALO
- < 2
 - > 2

0 40 km

Puntas de flecha

- < 5 piezas ▲
- > 5 " ▲
- > 10 " ▲

Fig. 3

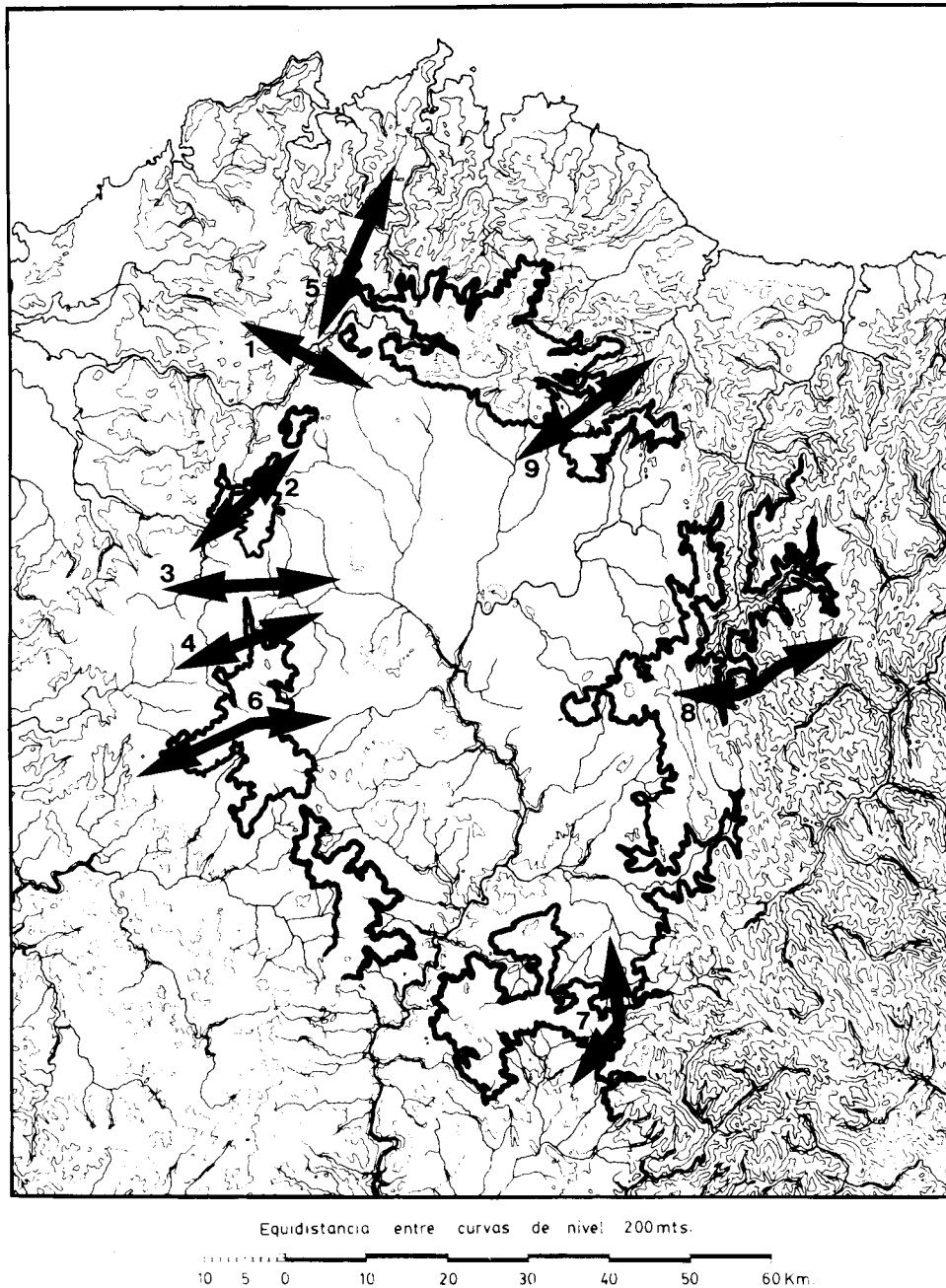


Fig. 4 — Delimitación de la zona interior y señalización de las áreas de acceso mencionadas en el texto.

estaba siempre en relación con lugares de tránsito utilizados indistintamente por los animales, los hombres y por las propias referencias míticas (5): tal fue el caso verificado en los grupos o necrópolis tumulares de A Reborica (Vaquero Lastres A (6) y Galiñeiro (Vaquero Lastres 1990).

De este modo, en revisiones recientes del tema del emplazamiento megalítico (Criado y Vaquero A) se ha propuesto que uno de los factores que mayormente influyen en la localización de los monumentos tumulares es la *vinculación de los mismos a vías de tránsito*, a zonas privilegiadas de comunicación. De hecho esta asociación sería el elemento más significativo del emplazamiento megalítico por cuanto es el único, entre todo el conjunto de circunstancias que influyen en él, que es empíricamente observable.

Ahora bien, este tipo de observaciones, que son claras cuando se realizan a escala reducida y de detalle, en principio no parecía que pudieran ser igualmente significativas al ampliar la escala de observación y considerar la distribución megalítica desde una perspectiva regional. Sin embargo, operando a esta escala, se evidencia el hecho de que, tal y como citamos en la introducción de este trabajo, en toda la zona interior que allí individualizamos la densidad de túmulos no es uniforme, sino que a su vez aparecen áreas en las que se encuentran concentraciones importantes al lado de áreas en las que la existencia de monumentos se rarifica.

Hasta el momento no habíamos prestado atención a esta circunstancia, creyendo que estaría en función de meras concentraciones accidentales. Sin embargo creemos que esa circunstancia adquiere una dimensión distinta a la luz de las consideraciones que acabamos de hacer sobre la relación entre tránsito y localización tumular. En efecto, si observamos la distribución de mámoas de la amplia región interior a la que nos estamos refiriendo, se perciben dos hechos claros y una estrecha relación entre ellos.

La primera circunstancia que observamos es que algunas de las *mayores concentraciones tumulares* las encontramos a lo largo de la dorsal de la meridiana gallega. Concretamente podemos reconocer las siguientes en sentido Norte-Sur (véase la Fig. 5A):

- (1) Cubeta terciaria de As Pontes de García Riodríguez.
- (2) Sierra del Cruceiro da Loba, en el cordal das Medoñas de Galiñeiro.
- (3) Concentración Teixeira-Reborica: aquí no existe un único grupo, sino que en realidad esta concentración define un área de unos 30 km² en los que se localiza nada menos que la agrupación de 70 mámoas. Dentro de éste aparecen algunas necrópolis que destacan por el elevado número de túmulos que las constituyen y por la relativa proximidad entre todos ellos.
- (4) Concentración de Grixalba (Sobrado).

Si se observa un perfil topográfico de la dorsal meridiana (Fig. 5B), nos fijamos en la red de comunicaciones actual e incorporamos los datos que nosotros mismos conocemos en función de nuestro trabajo de campo sobre la red de caminos tradicional y la configuración del paisaje de esas zonas, la segunda circunstancia que descubrimos es que las concentraciones anteriores se sitúan en las principales y, de hecho, únicas vías de tránsito, umbral o, en definitiva, «*claves de desplazamiento*» (7) hacia las tierras llanas de la penillanura interior gallega a través de la dorsal meridiana (Fig. 4). Estas vías de tránsito son todavía utilizadas por las carreteras principales de comunicación en sentido este-oeste entre las provincias de Coruña y Lugo y antes lo fueron por *camíños reales*.

Un ejemplo claro en este sentido lo aporta la concentración de Grixalba (n.º 4 de la Fig. 5), que en principio no pareciera estar directamente vinculado a ningún tipo de tránsito. Pese a ello, a través de la parroquia de Grixalba discurría el camino real que unía las tierras de Sobrado y Curtis (al Oeste). Este camino finalizaba de un lado en esta última villa y, del otro, en el pueblo de Sobrado que lleva el significativo nombre de *As Cruces* y en el que se celebraba una feria importante como correspondía a un auténtico nudo de comunicaciones. El camino que mencionamos, y en torno al cual se sitúan todas las mámoas y grupos de mámoas correspondientes a esta concentración, aprovechaba un collado en el centro de la cuerda de *A Cova da Serpe* para salvar el obstáculo que entre ambas regiones introducía esta sierra.

(5) Esta vinculación es de hecho tan importante y significativa que incluso la presencia de mámoas en zonas deprimidas y semiocultas se puede poner en relación precisamente con la existencia en esas áreas de lugares de paso, tradicionalmente conceptualizados como «*portos*» o «*vaos*» (Vaquero Lastres A).

(6) Esta «*necrópolis*» fue considerada en un trabajo específico (Vaquero Lastres 1989), aunque no desde el punto de vista de la relación con el tránsito.

(7) Sobre este término véase Vaquero 1990.

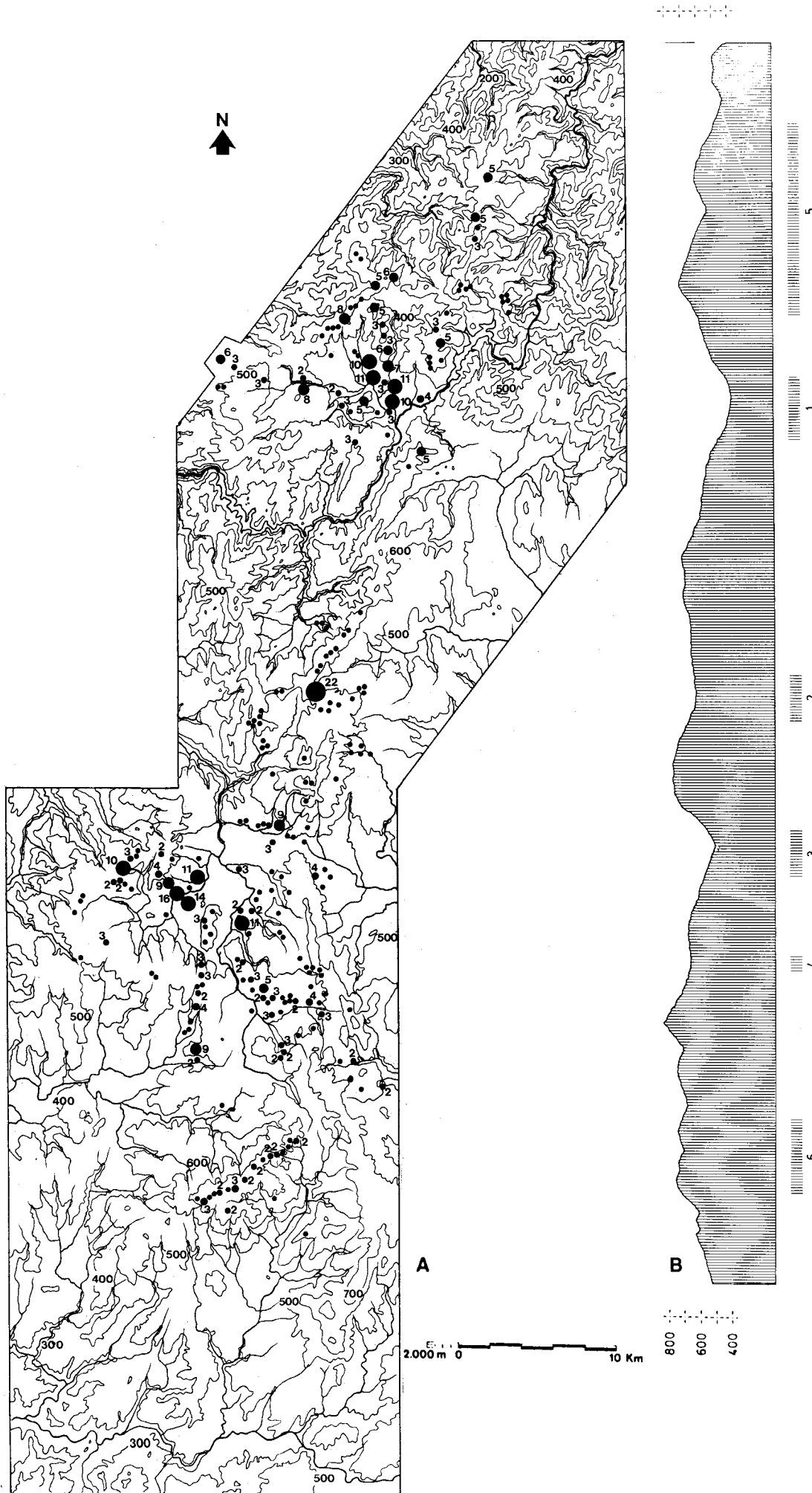


Fig. 5 — A: Mapa de la dorsal meridiana con las concentraciones de túmulos. Las cifras indican el número de monumentos en cada grupo, o bien las cotas principales (centenas). B: Perfil topográfico de la misma dorsal, señalando las zonas de paso.

Pero podemos seguir la enumeración y aducir más datos que confirmen la propuesta que estamos haciendo. Disponemos de dos ejemplos de conjuntos megalíticos que, en principio, no presentan una elevada densidad de monumentos y que, por lo tanto, no poseen las mismas circunstancias que las concentraciones que acabamos de comentar:

- (5) Conjunto megalítico vinculado al camino real que discurría por la divisoria de Serra da Faladoira (Coruña) en sentido N-S y que reúne más de 80 túmulos ⁽⁸⁾.
- (6) Conjunto tumular formado por 35 monumentos de la Serra do Bocelo (Coruña) ⁽⁹⁾.

Ambos grupos, a pesar de sus diferencias con las concentraciones anteriores, creemos que pueden ser interpretados al abrigo del contexto que ahora estamos definiendo. En esos dos casos estamos en presencia de caminos longitudinales que nacen (o mueren) en las tierras interiores de la penillanura lucense y a través de los cuales se realizaba la transición desde estas tierras a otros territorios: por el primero se accedía a las zonas litorales del septentrión de la provincia de La Coruña, entre las cuales se encontraba el núcleo importante de A Capelada (Maciñeira 1943), y por el segundo se alcanzaban las tierras bajas de los valles del Tambre y del Ulla, en los que si bien la densidad de mámoas es bastante baja, está documentada sin embargo su existencia ⁽¹⁰⁾.

Las observaciones anteriores resultan más evidentes si, en vez de ceñirnos al borde occidental de ese núcleo megalítico interior que consideramos, extendemos nuestro análisis siguiendo sus límites en todo su entorno y nos fijamos en las zonas naturales de acceso a las penillanuras lucenses desde otras zonas.

- (7) Desde hace tiempo y por parte de diferentes investigadores se ha señalado una enorme concentración de túmulos en la sierra que limita los concellos de Incio y Sarria, en la denominada necrópolis de Santa Mariña.

Ahora bien, esta necrópolis se encuentra en una interrupción o *collado* de la mencionada sierra a través del cual se unen los valles que conforman, mayormente, los dos ayuntamientos citados; de hecho es a través de este collado por donde discurre la carretera actual, y antes de ella discurrían por allí los caminos por los que se accedía a centros importantes a causa de las ferias comarcales que en ellos se celebraban. Aún más, si cambiamos la escala de observación desde lo que sería un mapa 1:25.000 a una escala 1:200.000, se detecta claramente que ese collado tiene una significación aún mayor que la de servir de mero lugar de tránsito entre dos pequeñas regiones, pues se percibe que esa zona define uno de los accesos fundamentales desde el sur hacia la penillanura interior lucense y a través del valle de Sarria ⁽¹¹⁾.

- (8) Prospecciones recientes en las montañas orientales de Lugo han mostrado la existencia sobre sus divisorias de extensas concentraciones de mámoas que unas veces se distribuyen de forma lineal a lo largo de los caminos que las culminan, y en otras ocasiones forman pequeños y abigarrados núcleos ⁽¹²⁾.

Encontramos aquí nuevamente el hecho de que, si exceptuamos la propia rasa cantábrica, la vía natural de comunicación con Asturias se realiza a través de estas tierras altas, siguiendo en sentido general el curso de la actual carretera nacional 630 ⁽¹³⁾. De hecho, en esta zona, las mámoas se extienden sin solución de continuidad desde Galicia hacia Asturias o viceversa, llegando a ser difícil, por no decir imposible, establecer un límite arbitrario entre ambos mundos megalíticos.

⁽⁸⁾ Véase sobre esta importante agrupación Maciñeira 1943 y 1947.

⁽⁹⁾ Este caso ha sido descrito en Criado Boado 1980 y B, y en Criado Boado y Vaquero Lastres 1992.

⁽¹⁰⁾ Por ejemplo, en las tierras de Melide y en el concello de Santiago (Criado Boado 1987).

⁽¹¹⁾ Esta zona constituye, de hecho, uno de los pocos accesos asequibles, si exceptuamos el valle del Miño que, si bien es ahora vía «natural» de comunicación, como es bien sabido plantea como todos los valles grandes dificultades de accesibilidad. Estos datos nos han sido comunicados por el Equipo que realiza la catalogación y estudio del ayuntamiento de Samos (integrado, entre otros, por Tomás Femandéz y Ana Filgueiras).

⁽¹²⁾ La documentación se encuentra en trabajos inéditos (Criado Boado A); estos datos han sido confirmados por el trabajo reciente de prospección realizado por José Alonso Braña.

⁽¹³⁾ El funcionamiento de esta amplia zona como nexo de unión de Galicia con Asturias es lo que llevó precisamente a nuestro compañero C. Llana Rodríguez a plantear la excavación del yacimiento paleolítico de «A Cova da Valiña», en Meira (Lugo), en el convencimiento de que aquí se podrían localizar los vínculos entre el mundo paleolítico bien conocido de Asturias y el incipientemente estudiado de Galicia, (Llana Rodríguez et al. 1989). los trabajos recientes de inventario de túmulos en esta zona por parte de Javier Chao Rego han confirmado también la vinculación entre mámoas y áreas de paso.

Finalmente creemos que es asimismo significativo el hecho de que en otras zonas, que sin embargo son lugar de paso entre la Cuenca Alta del Miño y tierras periféricas, no aparezcan en cambio túmulos. Ambas condiciones concurren sobre todo en el «paso» representado por Abadín (n.º 9 en el mapa), que constituye una clave de desplazamiento entre A Terra Chá y la costa de Lugo. En este caso, aunque estamos ante una zona utilizada en diferentes épocas como paso, no podemos afirmar que haya tenido la misma función en la etapa megalítica. La razón para ello es bastante evidente, pues está claro que para que un punto sea un paso no sólo hay que tener un lugar para transitar, sino primero un lugar hacia el que pasar. Y es bien sabido que en la rasa cantábrica lucense no existen mámoas, o en todo caso su presencia es excepcional ⁽¹⁴⁾.

Observaciones finales

De las anotaciones que hemos sugerido aquí, se derivan varias observaciones, que no conclusiones.

La primera de ellas y más concreta es que, si bien en el estado actual de la investigación es difícil y arriesgado intentar explicar la asociación entre concentraciones de túmulos y vías de tránsito, por el momento debemos sugerir que, *en el marco de la comarcalización que se empieza a percibir dentro del fenómeno megalítico gallego, resultaría muy importante descubrir hasta qué punto ciertas zonas que constituyen áreas de tránsito entre comarcas distintas podrían haber tenido un papel importante dentro del megalitismo.*

Esta posibilidad, por su parte, tiene una forma de contrastación muy fácil e interesante, pues no en vano la hipótesis en la que se apoya, posee, en definitiva, un fuerte carácter predictivo. Así, asumiendo la existencia de esa región interior que hemos aquí entrevisto, resulta pertinente determinar a través de un análisis cartográfico riguroso los principales puntos o zonas de acceso a aquella para controlar, posteriormente, la aparición o no en esas áreas de nuevas agrupaciones importantes de mámoas.

Pero tal vez sean casi más interesantes las implicaciones de carácter teórico y, más en general, las nuevas líneas de pensamiento y posibilidad que se abren a partir de este tipo de apuntes. Durante mucho tiempo hemos mantenido la idea de que, mientras la *localización puntual* de las mámoas era consecuencia de un proceso consciente, por parte de sus constructores, de *emplazamiento* de las mismas y que éste, por su parte, estaba fundamentalmente determinado por elementos de carácter simbólico, ritual y, en definitiva, imaginario, la *distribución general* de los túmulos nos acercaba en cambio al conocimiento y estudio del *asentamiento* y de la geografía humana de esas comunidades y, como tal, estaría fundamentalmente relacionado con circunstancias de carácter ambiental, tecnológico y económico (Criado Boado et al. 1986: 16).

Y sin embargo las observaciones que ahora se nos sugieren presentan e invitan a explorar una posibilidad inquietante y al tiempo prometedora: inquietante porque sin duda durante mucho tiempo nos hemos acostumbrado a reconocer la idea fácil de que la geografía distributiva de las mámoas reproduce o, en todo caso, es el producto de la propia geografía locacional de sus constructores, al tiempo que el efecto de éstos sobre el paisaje; y prometedora porque, frente a las tentaciones inmovilistas de esa argumentación, la posibilidad que aquí se explora abre nuevas perspectivas e interrogantes sobre el fenómeno megalítico gallego.

El primero de ellos atiende a la posibilidad de que la misma distribución de mámoas, en vez de estar sólo o principalmente en función de factores de orden infraestructural, estuviese también intimamente con elementos de orden imaginario semejantes a los que influyen y operan en el caso del emplazamiento.

El segundo interrogante, verdadera cuestión final que plantea este breve trabajo, anima a relacionar mámoas y túmulos con una geografía de la movilidad, del desplazamiento, que no sólo se daría a escala local y pequeña, sino también comarcal y más amplia. Se reabriría así el tema, cerrado durante mucho tiempo por

⁽¹⁴⁾ No obstante, esta explicación debe tomarse con cautela, pues en la vecina Asturias, M.A. de Blas ha avanzado la propuesta de que podría haber existido durante la época megalítica una ocupación y utilización estacional de la rasa cantábrica por parte de algunas comunidades constructoras de túmulos en las «Sierras Planas» anejas a la costa (Blas Cortina 1987: 130-1 y 136-7); lamentablemente en Galicia no tenemos datos para determinar hasta qué punto pudo haber existido una integración de ese estilo entre las plataformas litorales y las zonas altas inmediatas a la costa. En realidad el estudio del medio litoral como factor locacional en la distribución de las comunidades megalíticas del NW todavía no ha sido asumido convenientemente, y lo más que podemos decir ante la falta de los datos precisos para plantearlo es que debieron darse situaciones distintas en las zonas en las que la costa está dominada por sierras altas considerablemente alejadas del mar (caso de la rasa de Lugo), y en las áreas con sierras bajas y/o sin problemas de acceso al mar desde ellas.

falta de rigurosidad de enfoque, y carencia de procedimientos para sustituirla, de la relación entre megalitismo e itinerancia, entre monumentos inmóviles y grupos móviles.

Santiago de Compostela, Noviembre de 1990.

Agradecimientos

Queremos hacer constar nuestro agradecimiento a los miembros del Grupo «Federico Maciñeira», de la Empresa de ENDESA en As Pontes de García Rodríguez (Coruña, Galicia), por habernos facilitado la distribución de mámoas de la zona de As Pontes. Asimismo a Javier Chao Rego, que realizó la restitución cartográfica a escala 1:200.000 de esa distribución. Y finalmente al delineante Angel Rodríguez Paz, que delineó todas las figuras que integran este trabajo.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

- BELLO DIEGUEZ, J. M., CRIADO BOADO, F. y VAZQUEZ VARELA, J. M., 1987 — *La cultura megalítica de la provincia de la Coruña y sus relaciones con el marco natural: implicaciones socio-económicas*. Coruña.
- BLAS CORTINA, M. A. de, 1987 — La ocupación megalítica en el borde costero cantábrico: el caso particular del sector asturiano, *El Megalitismo en la Península Ibérica*, Madrid, 127-41.
- CARBALLO ARCEO, L. X., NAVEIRO LOPEZ, J. L. y REY CASTIÑEIRA, P., 1988 — Problemas de compartimentación espacial do castrexo Galaico, *Colóquio de Arqueología do NW Peninsular (Porto-Baião, 1988)*, TAE 28 3-4, 168-83.
- CRIADO BOADO, F., 1980 — Catalogación de mámoas en los municipios de Curtis, Sobrado y tierras adyacentes, *Brigantium* 1, 13-40.
- 1987 — Los túmulos megalíticos, *Catalogación de Yacimientos Prerromanos del Ayuntamiento de Santiago* (varios Autores), (Arqueología-Investigación, 3), Santiago, 22-54.
- 1988 — Mámoas y rozas: panorámica general sobre la distribución de los tumulos megalíticos gallegos, *Colóquio de Arqueología do NW Peninsular (Porto-Baião, 1988)*, TAE 28 1-2, 151-60.
- 1989 — *Contribución al estudio de las relaciones entre las comunidades megalíticas del Noroeste Peninsular y su medio natural: implicaciones socioeconómicas*. Tesis Doctoral presentada en la Fac. de Xeografía e Historia, Santiago.
- 1989a — Asentamiento Megalítico y Asentamiento Castreño: una propuesta de síntesis, *Gallaecia* 11, 109-37.
- 1990 — Arqueología del Paisaje y Espacio Megalítico en Galicia. *Arqueología Espacial*, 13, Teruel, 61-117.
- A — *Prospecciones de Túmulos Megalíticos de la Provincia de Lugo, (campaña de 1984): comarca de A Fonsagrada*, Santiago, Dirección Xeral do Patrimonio Histórico e Documental, (Xunta de Galicia), memoria inédita.
- B — *Prospecciones de Túmulos Megalíticos de la Provincia de A Coruña, (Campaña de 1984): la sierra de O Barcelo, (concellos de Toques, Melide y Sobrado)*. Santiago, Dirección Xeral do Patrimonio Histórico e Documental, (Xunta de Galicia), memoria inédita.
- CRIADO BOADO, F., AIRA RODRIGUEZ, M. J. y DIAZ-FIERROS, F., 1986 — *La construcción del paisaje. Megalitismo y Ecología en la Sierra de Barbanza*. Santiago.
- CRIADO BOADO, F. y FABREGAS VALCARCE, R., 1988 — The megalithic phenomenon of NW Spain: main trends, *Antiquity* 63, 683-696.
- CRIADO BOADO, F. y VAQUERO LASTRES, J., — A, El Emplazamiento Megalítico en Galicia, *Trabajo inédito*.
- 1992 — El fenómeno tumular, *La Arqueología del Paisaje en Galicia. Resultados preliminares de tres campañas de trabajo de campo en la Sierra de O Bocelo y en el valle del río Furelos* (Criado Boado et al.). Santiago.
- FABREGAS VALCARCE, R., 1988 — Megalitismo de Galicia, *Colóquio de Arqueología do NW Peninsular, (Porto-Baião, 1988)*, TAE 28, 57-73.
- FABREGAS VALCARCE, R., 1988a — La industria lítica pulimentada, *Aproximaciones a la cultura material del megalitismo gallego* (R. Fábregas y F. de la Fuente). (Arqueohistórica, 2), Santiago, 15-53.
- FABREGAS VALCARCE, R., 1990 — *Estudio de los ajuares líticos de las sepulturas megalíticas de Galicia y Norte de Portugal*. Tesis doctoral presentada en la Facultad de Geografía e Historia de la U.N.E.D., Madrid.
- FABREGAS VALCARCE, R., 1990a — Industria lítica en el megalitismo del Noroeste peninsular: consideraciones generales, *Espacio, tiempo y forma* 3, 105-141.
- JORGE, V. O., 1989 — Arqueología social dos sepulcros megalíticos atlánticos: Conhecimentos e perspectivas actuais, *RFLUPH* 6, 365-443.
- MACIÑEIRA Y PARDO DE LAMA, F., 1943 — Tumulos prehistoricos. Inventario descriptivo de los 286 tumulos prehistoricos hasta ahora descubiertos en la avanzada comarca del cabo Ortegal, *Boletín de la Real Academia Gallega* XXIII, 21-9, 1124-35, 178-86, 236-9 y 314-21 y XXIV, 15-34.
- 1947 — *Bares, puerto hispanico de la primitiva navegacion occidental*. Madrid.
- VAQUERO LASTRES, J., 1988 — ¿Dónde diablos se esconden nuestros muertos que no los podemos ver?, *Gallaecia* 11, 81-107.
- 1990 — Galineiro paso de lobos, novios y héroes, *CEG* (en prensa).
- A — *Consideraciones sobre el emplazamiento de los túmulos en el interior de Galicia*. Trabajo de Licenciatura presentado en la Facultad de Xeografía e Historia, Santiago.

MAMOA 1 DA PEDREIRA, S. PEDRO DE VALE DO CONDE
(MARMELOS, MIRANDELA)
ESCAVAÇÃO DE EMERGÊNCIA

*Maria de Jesus Sanches **
*Iva João S. Teles M. Botelho ***
*Margarida M. Santos Silva ****

1. — LOCALIZAÇÃO DA ESTAÇÃO E ACESSOS

Lugar: S. Pedro de Vale do Conde

Freguesia de Marmelos

Concelho de Mirandela

Distrito: Bragança

Coordenadas:

Lat. 41° 26' 17" N

Long.- 1° 55' 25" E de Lx

Alt. absol. 360 m (Seg. a Carta Militar de Port. na esc. 1: 25000, folha 90) (Fig. 1)

Quem de Mirandela se dirigir pela estrada alcatroada a S. Pedro de Vale do Conde, depara, ao Km 4 e do lado esquerdo, com um caminho carreteiro recentemente reaberto, o qual conduz ao núcleo de mamoa da Pedreira. A mamoa 1, porque cortada pelo caminho, é fácil de detectar, precisamente a 750 m da bifurcação da estrada. Implanta-se, tal como as nº 2 e 3, numa vasta área de peneplano contígua ao vale do rio Tua (hoje totalmente agricultada de cereais e oliveiras). Esta área é fracamente drenada por pequenos cursos de água, predominantemente sazonais e que correm por vales muito abertos. Dirigem-se todos para o rio Tua.

Os solos, de natureza argilosa, são atravessados por formações de xistos e quartzitos (do Silúrico).

2. — MOTIVOS E OBJECTIVOS DA REALIZAÇÃO DE UMA ESCAVAÇÃO DE EMERGÊNCIA NESTE MONUMENTO

Aquando da prospecção arqueológica do concelho de Mirandela, que realizámos essencialmente nos meses do Verão de 1988, a mamoa 1 da Pedreira já havia sido cortada pela estrada, portanto parte do seu *tumulus* estava destruído (1). Nessa altura, uma grande laje de xisto quartzítico, situada no centro da protuberância topográfica, ainda aí jazia coberta de terra e evidenciava ter sido recentemente deslocada. No mês de Agosto de 1990, quando desenvolvíamos escavações na Serra de Passos, decidimos ir mostrar aos alunos que participavam nos trabalhos, o núcleo de mamoa que ficava simultaneamente mais próximo

* Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

** Licenciada em História, com a Variante de Arte.

*** Licenciada em História. Professora do Ensino Secundário (Escola C+S de Paços de Brandão).

(1) M. J. Sanches e B.C.T.O. Santos, Levantamento arqueológico do concelho de Mirandela, *Portugália* n. s. VIII, 1987, 17-56.

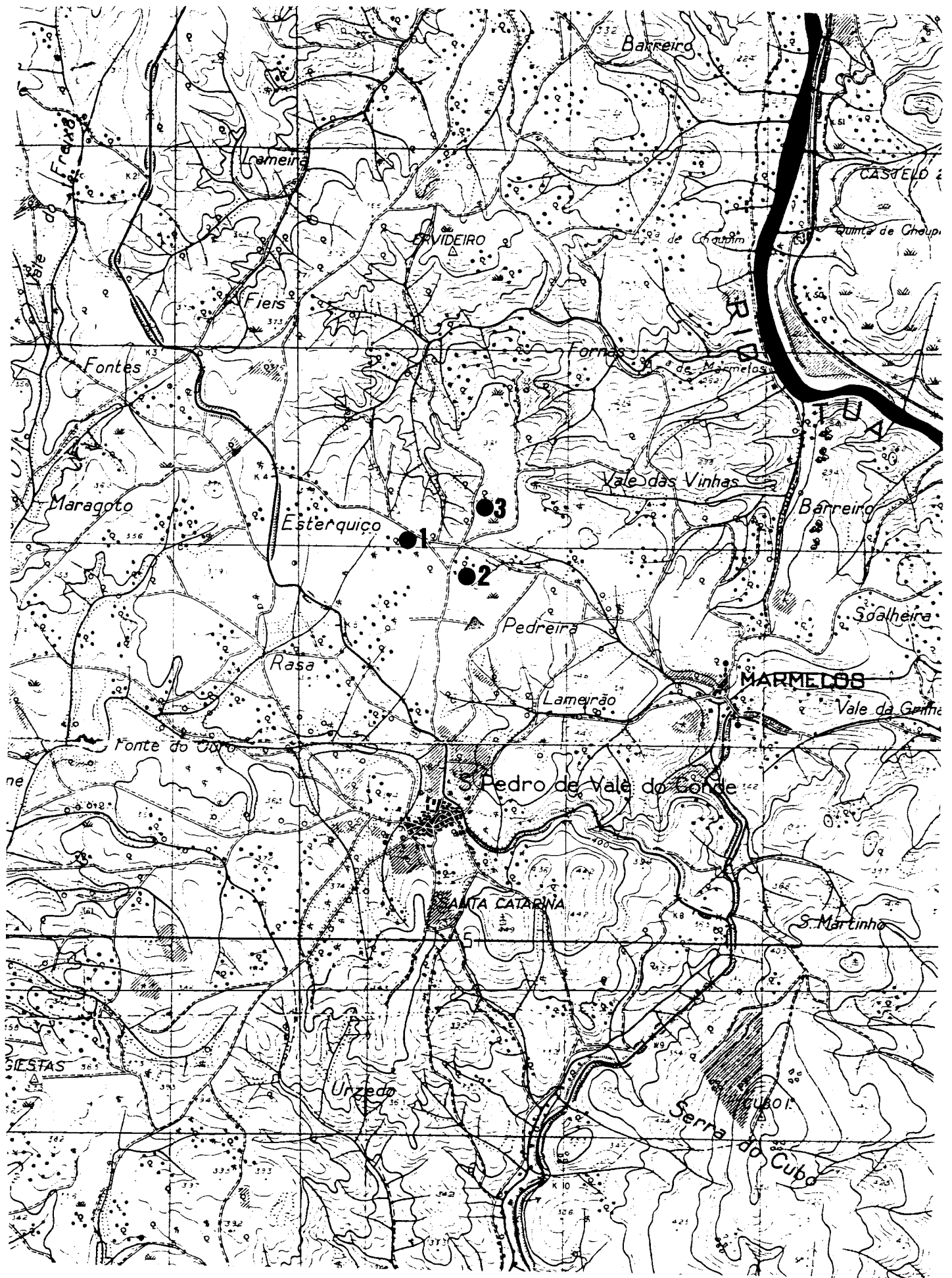


Fig. 1 — Localização das mamoadas 1, 2 e 3 da Pedreira (Seg. a Carta Militar de Portugal, na esc. 1/25 000, folha 90).

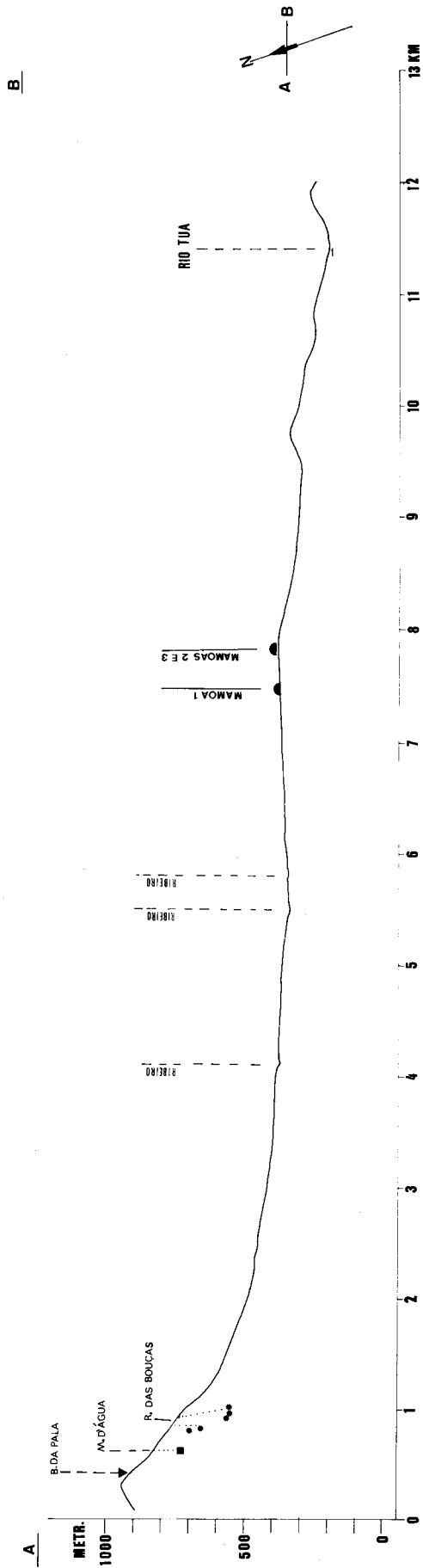


Fig. 2 — Perfil topográfico A-B (genericamente W-E) do território da bacia depressionária de Mirandela, compreendido entre a Serra de Passos, a Oeste e o rio Tua, a Leste. Na Serra de Passos figura o abrigo Buraco da Pala, o povoado pré-histórico Mãe d'Água e os abrigos com pintura esquemática do Regato das Bouças; no peneplano vemos as mamoas do núcleo da Pedreira. O povoado Mãe d'Água, os abrigos do Regato das Bouças e as mamoas 2 e 3 da Pedreira, estações por sobre as quais não passava este perfil, figuram em projecção horizontal. (Seg. a Carta Militar de Portugal, na esc. 1/25 000, folhas 76, 90 e 91).

daquela Serra e se avistava da entrada do abrigo Buraco da Pala (Fig. 2). Verificámos então que o terreno tinha sido profundamente revolvido. Constatámos posteriormente que para tal fora utilizado um potente tractor. A grande laje supracitada fora totalmente desenterrada e parcialmente removida do centro do monumento (Fig. 3).

Desde logo comunicámos ao SRAZN esta destruição e dispusémo-nos a realizar aí uma escavação de emergência. Esta destinava-se a recuperar a documentação ainda jacente, dado que a passagem permanente de pesadas máquinas agrícolas por sobre o *tumulus*, assim como a remoção por elas efectuada, destruiria, sem qualquer dúvida, tudo o que restava da mamoa.

Deslocou-se de imediato ao local o Dr. Miguel do SRAZN, o qual reconheceu a necessidade de uma intervenção de emergência. Passados poucos dias, aquela instituição informava-nos de que já havia sido concedida autorização para a realização da escavação (2).

De destacar aqui que a maioria dos monumentos sob *tumuli* (megalíticos ou não), da bacia depressionária do Tua, se encontra totalmente, ou quase totalmente, destruída. Em torno a S. Pedro de Vale do Conde, portanto nas áreas aplanadas e erosionadas contíguas ao rio Tua, há notícias da existência, em tempos passados, de 5 monumentos deste tipo. Porém, na actualidade já só resta, no núcleo da Pedreira, a mamoa 1 (que é objecto deste trabalho) e a mamoa 2. A mamoa 3 foi recentemente arrasada com uma máquina agrícola. De referir todavia, que um dos monumentos situado a cerca de 1,5Km para Sul da aldeia, no local da *Antinha*, e que havia sido noticiado por F. M. Alves, integrava uma construção megalítica. A atender a um esquema que aquele investigador fez quando visitou o local, trata-se de um dólmen de câmara poligonal ou rectangular, com vestíbulo (duas lajes marcavam a entrada) aberto a nascente (3).

Por outro lado, estando nós a estudar o povoamento, na Pré-história recente, da bacia depressionária de Mirandela, e incidindo os nossos trabalhos fundamentalmente na Serra de Passos, situada a cerca de 7 Km (em linha recta) para W, a mamoa 1 da Pedreira poderia dar-nos indicações mais precisas sobre a ocupação humana das zonas baixas e aplanadas desta região, circunscritas pela Serra de Passos e pelo vale do rio Tua (Fig. 2).

3. — ESCAVAÇÃO: METODOLOGIA E RESULTADOS

A metodologia seguida foi ditada quer pelo estado de conservação da mamoa, quer pela orientação da estrada. Assim, procedeu-se à cobertura fotográfica do local, seguido-se o levantamento topográfico. O traçado das curvas de nível indicaria a orientação das valas a abrir. Após quadriculado o terreno em quadrados de 2x2m (quadriculagem que serviu de base ao levantamento topográfico), decidimos abrir duas valas de sondagem, perpendiculares entre si, e intersectadas no ponto mais alto do montículo. Uma das valas foi traçada de modo paralelo à estrada (Fig. 3).

Dos resultados da escavação dá-nos conta a planta do monumento (Fig. 4), o corte estratigráfico (Fig. 5) e a documentação fotográfica.

A mamoa 1 da Pedreira foi implantada sobre um afloramento proeminente de xisto; essa proeminência foi parcialmente responsável pelo seu volume.

Apresentava-se quase completamente destruída, e não detectámos aí qualquer couraça pétreia. Apesar disso foi identificada uma única camada do *tumulus*, não delimitada exteriormente por pedras. Esta camada (camada 1) tinha no centro cerca de 25 cm de espessura, mas diminuía à medida que se alongava para a periferia.

Se atendermos à extensão da camada 2, diremos que a mamoa 1 da Pedreira teria um *tumulus* de forma subcircular, levemente alongado no sentido NW-SE. Neste eixo teria cerca de 15 m de comprimento.

Aproximadamente no centro geométrico do *tumulus*, escavámos uma estrutura pétreia (E.P.) muito peculiar.

Em planta desenhava-se genericamente em oval alongada no sentido W-E. Tinha de eixo menor 2,60m e de eixo maior 4m.

(2) Os trabalhos foram financiados pelo IPPC (40 mil escudos) e pela Junta de Freguesia de Marmelos (9 mil escudos). Contaram ainda com o apoio logístico e com os transportes da Câmara Municipal de Mirandela.

(3) Cf. nota 1.

MAMOA 1 DA PEDREIRA

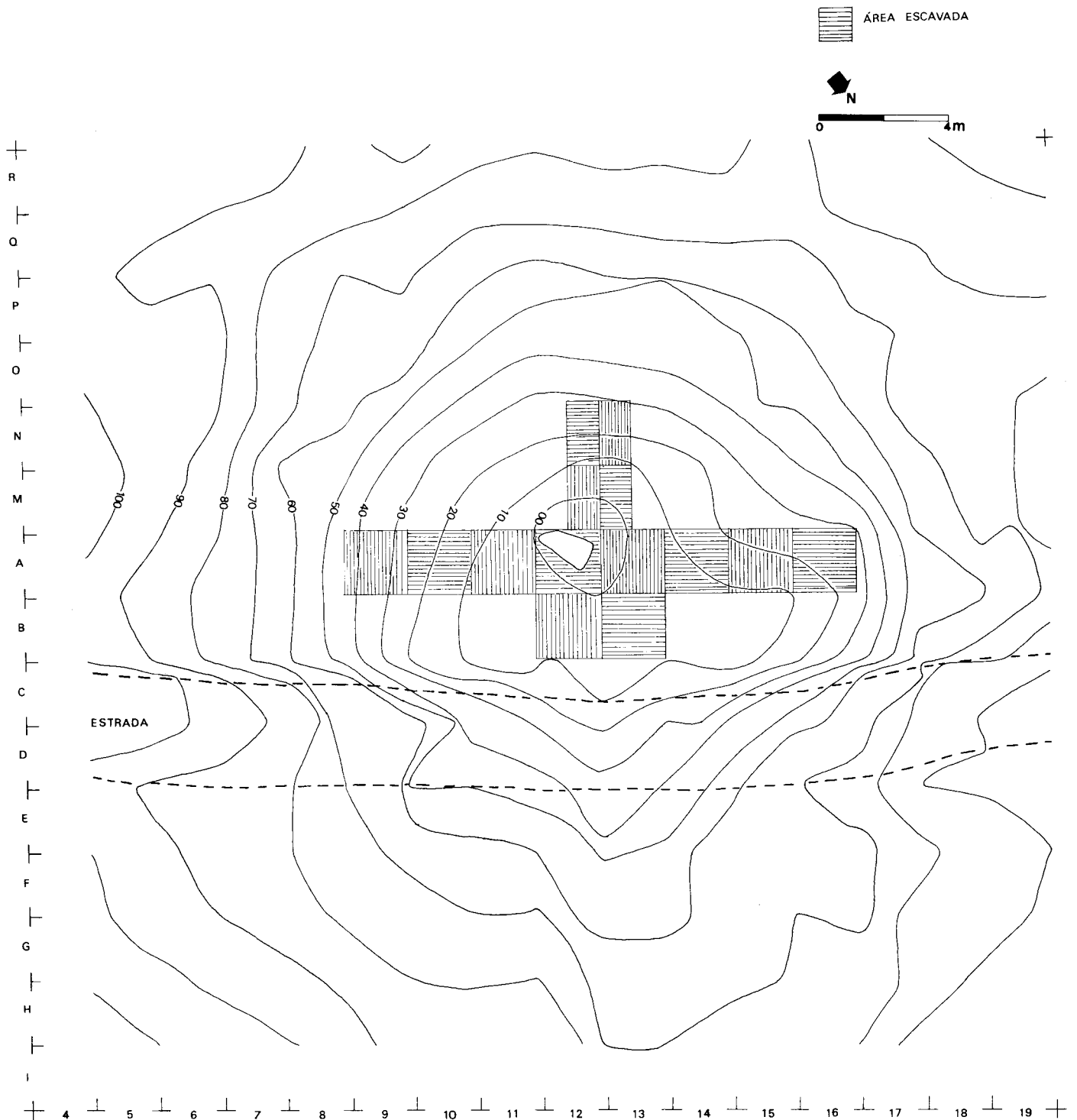


Fig. 3 — Planta topográfica da Mamoa 1 da Pedreira, com indicação da estrada que cortou o *tumulus* ; figura ainda a área escavada. No centro do monumento está representada a grande laje de xisto quartzítico ("Esteio"), que jazia aí tombada aquando do início dos trabalhos.

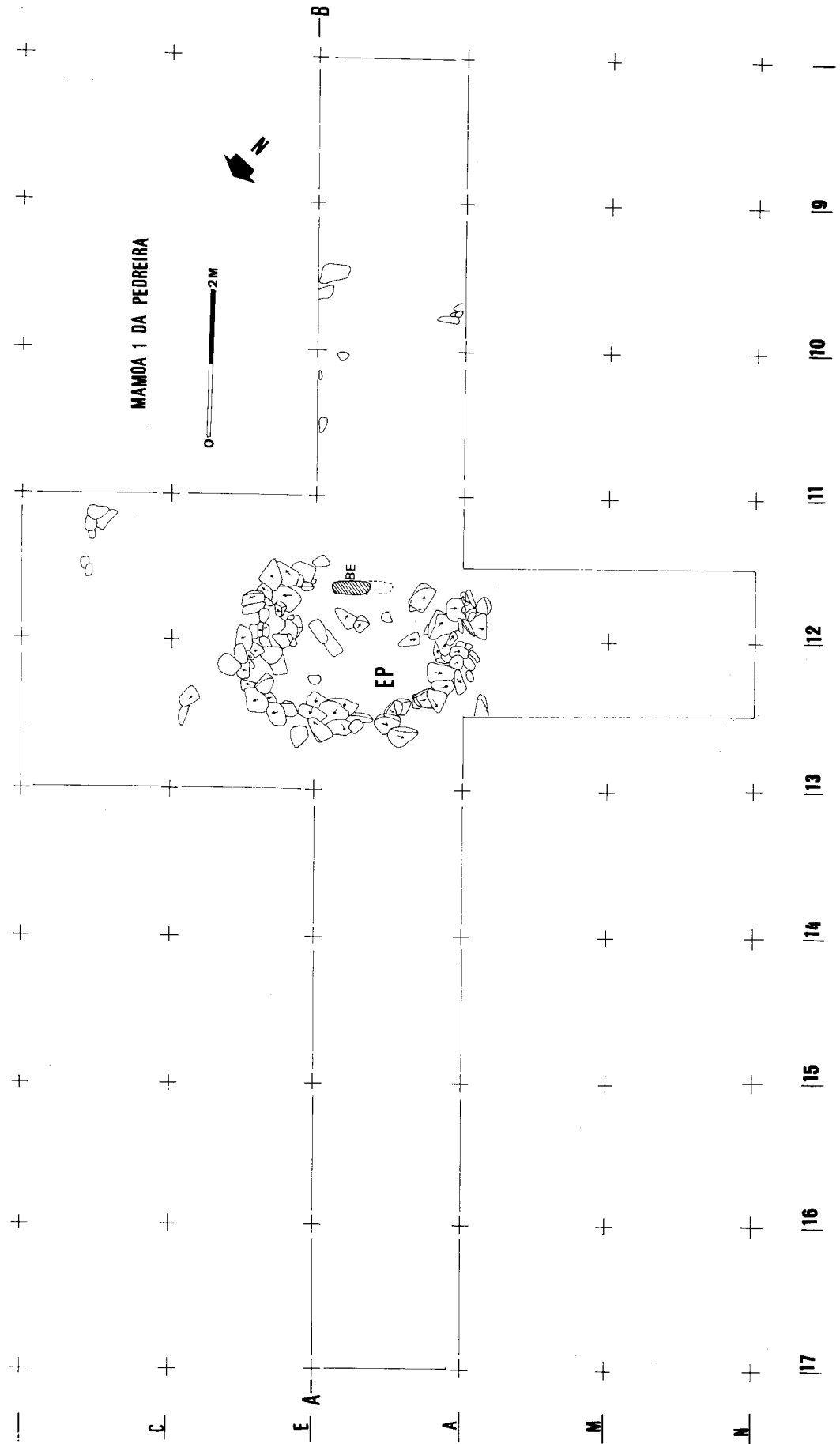


Fig. 4 — Planta geral do monumento. EP — estrutura pétreá subcircular; BE — buraco do "esteio" que fecha a estrutura pétreá central.

Era formada por um arco de pequenas lajes de xisto quartzítico (mais largo numas zonas que nas outras), o qual parecia fechar do lado SSE de encontro à grande laje de xisto (ou esteio, que tem 1,6m de altura) removida pelas máquinas agrícolas. Com efeito, detectámos aí o buraco ou negativo da base dessa laje. Como os contornos do buraco coincidem com aqueles de uma das extremidades do “esteio”, julgamos que aquela grande laje se encontraria aí fincada na vertical ou levemente inclinada para Oeste. Não encontramos vestígios de “assentamento” de outros esteios, nem na periferia da mamoa se encontram lajes de tamanho médio ou grande que nos façam supor terem aqueles existido originalmente. Estas ocorrências infirmaram a nossa ideia inicial de que a estrutura pétreia fosse um contraforte de uma pequena câmara megalítica.

A estrutura pétreia (E. P.) definia um espaço interior também de contorno ovalado, com 1,70 de eixo menor e 2,20 m de eixo maior, e com cerca de 45 cm de profundidade (a partir do topo superior das pedras que a definem no seu contorno). Na sua parte superior encontrava-se preenchida com terra similar à do *tumulus* (cam. 1) (Fig. 5). Porém, um pouco abaixo do nível da base das pedras periféricas, existia um nível horizontal, contínuo e com uma espessura que variava entre 2 e 4 cm, formado de argila muito fina, acinzentada, similar a lodo seco (cam. 3). Sob esta definia-se ainda uma camada de terra argilosa, muito parecida, na sua textura, à da camada 1, embora de cor muito mais avermelhada e mais fina — camada 4. Esta camada assentava no solo geológico (Cam. 2), cuja composição dominante era ainda terra argilosa, muito grosseira. Aqui integrava grande % de cascalho.

4. — ESPÓLIO

É pouco significativo o espólio desta mamoa.

Aquando da nossa visita recolhemos da superfície um elemento movente de mó manual de granito, partido de um dos lados; do outro apresentava esboroamentos recentes (feitos provavelmente pelas relhas do tractor) (Fig. 6.3).

Do quadrado A11 e da base da camada 1 (*tumulus*) provém uma lasca de sílex, não retocada (Fig. 6.1); no quadrado A13, camada 1 e na parte interior da estrutura pétreia (ainda camada 1), foi exumada uma pequena lamela truncada de sílex (Fig. 6.2).

Fizeram-se ainda recolhas de carvão, essencialmente por flutuação e destinadas quer a análises antracológicas, quer a datações pelo C14. Passemos a enumerá-las: 1- E13, camada 1 (terras que integram as pedras da estrutura pétreia)—Antracologia; 2- A12- base da “fossa” ou buraco que inseria o esteio—Antracologia; 3- A12/13, Estrutura Pétreia- camada 4— Antracologia e C14 [recolha directa]; 4- A12/13, Estrutura Pétreia- camada 4—Antracologia e C14 ; 5-A12/13- Estrutura Pétreia- camada 2— Antracologia, C14 e Paleocarpologia. Enviámos para datação absoluta duas amostras retiradas do enchimento da Estrutura Pétreia: uma da camada 4 (amostra 4), outra do topo da camada 2, sob a Estrutura Pétreia (amostra 5). Aguardamos ainda o resultado de todas as análises.

5. — ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mamoa 1 da Pedreira é o segundo monumento escavado com uma metodologia actualizada na bacia depressionária de Mirandela. O outro é a *anta de Arcã* (em Abreiro) que se encontra em vias de publicação.

Ante o que expusémos precedentemente, afigura-se-nos importante pontuar algumas ideias.

A mamoa 1 da Pedreira, apesar de muito destruída, mostrou ter um *tumulus de terra que integrava e envolvia uma estrutura pétreia central*. É provável que este *tumulus* tivesse primitivamente sido provido de mais pedras do que aquelas que nos foi dado registar. Contudo, dado o escasso número de blocos que se espalham pelo terreno circundante, inclinamo-nos a pensar que este monumento nunca deve ter tido uma couraça pétreia contínua.

No centro do *tumulus*, a estrutura pétreia encontrava-se em relativo bom estado de conservação no que diz respeito ao seu contorno feito em lajes. Mas o maior revolvimento efectuado em profundidade deveu-se ao esvaziamento do seu enchimento original e ao deslocamento brusco da grande laje ou “esteio” referida no ponto 3. As dimensões desta fariam com que aflorasse à superfície do solo mesmo que estivesse levemente tombada.

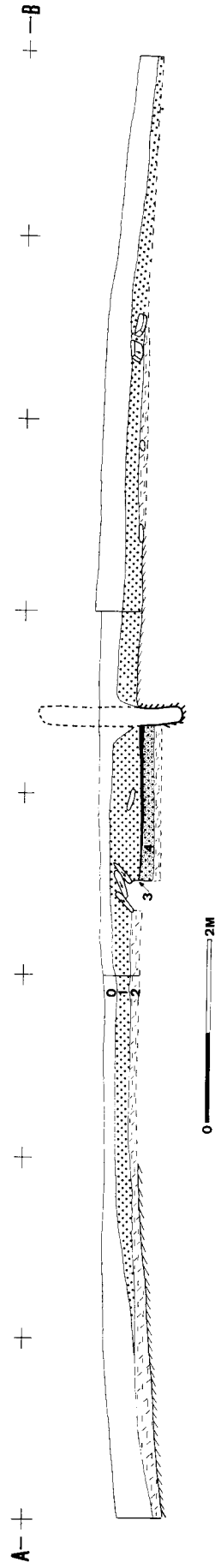


Fig. 5 — Corte estratigráfico A-B (ver sua localização relativa na figura 4). Camada 0 — Terra argilosa, muito revolvida; Camada 1 — Terra argilosa e arenosa de cor castanho avermelhada- terra do *Iurmius*; Camada 2 — Solo argiloso e arenoso, muito duro, de cor bege. Trata-se de solo geológico; Camada 3 — Terra muitíssimo fina, argilosa e compacta, de cor acinzentada(similar a lodo seco); Camada 4 — Terra argilosa, similar à da camada 1, mas mais avermelhada e mais fina.

A Estrutura Pétreia define um espaço interno “ em fossa” pouco profunda (45 cm de prof.). Na sua construção há que distinguir a parte superior — que foi construída mediante a colocação ordenada de lajes alinhadas em oval e inclinadas para o exterior, *por sobre o solo geológico* —, da parte inferior. Esta última foi intencionalmente *cavada* no solo geológico, inserindo-se nele. Uma e outra acções evidenciam a

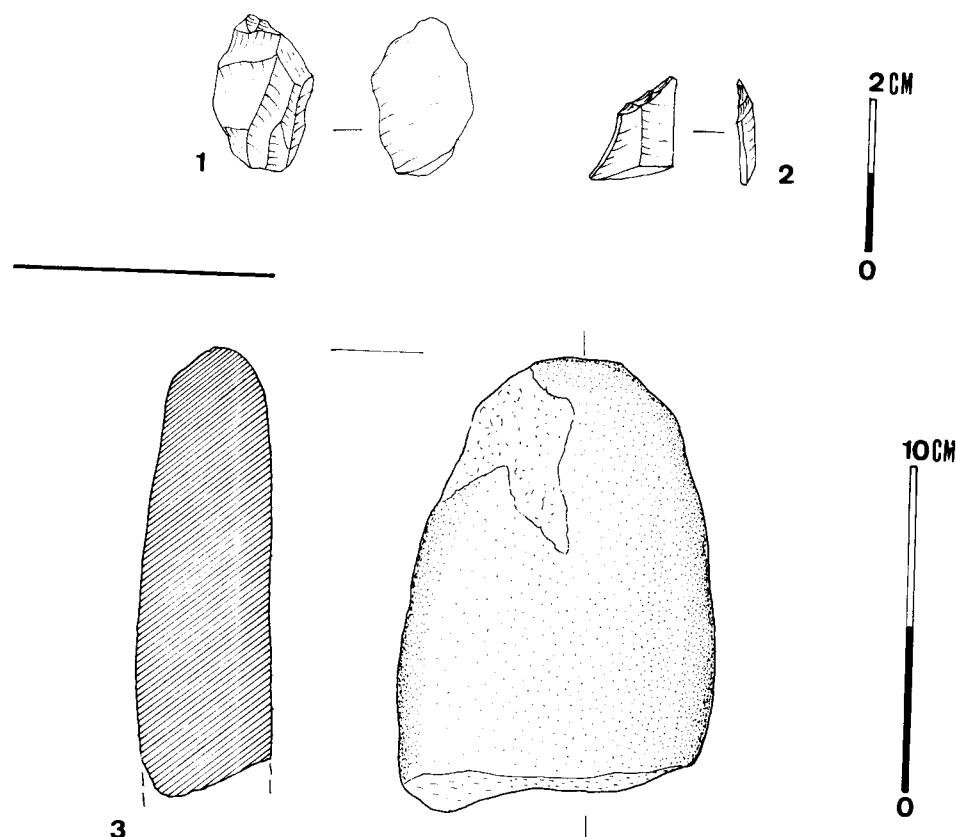


Fig. 6 — Espólio da Mamoa 1 da Pedreira. 1 — Q. A11/ base da camada 1 (*tumulus*) — lasca de dorso preparado, angular, oblíqua, provida de talão com plano de percussão liso; não retocada; ausência de vestígios de utilização. Mat. prima-sílex. 2 — Q. A 13, camada 1 (interior da estrutura pétreia) — instrumento microlítico sobre lamela truncada na extremidade distal e com dorso abatido não retocado; retoque directo, escamoso e abrupto. Mat. prima- sílex. 3 — Recolha de superfície — elemento movente de mó manual de granito, partido de um dos lados; do outro apresenta esboroamentos recentes.

intenção de delimitar um espaço (sepulcral ?) de contorno subcircular ou oval, cavado no solo de base e delimitado perifericamente por um alinhamento de pequenas lajes e por um “esteio” ou laje erguida em posição vertical ou subvertical. Uma camada de argila fina e acinzentada — camada 3 —, marca, no enchimento desta estrutura, o nível abaixo do qual nos pareceu não terem ocorrido grandes revolvimentos.

Deste modo, a mamoa 1 da Pedreira revela-se como um monumento singular no conjunto dos monumentos da bacia depressionária de Mirandela, já que a maioria daqueles que nos é dado conhecer actualmente (pela prospecção) nesta região insere estruturas megalíticas. Nalguns casos é claro que se trata mesmo de monumentos de corredor. Infelizmente a maioria dos *tumuli* já desapareceu completamente (*). É porém importante fazer notar que muito próximo do local da Pedreira, no topónimo *Antinha*, existiu um dólmén, provavelmente de corredor, noticiado e desenhado (em esquema) por F. M. Alves (†). Ainda no núcleo da Pedreira, a mamoa 2 parece conter uma estrutura megalítica de pequenas dimensões, em xisto.

(*) Cf. nota 1

(†) F. M. Alves, *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, IX, Bragança 1990, 707-708.

Quer na bacia de Mirandela, quer no próprio conjunto de (cinco) monumentos que se concentram nas zonas aplanadas em torno a S. Pedro de Vale do Conde, parece ser evidente o polimorfismo das arquitecturas internas dos *tumuli*. À medida que se desenvolvem trabalhos sistemáticos de prospecção e escavação nas mamoaas localizadas em regiões até há pouco quase desconhecidas do ponto de vista arqueológico, este facto tem vindo a impor-se.

Recentemente escavámos mais um monumento numa região próxima desta — no Planalto Mirandês ; este *tumulus* — Mamoa 2 de P. do Mocho — encontrava -se muito bem conservado e revelou uma estrutura central em “poço” ou “fossa” muito profunda (6), embora este planalto pareça apresentar, no seu conjunto, *tumuli* muito peculiares, marcados pela ausência de grandes estruturas megalíticas. Todavia, também aqui as estruturas funerárias centrais dos monumentos já escavados são diferentes umas das outras.

Tornar-se-ia despropositado no âmbito deste artigo enumerar as mamoaas que até há bem pouco tempo têm sido tidas como “excepcionais” pelo facto de não conterem câmaras megalíticas, pois o seu alargado número, quer no N. de Portugal, quer na Galiza ou Astúrias, mereceria, por si só uma abordagem específica adentro do fenómeno tumular.

Estudos de *tumuli* na província da Galiza — província onde o fenómeno megalítico é marcante — têm também evidenciado nos últimos anos e mercê do desenvolvimento de trabalhos de escavação, estruturas internas não megalíticas bastante diversas. Cremos ser oportuno destacar aqui dois monumentos. A Mamoa 6 da Cruz do Bocelo (Serra de Bocelo), que de modo similar àquele que é objecto deste estudo, continha, aproximadamente no centro, uma “louseta fincada” e apoiada no pavimento inferior do tumulus. Este pavimento, embora irregular, também havia sido criado artificialmente; outros pormenores estratigráficos induzem os autores deste trabalho a considerar a mamoa 6 como monumento desprovido de câmara megalítica; a laje fincada e o respectivo pavimento constituiriam a estrutura central (7). Por sinal, o monumento nº 28 da mesma necrópole — Mamoa 28 da Cruz do Bocelo —, também albergava no seu interior (no seu centro geométrico aproximado), uma pequena fossa de cerca de 40 cm de profundidade (e de diâmetro ainda incompletamente conhecido no estado actual dos trabalhos de escavação), escavada, tal como na mamoa 1 da Pedreira, no solo geológico da base (8).

Parece-nos que todas estas mamoaas “não megalíticas”, ao documentarem, no seu conjunto, uma tendência “cultural” específica patente na *desvalorização espacial* (e arquitectónica) *do local sepulcral* que se esconde no interior da massa tumular (mais ou menos monumental), reflectem um fenómeno ritual que perpassou por vários grupos culturais “megalíticos” ou “não megalíticos”, durante toda a Pré-história recente.

Post-data

Este artigo encontrava-se já em últimas provas quando recebemos do Laboratório de Radiocarbono do CSIC-Madrid, o resultado da análise pelo C14 de duas amostras que o Sr. Doutor Fernán Alonso, director daquele laboratório, teve a amabilidade de analisar graciosamente e a quem desde já agradecemos.

Para a apresentação dos resultados seguimos a numeração das amostras conforme foram apresentadas neste trabalho, no ponto 4 — Espólio.

São os seguintes os resultados:

Amostra 4 — A12/13, Estrutura Pétreá, camada 4: CSIC 888-890 ± 50 BP (1060 d. C.).

Amostra 5 — A12/13, (topo da camada 2, no contacto com a camada 4): CSCI 889-930 ± 60 BP (1020 d.C.).

Conclui-se assim que todo o interior da Estrutura Pétreá foi sujeita a revolvimentos, tendo os mais profundos ocorrido, segundo estas datas, por volta do ano mil.

Ainda os resultados das análises antracológicas — Amostras 4 e 5 do Anexo — devem ser referidos a estas datas.

Junho de 1992.

(6) M. J. Sanches, M. M. O. Santos Silva e I. J. Teles M. Botelho, Mamoa 2 de Pena do Mocho — um tumulus provido de uma estrutura central em “poço” (Sanhoane, Mogadouro), *TAE* 32 1992, 201-234.

(7) F. Criado Boado e X. Vaquero Lastres, Mamoaas 6 e 28 da Cruz do Bocelo, *Arqueologia-Informaciones* 2 1988, 111-114.

(8) Cf. nota 7, 114-116.



1 — Vista geral da Mamoa 1 da Pedreira (campo lavrado no centro da imagem), antes da escavação.



2 — Vista geral da mamoa 1 da Pedreira cujo *tumulus* foi cortado pelo estradão.

Est. II



Mamoá 1 da Pedreira com a Estrutura Pétreá central (EP); o asterisco indica o local do buraco que inseria o "esteio".

ANEXO

Mamoas 1 da Pedreira — Resultados antracológicos

por Isabel Figueiral

Os carvões identificados nesta análise provêm de cinco amostras recolhidas durante os trabalhos de escavação da mamoa 1 da Pedreira. Estas amostras levam a indicação e numeração do texto do artigo. Assim, as amostras 3 e 4 foram recolhidas nos sedimentos da camada 4 da Estrutura Pétreia central (quadrados A12/A13); a amostra 1 foi recolhida nas terras que consolidavam as pedras da mesma Estrutura Pétreia — camada 1 — (quadrado E13); finalmente a amostra 2 recolheu-se da base da «fossa» ou buraco que primitivamente inseriria o esteio (quadrado A12). Um total de 150 fragmentos foram identificados, tendo sido distinguidos diversos taxa, entre os quais dois tipos de Urze (*Erica arborea* e *Erica* tipo *scoparia*), Sobreiro (*Quercus suber* + cortiça), Giestas (Leguminosa tipo *Cytisus*), Medronheiro (*Arbutus unedo*), Esteva (*Cistus* sp.) e Trovisco (*Daphne gnidium*). Um dos fragmentos analisados foi identificado como *Quercus* tipo *ilex*. Cremos tratar-se de *Quercus suber*, mas as dimensões extremamente reduzidas do fragmento tornam impossível uma identificação específica precisa.

Resultados: (Para melhor referência ver Fig. 5 deste artigo)

<i>Camada 4</i>	<i>Amostra 3</i>	<i>Amostra 4</i>
Arbutus unedo	0	12
Cistus sp.	0	10
Cortiça	1	0
Daphne gnidium	1	0
Erica arborea	6	19
Erica tipo scoparia	5	9
Erica sp.	11	21
Leguminosa tipo Cytisus	1	9
Quercus tipo ilex	0	1
Indeterminável	1	5

Camada 4: Total de fragmentos identificados: 112

<i>Camada 2</i>	<i>Amostra 5</i>
Arbutus unedo	5
Cistus sp.	3
Erica arborea	3
Erica sp.	10
Leguminosa tipo Cytisus	3
Indeterminável	1

Camada 2: Total de fragmentos identificados: 25

«Base do esteio» — *Amostra 2* (quadrado A12): Cortiça 2

Sobre contraforte — Amostra 1 (quadrado E13):

Arbutus unedo	5
Leguminosa tipo Cytisus	1
Quercus suber	5

Total de fragmentos da amostra 1: 11

A interpretação correcta dos dados obtidos neste monumento só poderá ser feita no futuro, quando a multiplicação dos estudos de carácter ambiental, nesta região, for uma realidade. Com efeito, os nossos resultados têm um carácter muito pontual não apenas pelo número reduzido de carvões, mas sobretudo pelo facto de estes terem sido encontrados concentrados. Qualquer interpretação de natureza ambiental só pode assim tomar em linha de conta o factor presença/ausência das espécies. Não nos podemos assim aperceber da importância real destas espécies no meio-ambiente, no qual se insere este monumento.

Assinalaremos assim a presença de taxa que fazem parte actualmente de uma das comunidades vegetais (Comunidade 2) da região Duriense (Rego, 1983): *Quercus suber*, *Erica arborea* e Leguminosa do tipo *Cytisus*. Esta formação vegetal é característica das zonas mais húmidas desta região. A presença do Trovisco, do Medronheiro e das Estevas revela-se ecologicamente coerente com os taxa anteriormente assinalados. Com efeito, estes elementos, juntamente com a Urze branca (ou Torga — *Erica arborea*) estão geralmente associados com a degradação do montado. Estamos aqui perante elementos vegetais de afinidade marcadamente mediterrânica.

Será importante assinalar que a lista taxonómica obtida aqui, embora muito incompleta em termos ecológicos, apresenta semelhanças com a que foi obtida com o estudo dos povoados do Cunho e Barrocal Alto (Figueiral in Sanches, 1992). Todos os taxa identificados na Mamoa 1 da Pedreira foram assinalados igualmente no abrigo do Buraco da Pala (Figueiral, 1991). Através da conjugação dos resultados antracológicos até agora obtidos começa-se assim a esboçar uma imagem da paisagem vegetal do Nordeste do país, durante a Pré-História recente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- I. Figueiral (1991), Buraco da Pala: um meio ambiente vegetal explorado pelo homem. Resultados da análise antracológica, *Actas do II Encontro Paleoecologia e Arqueologia*. Vila Nova de Famalicão 1991, 13-29.
- I. Figueiral (1992), Primeiros resultados antracológicos do Planalto Mirandês: os povoados do Barrocal Alto e Cunho, in M. J. Sanches, *Pré-história Recente no Planalto Mirandês*. (Monografias Arqueológicas 3), Porto 1992, 155-159.
- Rego F. (1983), A study on Douro vegetation, *Ecologia Mediterranea IX* (Fasc. 2) 1983, 91-108.

TESP3: O POVOADO PRÉ-HISTÓRICO DA TORRE DO ESPORÃO (REGUENGOS DE MONSARAZ)

Victor S. Gonçalves (*)

1. identificação do sítio;
2. localização e descrição;
3. objectivos e condições em que decorreram os trabalhos;
4. o evoluir da escavação (1990-91);
5. estruturas;
6. materiais;
7. discussão e cronologia provável.

1. IDENTIFICAÇÃO DO SÍTIO

O sítio 3 da Torre do Esporão — designado em código de sítio por TESP3 — foi identificado no Outono de 1989 por Victor S. Gonçalves, Manuel Calado e Leonor Rocha, quando efectuavam o levantamento arqueológico da Herdade do Esporão.

Informações transmitidas ao signatário por Joaquim Bandeira, administrador delegado da FINAGRA (a empresa proprietária da Herdade), referiam que, aquando da construção do canil, tinham sido recolhidos fragmentos cerâmicos, entretanto desaparecidos. Essa área foi designada por TESP1, e devidamente prospectada, mas não foi nela recolhido, à superfície, qualquer fragmento cerâmico ou detectado o menor vestígio arqueológico.

A leitura dos perfis de uma grande vala, escavada nos anos 70 e destinada, segundo a versão recolhida, à construção de uma piscina, revelou fossas com ocupações diferenciadas no tempo, uma provavelmente calcolítica, outras com materiais da Idade do Bronze, e outra com vestígios da II Idade do Ferro. Esta área foi designada por TESP2.

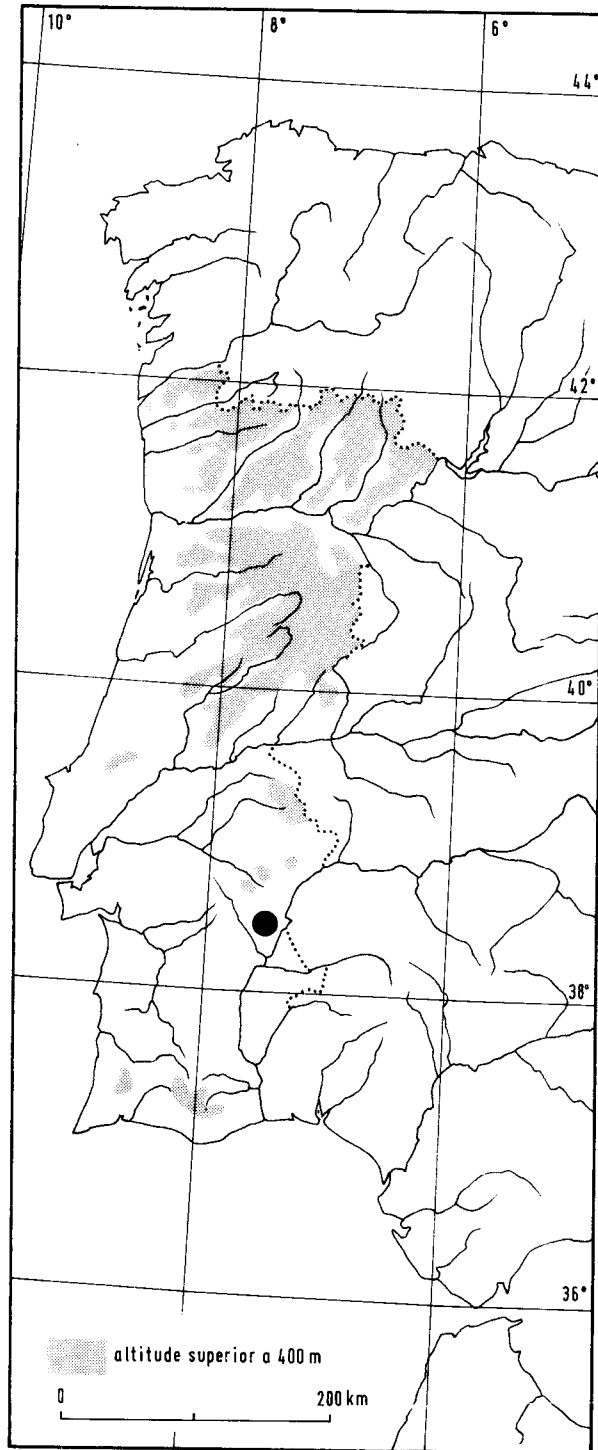
Finalmente, a prospecção de um olival que se encontra nas «traseiras» da Torre medieval evidenciou um conjunto de artefactos atribuíveis ao Calcolítico, ainda que a sua relativa escassez impedisse, nesse momento, uma localização adequada dentro do 3.º milénio.

Esta última área, bem diferenciada, foi designada por TESP3 e é dela que este trabalho se ocupa.

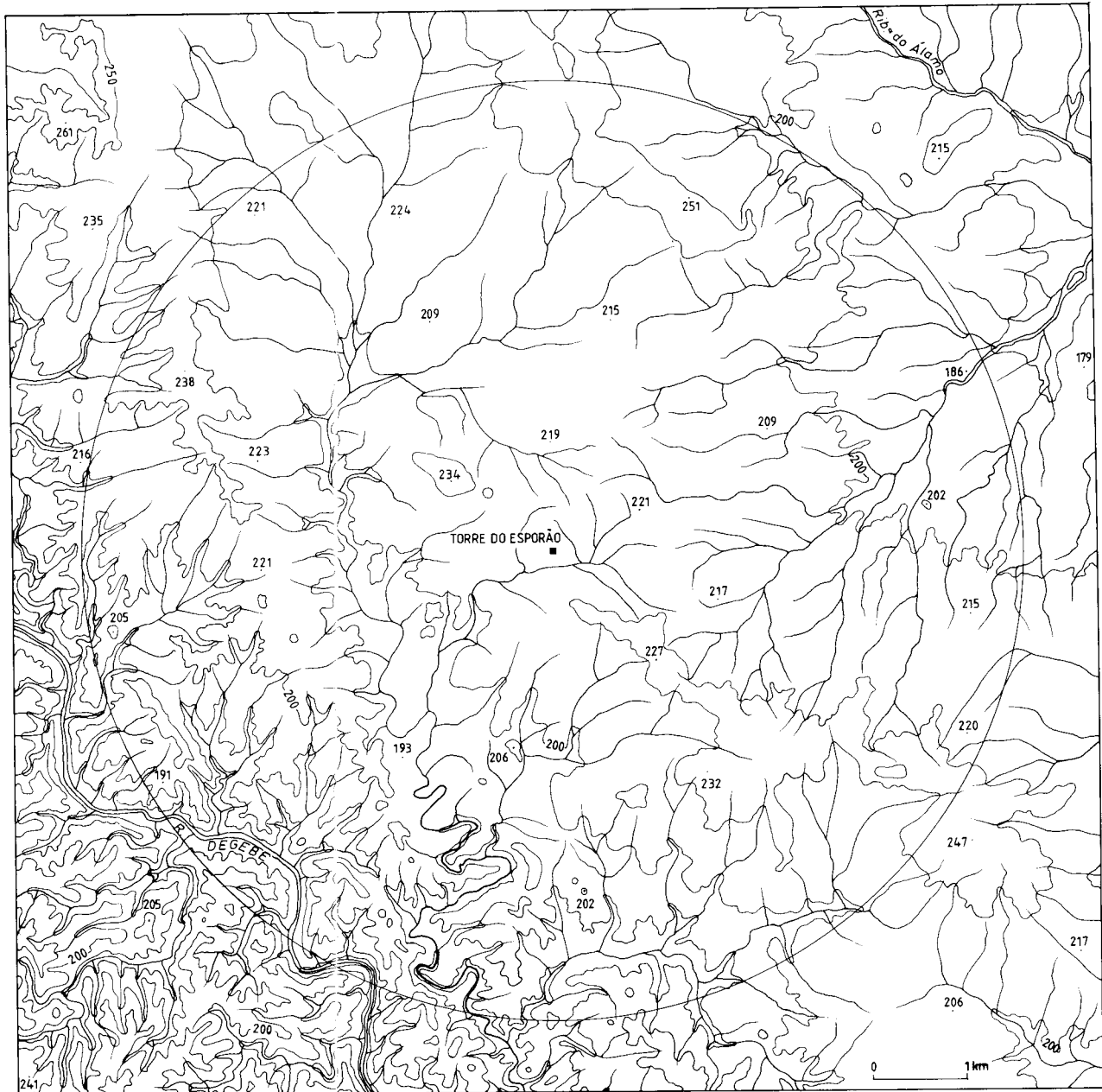
2. LOCALIZAÇÃO E DESCRIÇÃO

O sítio designado TESP3 localiza-se junto (e provavelmente sob) a Torre do Esporão. A Torre faz parte da mais antiga «Defesa» do Alentejo e teria sido primeiramente ocupada no séc. XIII.

(*) Director da UNIARQ (Unidade de Arqueologia).



Mapa 1 — Localização de TESP3 na faixa ocidental da Península Ibérica.



Mapa 2 — Localização de TESP3. O círculo indica uma das áreas prospectadas, desde o Degebe até um dos afluentes da Ribeira do Álamo.

A construção da Torre não está datada com precisão, sabendo-se apenas que os limites da Herdade foram fixados em 2 de Maio de 1276 por D. João Peres de Aboim, Mordomo de D. Afonso III ⁽¹⁾. Mas a existência de algum, ainda que escasso, material romano de construção poderia talvez sugerir a existência, no local, de construções anteriores.

A implantação da área de ocupação pré-histórica incide numa área levemente aplanada, com grande raio de alcance visual. Monsaraz é perfeitamente visível, bem como a Serra das Pedras. Noutro sentido, logo após a subida do Degebe em direcção a Norte, um viajante avista facilmente o lugar onde se erigiu a Torre.

Ficha de sítio:

Distrito: Évora

Concelho: Reguengos de Monsaraz

Freguesia: Reguengos de Monsaraz

Localização: Torre do Esporão, Cerca do Esporão, Herdade do Esporão

Coordenadas UTM: X: 626.5.5

Y: 4250.4.0

Altimetria: 220 m

Cartografia disponível: CMP: 482 (ed. 1968)

3. OBJECTIVOS E CONDIÇÕES EM QUE DECORRERAM OS TRABALHOS

3.1. *Objectivos e características específicas da intervenção de 1990*

Grande parte da intervenção de 1990 em TESP3 decorreu sob a designação de *I CAMPO ESCOLA DA UNIARQ E DO IAFLI*. A UNIARQ é a *Unidade de Arqueologia* do Centro de Arqueologia e História da Universidade de Lisboa, um organismo de pesquisa do *Instituto Nacional de Investigação Científica*. O IAFLI, o *Instituto de Arqueologia* da Faculdade de Letras da mesma Universidade.

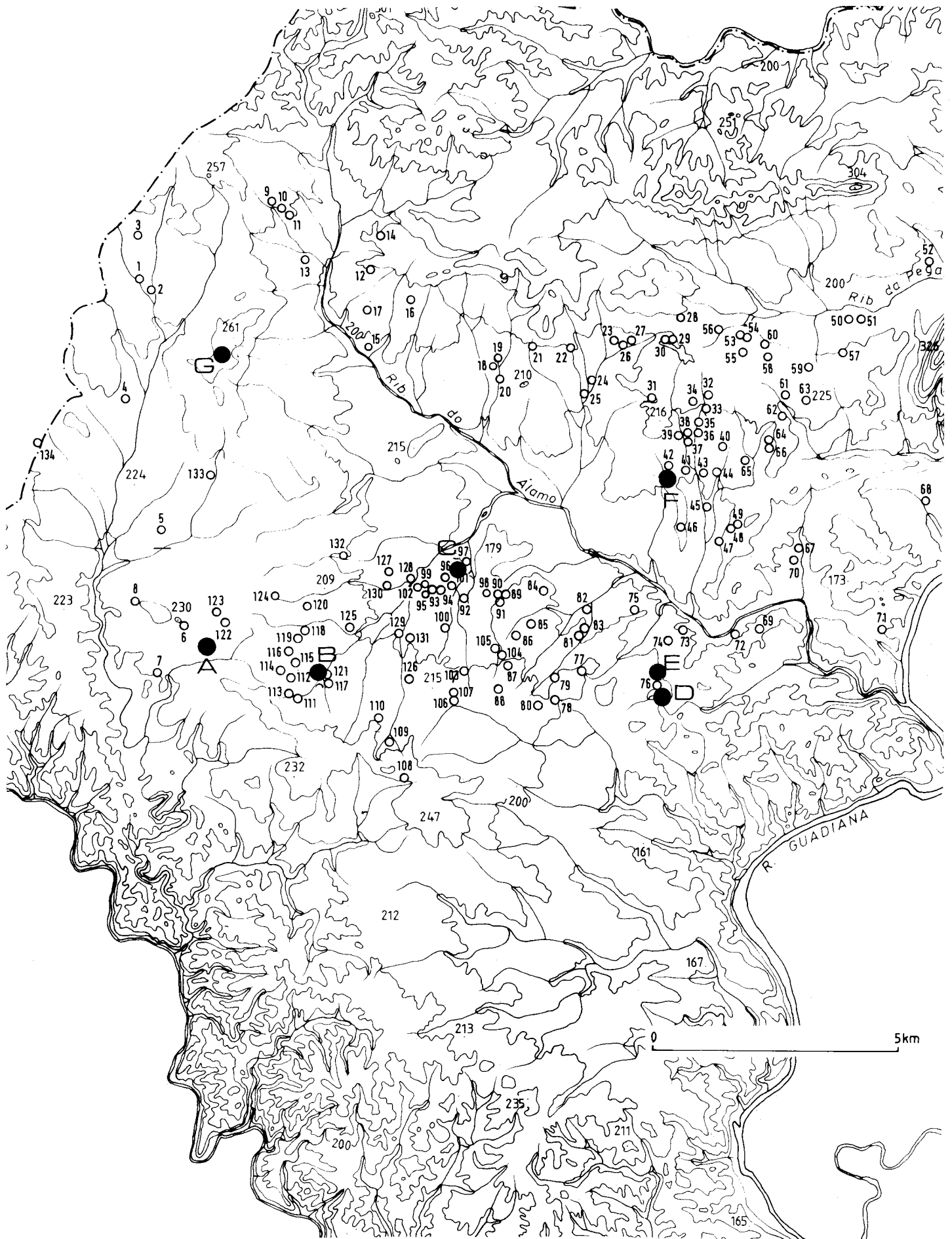
O Campo Escola destinava-se, pois, especificamente, aos alunos da Variante de Arqueologia do Curso de História da Faculdade de Letras, ainda que a componente de investigação estivesse longe de estar ausente. O programa PEESAP ⁽²⁾, dirigido pelo autor, inclui justamente entre os seus objectivos povoados de este tipo. E, nesse sentido, à primeira fase, «didáctica», da escavação, sucedeu-se outra, composta por várias estadias complementares, para terminar trabalhos deixados por concluir pelas condicionantes já enunciadas para as primeiras semanas da intervenção.

Mas uma das razões que implicou a escolha de este local teve também a ver com a existência de possibilidades financeiras e logísticas possibilitando que nele se efectuasse correctamente o trabalho minimamente necessário para a caracterização de sítios de esta época. Sobretudo no negro contexto que é hoje o do financiamento da actividade arqueológica em Portugal (ver a respeito, entre outros, o texto «Arqueologia? Que Arqueologia?», Gonçalves, 1989c).

Tais possibilidades devem-se aliás, quase exclusivamente, à FINAGRA, empresa proprietária da Herdade do Esporão, que suportou a quase totalidade dos custos da intervenção, e muito particularmente a Joaquim Bandeira, cuja simpatia, compreensão e interesse obrigam a que o seu nome fique claramente ligado ao sítio e a esta escavação.

⁽¹⁾ Estes limites parece terem sido integralmente conservados até aos nossos dias, o que, como se sabe, é raríssimo para uma propriedade com quase 2000 hectares.

⁽²⁾ PEESAP: Programa para o estudo da evolução das sociedades agro-pastoris no Centro/Sul de Portugal. Em funcionamento na UNIARQ desde 1987, conduziu a escavações no Concelho de Vidigueira (Manganha e Sala n.º 1: Gonçalves, 1987) e, particularmente, de Reguengos de Monsaraz (Monte Novo dos Albardeiros, Gonçalves, 1988-89).



Mapa 3 — As antas de Reguengos de Monsaraz, segundo Georg e Vera Leisner, numa nova cartografia (segundo Victor S. Gonçalves, 1992), assinalando-se os principais povoados pré-históricos do 4.º e do 3.º milénios em curso de estudo. A: TESP3; B: Monte Novo; C: Areias; D: Marco dos Albardeiros; E: Monte Novo dos Albardeiros; F: Monte do Azinhalinho; G: Perdigoões.

3.2. Características da intervenção de 1991

Os resultados da Campanha 1(90), e particularmente os das várias pequenas estadias para completar a sua primeira fase, tinham permitido estabelecer um primeiro balanço da situação.

As características do sítio exigiam, portanto, a prossecução dos trabalhos, particularmente no TESP3, com colaboradores já treinados. Deu-se assim prioridade aos estudantes da Variante de Arqueologia com treino de campo subsequente, sobretudo os participantes na primeira Campanha de escavações na Anta 2 do Olival da Pega⁽³⁾, ainda que outros tivessem também sido incluídos nas equipas de terreno.

LINHAS DE ACÇÃO PROGRAMADAS:

1. ampliação da sondagem de 1990, a partir de agora designada, sempre que necessário, por «Corte 1», mantendo-se a abreviatura usada na marcação de materiais: TESP3+QD+N⁽⁴⁾;

2. abertura de uma nova sondagem, designada por TESP3-Corte 2. Esta sondagem destina-se a averiguar uma extensa área de 20 × 22 m (o que corresponde a 440 m²), numa quadrícula orientada a 216°, incluindo componentes de 2 × 2 m (a malha de quadrícula usada em toda a Torre do Esporão).

A coordenada 16ª a 216ª é a alfabética, e vai de G a R, com a supressão do I (i) com a intenção de evitar possíveis confusões de grafia com o J (j).

A coordenada numérica vai de 7 a 18 e cresce na orientação de 116ª para 316ª;

3. continuação da sondagem iniciada em 1990 junto à Torre e interrompida por razões atmosféricas. Nesta área, designada «Corte 3», implantaram-se 3 quadrados 2 × 2 m, numa fiada paralela à face da Torre. Os quadrados foram registados como N-P-Q/111⁽⁵⁾. É seu objectivo averiguar o tipo de alicerces em que a Torre assenta, mas também confirmar a existência, sob a construção medieval, do povoado pré-histórico (sublinha-se que, nos inícios desta sondagem, se recolheu um prato de tipologia calcolítica, para além de outros materiais do mesmo período dos recuperados no olival.

ESTRATÉGIA DE INVESTIGAÇÃO ESTABELECIDADA PARA AS TRÊS ÁREAS EM PESQUISA:

1. no Corte 1, orientado a 290°, a coordenada alfabética cresce na direcção 90ª a 290ª e a numérica na direcção 190ª para 390ª.

A área já escavada (em 1990) compreendia os quadrados L-N/ 7-8-9. Em L.7., tinha sido identificada uma estrutura de interpretação impossível em fins da Campanha de .90. Ao mesmo tempo, tinha-se verificado uma clara rarefacção de materiais arqueológicos na área de transição da coordenada M para a coordenada N. Assim, a ampliação da área já escavada faz-se em direcção à coordenada 190ª, compreendendo os quadrados L-M/5-6 e ainda as coordenadas K-J/5-6-7-8-9;

2. a sondagem 2 foi estudada de forma a corresponder à averiguação de uma área ampla. No sentido de a adequar a essa realidade, planificou-se a abertura de uma área central, compreendendo a área da quadrícula K-N/11-12-13-14. A total inexistência de informação sobre este sector aconselhou a abertura isolada dos quadrados N.11. e N.14. bem como, numa fase posterior, K.11..

A organização da escavação do Corte 2 implica também a abertura de quadrados periféricos isolados, em R (R.7.-R.11.-R.14.-R.18), N (N.7. e N.18.), K (K.7.-K.18.) e G (G.7.-G.11.-G.14.-G.18.).

(3) Em Julho, Agosto e Setembro de 1990 decorreu, sob minha direcção, a primeira Campanha de escavações na Anta 2 do Olival da Pega (OP2), em Reguengos de Monsaraz. Os trabalhos foram interrompidos em 1991, estando aparentemente garantida a sua conclusão em 1992-93.

(4) [Torre do Esporão, sítio 3 + Quadrado + n.º de inventário do objecto ou artefacto dentro da sequência 1 a n do quadrado]. Como é norma, nas escavações de sítios pré-históricos levadas a efeito no âmbito da UNIARQ, procedeu-se ao registo tridimensional dos artefactos. Este registo foi, ainda durante a escavação, transposto para base de dados (o *software* correu em DOS 5, tendo sido usado o Dbase 4, da Ashton Tate).

(5) Este número toma em conta a possibilidade de uma única quadrícula vir a envolver futuramente a plataforma em que assenta a Torre, o que implicaria naturalmente uma área muito extensa a quadricular.

A escavação na área do Corte 2 destina-se a investigar uma das áreas mais problemáticas de TESP3, área em que a actual inexistência de oliveiras pode querer indicar a existência, num passado indeterminado, de uma ampla construção agrícola, hoje desaparecida;

3. a sondagem 3 foi orientada de acordo com a própria orientação actual da parede poente da Torre, isto é: de 64 para 264°. A coordenada alfabética corre assim de 64 para 264° e a numérica de 164 para 364°.

4. O EVOLUIR DA ESCAVAÇÃO (1990-91)

A definição das primeiras áreas cobertas pela quadrícula teve em linha de conta um povoado pré-histórico sem condicionantes específicas à partida.

De acordo com a filosofia geral dos investigadores da UNIARQ, quer utilizem o método Wheeler adaptado, ou o da *open area*, a área a investigar *nunca é restrita*. Com dimensões mínimas iniciais nunca inferiores a 6 × 6 m (em malhas com unidades 2 × 2 m), a quadrícula é sempre implantada de forma a poder crescer em várias direcções, conforme os dados obtidos durante a escavação do sector inicial.

Em 1990, multiplicaram-se os indícios de se tratar de um sítio com características muito particulares. Se os materiais recolhidos remetiam claramente para uma das fases calcolíticas de Papa Uvas, as estruturas não estavam ainda definidas com suficiente rigor. Aparentemente, a distribuição espacial dos artefactos indicava uma mancha de ocupação longa e estreita, ladeada de áreas arqueologicamente estéreis.

Uma estrutura circular, formada por pedras de corneana de dimensão média, poderia ser interpretada de diversas formas, sem que houvesse unanimidade. Situava-se a cerca do meio da faixa de ocupação referida.

Em 1991, era obrigatório um avanço decisivo no sector, de forma a obter confirmações para a interpretação da única estrutura claramente definida e para se conseguir uma leitura de área mais ampla. Neste sentido, a abertura das coordenadas J. e K. viria a ser extremamente esclarecedora. O sol intenso conduziu a que se verificassem no local temperaturas ligeiramente superiores a 49 graus centígrados⁽⁶⁾. Se as consequências sobre o ritmo de trabalho são compreensivelmente negativas, o solo beneficiou da forte evaporação da humidade remanescente, maior nas áreas sem restos antrópicos, o que evidenciou os contornos de topo da fossa de K.8./9. Mesmo assim, a leitura da parte superior da fossa só foi possível com luz directa, cerca do meio-dia solar. O crescimento da evaporação viria a permitir, posteriormente, uma melhor legibilidade.

Com uma ampla área aberta, a estratégia consistiu na escavação das áreas arqueológicas até ao completo esclarecimento da situação.

5. ESTRUTURAS

5.1.

Tal como se tornou evidente logo após a publicação dos primeiros resultados de escavação em Papa Uvas (Martín de la Cruz, 1985 e 1986a) e como a sua posterior discussão viria confirmar (Martín de la Cruz, 1989), as estruturas detectáveis neste tipo de povoados revestem-se de extrema dificuldade de interpretação.

Resumidamente se dirá que estas estruturas se distribuem nos povoados com estas características por três tipos principais: (1) «sanjas», espécie de fossos mais ou menos profundos e por

(6) Esta situação implicou que, por razões óbvias, o horário de trabalho fosse estabelecido em dois períodos, das 8:00 às 12:00 horas e das 16:00 às 20:00. Recomenda-se aos burocratas do ar condicionado, que pensam que a Arqueologia é uma «actividade para férias», uma estadia em sítios com as temperaturas de TESP3 (ou do Olival da Pega ou da Sala n.º 1).

vezes de grande comprimento (dezenas, centenas de metros, em Papa Uvas e Valencina); (2) «fossas», depressões escavadas no solo de desagregação da rocha-mãe, de dimensões relativamente pequenas, por vezes não ultrapassando 1 m de diâmetro; (3) «buracos de poste», normalmente não estruturados e de diversas dimensões.

Mas verdadeiramente extraordinário, por dificilmente compreensível, é o facto verificado em Papa Uvas (e agora em TESP3) da *inexistência de materiais arqueológicos fora das estruturas referidas* (⁷). A esta situação é de acrescentar, em TESP3, a extrema dificuldade de conduzir uma escavação em *open area*, nestas condicionantes, num solo que conserva a água de Inverno por muito tempo, quase impossibilitando leituras significativas de cores.

Em TESP3, detectaram-se os três tipos de estruturas, comuns em sítios similares.

5.2. *buracos de poste*

Não se vê outra interpretação para as estruturas detectadas em M5 e M8.

Polémica me pareceu de início a interpretação da estrutura de M8. Teoricamente, tanto poderia tratar-se de uma fogueira estruturada (ou *estrutura de combustão*) como de um buraco de poste de grandes dimensões. A mesma questão me coloquei aliás aquando da publicação de uma estrutura semelhante encontrada no Alto do Dafundo. Apesar da deficiente publicação do sítio, observa-se que os autores, apontando sem hesitar aquela interpretação, não fornecem pormenores minimamente esclarecedores.

Em ambos casos há que considerar a ausência de cinzas, carvões ou restos de cozinha quer no interior quer nas imediações das estruturas. Mas também em ambos casos há que considerar as dimensões da estrutura e dos seus componentes, que parecem excessivas quando confrontadas com outros buracos de poste estruturados do Calcolítico.

5.3. «sanja» ou «fosso»

O Corte 1 de TESP3 é atravessado, em diagonal, por uma mancha de presença de artefactos. A essa mancha corresponde uma espessura de solo arqueológico de cerca de 50 cm.

Se a existência desta distribuição bem delimitada dos achados era já patente em 1990, só em 1991 foi possível constatar subtis diferenciações cromáticas que assinalavam o percurso da «sanja» ou fosso (⁸).

Uma particularidade importante é a de, num momento posterior à formação do primeiro depósito arqueológico no fundo da «sanja», o seu fundo de então ter sido preenchido, na área central e no sentido longitudinal, por uma fieira de lajes de xisto cravadas obliquamente. Na área escavada, essa fieira interrompe-se para o assentamento da estrutura de corneanas interpretada como um possível buraco de poste estruturado, o que dificulta ainda mais a interpretação do conjunto.

5.4. *A fossa circular em K.8./K.9*

Designada por «Fossa 1» (na expectativa da existência de outras), a estrutura «negativa» detectada nos quadrados K.8. e K.9. reveste-se de um grande interesse, tanto pelo seu significado funcional como pelo seu conteúdo.

(⁷) Inexistência que se manteve nas últimas Campanhas de escavação, ainda inéditas. Informação pessoal de Martín de la Cruz, em 91.09.19.

(⁸) A Campanha de escavações de 1990 decorreu na Primavera, por vezes sob chuva intensa, e no Outono, em ambas situações num solo quase completamente alagado. A elevada capacidade de retenção de água pelo solo dificultou as leituras de cor, ao homogeneizar cromaticamente os planos em escavação. Em 1991, a Campanha decorreu em Julho/Agosto, verificando-se, à medida que a escavação progredia, uma acentuada secagem do solo, devida às elevadíssimas temperaturas que se registaram. A fase média de secagem do solo é, em TESP3, a altura ideal para as interpretações com base nas leituras de cor.

A escavação de K.8. e K.9. acabou por revelar uma depressão escavada *sobre e no* solo granítico deteriorado. O aspecto circular da secção da fossa foi evidenciado pela escavação por decapagem controlada, tendo sido inicialmente detectada pela acumulação de grandes blocos de «barro de cabanas», restos cerâmicos e numerosos restos de fauna, ao Z local de 77 cm. A fossa foi, como se disse, escavada no areão e no granito, mas «ferrada» com pedras de pequenas dimensões (xisto e corneanas). Sobre este forro foi aplicado «barro de cabanas», de forma a impermeabilizar o interior. O fundo da fossa apresentava uma grande concentração de pedras, «barro de cabanas», pesos de tear, entre os quais 2 inteiros (K.8.-146 e -171) o machado K.8.-184 e restos de recipientes cerâmicos.

Começando pelo mais fácil, o comentário é simples: o conteúdo da Fossa 1 representa o aglomerar de um conjunto de detritos domésticos num espaço construído, ainda que não necessariamente com essa intenção.

O conteúdo artefactual da Fossa 1 pode ser analisado de diversas maneiras. Considerando que as deposições de sedimentos e restos de utensílios se fizeram naturalmente de baixo para cima, e que nenhuma diferenciação cromática era legível no perfil obtido pela escavação⁽⁹⁾ operou-se uma divisão convencional, de acordo com a coordenada Z, por fatias de 10 cm de espessura. *Os níveis artificiais (nva) foram numerados de baixo para cima, contando-se 6.* Os artefactos registados com a referência S (Superfície), e correspondendo à primeira remoção de terras do sector, foram afastados desta leitura, tal como os que tinham um Z entre 026 e 035 cm, cuja localização foi atribuída a factores não determinados e não relevantes para a história desta área.

Um quadro resumo dá-nos uma primeira percepção dos utensílios recolhidos. As categorias criadas correspondem à minha proposta de classificação por categorias dos testemunhos arqueológicos (Gonçalves, 1989a), com as actualizações necessárias.

NVA	1	2	3	4	5	6	T
ACD — cincho	0	0	0	1	0	0	1
— PTC	8	12	8	8	11	8	55
— PTP	0	0	1	2	2	0	5
CER — NE	13	12	20	18	24	29	116
— CAR	0	0	1	1	1	0	3
— CAR MAM	0	1	0	0	0	0	1
— MAM	3	0	2	1	3	5	14
IND	0	0	1	0	1	0	2
MTL — ESC	0	0	0	1	0	0	1
PAF — MOV	0	0	0	1	2	0	3
— PRC	1	0	2	2	2	2	9
PL — N LML	0	0	0	1	0	0	1
— FUR LM	0	0	1	0	0	0	1
— PS	0	0	0	0	1	0	1
PNA — PDR USO	0	0	0	1	0	0	1
— SX USO	1	0	0	1	2	0	4
PP — M	1	0	0	0	1	0	2
— E	0	0	1	0	0	0	1
SAG — ID CORN	0	1	0	1	0	0	2
Total de registos:	27	26	37	39	50	44	223

NVA: nível artificial; T: total por categoria; ACD: artefactos cerâmicos diversos; PTC: pesos de tear (crescentes de tipologias diversas); PTP: pesos de tear (placas); CER: cerâmicas; NE: cerâmicas não especificadas; CAR: taças carenadas; CAR MAM: taças com mamilos sobre a linha de carena; IND: indeterminados; MTL: vestígios de metalurgia; ESC: escória de fundição de cobre; PAF: pedra afeiçãoada; MOV: moventes; PRC: percutores; PL: pedra lascada; N LML: núcleo de lamelas; FUR LM: furador sobre lâmina; PS: ponta de seta; PNA: pedra não afeiçãoada, mas com sinais de uso; PDR USO: pedra com sinais de uso; SX USO: seixo com sinais de uso; PP: pedra polida; M: machado; E: enxó; SAG: artefactos presumivelmente relacionados com o sagrado; ID CORN: «ídolo de comos».

⁽⁹⁾ No sentido de se obter essa leitura, escavou-se inicialmente apenas metade da Fossa 1. Quando se constatou a inexistência de informação estratigráfica legível no perfil, escavou-se então a outra metade.

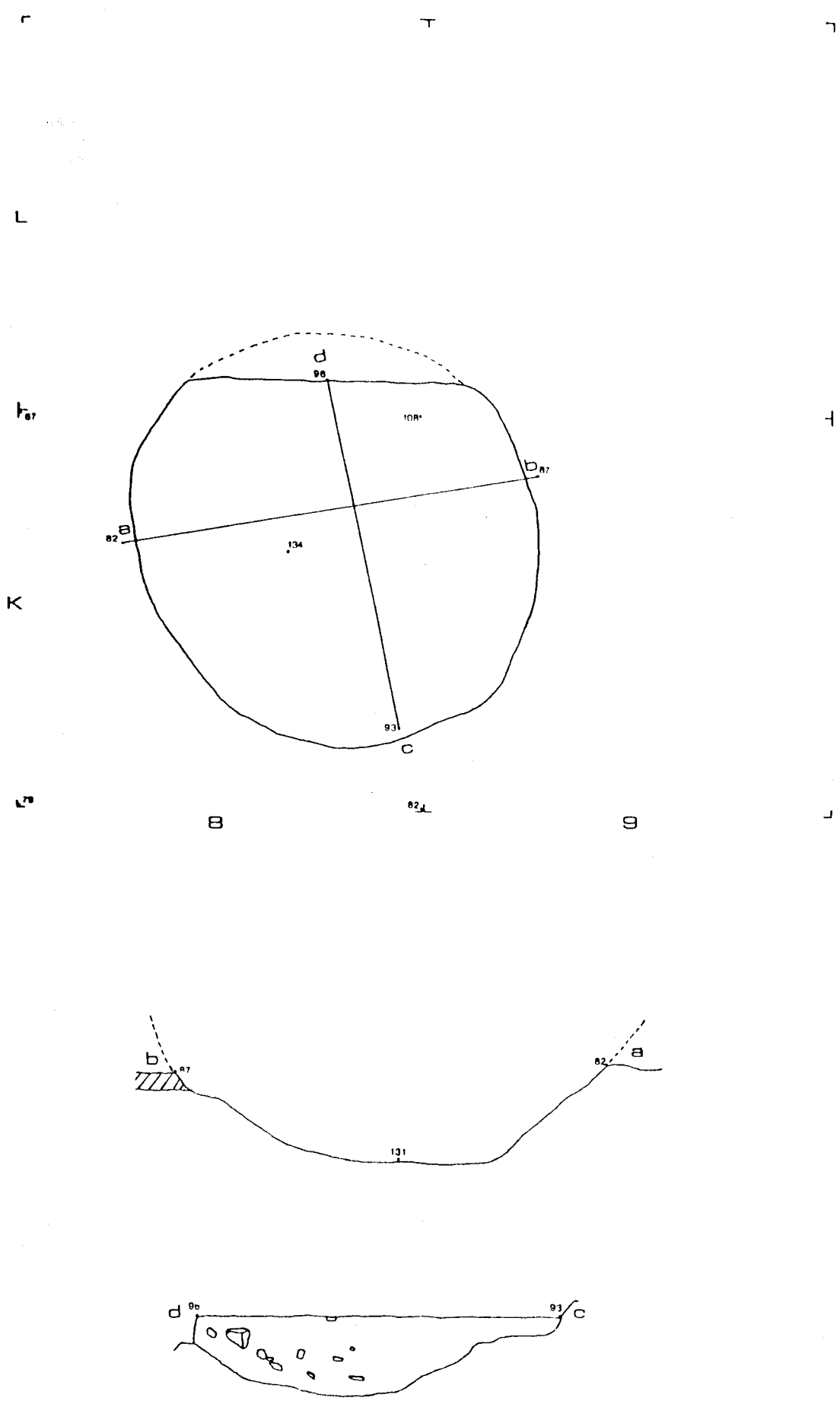


Fig. 1 — A «fossa» K8-K9 e respectivos cortes. Dimensões da malha da quadrícula: 2 × 2 m.

A leitura de este Quadro seria interessante, quanto mais não fosse pela diversidade do seu conteúdo.

Se deixarmos para o fim a cerâmica, aliás presente em esmagador número (134 registos individuais, para além dos fragmentos que não permitem identificação de forma, geralmente bojós e fundos), pode-se dizer que estão representadas quase todas as categorias de artefactos recolhidas até ao momento em TESP3, não esquecendo os habitualmente raros artefactos líticos, quer de pedra polida quer de pedra lascada.

A cerâmica apresenta, no entanto, a particularidade de algumas formas surgirem com muito escassa representação. Tal é o caso das taças carenadas (cuja percentagem global no sítio ultrapassa os 20 %), aqui reduzidas a um número inferior a 3%. Também as cerâmicas mamiladas surgem representadas em cerca de 10% do conjunto, o que, estando mais próximo dos números globais, não coincide totalmente.

Os pesos de tear representam uma situação muito interessante neste conjunto, dada a constância da sua presença, não deixando de ser curiosa a localização dos que são habitualmente designados⁽¹⁰⁾ como «placas», na Fossa 1 de TESP3, posteriores no tempo aos «crescentes» de corpo achatado e secção sub-retangular.

Um ponto deverá também ser esclarecido, já que lhe não deve ser atribuído qualquer significado: o do crescimento progressivo dos registos. Com efeito, o traçado em tronco de cone da Fossa explica por si só que o número de registos seja inferior na base, onde a área que os contém tem volume menor.

Assim sendo, a questão, agora, resume-se à interpretação funcional do conjunto.

Martín de la Cruz, em 1989, apresentou uma hipótese interpretativa para estas estruturas, desde Bonsor muitas vezes consideradas como silos. Para o escavador de Papa Uvas, as cabanas teriam, *ao centro e sob elas*, fossas para drenagem das águas das chuvas, que poderiam, posteriormente, ter funcionado como lixeiras. O solo de Papa Uvas é assim descrito: «...quando abbiamo scavato nel mese di Settembre, e la prima pioggia autunnale è caduta, abbiamo constatato come il terreno diventasse appiccaticcio, legandosi alle scarpe, rendendo piú difficile il camminare.» (*ibid.*, nota 2 à p. 84).

Esta descrição poderia aplicar-se a TESP3, sem qualquer alteração. O que não significa que não me pareça ainda cedo para se assentar numa definitiva interpretação destas estruturas.

De qualquer forma, a Fossa 1 de TESP3, pelos utensílios que continha e pelos restos de fauna muito fragmentados nela recolhidos, não parece ter tido qualquer função na armazenagem de cereais. Toda a terra do seu interior foi crivada por lavagem e nenhum vestígio de cereal foi identificado. Por outro lado, o seu conteúdo é perfeitamente compatível com uma área restrita de habitação ou actividade doméstica. Talvez a escavação de outras estruturas venha a permitir maiores convicções na interpretação, mas estes factos têm necessariamente que ser sublinhados.

6. MATERIAIS

6.1.

Os registos individuais de campo⁽¹¹⁾ ultrapassam os 1500, sendo de vários milhares os fragmentos de cerâmica comum que não permitiram leitura de forma. Estes números tornam com-

⁽¹⁰⁾ Nem sempre com felicidade ou adequação, diga-se. Salvo nos casos em que dispomos do artefacto inteiro, a interpretação de um fragmento de peso como pertencendo a uma «placa» raramente é um acto isento de riscos. Isto porque determinados «crescentes», muito alargados e de secção rectangular, são facilmente confundíveis com «placas», particularmente quando deles apenas dispomos uma pequena extremidade.

⁽¹¹⁾ Entenda-se por «registo individual de campo» todo o objecto ou artefacto que dispõe de registo próprio em ficha-mãe, acompanhado ele próprio por ficha individual, e provido, entre outras, de informação sobre a sua localização espacial dentro da quadrícula (coordenadas X, Y e Z). As fichas individuais que a UNIARQ fixou derivam das criadas pelo projecto de arqueologia que a antecedeu no Instituto Nacional de Investigação Científica, ainda hoje usadas por diversos investigadores portugueses. A respeito, ver Gonçalves, 1979. Uma actualização está neste momento em curso de preparação e será oportunamente divulgada.

preensível que a sua apresentação quantificada seja apenas estabelecida após desenho e contagem por categorias, na monografia que, em devido tempo, se irá preparar sobre este sítio.

No entanto, penso que uma listagem dos objectos e artefactos já identificados ajudará a compreender melhor as características da sua população artefactual.

Apresento, de início, uma lista de presenças, cuja estrutura de ordenamento tem por base, com ligeiras correcções, a que recentemente propus para um momento mais avançado do 3.º milénio (Gonçalves, 1989a: 4.4.2. e 5.4.2.).

6.2. Listagem e breve comentário às presenças artefactuais

PEDRA LASCADA

1. *lâminas* - com excepção de um exemplar de pequenas dimensões, só se recolheram fragmentos, tanto de sílex como de *chert*. Não parece impossível que, pelo menos no caso de algumas, mais que restos de artefactos, se trate de *componentes de artefactos*.
2. *lamelas* - inexistentes no registo de campo, apesar de núcleos praticamente exaustos terem sido recolhidos, o que torna a sua utilização em TESP3 mais que provável.
3. *furadores sobre lâmina* - identificaram-se 4, um dos quais de tipologia pouco usual nestes contextos.
4. *geométricos* - recolheram-se 2 prováveis e 1 intacto. Este último, um trapézio, pelas suas muito pequenas dimensões, parece representar uma supervivência de formas do Neolítico antigo.
5. *pontas de seta* - recolheram-se 4, de base côncava, quando a conservavam.
6. *núcleos de lamelas* - recolheram-se 5.
7. *restos de talhe* - apenas 1 fragmento parece de atribuir a esta categoria.

PEDRA POLIDA

1. *machados* - 7 machados, alguns reaproveitados como martelos.
2. *enxós* - 1 exemplar confirmado e outro duvidoso.
3. *martelos* - 1.
4. *tipos indeterminados* - vários fragmentos de anfíbolite polida, resultantes da fragmentação de artefactos não identificados.

PEDRA AFEIÇOADA

1. *percutores* - mais de 30 percutores, quer de quartzo quer de rochas duras.
2. *moventes* - 5 fragmentos foram recolhidos, ainda que, pelas suas dimensões, alguns possam eventualmente resultar da fragmentação de dormentes.
3. *dormentes* - nenhum de classificação certa.

PEDRA NÃO AFEIÇOADA, MAS COM TRAÇOS DE UTILIZAÇÃO

1. *seixos* - mais de uma dezena de seixos de quartzite apresentavam vestígios de percussão, normalmente em extremidade, mas também, por vezes, periférica.
2. *pedras* - também algumas pedras registavam traços de impactos grupados, originados na percussão de algo.

ARTEFACTOS PARA ADORNO PESSOAL

1. *componente de colar* - 1 canino, transformado em pendente por perfuração

OSSO TRABALHADO

1. *furadores* - foram recolhidos 4 furadores de osso.
2. *formas indeterminadas* - alguns fragmentos de osso, aparentemente polido, sem forma reconhecível.

ARTEFACTOS CERÂMICOS DIVERSOS

1. *pesos de tear* - um total superior a 160⁽¹²⁾ e dos seguintes tipos
Grupo 1
 - *placas* - 1 perfuração por topo
 - 2 perfurações por topo

⁽¹²⁾ Não se indica um número total definitivo, uma vez que decorre ainda o processo de observação, fragmento a fragmento, das cerâmicas sem registo individual (mas com registo da coordenada Z). Essa observação acarreta sempre ligeiras alterações nos quantitativos dos bordos cerâmicos e dos próprios pesos de tear.

Grupo 2

- *crescentes* - secção circular («estreita» e «larga») ⁽¹³⁾
 - secção sub-rectangular
 - outros
- 2. *colheres* - 3 exemplares fragmentados.
- 2. *suportes de vaso* - admite-se como possível um fragmento, mas não é isenta de dúvidas esta atribuição.
- 3. *queijeiras* (cincho esferoidal) - 1 fragmento

RECIPIENTES CERÂMICOS

Em mais de 1500 registos com coordenadas anotadas, 1200 dizem respeito a bordos cerâmicos. Este número está ainda passível de ligeiras alterações, pelas razões enunciadas para os pesos de tear na nota em rodapé a esta página. As formas indicadas correspondem apenas às já identificadas com segurança. É previsível que especificações ulteriores apontem acrescentos ou diversificações, particularmente no que se refere aos globulares. A listagem seguinte deverá, portanto, surgir na monografia com um grau de precisão agora impossível.

FORMAS ABERTAS

1. *pratos de bordo espessado* - internamente
 - externamente
 - interna e externamente
2. *taças* - bordo não espessado
 - bordo espessado - internamente
 - externamente
 - interna e externamente
3. *pequenas taças*
4. *taças em calote* (abertas)

FORMAS FECHADAS

5. *taças carenadas* Tipo 1 (parede superior convexa)
 Tipo 2 (parede superior plana)
 Tipo 3 (parede superior côncava)
 - Sub-tipo 1 (bordo recto)
 - Sub-tipo 2 (bordo exvertido)
6. *vasos carenados*
7. *esféricos altos*
8. *esféricos achatados*
9. *taças em calote* (fechadas)
10. *recipientes de paredes rectas*
11. *potes*

CERÂMICAS DECORADAS

1. *taças carenadas* com aplicações de cordões plásticos
2. *taças carenadas* com aplicações de mamilos na carena
3. *recipientes mamilados* - mamilos simples
 - mamilos duplos
4. *cerâmicas impressas*
5. *cerâmicas incisas*

ARTEFACTOS RELACIONADOS COM O SAGRADO

1. *corniformes* - recolheram-se alguns fragmentos cerâmicos com a forma de cornos alongados.
2. «*ídolos de cornos*» - foram identificados fragmentos claramente pertencentes a estas controversas figuras.
3. «*ídolos de cornos*» *decorados* - 1 dos fragmentos apresentava finas incisões paralelas, talvez um motivo solar.
4. *figura cerâmica decorada* - uma figura cerâmica com decorações incisas foi recolhida. A sua interpretação será reservada para outro lugar.

⁽¹³⁾ Como se sabe, não existe actualmente uma classificação tipológica aceitável para os «pesos de tear» calcolíticos. A propósito do conjunto mais recentemente estudado, o do Cerro do Castelo de Santa Justa (Gonçalves, 1989, vol. 1: 250), 1494 fragmentos *que pertencem a um único tipo* - em forma de linguíça, com secção circular «estreita» - falou-se de uma primeira classificação geral, em que a secção poderia ser usada como definidora de tipos e variantes (Gonçalves, 1989, vol. 1: 293). Mas todo um longo e minucioso trabalho tem de ser feito antes de ser possível a elaboração de um quadro de referência verdadeiramente eficaz.

5. *cerâmica com decoração simbólica* - alguns fragmentos podem ser atribuídos a esta categoria. Um deles pode ter pertencido a um fundo de taça ou prato com uma decoração solar semelhante às já conhecidas neste contexto (Gonçalves, 1989a, 453-Fig. 8.21., 455-Fig. 8.22).

METALURGIA

Escória de fundição - 2 fragmentos metálicos representam restos de escória de cobre. A sua posição estratigráfica não é clara.

6.3. Breve comentário às cerâmicas

Uma primeira contagem, como já se disse passível de alterações após as contagens finais, indica alguns números interessantes:

Total de registos cerâmicos analisados:		1038 ⁽¹⁴⁾
total de fragmentos de taças carenadas:	210	20%
[total de tc com mamilos sobre a carena:	12]	6% ⁽¹⁵⁾
fragmentos de cerâmicas mamiladas:	145:	14%
fragmentos de pratos já identificados:	164:	16%

De todos estes valores provisórios, convém referir aquele que registará certamente maiores alterações, o que se refere aos pratos, uma vez que só após desenho e recuperação das alturas prováveis se poderá operar a distinção entre eles e as taças, particularmente quando se trata de fragmentos de pequena dimensão. A análise fina de fragmentos não especificados poderá também fazer crescer o número das taças carenadas. Com efeito, é possível, observando a fractura inferior de alguns fragmentos cerâmicos aparentemente incharacterísticos, detectar por vezes o início do espessamento e a inflexão do plano interno do recipiente que são típicos das taças carenadas. São situações que exigem, no entanto, uma atenção que, no decurso da escavação, não pode ser disponibilizada, considerando o correr das rotinas de campo.

Mas estes números permitem já uma primeira leitura e alguns breves comentários, sobretudo se tivermos presentes os que dizem respeito a Papa Uvas.

O número das taças carenadas de TESP3 apenas surge com valores similares aos de Papa Uvas na Fase II, IIA e IIB. Papa Uvas onde o pico dos pratos (4.16 %) se encontra na Fase III e o dos mamilos (10.52 %) na Fase IIB.

As cerâmicas decoradas de TESP3 justificam também algumas observações, tendo em conta, previamente, a situação verificada em Papa Uvas.

Papa Uvas apresenta uma primeira fase que pouco terá a ver com o Calcolítico, muito provavelmente derivada no Neolítico pleno local. A presença de cerâmicas decoradas numa percentagem relativamente elevada (comparativamente com os números obtidos para TESP3, cerca de 1 %) e o tipo das decorações (cordões plásticos, impressões, incisões finas) parece remeter sem reservas para esta filiação. Por outro lado, as próprias condições de jazida dificultam o esclarecimento rigoroso das condições em que se processaram as primeiras estratificações de solos, situação que, aliás, se repete noutros sítios. O que naturalmente afecta a leitura dos primeiros momentos da ocupação dos locais e dificulta uma melhor compreensão do significado específico da cerâmica.

⁽¹⁴⁾ Números provisórios, correspondentes aos registos de campo. As lavagens e marcações de peças posteriores elevaram o número de registos individuais definitivos.

⁽¹⁵⁾ Esta percentagem diz, obviamente, respeito à população total das taças carenadas.

É talvez a altura de se chamar a atenção para duas possibilidades, no que se refere a certo tipo de materiais, particularmente as cerâmicas decoradas. Numa primeira situação, esses materiais podem constituir efectivamente parte de um conjunto homogéneo, desarticulado pela evolução das condições de jazida. Numa segunda situação, podem representar apenas sobrevivências ou imitações de formas anteriores. Neste último caso, pertencem (sem paradoxo) a dois tempos e a dois contextos.

No Cabeço do Pé da Erra, foi possível detectar uma situação deste último tipo. Em TESP3, cerâmicas provavelmente filiáveis num momento idêntico à primeira fase de Papa Uvas não implicam necessariamente a mesma atribuição cronológica que para aquelas foi proposto.

De qualquer forma, em relação ao total de registos cerâmicos a percentagem de cerâmicas decoradas recolhidas em TESP3, incisas ou impressas a pente, ultrapassa por escassas décimas o 1%. É um número indiscutivelmente baixo, tão importante num sentido, como a própria natureza da decoração o é, noutra.

7. DISCUSSÃO

Os povoados que têm apresentado similitudes a nível do seu conteúdo artefactual (e da sua própria implantação no terreno) com TESP 3 são relativamente escassos em Portugal e estão, na sua totalidade, ou inéditos (Cabeço do Cubo) ou insuficientemente publicados, por se encontrarem ainda em estudo ou por o seu conhecimento derivar apenas de recolhas de superfície ou de sondagens curtas (caso dos povoados de Sines). Poderia ainda referir-se o caso da Parede, onde o conhecimento percentual das formas carenadas está muito adulterado pelas publicações disponíveis, tal como recentemente tive oportunidade de confirmar.

Em Espanha, as extensas campanhas que decorreram em Papa Uvas (Aljaraque, Huelva) permitiram um conhecimento bastante preciso das séries artefactuais e dos tipos de estruturas mais comuns (Martín de la Cruz, particularmente 1985 e 1986, 1989), ainda que muitas questões persistam por esclarecer.

A utilização recente de um novo rótulo, o de «Cultura de los Silos» (Carrilero *et al.* 1982) não parece das mais felizes, sabendo-se que (1) sobre as estruturas em questão, a unanimidade é inexistente, havendo mesmo quem as considere processos de drenagem ou/e lixeiras subterrâneas de cabanas sobre elas construídas (Martín de la Cruz, 1989) (2) todas as culturas de «verdadeiros» produtores (neolíticos, calcolíticos e outros) escavaram ou construíram silos, o que retiraria interesse à designação. Assim, a expressão «cultura de los silos» dificilmente constituirá um factor diferenciador suficientemente seguro e imediatamente reconhecível como referência classificatória funcional.

Para além das questões simplesmente por esclarecer, permanecem naturalmente em aberto muitas interrogações. Comentarei algumas.

1. Que tipo de habitações eram as construídas nestes sítios?:

A resposta é, actualmente, difícil, senão mesmo impossível. No entanto, o barro de cabanas recolhido no TESP3 permite que se fale de estruturas permanentes, no mínimo suficientemente permanentes para justificarem a impermeabilização. Se aceitarmos para a Fossa 1 a interpretação que Martín de la Cruz defende para as estruturas idênticas de Papa Uvas, a existência de estruturas de ocupação prolongada parece ainda mais defensável.

2. Qual o regime de ocupação do espaço habitacional, sazonal ou contínuo?:

A propósito do Cabeço do Cubo, avancei a hipótese de uma sazonalidade ligada à transumância (Gonçalves, 1989a), o que poderia justificar a raridade dos artefactos de pedra lascada e polida e a quase inexistência de componentes de moinhos manuais (dormentes e moventes), contrastando com a abundância de recipientes cerâmicos, eventualmente abandonados no local. Mas, a propósito do

Neolítico final e das primeiras fases do Calcolítico, torna-se difícil aceitar a existência de grupos integralmente «transumantes». Como aliás em relação a períodos posteriores: o segmento «transumante» de uma qualquer sociedade é apenas isso, um segmento (numericamente reduzido) de uma sociedade maior e parcialmente estável.

3. Qual o tipo de territorialidade destes grupos?:

Quando os grupos são móveis, os territórios não são estáveis, recriando-se continuamente à medida que os grupos se deslocam.

Estas situações produziriam assim povoamentos de malha aberta que, representando uma alteração ao antigo padrão próprio do bando, constituem, apesar disso, uma apropriação frouxa do espaço de que seriam usuários.

A construção de monumentos megalíticos poderia constituir assim um ponto de fixação psicológica, uma referência fixa e reconhecível num espaço amplo.

4. Que estruturas económicas e sociais?:

Aqui, as informações operam a partir do negativo e do positivo. Não há testemunhos, até ao momento, de práticas agrícolas intensivas, traduzidas quer na recolha de gramíneas semeadas (não se registou número significativo de componentes de foíce) quer na farinhação (raridade de dormentes ou moventes). Mas a tecelagem está confirmada, considerando-se o número elevado de pesos de tear, o que implica, naturalmente, a criação de ovi-caprídeos e/ou o cultivo do linho. Quanto aos percutores recolhidos, todos com traços de percussão periférica, pela generalidade das suas funções, pouca utilidade têm como veículos de informação específica.

Sobre o tipo de sociedades, a escassez de dados não aconselha qualquer proposta no imediato. A imagem geral poderia indicar uma população com práticas agrícolas mínimas, cuja economia se baseasse sobretudo na criação de gado, provavelmente de ovi-caprídeos e suídeos⁽¹⁶⁾, conhecendo a metalurgia, ainda que a não praticasse de forma significativa.

5. Qual o tipo de monumentos funerários a que corresponderia este povoamento?:

Questão clássica, para todo o megalitismo, e invariavelmente mal respondida, à míngua de outros sincronismos, para além dos cronológicos, eles próprios mal esclarecidos.

No entanto, está suficientemente registada a presença de taças carenadas e vasos carenados em monumentos megalíticos de Reguengos de Monsaraz. No que às cerâmicas decoradas diz respeito, as informações também não estão ausentes. Os monumentos que incluem nos seus inventários cerâmicas deste tipo, similares às recolhidas em TESP 3, são interessantes, apesar de em número reduzido⁽¹⁷⁾. Não parece, portanto, contestável que a ocupação da Torre do Esporão nos inícios do 3º milénio corresponda a uma das fases de construção ou utilização dos monumentos megalíticos de Reguengos. A qual, precisamente, é outra questão.

6. Que manifestações do sagrado?

Campo sobre o qual as informações são escassas, como é habitual, mas concludentes (dentro do que é viável nestas situações). Assim, a figura provida de cornos, os corniformes e porventura os fragmentos de «ídolos de cornos» indiciam uma superestrutura também presente no Cabeço do Cubo (Campo Maior), na Mangancha e na Sala n.º 1 (Vidigueira), no Cerro dos Castelos (Serpa), para não falarmos já no Extremo Sul (Santa Justa), na Península de Lisboa (Vila Nova de S. Pedro, Liceia...).

⁽¹⁶⁾ Os ovi-caprídeos e os suídeos são ainda hoje dominantes sobre os bovídeos, numa área onde a introdução da vinha veio alterar profundamente a paisagem, mas sempre em áreas localizadas e não ao ponto de a subverter completamente.

⁽¹⁷⁾ Ver a este respeito Gonçalves, 1990, e o texto aguardando publicação, *Revendo as Antas de Reguengos de Monsaraz*.

Um dos corniformes é, mesmo, uma figura bizarra, quase lembrando mais uma extremidade distal de menir que um «corno» propriamente dito.

Infelizmente, e como várias vezes tenho sublinhado, as manifestações do sagrado, dada a especificidade do seu «funcionamento», ocorrem em contextos muito diversos e a simples presença de uma ou mais figuras não serve para caracterizar infraestruturas, definir territórios ou datar sítios (a não ser segundo parâmetros tão amplos que se tornam ineficazes).

7. Que cronologias?

O estabelecimento de cronologias para sítios com estas características, com este tipo de artefactos e estruturas, é particularmente difícil, se tomarmos em linha de conta que muito escassas são as datas ^{14}C disponíveis.

Nenhum dos sítios espanhóis forneceu, até ao momento, qualquer contributo decisivo sobre esta matéria.

Com base nos dados que obtive em Papa Uvas, abundantes a todos os níveis, menos no das datações absolutas, Martín de la Cruz fala de quatro fases (Martín de la Cruz, 1986 e 1989). São as seguintes:

Fase I - Neolítico final	3200/3100 - 2900 a.C. (*)
Fase II - Calcolítico inicial A e B	2900 - 2800 a.C.
Fase III - Calcolítico inicial	2800 - 2700 a.C.
Fase IV - Calcolítico médio I	2700/2600 - 2500 a.C.

Estas balizas cronológicas baseiam-se na interpretação dos conjuntos artefactuais e em apenas duas datações:

CSIC 485	4840 + 120 BP
CSIC 654	4110 + 50 BP

Tanto no que se refere a Morales como a El Lobo, são inexistentes quaisquer referências cronológicas relevantes. Sobre Cabeço do Cubo e Vale Pincel II, em Portugal, não se possuem também quaisquer indicações sobre uma localização temporal fiável.

Mas a datação dos níveis 5 e 6 da Sala n.º 1 (Gonçalves, 1987: 16) pode, no entanto, ser relevante para a discussão em curso, pelos óbvios paralelismos artefactuais com TESP3.

As datas obtidas para os níveis 4-5-6 da Sala n.º 1 são:

Nível 4:	ICEN 447 - 4490 ± 110 BP - 3510 - 2910 CAL AC (a 2 sigmas)
Nível 5:	ICEN 445 - 4490 ± 80 BP - 3491 - 2920 CAL AC (a 2 sigmas)
Nível 6:	ICEN 444 - 4490 ± 100 BP - 3502 - 2910 CAL AC (a 2 sigmas)

(*) Apesar de tal não ser claramente explícito, Martín de la Cruz fala aqui *em anos de carbono 14*, não efectuando a calibração que os transformaria em anos de calendário. É assim que estes parâmetros devem ser lidos e tendo presente que a sua calibração os colocaria em pleno 4.º milénio.

Temos portanto, para esta série, em anos de calendário, uma clara localização na 2.ª metade do 4.º milénio e, talvez, na transição do 4.º para o 3.º, o que corresponde, de algum modo, às datações propostas para as Fases II e III de Papa Uvas, após calibração.

As datas de Papa Uvas, e a sua distribuição e atribuição às quatro fases identificadas por Martín de la Cruz, permanecem portanto, com as da Sala nº 1, as únicas indicações possíveis para o estabelecimento de parâmetros cronológicos.

É certo - e tal deve ser sublinhado - que as Fases de Papa Uvas, tal como os parâmetros cronológicos para elas propostos, estão longe de ser pacíficas, sendo necessário precisar mais de perto as relações entre as estruturas, os artefactos e as datas.

Com efeito, se a interpretação de Martín de la Cruz para as fossas for a adequada, entre os construtores/utilizadores das cabanas providas de fossa e o conteúdo actual destas não deve haver discrepâncias.

Mas se os construtores das «sanjas» ou fossos não tiverem que ver com os artefactos neles concentrados, como ele afirma, torna-se difícil, se não impossível, determinar associações cronológico-artefactuais úteis em periodização e que sejam efectivamente defensáveis.

Considerando a área aparentemente reduzida de TESP3, é possível que as datações ¹⁴C que se espera possível obter em 1992 esclareçam um pouco esta situação, aceitando-se a sua provável contemporaneidade com os níveis 6-5-4 da Sala nº 1 (Pedrógão do Alentejo).

Uma última observação poderia ser feita, desta vez a propósito de um contexto «litoral», a primeira fase de ocupação do sítio de Liceia.

As três datações disponíveis (Cardoso, 1989) são as seguintes:

ICEN 312	4530 ± 130 BP
ICEN 313	4520 ± 130 BP
ICEN 316	4520 ± 70 BP

A mais importante de todas talvez seja ICEN 313, que se refere à *Casa R*, mas estatisticamente as três datações são iguais. Liceia contem, na realidade, não poucos problemas e a existência de datações como estas levanta curiosas questões, uma das menores não será as diferenças evidentes entre os conteúdos artefactuais da sua primeira Fase e Parede «I». Semelhanças existem, é certo, mas as divergências são, pelo que nos é dado apreciar pela monografia, consideráveis.

De qualquer forma, e longe das afinidades que os sítios alentejanos (Sala n.º 1 e TESP3) apresentam com a Parede, Liceia levanta de novo o problema do que será um eventual «fundo indígena» e uma «colónia». E talvez não deixe de ser significativo que a uma defesa convicta do indigenismo (Cardoso, in Gonçalves et al., 1983-84) se tenha sucedido uma leitura delirantemente orientalista (Cardoso *et al.*, 1987). Claro que aí a responsabilidade poderá não ser do co-autor citado, mas de um dos impagáveis colaboradores desse pequeno monumento ao *non sense* em Arqueologia...

Torre do Esporão e Lisboa, Verão de 1991

Pequena nota em fim de texto, possivelmente sem grande importância (ou talvez não):

Foi recentemente activada, ainda que sob a luz suave dos bastidores, uma antiga questão, a dos méritos relativos de «notícias preliminares» e «monografias».

Na óptica de quem ressuscitou o debate, créditos muito baixos seriam atribuídos a toda e qualquer publicação de arqueologia que se não revestisse de características «monográficas». E a medida do mérito seria estabelecida a partir do número das publicações de cada autor, das obras «de tomo», das páginas escritas (ainda que, em certos casos, quando assim convém, a total ausência de publicações científicas possa ser generosamente creditada...).

É, infelizmente, uma visão tão original como completamente desligada da realidade actual europeia, de campo e laboratório.

A preparação de uma monografia sobre um sítio pré-histórico não deve ser necessariamente rápida nem constituir-se numa imediata prioridade, ainda que um limite máximo para a sua elaboração deva naturalmente ser exigido. Também implica, hoje mais que no passado, entre outras coisas, e para além de muito trabalho, créditos avultados. Suficientes, por exemplo, para executar, ou pelo menos tintar, os desenhos que dela são parte fundamental. E exige também (e sobretudo) *tempo*. E não apenas para descrever artefactos e estruturas, mas *para pensar o sítio e os problemas que ele implica*, o que, convenhamos, não tem sido, salvo raros casos, um hábito nacional.

Assim, para um leitor distraído, ou que partilhe uma visão neo-conservadora, este trabalho, por exemplo, poderia parecer uma «notícia preliminar». Para o que não haveria sequer desculpas possíveis: é *consciente e deliberadamente* que o seu autor escolhe não menosprezar o valor científico quer de curtas notícias, sobre sítios ou artefactos, quer de pequenos ensaios em que se revejam ideias feitas. Com satisfação o faz, deve dizer-se, mesmo correndo o risco de uma acusação de contumácia (ou de algumas bolas pretas...). E talvez o faça tão tranquilamente por continuar convencido da razão que assiste a quem assim pensa.

Preferível é que a comunidade científica seja atempadamente informada sobre os resultados de uma escavação, ainda que provisórios, em vez de ter que esperar em silêncio, passiva e ordeiramente, pelo desbloqueamento dos subsídios (que para alguns serão sempre «nebulosos») e das verbas (necessariamente «avultadas»...) que irão permitir a edição das indispensáveis monografias. Subsídios e verbas que, entre nós, quando realmente existem (isto é: fora da imaginação de alguns), têm premiado mais a insuficiência e a superficialidade (quando não a mediocridade) que o trabalho de fundo.

Pessoalmente, ou no sólido bloco de afinidades de pesquisa e amizade que é a UNIARQ, não esqueço as «facilidades» tantas vezes concedidas à legião dos *yes men*, cuja estultícia acaba sempre, felizmente, por ser o seu melhor travão (no médio prazo, infelizmente). E menos esqueço, por as ter vivido, as sistemáticas dificuldades experimentadas por quem, trabalhando coerentemente, prefere os caminhos lentos, mas seguros, às vertigens fascinantes da irreflexão.

Como alguém recentemente dizia, não se pode esquecer a força corporativa dos que não pensam como nós. Mas como «*timeo Danaos et dona ferentes*», sempre acabo por pensar que é afinal bem melhor que assim seja.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARDOSO, João — 1989 — *Leceia. Resultados das escavações realizadas. 1983-1988*. Oeiras.
- CARDOSO, João; Manuel Leitão e Octávio da Veiga Ferreira — 1987 — Nota acerca de uma conta-amuleto encontrada no «tholos» da Titularia (Mafra), *AP Série IV* 5, 89-99.
- CARRILERO, Manuel; Gabriel Martínez y Julian Martínez — 1982 — El yacimiento de Morales (Castro del Rio, Cordoba). La cultura de los Silos en Andalucía Occidental, *CPUG* 7, 171-207.
- GONÇALVES, João Ludgero, e Eduardo da Cunha Serrão — 1979 — O povoado calcolítico do Alto do Dafundo, *Actas da I Mesa Redonda sobre o Neolítico e o Calcolítico em Portugal*, Porto, 121-134.
- GONÇALVES, Victor S. — 1978 — Para um programa de estudos do Neolítico em Portugal, *Zephyrus* XXVIII-XXIX, 147-162.
- GONÇALVES, Victor S. — 1979 — A Carta Arqueológica do Algarve: estratégia e perspectivas, *Clio* 1, 99-139.
- GONÇALVES, Victor S. (coordenador) — 1983-84 — Povoados calcolíticos fortificados no Centro/Sul de Portugal: génese e dinâmica evolutiva, *Clio/Arqueologia* 1, 141-154.
- GONÇALVES, Victor S. — 1987 — O povoado pré-histórico da Sala n.º 1 (Pedrógão, Vidigueira): notas sobre a Campanha 1(88), *Portugália Nova Série VIII*, 7-16.
- GONÇALVES, Victor S. — 1988/89 — A ocupação pré-histórica do Monte Novo dos Albardeiros (Reguengos de Monsaraz), *Portugália Nova Série IX-X*, 47-60.
- GONÇALVES, Victor S. — 1989a — *Megalitismo e metalurgia no Alto Algarve Oriental, uma aproximação integrada*, 2 vols. Lisboa.
- GONÇALVES, Victor S. — 1989b — Manifestações do sagrado na Pré-História do Ocidente Peninsular. 1. Deusa(s)-Mãe, placas de xisto e cronologias: uma nota preambular, *Almansor* 7, 289-302.
- GONÇALVES, Victor S. — 1989c — Arqueologia? Que Arqueologia?, *Vértice II Série* 20, 117-118.
- GONÇALVES, Victor S. — 1990a — Sítios, «Horizontes» e Artefactos: o caso da Parede (Cascais, Lisboa), *Arquivo de Cascais* 9, 13-43.
- GONÇALVES, Victor S. — 1991 — Sítios, «Horizontes» e Artefactos: 2. algumas breves considerações sobre as chamadas taças carenadas e a primeira metade do 3.º milénio em Portugal, *Arquivo de Cascais* 10.
- LEISNER, Georg, e Vera Leisner — 1951 — *Antas do Concelho de Reguengos de Monsaraz*. Lisboa (reedição em 1985).
- MARTÍN DE LA CRUZ, J. Clemente — 1985 — Papa Uvas I, Aljaraque, Huelva, Campañas de 1976 a 1979. (EAE, 136), Madrid.
- MARTÍN DE LA CRUZ, J. Clemente — 1986a — Papa Uvas II, Aljaraque, Huelva, Campañas de 1981 a 1983, (EAE, 149), Madrid.
- MARTÍN DE LA CRUZ, J. Clemente — 1986b — Aproximación a la sequencia de habitat en Papa Uvas (Aljaraque, Huelva), *Home-naje a Luis Siret*, Sevilha, 227-242.
- MARTÍN DE LA CRUZ, J. Clemente — 1989 — L' insediamento neolitico e calcolitico di Papa Uvas, *Interpretazione funzionale dei «fondi di capanna» di età preistorica*, Milano, 82-90.
- MARTÍN DE LA CRUZ, J. Clemente; M. J. Gomez Pascual, M. T. Alvarez y P. Chaves — 1985 — Nueva interpretación sobre los poblados en el estuario del Tinto-Odiel, *III* 7, 161-206.
- MARTÍN DE LA CRUZ, J. Clemente e J. M. Miranda Ariz — 1988 — El poblado calcolítico de Valencina de la Concepción (Sevilla): una revisión crítica, *CPA* 15, 37-67.

- MOLINA LEMOS, L. — 1980 — El poblado del Bronce I de El Lobo, *NAH* 9, 91-130.
- PAÇO, Afonso do — 1964 — *Povoado pré-histórico da Parede (Cascais)*. Cascais.
- PARREIRA, Rui — 1990 — Considerações sobre os milénios IV e III a.C. no Centro e Sul de Portugal, *Estudos Orientais* I, 27-43.
- PIÑÓN VARELA, Fernando, y P. Bueno Ramírez — 1985 — Estudio de las colecciones de materiales procedentes de La Dehesa (Lucerna del Puerto) y El Judio (Almonte). Testimonios sobre la ocupación neolítica del litoral onubense, *HA* 7, 107-160.
- RIBEIRO, Leonel, e E. Sangmeister — 1967 — Der neolitische fündplatz von Possanco bei Comporta (Portugal), *MM* 8, 31-45.
- RUIZ MATA, D., e J. Clemente Martín de la Cruz — 1977 — Noticias preliminares sobre los materiales del yacimiento de Papa Uvas (Aljaraque, Huelva), *CPA* 4, 35-48.
- SERRÃO, Eduardo da Cunha — 1983 — A estação pré-histórica da Parede. Documentos inéditos sobre estratigrafia e estruturas (Campanha de 1956), *AP Série IV* 1, 119-147.
- SILVA, Carlos Tavares da e Joaquina Soares — 1976-77 — Contribuição para o conhecimento dos povoados calcolíticos do Baixo Alentejo e Algarve, *SA* 2-3, 179-272.
- SILVA, Carlos Tavares da e Joaquina Soares — 1981 — *Pré-História da Área de Sines, trabalhos arqueológicos de 1972-77*. Lisboa.

ANTROPÓNIMOS EM INSCRIÇÕES HISPÂNICAS MERIDIONAIS

A. Marques de Faria

INTRODUÇÃO

A individualização de antropónimos ibéricos nos textos redigidos em escrita meridional, como meio de se alcançar uma total descodificação dos signos que a compõem, não é tarefa inédita (1). No entanto, tomando como ponto de partida alguns dos trabalhos mais importantes sobre aquele signário (2), também conhecido por signário do SE, tentaremos agora provar que aquela via pode conduzir a resultados diversos dos que, até hoje, foram atingidos. O recurso à mais recente sistematização da antroponímia ibérica ser-nos-á fundamental (3). Contaremos igualmente com o restante léxico (4) e com o pouco que se vai conhecendo da respectiva gramática (5), atendendo a que é ibérica a língua veiculada pela esmagadora maioria das inscrições conhecidas em escrita meridional.

Apresentamos seguidamente a proveniência e a transliteração dos documentos utilizados, encontrando-se realçados a negro os nomes pessoais (NNP) que pudemos isolar.

INSCRIÇÕES MONETÁRIAS

1. *iITuRiR / iITuKi-iKi* (6)*iITuRiR / iITuKi-iKi : KeSen*

2. ABRA (7)

ueKoeKi / anKioniS

(1) J. de Hoz, On some problems of Iberian script and phonetics, *Actas del II Coloquio sobre Lenguas y Culturas Prerromanas de la Península Ibérica (Tübingen, 17-19 junio 1976)*, Salamanca 1979, 257-261; J. de Hoz, El origen de la escritura del S.O., *Actas del III Coloquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispánicas (Lisboa, 5-8 noviembre 1980)*, Salamanca 1985, 426-430.

(2) Na falta de um catálogo de textos em escrita meridional contendo as indispensáveis reproduções fotográficas, servimo-nos sistematicamente do trabalho de J. de Hoz, La epigrafía prelatina meridional en Hispania, *Actas del I Coloquio sobre Lenguas y Culturas Prerromanas de la Península Ibérica (Salamanca, 27-31 mayo 1974)*, Salamanca 1976, 227-317.

(3) J. Untermann, Repertorio antroponímico ibérico, *Archivo de Prehistoria Levantina* 17 1987, 289-318.

(4) J. Siles, *Léxico de inscripciones ibéricas*, Madrid 1985.

(5) J. Untermann, La gramática de los plomos ibéricos, *Veleia* 2-3 1985-1986, 35-56.

(6) J. Untermann, *Monumenta Linguarum Hispanicarum*, I. 2. Wiesbaden 1975, 271, -2.5.

(7) M. García Garrido, Nuevas aportaciones a las monedas de Abra, *Acta Numismática* 14 1984, 79-89.

3. OBVLCO ⁽⁸⁾

SiBiBolai / urKail

4. OBVLCO ⁽⁸⁾

KaRsuriTu / iTireur

5. OBVLCO ⁽⁸⁾

TuiTuiBoren / aṅ(n)TuaKoi

6. OBVLCO ⁽⁸⁾

neselTuKo / urKailBi

7. OBVLCO ⁽⁸⁾

oTaKiiS / siKaai

8. OBVLCO ⁽⁸⁾

Kolon / iTiraTin

9. OBVLCO ⁽⁸⁾

TuiTuBolai / isKeraTin

10. OBVLCO ⁽⁸⁾

BeKoeKi / BoTilKoS

11. CECA INCERTA ⁽⁹⁾

KaanKinai / TeKiailKoS

INSCRIÇÕES NÃO MONETÁRIAS

12. PADRÃO (Proença-a-Nova, Castelo Branco) ⁽¹⁰⁾

Bilosiur

⁽⁸⁾ A. Arévalo González, Las monedas bilingües de Obulco, *Gaceta Numismática* 94-95 1989, 143-147.

⁽⁹⁾ A. Arévalo González, Consideraciones sobre unas monedas de taller incierto, *Gaceta Numismática* 99 1990, 7-10.

⁽¹⁰⁾ J. de Hoz, La epigrafía prelatina..., 292, nº 26.

13. FUENSANTA DE MARTOS (Jaén) ⁽¹¹⁾*KaSKarKeTir*14. TORRES (Jaén) ⁽¹²⁾*KananiKe KiTiroKian*15. SANTIAGO DE LA ESPADA (Jaén) ⁽¹³⁾*aiBonR**aiBona* (cifras)16. SANTISTEBAN-LA ALAMEDA (Jaén) ⁽¹⁴⁾*aiKaaTiBur : Bea I : Ba I : Be I : u I*17. ABENGIBRE (Albacete) ⁽¹⁵⁾*TaKaR : KareKarTasTiKiTeke(/KareKarTaseKiTeKe) : luKeSiR : aKailTirTekeRai : iarBariaTuiaS :**ilTirTiKeRKi : eBaBilin : KoKaR**BeTiaRinaR**aiBeloraR : BeTiaR*18. ABENGIBRE (Albacete) ⁽¹⁶⁾*aiBeron : eBaaren : BeTiaR*19. ABENGIBRE (Albacete) ⁽¹⁷⁾*aiTurKinBeTiaR*20. ABENGIBRE (Albacete) ⁽¹⁸⁾*aiTurKin : BiTiaR*

⁽¹¹⁾ J. de Hoz, La epigrafía prelatina..., 293-294, nº 31.

⁽¹²⁾ J. de Hoz, La epigrafía prelatina..., 294, nº 33.

⁽¹³⁾ J. de Hoz, La epigrafía prelatina..., 295-296, nº 36.

⁽¹⁴⁾ J. de Hoz, La epigrafía prelatina..., 296-297, nº 37.

⁽¹⁵⁾ J. de Hoz, La epigrafía prelatina..., 297-298, nº 38.

⁽¹⁶⁾ J. de Hoz, La epigrafía prelatina..., 298-299, nº 39.

⁽¹⁷⁾ J. de Hoz, La epigrafía prelatina..., 299, nº 40.

⁽¹⁸⁾ J. de Hoz, La epigrafía prelatina..., 299, nº 41.

21. ABENGIBRE (Albacete) ⁽¹⁹⁾*KoniTiraRBiTiaR*22. ABENGIBRE (Albacete) ⁽²⁰⁾*aBeiraBeBeTia*23. GIRIBAILE (Vilches, Jaén) ⁽²¹⁾*Biuniusen*24. EL SALOBRAL (Albacete) ⁽²²⁾*ueseBaTiTAR : BoiTABaBoaR : ^l2 aBeTeuiao : isKeunir : enTun : BerSTanoKiTer*25. LA ALCUDIA (Elche) ⁽²³⁾*KaTiKiR[i]ITirKo*26. LA ALCUDIA (Elche) ⁽²⁴⁾*aTiKiRiKerTa*27. CERRO DE LOS SANTOS (Albacete) ⁽²⁵⁾*aiuniTulBir*28. CERRO DE LOS SANTOS (Albacete) ⁽²⁶⁾*BaSTulaiaTin*29. GÁDOR (Almería) ⁽²⁷⁾

[TaTiauR?]iKiTiBeSTarioKiBeBi (cifras) ^l2*BaSTiBilosTiBeSTarioKiBeBi* (cifras)
^l3*oKoBilosTiBeSTarioKiBeBi* (cifras) ^A*oKoBilosTiBeSTarioKiBeBi* (cifras)

⁽¹⁹⁾ J. de Hoz, La epigrafía prelatina..., 299, nº 42.⁽²⁰⁾ J. de Hoz, La epigrafía prelatina..., 299-300, nº 43.⁽²¹⁾ J. de Hoz, La epigrafía prelatina..., 302-303, nº 45.⁽²²⁾ J. de Hoz, La epigrafía prelatina..., 304, nº 57.⁽²³⁾ J. de Hoz, La epigrafía prelatina..., 304, nº 58.⁽²⁴⁾ E. Llobregat Conesa, *Contestania ibérica*. Alicante 1973, 118.⁽²⁵⁾ J. de Hoz, La epigrafía prelatina..., 304, nº 61.⁽²⁶⁾ J. de Hoz, La epigrafía prelatina..., 304, nº 62.⁽²⁷⁾ J. de Hoz, La epigrafía prelatina..., 304, nº 66.

30. LA BASTIDA DE LES ALCUSES (Mogente, Valencia) (28)

Face A

¹[...]nKi /² [...] SKiliR : uTuTa : BaSiR : TaraKar :
³urKeTüKeRka [4] KiTeTiKeR [3] laKi : ⁴BanKiSariKan [3] KiTaR [3] ⁵KiTaKeRKiR [4] sosinTiKeRka
 [3] nanBan [4] ⁶[3] oTalauiKeTeR [4] siKileriKan :

Face B

¹KaniBeronKaKi [6] BiurilTirKaKi [2] seKelKaKi [6] BiurTaKerKaKi [5] aiTuarKiKiaKi [6] ²KoBeroiKaKi
 [2] BerSiRKao [3] saKarBaSKaKi (Bi ?)[4] BerSiRKaKi [10] aiTuarKiKiaKi [1] ³BiurTaKerKaKi [2] Bur[i]lTirKaKi
 [5] salTulaKoKiaKi [1] salTulaKokiao [2] ⁴BerSiRKaKi [8] arTaKerKaKi [6] KuleSTauTinKaKi [7] BerSiRKao
 [3] Ki [1] ⁵salTulaKoKiaKi [6]

31. ORLEYL (Vall d'Uxó, Castellón) (29)

Face A

[...]Tin : saKarna [...] ²BiKelaBo : iuSTiR : na [...]

Face B

BiKirTinSKi : SalBiBi [...]

32. LLANO DE LA CONSOLACIÓN (Montealegre del Castillo, Albacete) (30)

Face A

aiTiKelTunKi : iunSTiR : BeKor : SalBiTas : BiTeroKeTa : BanoTaKian

Face B

isKeriaR

33. EL AMAREJO (Bonete, Albacete) (31)

[...] BiKalú : alaBulTun : SalBiriaR :

(28) J. de Hoz, La epigrafía prelatina..., 304, nº 67; D. Fletcher Valls, *Textos ibéricos del Museo de Prehistoria de Valencia*. Valencia 1985, 22, 78 e 121; sobre as circunstâncias da descoberta e sobre tudo o que desde então se escreveu a propósito deste chumbo, v. D. Fletcher Valls, *El plomo ibérico de Mogente (Valencia)*. Valencia 1982, 5-14, 24, 25 e 43.

(29) J. de Hoz, La epigrafía prelatina..., 304, nº 71; D. Fletcher Valls, *Textos ibéricos...*, 25, 80 e 123.

(30) D. Fletcher Valls e A. Martínez Pérez, Inscripción ibérica del Llano de la Consolación (Montealegre del Castillo, Albacete), *Homenaje al Prof. Martín Almagro Basch III*, Madrid 1983, 75-88; D. Fletcher Valls, *Textos ibéricos...*, 26, 82 e 126.

(31) S. Broncano Rodríguez, *El depósito votivo ibérico de El Amarejo, Bonete (Albacete)*. (EAE 156), Madrid 1989, 99-100, chumbo nº 15.

COMENTÁRIOS

Tendo presentes os resultados até hoje alcançados na decifração do signário do SE, atentemos agora nos vocábulos ibéricos, maioritariamente antropónimos, que nos levaram à identificação dos valores fonéticos de *S(igno) 3*, *S14*, *S15*, *S16* e *S25*, grafemas que apresentam a numeração constante da fig. 1:

S3 : *seKel* ⁽³²⁾ (La Bastida de les Alcuses); *KuleSTauTin* ⁽³³⁾ (*ibidem*).

S14 : *saKarBaS* ⁽³⁴⁾ (*ibidem*); *BaSiR* ⁽³⁵⁾ (*ibidem*).

S15 : *BerSiR* ⁽³⁶⁾ (*ibidem*); *BeKor* ⁽³⁷⁾ (Llano de la Consolación).

S16 : *TiBeSTar* ⁽³⁸⁾ (Gádor).

S25 : *KuleSTauTin* ⁽³⁹⁾ (La Bastida de les Alcuses).

	—	a	b		—	a	b		—	a	b		
1	4	A	ʌ	a	11	↑	↘	m ?	21	⋈	∩	∪	Ke
2	○	⊗	⊠	e	12	‡	≋	s	22	φ	♀		Ki
3	⊥			e	13	M		S	23	↯	↷		Ki
4	⊥			i	14	∩		Ba	24	⊗	⊗	⊗	Ko
5	‡	≋		o	15	‡	‡	Be	25	⊗			Ku
6	4			u	16	⋈		Be	26	×	+		Ta
7	∩			l	17	↑		Bi	27	⊥	∩		Te
8	∩	∩	∩	r	18	⊗		Bo	28	∩	∩	∩	Ti
9	⋈			R	19	□		Bu	29	⊥			To
10	∩			n	20	∧		Ka	30	△	△	△	Tu

Fig. 1 — Signário meridional

⁽³²⁾ J. Untermann, *Repertorio antroponímico...*, 306, nº 88.

⁽³³⁾ J. Untermann, *Repertorio antroponímico...*, 304, nº 69 e 307, nº 109.

⁽³⁴⁾ J. Untermann, *Repertorio antroponímico...*, 299, nº 21 e 305, nº 85.

⁽³⁵⁾ J. Untermann, *La gramática de los plomos...*, 50-51.

⁽³⁶⁾ J. Untermann, *Repertorio antroponímico...*, 300, nº 27 e 306 nº 96.

⁽³⁷⁾ D. Fletcher Valls, *Textos ibéricos...*, 13; J. Siles, *Léxico de inscripciones...*, 112, nº 394.

⁽³⁸⁾ J. Untermann, *Repertorio antroponímico...*, 307, nº 103 e 314, nota 112-36.

⁽³⁹⁾ V. nota 33.

Antes de tecermos alguns comentários sobre os valores fonéticos de determinados signos do SE, será necessário debruçarmo-nos sobre o conteúdo daquele que é, ainda hoje, o mais extenso documento naquela escrita, o chumbo ibérico de La Bastida de les Alcuses.

Na face A, no texto compreendido entre as linhas 3 e 6, deparamos com diversas palavras seguidas por pontos colocados verticalmente, num mínimo de três e num máximo de seis. Na maioria dos casos, os pontos encontram-se atravessados por um traço vertical, acima reproduzido a seguir aos algarismos ⁽⁴⁰⁾. Ao contrário do que se verifica na face B, os antropónimos não abundam, sucedendo o morfema *-ka* apenas a dois deles. As duas primeiras linhas, invertidas, pertencem a um texto anterior, que terá sido amputado quando se procedeu à inscrição do outro texto na mesma face. Os vocábulos que as compõem, nenhum deles nome pessoal (NP), estão separados por pontos que não foram riscados. Isto significa que os dois textos da face A não tratam do mesmo assunto, embora ambos pareçam obra do mesmo indivíduo ⁽⁴¹⁾.

O texto da face B, mais moderno ⁽⁴²⁾, é composto exclusivamente de NNP, quase sempre seguidos pelo morfema *-ka* e por um ou vários símbolos metrológicos ausentes da face A ⁽⁴³⁾. Assim, S22 está representado 17 vezes, enquanto S5 foi utilizado em três ocasiões, encontrando-se S1 e S17 reproduzidos uma vez cada. Para além deste exemplo, S17 está documentado por quatro vezes no chumbo de Gádor (nº 29). A cada um destes símbolos sucedem pontos, num mínimo de um e num máximo de dez ⁽⁴⁴⁾. No entanto, nesta face do chumbo, são as palavras, e não os pontos, que se encontram riscadas ⁽⁴⁵⁾. Tratando-se, com toda a probabilidade, de um documento contabilístico, e considerando que os pontos devem representar um preço ou uma determinada quantidade de mercadoria ⁽⁴⁶⁾, teremos de concluir que “the crossed out dots and, on the other side, the crossed out words, seem to indicate closed accounts” ⁽⁴⁷⁾. O NP *BerSiR*, reproduzido por quatro vezes na face B, encontra-se riscado apenas duas. Será este NP comum a diversos indivíduos, ou terá *BerSiR* ficado com parte das suas contas por saldar?

Um dos aspectos susceptíveis de despertar maior interesse prende-se com a ocorrência, na face A, das expressões *BanKiSariKan* e *siKileriKan*. O único paralelo que encontramos para elas é a sequência *TeTeiariKane*, reproduzida por duas vezes em Pech Maho I ⁽⁴⁸⁾. Se o termo *siKil* for considerado como variante do NP *seKel*, presente na face B de La Bastida, torna-se lícito concluir que tanto *BanKiS* como *TeTe(i)* são, de igual modo, integráveis na classe dos antropónimos. *BanKiS* deverá ser um NP ibérico, apesar das semelhanças com *anKisa*, nome (turdetano?) que abre a inscrição da taça argêntea de El Alcomocal (Córdoba) ⁽⁴⁹⁾. Quanto ao termo *TeTe(i)*, as probabilidades de se tratar de um NP ibérico ganham considerável consistência se os laços que o ligam a *tetel*, conhecido componente onomástico ibérico ⁽⁵⁰⁾, não forem apenas de ordem fonética.

Regressando agora aos problemas da escrita, estamos persuadidos de que, em La Bastida, S22 e S22a valem por *ki/gi* e S23, por *k*, exactamente o inverso do que sucede na inscrição de Torres (nº 14). No entanto, convém notar que, na face A, S22a representa um valor fonético, ao passo que, na face B, S22 é, quase sempre, a abreviatura de um valor metrológico. Apenas no antropónimo *aiTuarKi*, duas vezes mencionado, aquele signo comporta um valor fonético, ostentando, em ambos os casos, um apêndice distintivo entre a barra vertical e a circunferência que se lhe sobrepõe ⁽⁵¹⁾. Embora S23 integrasse o sistema

⁽⁴⁰⁾ W. Pattison, Iberian and Basque. A Morpho-Syntactic Comparison, *Archivo de Prehistoria Levantina* 16 1981, 521.

⁽⁴¹⁾ J. de Hoz, On some problems..., 257.

⁽⁴²⁾ J. de Hoz, On some problems..., 257.

⁽⁴³⁾ J. de Hoz, Algunas precisiones sobre textos metrológicos ibéricos, *Archivo de Prehistoria Levantina* 16 1981, 478-479.

⁽⁴⁴⁾ J. de Hoz, Algunas precisiones..., 479; W. Pattison, Iberian and Basque..., 521.

⁽⁴⁵⁾ W. Pattison, Iberian and Basque..., 521.

⁽⁴⁶⁾ J. de Hoz, Algunas precisiones..., 478-483.

⁽⁴⁷⁾ W. Pattison, Iberian and Basque..., 521.

⁽⁴⁸⁾ Y. Solier, Découverte d'inscriptions sur plombs en écriture ibérique dans un entrepôt de Pech Maho (Sigean), *Revue Archéologique de Narbonnaise* 12 1979, 82.

⁽⁴⁹⁾ J. de Hoz, La epigrafía prelatina..., 292-293, nº 27.

⁽⁵⁰⁾ J. Untermann, Repertorio antroponímico..., 308, nº 111.

⁽⁵¹⁾ D. Fletcher Valls, *El plomo ibérico...*, 56.

metrológico/ponderal do Levante ibérico, a unidade de capacidade ou de peso que ele aí representava foi, no chumbo de La Bastida, abreviada por S22. Porém, na inscrição vascular, também em escrita do SE, achada em Baeza (Jaén) ⁽⁵²⁾, provavelmente posterior àquele chumbo em dois séculos e meio ⁽⁵³⁾, S23 substituiu S22 na representação do valor metrológico, enquanto este último foi reservado para expressar o valor fonético que já possuía parcialmente em La Bastida.

Temos de confessar que para a coexistência de S21 e S21a na face A do chumbo de La Bastida não descortinamos qualquer explicação, já que ambos parecem representar o fonema *ke/ge*.

A julgar pelo que observamos na face B, S20 não pode ser precedido por S22 e S24; esta impossibilidade a nível gráfico não parece ser extensível ao domínio fonético, uma vez que a sílaba *ka/ga* sucede às também velares *ki/gi* e *ko/go* mediante o recurso a S23 seguido de S1.

A recente publicação do chumbo de Llano de la Consolación (nº 32) veio esclarecer de modo definitivo os valores fonéticos de S9 ⁽⁵⁴⁾ e S15 (v. *supra*). O maior problema que esta inscrição nos coloca prende-se com a leitura de S17 na quarta palavra da face A. Considerando a presença de S30 no mesmo texto, não nos parece correcto atribuir o valor *tu/du* a S17, tanto mais que este signo figura mais adiante, representando inequivocamente o valor *bi* na conhecida sequência *BiTeroKeTa* ⁽⁵⁵⁾. Aliás, o elemento nominal *SalBi* [...] não é inédito na epigrafia meridional, porquanto está documentado em Orley II (nº 31) e em El Amarejo (nº 33).

Um dos maiores mistérios que a escrita do SE ainda encerra reside na representação da nasal labial. Apesar de, até agora, não ter sido reconhecida naquele semi-silabário, ela parece ocorrer no NP *Imilce* ⁽⁵⁶⁾ e nos topónimos *Carmo*, *Detumo*, *Mastia*, *Munda*, *Munigua* ⁽⁵⁷⁾, aos quais poderemos acrescentar *Laci(ni?)murgila*, *Μαινόβωρα/Maenoba*, *Malaca*, *Maxilua*, *Mentesa*, *Murgi*, *Murtili*, *Salmuca* e *Vama*. Embora transmitidos através das escritas grega e latina, estes nomes deverão, na sua maioria, partilhar com o semi-silabário meridional uma origem turdetana. É certo que não conhecemos qualquer documento que nos prove a existência de S11 fora dos signários do Sudoeste ⁽⁵⁸⁾ e do Levante. Porém, o mesmo não se passa relativamente a S11a, que encerra a legenda toponímica, em caracteres meridionais, das moedas emitidas por **BeuiBum*, cidade que antecedeu *Salacia* no local onde é hoje Alcácer do Sal ⁽⁵⁹⁾. Não contando com este exemplo, S11a encontra-se atestado em duas legendas monetárias da Celtibéria e em duas inscrições lapidares da mesma região, valendo por *m* ⁽⁶⁰⁾. Porém, o facto de ser ali que reúne o maior número de testemunhos não significa que a sua invenção seja celtibérica. Se, para além do problemático caso acima apontado, não tem sido possível detectar a nasal labial nos textos em escrita do SE, tal dever-se-á à natureza ibérica da quase totalidade destes últimos e às particularidades que, nesta língua, revestem o referido fonema e a respectiva representação gráfica ⁽⁶¹⁾. Também o reduzido número de documentos poderá explicar a ausência ou a raridade deste e de outros caracteres. Por exemplo, a sílaba *to/do*, representada por S29, ocorre apenas uma vez (não sabemos se em língua ibérica ou turdetana) ⁽⁶²⁾.

⁽⁵²⁾ J. A. Correa, Inscripción vascular indígena hallada en Baeza (Jaén), *Archivo de Prehistoria Levantina* 19 1989, 183-189.

⁽⁵³⁾ J. A. Correa, Inscripción vascular..., 186.

⁽⁵⁴⁾ J. Untermann, La gramática de los plomos..., 46.

⁽⁵⁵⁾ J. Untermann, La gramática de los plomos..., 48-49.

⁽⁵⁶⁾ J. de Hoz, La epigrafía prelatina..., 273-274

⁽⁵⁷⁾ J. A. Correa, El signario tartésio. *Veleia* 2-3 1985-1986, 278.

⁽⁵⁸⁾ J. A. Correa, El signario tartésio..., 278; M. V. Gomes e C. de M. Beirão, A estela epigrafada do Pardieiro, S. Martinho das Amoreiras (Odemira, Beja), *Veleia* 5 1988, 123; J. de Hoz, El desarrollo de la escritura y las lenguas de la zona meridional, *Tartessos: Arqueología protohistórica del Bajo Guadalquivir*, 1989, 532.

⁽⁵⁹⁾ A. M. de Faria, Ainda sobre o nome o nome pré-romano de Alcácer do Sal, *Vipasca* 1, 1992, 39-48.

⁽⁶⁰⁾ E. Hübner, *Monumenta Linguae Ibericae*. Berlin 1893, 79, 136; J. A. Correa, Singularidad del letrero indígena de las monedas de Salacia (A. 103), *Numisma* 177-179 1982, 72; M. L. Albertos Firmat e F. Romero Carnicero, Una estela y otros hallazgos celtibéricos en Trébagos (Soria), *BSAA* 47 1981, 200-201; J. de Hoz, La epigrafía celtibérica, *Epigrafía Hispánica de Época Romano-Republicana*, Zaragoza 1986, 63.

⁽⁶¹⁾ J. Siles, Sobre la epigrafía ibérica, *Epigrafía Hispánica de Época Romano-Republicana*, Zaragoza 1986, 34-37.

⁽⁶²⁾ J. de Hoz, El origen oriental de las antiguas escrituras hispanas y el desarrollo de la escritura del Algarve, *Estudios Orientais* 1 1990, 241, nota 20.

Sendo, como vimos atrás, quase certa a existência, na língua turdetana, do som *m*, torna-se necessário aguardar a publicação de textos que venham, ou não, comprovar a sua anotação por *S11* e/ou por *S11a*. No caso de nenhum deles representar a nasal labial, *S11a* deverá ser considerado um alógrafo do *n* documentado nos três sistemas de escrita peninsulares ⁽⁶³⁾.

As breves reflexões acima registadas deixam entrever as dificuldades que ainda se colocam a uma total compreensão do signário do SE. Embora a língua ibérica permaneça quase impenetrável, competirá a ela desfazer as últimas dúvidas respeitantes ao sistema de escrita que terá sido utilizado na Hispânia meridional até à época romana.

APÊNDICE

Antropónimos ibéricos não incluídos no Repertório antropónimo ibérico ⁽⁶⁴⁾

Embora a maioria dos NNP identificados nos documentos acima reproduzidos se inclua na onomástica ibérica - constando, por conseguinte, do elenco que o presente apêndice corporiza - outros há que devem pertencer ao substrato turdetano; são eles *aiBelor* (17), *aiBeron* (18), *aiBon* (15), *anKioniS* (2), *anTuaKoi* (5), *BeKoeKi* (10)/*ueKoeKi*(2), *BoTilKoS* (10), *KaanKinai* (11), *Kanan* (14), *KaniBeron* (30), *KaRsuriTu* (4), *KoBeroi* (30), *Kolon* (8), *neselTuKo* (6), *oTaKiiS* (7), *SiBiBolai* (3), *siKaai* (7), *TeKiailKoS* (11), *TuiTuBolai* (9), *TuiTuiBoren* (5), *urKail* (3) e *urKailBi* (6), na sua maior parte magistrados monetários.

A lista que a seguir apresentamos incluirá, por certo, vários vocábulos alheios ao léxico onomástico; os que apresentam maior grau de probabilidade de não serem antropónimos vão colocados entre parêntesis, o mesmo acontecendo aos hipotéticos NNP total ou parcialmente não-ibéricos. Não restam, porém, quaisquer dúvidas de que o repertório antropónimo ibérico fica agora mais completo - mesmo descontando as dezenas de NNP publicados após a elaboração do trabalho com aquele título, também aqui incluídos na sua maior parte. Atendendo aos numerosos casos que conseguimos reunir, não terá sido excessiva a prudência de que se rodeou o autor daquele valioso *corpus*?

O rol onomástico faz-se acompanhar das referências bibliográficas que nos foram mais acessíveis, sendo os NNP que figuram nas inscrições em caracteres meridionais acima catalogadas seguidos pelo número da respectiva inscrição. Os NNP truncados ou abreviados não foram incluídos.

Eis a lista dos trabalhos utilizados neste apêndice, e que não foram, até agora, objecto de citação:

- À. Aguilar i Guillén e E. Pons i Mellado, Epigrafía ibérica, *Laietania* 4 1988, 145-148.
- M. L. Albertos, *La onomástica personal primitiva de Hispania Tarraconense y Bética*. Salamanca 1966.
- M. L. Albertos, Nuevos antropónimos hispánicos (2ª serie), *Emerita* 40 1972, 1-29.
- A. Casariego, G. Cores e F. Pliego, *Catálogo de plomos monetiformes de la Hispania Antigua*. Madrid 1987.
- J. C. Edmondson, *Two Industries in Roman Lusitania. Mining and Garum Production*. Oxford 1987.
- E. Hübner, *Corpus Inscriptionum Latinarum, II, Supplementum*. Berlin 1892.
- M. Palomar Lapesa, *La onomástica personal pre-latina de la antigua Lusitania*. Salamanca 1957.
- M. Pérez Rojas, La estela ibérica de Caspe: introducción a su estudio lingüístico, *AEA* 56 1983, 269-285.
- E. Sanmartí-Grego, Una carta en lengua ibérica, escrita sobre plomo, procedente de Emporion, *Revue Archéologique de Narbonnaise* 21 1988, 95-113.
- Y. Solier e H. Barbouteau, Découverte de nouveaux plombs, inscrits en ibère, dans la région de Narbonne, *Revue Archéologique de Narbonnaise* 21 1988, 61-94.
- J. Untermann, Nuevos textos ibéricos sobre plomo, *Acta Numismática* 15 1985, 33-46.
- L. Villaronga, *Numismática antigua de Hispania*. Barcelona 1979.

⁽⁶³⁾ J. A. Correa, Singularidad del letrero..., 72.

⁽⁶⁴⁾ V. nota 3.

ANTROPÓNIMOS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

<i>aBaRarBan</i>	J. Siles, <i>Léxico de inscripciones...</i> , 26, nº 12.
<i>aBaR-Ke-BioTaR</i>	J. Untermann, <i>Nuevos textos...</i> , 39.
<i>aBaR-Ke-Bors</i>	J. Siles, <i>Léxico de inscripciones...</i> , 27, nº 13.
<i>aBaR-ie-KiTe</i>	J. Siles, <i>Léxico de inscripciones...</i> , 29, nº 21.
<i>aBaR-iei-KiTe</i>	J. Siles, <i>Léxico de inscripciones...</i> , 29, nº 22.
<i>aBaRiTUR</i>	J. Siles, <i>Léxico de inscripciones...</i> , 30, nº 24.
<i>(aBars-Ku-Bor)</i>	Y. Solier, <i>Découverte d'inscriptions...</i> , 86.
<i>aBarTanBan</i>	J. Siles, <i>Léxico de inscripciones...</i> , 28, nº 17.
<i>aBaRTaR</i>	J. Siles, <i>Léxico de inscripciones...</i> , 28, nº 18.
<i>aBaRTiaiKis</i>	J. Siles, <i>Léxico de inscripciones...</i> , 29, nº 19.
<i>aBaR-Ki-TiBaS</i>	J. Siles, <i>Léxico de inscripciones...</i> , 27, nº 15.
<i>aBaRTirTes</i>	J. Untermann, <i>Gramática de los plomos...</i> , 47.
<i>(aBelIR)</i>	Y. Solier, <i>Découverte d'inscriptions...</i> , 82.
<i>(aBelKiRTiKan)</i>	Y. Solier, <i>Découverte d'inscriptions...</i> , 82.
<i>aBoBaKer</i>	J. Siles, <i>Léxico de inscripciones...</i> , 32, nº 34.
<i>aiBeKeReS</i>	J. Siles, <i>Léxico de inscripciones...</i> , 47, nº 104.
<i>*aii(u)ar</i>	M. García Garrido, <i>Nuevas...</i> , Lám. I -B.
<i>aiTuarKi (30)</i>	
<i>aiTu(a)rKi (19)</i>	
<i>aiTu(a)rKi (20)</i>	
<i>aiTuBas</i>	L. Villaronga, <i>Numismática antigua...</i> , 215, nº 784.
<i>aiT(u)-iKe-(i)ITun (32)</i>	
<i>aiTuleKu</i>	J. Siles, <i>Léxico de inscripciones...</i> , 47, nº 107.
<i>aiTuTiKer</i>	E. Sanmartín-Gregó, <i>Una carta...</i> , 103.
<i>aiun-i-TulBir (27)</i>	
<i>aKiTiKen</i>	Y. Solier, <i>Découverte d'inscriptions...</i> , 86.
<i>alaBu(i)ITun (33)</i>	
<i>alaSBuR</i>	Y. Solier, <i>Découverte d'inscriptions...</i> , 83.

<i>aloRsin</i>	J. Siles, <i>Léxico de inscripciones...</i> , 51, nº 120.
<i>anBaiKar</i>	J. Siles, <i>Léxico de inscripciones...</i> , 56, nº 142.
<i>anBoSiITun</i>	D. Fletcher Valls, <i>Textos ibéricos...</i> , 21.
<i>aReTainin</i>	J. Siles, <i>Léxico de inscripciones...</i> , 66, nº 186.
<i>aRsBin</i>	J. Untermann, <i>Gramática de los plomos...</i> , 40.
<i>arTaKer</i> (30)	
* <i>aseti</i>	<i>CIL II Suppl.</i> , 1002, nº 6249/3.
<i>aseTe</i>	J. Siles, <i>Léxico de inscripciones...</i> , 72, nº 210.
<i>aseTile</i>	J. Siles, <i>Léxico de inscripciones...</i> , 72, nº 211.
<i>aseTili</i>	J. Siles, <i>Léxico de inscripciones...</i> , 72, nº 212.
* <i>aStolbaS</i>	M. Palomar Lapesa, <i>La onomástica...</i> , 43.
<i>aTi(n)Bur</i> (16)	
<i>aTinsin</i>	À. Aguilar e E. Pons, <i>Epigrafía ibérica...</i> , 147.
<i>BaiKar</i>	J. Siles, <i>Léxico de inscripciones...</i> , 83, nº 269.
<i>BaKaSKeTe</i>	Y. Solier, <i>Découverte d'inscriptions...</i> , 77.
<i>BanBas</i>	Y. Solier, <i>Découverte d'inscriptions...</i> , 84.
<i>Ban-ie-KaRs</i>	J. Siles, <i>Léxico de inscripciones...</i> , 84, nº 271.
<i>BankiTe</i>	J. Siles, <i>Léxico de inscripciones...</i> , 98, nº 331.
<i>BanSor</i>	Y. Solier, <i>Découverte d'inscriptions...</i> , 83.
<i>BanTiBa</i>	J. Siles, <i>Léxico de inscripciones...</i> , 99, nº 338.
<i>BarBin</i>	J. Untermann, <i>Gramática de los plomos...</i> , 39.
<i>BarBoR</i>	J. Siles, <i>Léxico de inscripciones...</i> , 101, nº 348.
<i>BarBoR</i>	J. Siles, <i>Léxico de inscripciones...</i> , 101, nº 349.
<i>BarsuR</i>	J. Siles, <i>Léxico de inscripciones...</i> , 103, nº 356.
<i>BarTaSKo</i>	J. Siles, <i>Léxico de inscripciones...</i> , 103, nº 354.
<i>BarTon</i>	J. Untermann, <i>Gramática de los plomos...</i> , 42.
<i>BarTun</i>	J. Untermann, <i>Gramática de los plomos...</i> , 42.
<i>BaSBin</i>	Y. Solier, <i>Découverte d'inscriptions...</i> , 81.
<i>BaSTarTine</i>	J. Siles, <i>Léxico de inscripciones...</i> , 106, nº 372.
<i>BaTesiTiR</i>	J. Siles, <i>Léxico de inscripciones...</i> , 106, nº 373.

<i>BaSTiBilos</i> (29)	
<i>BaSTulaiaTin</i> (28)	
<i>BeKineTaneRs</i>	Y. Solier e H. Barbouteau, <i>Découverte...</i> , 89.
<i>BeKonTeKe</i>	D. Fletcher Valls, <i>Textos ibéricos...</i> , 22.
<i>(BeKor)</i> (32)	
<i>(BeKor)</i>	D. Fletcher Valls, <i>Textos ibéricos...</i> , 13.
<i>(bekor)</i>	J. Siles, <i>Léxico de inscripciones...</i> , 112, nº 394.
<i>BeKoRTo</i>	Y. Solier, <i>Découverte d'inscriptions...</i> , 82.
<i>BeleSBoR</i>	J. Untermann, <i>Dos inscripciones ibéricas...</i> , 435.
<i>BeneBeTaner</i>	J. Siles, <i>Léxico de inscripciones...</i> , 118, nº 422.
<i>BeR-i-KaRs</i>	J. Siles, <i>Léxico de inscripciones...</i> , 120, nº 428.
<i>BerSiR</i> (30)	
<i>BerSTan</i> (24)	
<i>BeRTeKer</i>	D. Fletcher Valls, <i>Textos ibéricos...</i> , 21.
<i>BiKelaBo</i> (31)	
<i>BiKirTinS</i> (31)	
<i>BilosiuR</i> (12)	
<i>BinTuRKes</i>	E. Sanmartí-Grego, <i>Una carta...</i> , 103.
<i>BiT(u)ars</i>	J. Untermann, <i>Gramática de los plomos...</i> , 39.
<i>Biu(r)nius</i> (23)	
<i>(BiuRBi)</i>	J. Siles, <i>Léxico de inscripciones...</i> , 133, nº 492.
<i>BiuriITir</i> (30)	
<i>BiurTaKer</i> (30)	
<i>BiuRTiKi</i>	E. Sanmartí-Grego, <i>Una carta...</i> , 100.
<i>(BoKalSor)</i>	Y. Solier, <i>Découverte d'inscriptions...</i> , 81.
<i>BolsKo</i>	J. Untermann, <i>Gramática de los plomos...</i> , 37.
<i>BonKo</i>	J. Untermann, <i>Gramática de los plomos...</i> , 37.
<i>(BoRBelioR)</i>	J. Siles, <i>Léxico de inscripciones...</i> , 141, nº 531.
<i>(BoRBeRon)</i>	J. Siles, <i>Léxico de inscripciones...</i> , 141, nº 532.
<i>Bors</i>	J. Siles, <i>Léxico de inscripciones...</i> , 143, nº 538.

<i>BoRTolo</i>	J. Siles, <i>Léxico de inscripciones...</i> , 142, nº 535.
(* <i>boto</i>)	L. Villaronga, <i>Numismática antigua...</i> , 164, nº 455.
* <i>botoniltur</i>	M. L. Albertos, <i>Nuevos antropónimos...</i> , 21.
<i>BoToTaS</i>	J. Untermann, <i>Gramática de los plomos ...</i> , 42-43.
<i>BoToTiKi</i>	J. Untermann, <i>Gramática de los plomos...</i> , 46.
<i>buistineR</i>	J. Siles, <i>Léxico de inscripciones...</i> , 145, nº 550.
<i>Bur[i]ITir</i> (30)	
<i>eBoiTor</i>	Y. Solier e H. Barbouteau, <i>Découverte...</i> , 84.
<i>eiKeTaR</i>	J. Siles, <i>Léxico de inscripciones...</i> , 220, nº 927.
<i>eisBuR</i>	Y. Solier, <i>Découverte d'inscriptions...</i> , 77.
(<i>eleR</i>)	Y. Solier e H. Barbouteau, <i>Découverte...</i> , 91.
<i>eRsKon</i>	J. Siles, <i>Léxico de inscripciones...</i> , 226, nº 955.
<i>eRTeBaS</i>	E. Sanmartí-Grego, <i>Una carta...</i> , 103.
<i>erTer</i>	Y. Solier e H. Barbouteau, <i>Découverte...</i> , 83.
<i>eRTin</i>	Y. Solier, <i>Découverte d'inscriptions...</i> , 83.
<i>eRTos</i>	J. Untermann, <i>Nuevos textos...</i> , 39.
* <i>eskerior</i>	M. L. Albertos Firmat, <i>La onomástica...</i> , 116.
<i>esKuBaRs</i>	Y. Solier e H. Barbouteau, <i>Découverte...</i> , 91.
* <i>etekon</i>	M. L. Albertos Firmat, <i>La onomástica...</i> , 111.
<i>eTeiTor</i>	J. Untermann, <i>Gramática de los plomos...</i> , 49.
(<i>eTerTer</i>)	J. Siles, <i>Léxico de inscripciones...</i> , 219, nº 921.
(<i>eTesiliR</i>)	J. Siles, <i>Léxico de inscripciones...</i> , 219, nº 924.
(<i>eToRosair</i>)	J. Untermann, <i>Gramática de los plomos...</i> , 47.
<i>iariBeR</i>	M. Pérez Rojas, <i>La estela ibérica...</i> , 272.
<i>iBeisur</i>	Y. Solier, <i>Découverte d'inscriptions...</i> , 84.
<i>iTiRKiS</i>	Y. Solier, <i>Découverte d'inscriptions...</i> , 84.
<i>iTiRSar</i>	Y. Solier, <i>Découverte d'inscriptions...</i> , 82.
<i>iITirTeKeR</i> (17)	
<i>iITirTiKeR</i> (17)	
<i>isKeRBoneS</i>	Y. Solier, <i>Découverte d'inscriptions...</i> , 81.

<i>isKeriaR</i> (32)	
<i>isKeunir</i> (24)	
<i>isTaR</i>	Y. Solier e H. Barbouteau, <i>Découverte...</i> , 83.
<i>iTeSKeTin</i>	J. Siles, <i>Léxico de inscripciones...</i> , 234, nº 991.
<i>KaRes-Bo-BiKiR</i>	J. Siles, <i>Léxico de inscripciones...</i> , 156, nº 604.
<i>KaResir</i>	J. Siles, <i>Léxico de inscripciones...</i> , 156, nº 605.
<i>KaReSoR</i>	Y. Solier e H. Barbouteau, <i>Découverte...</i> , 83.
<i>KaResTar</i>	J. Untermann, <i>Gramática de los plomos...</i> , 42.
<i>(KaRkoSKar)</i>	J. Siles, <i>Léxico de inscripciones...</i> , 155, nº 600.
<i>KaSKarKeTir</i> (13)	
<i>KelseKiTe</i>	J. Siles, <i>Léxico de inscripciones...</i> , 163, nº 639.
<i>KelTiBeleS</i>	J. Untermann, <i>Gramática de los plomos...</i> , 44-45.
<i>KiTe-i-Bors</i>	D. Fletcher Valls, <i>Textos ibéricos...</i> , 21.
<i>KiTeTiKeR</i> (30)	
<i>KoBilos</i> (29)	
<i>KolBeiTor</i>	Y. Solier e H. Barbouteau, <i>Découverte...</i> , 84.
<i>KoniTir</i> (21)	
<i>*korokine</i>	M. L. Albertos Firmat, <i>La onomástica...</i> , 99.
<i>KuleSTauTin</i> (30)	
<i>(*kurukuntin)</i>	J. C. Edmondson, <i>Two Industries...</i> , 169.
<i>(KuRuKuRuaTin)</i>	J. Siles, <i>Léxico de inscripciones...</i> , 180, nº 720.
<i>(laKeR-ei-arTuR)</i>	J. Siles, <i>Léxico de inscripciones...</i> , 255, nº 1098.
<i>laKueRKar</i>	J. Siles, <i>Léxico de inscripciones...</i> , 256, nº 1101.
<i>*lauRbeleS</i>	J. Untermann, <i>Repertorio antroponímico...</i> , 302, nº 49-25.
<i>lauRBerTon</i>	J. Untermann, <i>Gramática de los plomos...</i> , 39.
<i>lauRBim</i>	J. Untermann, <i>Repertorio antroponímico...</i> , 298, nº 16-33.
<i>lauRisKer</i>	J. Untermann, <i>Gramática de los plomos...</i> , 37.
<i>lawTi</i>	Y. Solier e H. Barbouteau, <i>Découverte...</i> , 91.
<i>lauRTo</i>	J. Siles, <i>Léxico de inscripciones...</i> , 257, nº 1106.
<i>leisir</i>	Y. Solier e H. Barbouteau, <i>Découverte...</i> , 72.

<i>leisTiKer</i>	Y. Solier e H. Barbouteau, <i>Découverte...</i> , 72.
<i>leKaR-Ke-loR</i>	Y. Solier, <i>Découverte d'inscriptions...</i> , 83.
* <i>lekuseki</i>	J. Siles, <i>Léxico de inscripciones...</i> , 259, nº 1116.
<i>lereuTinir</i>	Y. Solier, <i>Découverte d'inscriptions...</i> , 82.
* <i>lukesin</i>	M. L. Albertos Firmat, <i>La onomástica...</i> , 140.
<i>luKeSiR</i> (17)	
<i>naBaRrsosin</i>	J. Siles, <i>Léxico de inscripciones...</i> , 268, nº 1164.
<i>nisoR</i>	Y. Solier, <i>Découverte d'inscriptions...</i> , 83.
<i>nisoRBar</i>	J. Untermann, <i>Gramática de los plomos...</i> , 45.
<i>noroBoR</i>	J. Untermann, <i>Gramática de los plomos...</i> , 47.
<i>oKaSTiKer</i>	J. Siles, <i>Léxico de inscripciones...</i> , 276, nº 1207.
<i>olosorTin</i>	J. Siles, <i>Léxico de inscripciones...</i> , 280, nº 1232.
<i>olosTeKeR</i>	J. Siles, <i>Léxico de inscripciones...</i> , 280, nº 1231.
<i>òRKe-iKe-laur</i>	J. Siles, <i>Léxico de inscripciones...</i> , 282, 1244.
<i>oRo-iK-aSTor</i>	Y. Solier e H. Barbouteau, <i>Découverte...</i> , 84.
<i>oRTin</i>	J. Siles, <i>Léxico de inscripciones...</i> , 283, nº 1247.
<i>oRTin</i>	J. Untermann, <i>Gramática de los plomos...</i> , 49.
<i>oSorTaRBan</i>	M. Pérez Rojas, <i>La estela ibérica...</i> , 272.
<i>saKarBaS</i> (30)	
<i>SalBiriaR</i> (33)	
<i>SalBiTas</i> (32)	
<i>SalKiTe</i>	Y. Solier, <i>Découverte d'inscriptions...</i> , 82.
<i>saTuKileR</i>	J. Siles, <i>Léxico de inscripciones...</i> , 290, nº 1283.
<i>saTuKo</i>	J. Siles, <i>Léxico de inscripciones...</i> , 290, nº 1284.
<i>saTulaKo</i> (30)	
<i>saTuTiBa</i>	J. Untermann, <i>Gramática de los plomos...</i> , 46.
<i>SaniBar</i>	Y. Solier, <i>Découverte d'inscriptions...</i> , 85.
<i>seKel</i> (30)	
<i>seKiTeKer /TiKiTeKer</i> (17)	
<i>selKe</i>	J. Untermann, <i>Gramática de los plomos...</i> , 42.

(siBaiTin)	J. Siles, <i>Léxico de inscripciones...</i> , 298, nº 1333.
siKil (30)	
siRBaiser	A. Casariego et alii, <i>Catálogo de plomos...</i> , Lám. 39, nº 1.
sorseiTeR	J. Siles, <i>Léxico de inscripciones...</i> , 301, nº 1345.
sosinTiKeR (30)	
*suk(u)nin	<i>CIL II Suppl.</i> , 1002, nº 6249/3.
suisebartas	J. Untermann, <i>Gramática de los plomos...</i> , 47.
TaKeRKiR (30)	
(TalaukieteR) (30)	
(TeTe(i))	Y. Solier, <i>Découverte d'inscriptions...</i> 82.
TiBeSTar (29)	
TiKiRiKer (26)	
TiKiR(i)ITir (25)	
TiKirsKine	J. Siles, <i>Léxico de inscripciones...</i> , 199, nº 815.
(ToreTin)	J. Untermann, <i>Gramática de los plomos...</i> , 49.
(ToRosair)	J. Siles, <i>Léxico de inscripciones...</i> , 205, nº 851.
TusKiTar	J. Siles, <i>Léxico de inscripciones...</i> , 209, nº 870.
(uKeiBaBo)	E. Sanmartí-Grego, <i>Una carta...</i> , 103.
uITiTiKan	E. Sanmartí-Grego, <i>Una carta...</i> , 102.
uReSTiniR	Y. Solier, <i>Découverte d'inscriptions...</i> , 77.
uReSunir	Y. Solier, <i>Découverte d'inscriptions...</i> , 81.
urKeTiiKeR (30)	
urKeTiKeS	J. Siles, <i>Léxico de inscripciones...</i> , 320, nº 1446.
wiReSTiniR	Y. Solier, <i>Découverte d'inscriptions...</i> , 77.
wReSuniR	Y. Solier, <i>Découverte d'inscriptions...</i> , 85.
wuReSuniR	Y. Solier, <i>Découverte d'inscriptions...</i> , 85.

DO CASTELO DA RECONQUISTA AO CASTELO ROMÂNICO

(Séc. IX a XII)

Mário Jorge Barroca *

O castelo é uma das mais significativas inovações que a Idade Média introduziu na paisagem portuguesa. Se é certo que desde tempos muitos remotos as populações sentiram necessidade de erguerem estruturas defensivas, a forma que essas estruturas assumiram foi, até ao início do processo da Reconquista Cristã, a da fortificação dos povoados. Apenas com o advento da Reconquista Cristã assistimos ao aparecimento de uma nova estrutura arquitectónica, exclusivamente militar, concebida para albergar não um povoado mas antes uma pequena guarnição de soldados encarregados de velarem pela segurança de um território. Esta nova concepção de defesa, que já não assenta na defesa do local de habitat mas antes na presença de forças militares encarregadas de velarem por um território, traduz, no fundo, uma mudança do tipo de habitat, com uma decisiva dispersão pelos vales agrícolas, que se começa a desenhar com a *adsignatio* do *ager* implementada com os Flávios e se consuma nas centúrias seguintes (1). A definição do habitat tal como o conhecemos em zonas como o Entre-Douro-e-Minho começou a desenhar-se então, tendo o processo sido apenas concluído nos séculos XI-XII. A partir do momento em que o povoamento se dispersa, a presença de amuralhamentos apenas podia garantir a segurança de uma parte do território e das populações. Por isso, a Idade Média sentiu necessidade não só de erguer muralhas para defesa dos principais aglomerados populacionais, mas também de criar uma importante rede de castelos, sob a qual se apoiava o sistema defensivo do território. A novidade desta nova estrutura militar deve ser bem sublinhada pois o castelo é, de todas as construções medievais, aquela cuja análise se torna mais fecunda para a compreensão de um território. De resto, ainda hoje o castelo constitui, no nosso imaginário, um dos mais poderosos símbolos da Idade Média.

* Do Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Bolseiro do INIC. Trabalho distinguido, ex aequo, com o Prémio «Defesa Nacional 1990».

ABREVIATURAS UTILIZADAS PARA AS REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS:

APV — «Annales Portugalenses Veteres», in *Anais, Crónicas Breves e Memórias Avulsas*, ed. António Cruz. Porto 1968.

DPM, DR — *Documentos Medievais Portugueses, Documentos Régios. A.D. 1095-1185*, ed. de Rui Pinto de Azevedo. Lisboa 1958-1962.

DS — *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, ed. Rui de Azevedo, Avelino de Jesus da Costa e Marcelino Rodrigues Pereira. Coimbra 1979.

LF — *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae*, ed. Avelino de Jesus da Costa, 2 vols. Braga 1965 e 1978.

LP — *Livro Preto da Sé de Coimbra*, ed. de Leontina Ventura, M. Teresa Veloso e Avelino de Jesus da Costa, 3 vols. Coimbra 1977-1978-1979.

PMH, DC — *Portugaliae Monumenta Historica ... Diplomata et Chartae*. Lisboa 1867 e ss.

PMH, Inq. — *Portugaliae Monumenta Historica ... Inquisitiones*. Lisboa 1888 e ss.

PMH, Leges — *Portugaliae Monumenta Historica ... Leges et Consuetudines*. Lisboa 1856 e ss.

PMH, Scrip. — *Portugaliae Monumenta Historica ... Scriptores*. Lisboa 1856 e ss.

VMH — *Vimaranis Monumenta Historica ...*, Guimarães 1929-1931.

(1) Cf. Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *Cultura Castreja. Evolução e Problemática*, *Arqueologia* 8, 1983, 74; idem, *O Castrejo sob o Domínio Romano: a sua transformação*, *Estudos de Cultura Castrexa e de Historia Antiga de Galicia*. Santiago de Compostela 1983, 193; idem, *Arte Castreja. A sua lição para os fenómenos de assimilação e resistência à romanidade*, *Arqueologia* 13 1986, 169.

1 — ANTECEDENTES

As populações que habitaram o espaço português conheceram, desde tempos muito remotos, a necessidade de se munirem de estruturas defensivas. O desenvolvimento da metalurgia pode ser apontado como o primeiro momento onde essas necessidades se tornaram sensíveis. A exploração metalífera convidou à acumulação de riqueza nos povoados e, concomitantemente, ao desenvolvimento dos sentimentos de cobiça. As necessidades de defesa fizeram-se sentir em diversos níveis, de que recordaremos aqui apenas três deles: nos planos social, material e arquitectónico. No plano social o advento das desigualdades sociais, que se começam a desenhar por esta altura, e das rivalidades entre povoados e povos, conduziu à inevitável formação de hierarquias guerreiras. Ao nível da civilização material assistimos, pela primeira vez na História da Humanidade, ao desenvolvimento de armamento de tipo militar e não apenas cinegético. Se até então todos os tipos de armas eram primordialmente destinados à caça, a partir do Calcolítico começamos a assistir a uma inflexão que é sensível precisamente nas peças concebidas nas novas matérias-primas. E se os punhais, que aparecem por essa época, podem ser algo ambíguos quanto a este aspecto, já as espadas, que surgem a partir do Bronze Antigo, não deixam dúvidas quanto ao seu cariz essencialmente militar. A forma insistente como essas armas militares surgem iconografadas na Arte Rupestre não pode deixar de ser um sintoma da inovação e da sua importância enquanto elementos definidores de uma nova ordem social. No plano arquitectónico e urbano o florescimento dos primeiros povoados fortificados, que entre nós encontra magnífica expressão em V. N. de S. Pedro, constitui o corolário deste processo. As necessidades de defesa passaram a moldar o urbanismo dos povoados, definindo-os como espaços fechados e comprimidos, onde o colectivo se unia para garantir a manutenção da segurança. A oposição entre habitat e espaços envolventes, não votados à presença de estruturas residenciais, tornou-se, a partir de então, clara e bem delimitada. A fronteira passou a ser também material.

Com o advento da Idade do Ferro e o florescimento dos Castros no Noroeste Peninsular, assistimos a um dos momentos áureos e de maior personalidade do habitat fortificado, onde a estrutura peculiar dos seus povoados constitui uma das melhores formas de definir essa cultura (?). A pacificação imposta pelo Império talvez tenha reduzido a importância militar dos sistemas de amuralhamento mas certamente não conseguiu diminuir o seu poder simbólico. Com a reforma dos Flávios começam a escassear as inscrições com referência a *castella*, os povoados fortificados, não porque os amuralhamentos tenham sido abandonados ou destruídos mas, como sugeriu Jorge Alarcão, porque «caiu em desuso a prática de se indicar como *origo* o povoado onde alguém era natural, para se mencionar a *civitas* onde esse povoado se integrava administrativamente» (?). No entanto, a pacificação da sociedade traduziu-se numa desmilitarização crescente do habitat. Os novos povoados romanos, de planície, são erguidos sem que a fronteira que os delimita e opõe ao campo seja definida de forma material. O limite passa a ser simbólico. As *urbs* não se erguem comprimidas entre muros espessos embora o termo do espaço urbano seja claro para as populações de então. O habitat rural, dominado cada vez mais pelas *villae*, não apresenta estruturas de fortificação, como acontecia nos primeiros exemplos de *villae* alentejanas, dos meados do século I a. C. aos inícios da nossa Era (Castelo da Lousa, em Mourão; Castelo de Manuel Galo, em Mértola) (*). A própria dispersão do habitat pelo *ager*, que como vimos se consuma com os Flávios, traduz um sentimento generalizado de segurança.

Mas com os finais do século III e inícios da centúria seguinte assistimos a um novo movimento de construção de estruturas defensivas para garantir a segurança dos povoados e *urbs*. O exemplo clássico português é o de Conimbriga, onde o sentimento de insegurança e a necessidade urgente de defesa levou a que se sacrificassem áreas significativas do povoado para se erguer a sua muralha. Algumas *villae* urbanas foram destruídas para sobre elas se apoiarem as muralhas. Fora do seu perímetro ficaram diversas estruturas, entre as quais se contam algumas luxuosas *villae* e o próprio Anfiteatro.

Com a invasão de 409 e o processo de sedentarização de Suevos e Alanos no Noroeste Peninsular (411), as questões relacionadas com a segurança voltaram a agudizar-se e as necessidades de defesa assumiram-se, de novo, como primordiais. Uma vez mais, a solução utilizada foi a fortificação dos povoados. A Crónica de Idácio, precioso testemunho para a caracterização desses conturbados tempos, refere vários povoados fortificados designando-os como *civitates*, *castella* e *castri*, traduzindo sem dúvida, uma hierarquização de importância e funções. É interessante registar, no entanto, que se as duas primeiras

(2) Para além da bibliografia citada na nota precedente, veja-se ainda Ana Romero Masía, *El Habitat Castreño*. Santiago de Compostela 1976, e Armando Coelho Ferreira da Silva, *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira 1986, 17-65.

(3) Jorge Alarcão, *O Domínio Romano em Portugal*. Lisboa 1988, 82.

(4) Jorge Alarcão, *O Domínio Romano em Portugal*. Lisboa 1988, 108-111.

designações não oferecem novidade o mesmo não acontece com a terceira, uma classificação que os romanos reservavam para os acampamentos militares e que surge, agora pela primeira vez, associada a povoados fortificados. Por esta altura assistimos à reocupação de antigos povoados de altitude e à reforma das estruturas defensivas de outros povoados que nunca haviam sido totalmente abandonados. As áreas abrangidas pelas novas estruturas defensivas são mais reduzidas, facto que não traduz necessariamente uma mudança de conceito de defesa mas talvez, tão somente, uma nova realidade demográfica. Efectivamente, nenhum elemento garante que estejamos perante castelos, na acepção medieval do termo. A importância das estruturas defensivas dos povoados, que continuou a ser sublinhada pelas rivalidades que se mantiveram entre as populações autóctones e os Suevos, foi em parte esbatida a partir de 585, quando se verifica a unificação do espaço peninsular sob a coroa visigótica. O esforço de desmilitarização da paisagem desenvolvido pela monarquia visigótica é, de resto, um dos factores que ajuda a explicar a rápida progressão das forças muçulmanas a partir de 711.

2 — ORIGENS

A origem do castelo, na acepção restrita do termo, enquanto estrutura muralhada definindo pequeno espaço onde se concentra uma guarnição de soldados, deve procurar-se nos primórdios do processo da Reconquista Cristã, encetado por D. Afonso I das Astúrias a partir dos meados do século VIII. No entanto, no estado actual dos nossos conhecimentos, é ainda difícil localizar com precisão no tempo o aparecimento destas novas estruturas. Sabemos que o Entre-Douro-e-Minho possuía, nos finais do século X e no século XI, uma rede bastante densa de castelos, na sua maioria fruto da iniciativa das populações locais. As referências documentais a essas estruturas defensivas começam a multiplicar-se ao longo do século X e encontram a sua máxima expressão na centúria seguinte. O incastelamento dos séculos X e XI, que se espelha nos diplomas da época, deve ser o resultado do labor construtivo das derradeiras centúrias^(*). E, se se revela difícil caracterizar o momento em que surgem as primeiras estruturas castelares no Norte de Portugal, não menos dificuldades encontra o investigador no que diz respeito à sua forma material. A larguíssima maioria dos castelos resultantes deste primeiro incastelamento encontra-se hoje reduzido a ténues vestígios, facultando poucos elementos sobre a sua estrutura física original. A impressão geral com que se fica da análise de vários desses castelos é a de que deveriam ser estruturas muito rudimentares, com muros incipientes, aproveitando sempre que possível as facilidades concedidas pela morfologia do terreno para a defesa e onde desaterros artificiais acentuavam as diferenças de cota. Implantadas em locais elevados, privilegiando o campo de visão, as suas muralhas aproveitavam a presença de batólitos graníticos para se apoiarem, diminuindo assim o esforço de construção. Os seus espaços deviam ser reduzidos por forma a facilitar a defesa desse reduto e a minorizar os custos de construção. Mas poucos elementos podemos recolher sobre essas estruturas defensivas, nomeadamente quanto aos materiais utilizados na definição das suas linhas de muralha. Estes castelos roqueiros desconheciam a Torre de Menagem, uma inovação que apenas seria introduzida com o castelo românico a partir dos meados do século XII, e deviam ignorar igualmente os cubelos, fruto de uma engenharia militar mais desenvolvida e especializada. A mancha geográfica abrangida por este tipo de estruturas castelares estende-se por todo o Noroeste de Portugal até às margens do rio Douro, que até aos meados do século XI constituiu um espaço de fronteira fundamental, estendendo-se por algumas zonas a Sul do curso deste rio. Os castelos roqueiros dos primórdios da Reconquista foram a resposta encontrada pelas populações locais face às razias muçulmanas e incursões normandas. O seu estudo oferece grandes dificuldades, nomeadamente pela quase total destruição dos vestígios remanescentes, na maior parte dos casos reduzidos a testemunhos de desaterros, alguns entalhes nos afloramentos e à ocorrência de cerâmica medieval. A toponímia pode fornecer bons indícios para a sua implantação, mas muito se tem ainda a esperar da Arqueologia Medieval para o conhecimento destes castelos.

3 — A REORGANIZAÇÃO DE AFONSO III: AS *CIVITATES*. OS CASTELOS DE D. FLAMULA

A segunda metade do séc. IX ficou marcada por um novo dinamismo da Reconquista, correspondendo ao governo de Afonso III das Astúrias (866-909). Entre nós, esta nova fase inaugura-se em

(*) Um primeiro levantamento das estruturas castelares de Entre-Douro-e-Minho e sua valorização histórica e arqueológica foi realizado por Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *Castelologia medieval de Entre-Douro-e-Minho. Das origens a 1220*. Diss. Complementar de Doutoramento, Porto 1978, 24 e ss.

868 com a presúria do Porto pelo conde Vímara Peres ⁽⁶⁾ acompanhada, sensivelmente pela mesma altura, pela presúria de Chaves pelo conde D. Odoário (872) ⁽⁷⁾. O controlo destes dois pontos afigurou-se fundamental para a evolução do processo da Reconquista no Noroeste de Portugal.

A presúria do Porto, junto da foz do rio Douro, permitiu às forças cristãs consolidar a Reconquista de toda a zona litoral. Dirigindo-se para Norte, presuriam Braga e todo o coração do Entre-Douro-e-Minho, nomeadamente a actual zona de Braga-Guimarães, um eixo de vital importância económica e demográfica.

Mais obscura se afigura a presúria dos territórios de Trás-os-Montes ocidental, onde a reconquista de Chaves pelo conde Odoário foi fundamental, garantindo o controlo pelas forças cristãs de um eixo de circulação vital — a bacia tectónica Régua/Verin — que permitia o acesso até junto do Douro. Pouco depois da presúria do Porto e de Chaves, o conde D. Hermenegildo tomou pela primeira vez, em 878, a cidade de Coimbra ⁽⁸⁾, colocando por algum tempo a linha de fronteira junto do rio Mondego. A decisiva progressão das forças cristãs para Sul permitiu que, em 914, a coroa asturiana se transferisse de Oviedo, agora demasiado arredada do coração do território cristão, para a cidade de León, cuja implantação respondia melhor aos novos condicionalismos geográficos do reino.

O incremento que Afonso III conseguiu imprimir ao processo da Reconquista Cristã, levando a linha de fronteira a avançar definitivamente até às margens do rio Douro, foi acompanhado de perto por uma importante reorganização militar e administrativa. A partir da viragem do 3.º para o 4.º quartel do século IX os documentos começam a referir-se aos *territoria* e a algumas *civitates*. É a partir de então que começam a surgir nos documentos medievais as referências aos três grandes *territoria*: o de Braga ⁽⁹⁾, o de Portucale ⁽¹⁰⁾ e o de Coimbra ⁽¹¹⁾. Estes *territoria* eram grandes unidades geográficas onde se verifica uma coincidência entre as vertentes administrativa, religiosa e militar, apoiando-se em grande parte na divisão diocesana (Braga, Porto e Coimbra) e corporizando-se cada um na mais importante urbe do seu âmbito geográfico, as cidades episcopais. A sua vastidão geográfica impunha a existência de múltiplos castelos no seu espaço. Paralelamente, surgem referências a duas *civitates*, a de *Anegia* ⁽¹²⁾ e a de *Santa Maria* ⁽¹³⁾, grandes unidades territoriais onde um castelo presidia aos destinos militares, e que têm paralelo nas *commissiones* asturianas e galegas. Ao contrário dos *territoria*, as *civitates* não possuíam correspondência com a divisão eclesiástica, obedecendo a critérios essencialmente militares. De resto, a existência das *civitates* não implicava que uma determinada área geográfica não se incluísse simultaneamente dentro de um *territorium*, como se pode facilmente verificar através das referidas *civitates* de *Anegia* e *Santa Maria*, ambas do *territorium* de Portucale. Assinale-se, por outro lado, que as *civitates* eram, muitas vezes, também elas designadas nos documentos medievais como *territorium*. Em situação idêntica à de *Anegia* e de *Santa Maria*, talvez com importância menor, devem poder ser colocadas as referências aos territórios de *Arauz* ⁽¹⁴⁾ e de *Geronzo* ⁽¹⁵⁾.

A personalização dos destinos militares de um território, concentrados agora num castelo governado por um nobre, não terá vindo anular o papel das fortalezas de iniciativa local mas antes dar um novo enquadramento, sobretudo para as zonas de fronteira, mais sensíveis. É neste contexto que devem ser interpretadas as criações das *civitates* de *Anegia* e *Santa Maria* que, junto do curso do Douro, abrangendo ambas as margens, melhoravam a eficácia do sistema defensivo cristão, conferindo-lhe novo enquadramento. Com a criação das *civitates* de *Anegia* e *Santa Maria* a coroa asturiana garantia a defesa da margem Norte e Sul do curso terminal do Douro, desde a zona de Baião até à Foz.

⁽⁶⁾ PMH, Scrip., p. 20: «*Era DCCCCVI Prenditus est Portucale ad Vimarani Petri*».

⁽⁷⁾ Doação de Odoino ao mosteiro de Celanova, de 1 de Outubro de 982: «... *data est terra ad populandum illustrissimo viro domno Odoario digno bellatori, in Era DCCCCX, a principe serenissimo domno Adefonso; qui venit in civitate Flavias, secus fluvium Tamice, vicis et castella erexit, et civitates munivit, et villas populavit, atque eas certis limitibus firmavit, et terminis certis locavit, et inter utrosque habitantes divisit, et omnia ordinate atque firmate bene cuncta disposuit*» (citado, entre outros, por Lucien Barrau-Dihigo, *Historia Política del Reino Asturiano (718-910)*. Gijón 1989, 172, e Luís Gonzaga de Azevedo, *História de Portugal*, 2. Lisboa, 2.ª ed., 1939, 88).

⁽⁸⁾ PMH, Scrip., p. 20: «*Era DCCCCXVI prendita est Conimbria ad Ermegildo Comite*».

⁽⁹⁾ Desde 870 (PMH DC 5).

⁽¹⁰⁾ Desde 907 (PMH DC 14).

⁽¹¹⁾ Desde 883 (PMH DC 11).

⁽¹²⁾ Desde 875 (PMH DC 8).

⁽¹³⁾ Desde 977 (PMH DC 120).

⁽¹⁴⁾ Desde 943 (PMH DC 52).

⁽¹⁵⁾ Desde 946 (PMH DC 56).

A implantação da *civitas* de Anegia, como demonstrou Carlos A. Ferreira de Almeida ⁽¹⁶⁾, permitia o controlo de uma importante parte do curso do Douro e vigiava a foz do Tâmega. A *civitas* de Anegia é, de entre os territórios da época, aquele que melhor se encontra ilustrado nos documentos medievais ⁽¹⁷⁾, o que possibilita um bom conhecimento do seu âmbito geográfico. A cartografia do seu território, ensaiada por Paulo Merêa e Amorim Girão ⁽¹⁸⁾, por Torquato de Sousa Soares ⁽¹⁹⁾ ou, mais recentemente, por Carlos Alberto Ferreira de Almeida ⁽²⁰⁾, comprova a extensão desta unidade territorial ao longo de ambas as margens do Douro, limitada a Ocidente pelos cursos dos rios Ferreira (na margem Norte) e Alarda (na margem Sul) e estendendo-se para Leste do Tâmega (a Norte) e do Paiva (a Sul). A sua defesa apoiava-se em vários castelos roqueiros sendo presidida pela *civitas* de Anegia, que se implantava no alto da Cividade (Eja, Entre-os-Rios) ⁽²¹⁾. Dela poucos vestígios sobrevivem. O morro da Cividade, onde hoje se ergue a capela da Senhora da Cividade, é um pequeno esporão onde se notam vestígios de aterros artificiais e onde se pode recolher cerâmica medieval arcaica, coeva dos primórdios da Reconquista. No entanto, não são visíveis estruturas à superfície e a presença de aterros modernos, criados para ampliar o adro da capela, dificultam a interpretação do seu sistema defensivo.

A *civitas* de Santa Maria ⁽²²⁾, que aparece na documentação numa fase mais avançada, deve ter sido estruturada após a recuperação de Coimbra e de boa parte dos territórios de Entre-Vouga-e-Mondego pelas forças muçulmanas. Implantada no castelo de Santa Maria da Feira, o seu aparecimento deve ser articulado com a nova função de terra de fronteira que essa área assume, a partir de então, para as forças cristãs. Da estrutura castelar que aqui se ergueu restam alguns vestígios que conseguiram sobreviver às profundas reformas posteriores que deram origem ao actual castelo da Feira. A Nogueira Gonçalves e Carlos Alberto Ferreira de Almeida foram os primeiros autores a valorizar os traços que ainda subsistem da primitiva configuração da porta principal da Alcáçova, em arco ultrapassado, hoje adulterada por um alargamento tardio que lhe modificou a sua silhueta moçárabe (Est. 1.1) ⁽²³⁾. No entanto, e mau grado essa intervenção, o perfil das suas aduelas e das impostas é suficientemente elucidativo. A configuração original desta porta, em arco ultrapassado, é cronologicamente compatível com as primeiras referências documentais à *civitas* de Santa Maria, podendo ser atribuída ao último quartel do séc. X ou inícios da centúria seguinte. Os testemunhos da fase antiga no castelo da Feira alargam-se a outras zonas dos muros da Alcáçova, junto dos seus alicerces, percorrendo-a na sua quase totalidade e garantindo que a actual forma confere, grosso modo, com a primitiva planta. O aparelho de construção apresenta vários silhares almofadados e pode ser classificado de não-isódomo. Algumas pedras ostentam os característicos entalhes rectangulares para articulação com os silhares vizinhos e pequenos espaços foram colmatados com reduzidas pedras quadrangulares («rolhas»). A planta original da Alcáçova, que como vimos coincide na generalidade com a actual, munida com torreões quadrangulares nos ângulos, evoca modelos de inspiração árabe e não pode deixar de ser colocada em paralelo com a fase pré-românica do castelo de Lanhoso, que viria a sofrer remodelações proto-românicas no tempo do Bispo D. Pedro de Braga (1070-1091).

⁽¹⁶⁾ Carlos Alberto Ferreira de Almeida e Francisco Gaspar de Almeida Lopes, Eja (Entre-os-Rios). A Civitas e a Igreja de S. Miguel, *Portugália* n.s. II/III 1981-1982 131-133.

⁽¹⁷⁾ Vd. levantamento das referências documentais em Pedro de Azevedo, O Território de Anegia, *AP* 1.ª Série 4 1898, 208-215, e em H. Gama Barros, *História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV*, 11. Lisboa, 2.ª ed., 1954, 226-263.

⁽¹⁸⁾ Paulo Merêa e Aristides Amorim Girão, Territórios Portugueses no Século XI, sep. de *Revista Portuguesa de História* 2 1943, 255-263.

⁽¹⁹⁾ In Henrique da Gama Barros, *História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV*, 11. Lisboa, 2.ª ed., 1954, 461.

⁽²⁰⁾ Carlos Alberto Ferreira de Almeida e Francisco Gaspar de Almeida Lopes, Eja (Entre-os-Rios). A Civitas e a Igreja de S. Miguel, *Portugália* n.s. II-III 1981-1982, Est. 1, n.º 2.

⁽²¹⁾ Sobre Eja veja-se, para além da bibliografia já citada, Vieira de Andrade, Castro de Entre-os-Rios, *AP* 1.ª Série 23 1918, 74-76; José de Pinho, A Cividade de Eja, sep. de *Penha Fidelis*, Ano 1, 10 1929; José Leite de Vasconcelos, *Etnografia Portuguesa*, 3. Lisboa, 2.ª ed., 1980, 359-360; E. M. Ferreira Sousa, Considerações sobre Aneja — Portucale, *Arqueologia e História* 9.ª Série 1970, 23-27.

⁽²²⁾ Sobre o castelo da Feira e a sua Terra medieval cf. José Mattoso, Luis Krus e Amélia Andrade, *O Castelo e a Feira. A Terra de Santa Maria nos séculos XI a XIII*. Lisboa 1989.

⁽²³⁾ A. Nogueira Gonçalves, *Vila da Feira. Castelo. Convento. Misericórdia*. Coimbra 1978, 10-14; Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *Arte da Alta Idade Média, História da Arte em Portugal*, 2. Lisboa 1988, 161 e 163.

A partir deste momento decisivo do processo da Reconquista a construção dos principais castelos passou a ser de iniciativa condal. É neste contexto que devemos enquadrar as notícias da fundação do castelo do *Mons Latito* (Castelo de Guimarães), erguido pela condessa D. Mumadona Dias, ou de outros como o de Vermoim. O exemplo de Guimarães revela-se particularmente interessante pela notícia que sobre ele nos dá o diploma de 968. Nele D. Mumadona Dias declara:

«... laboravimus castellum quod vocitant sanctum mames in locum predictum alpe latito quod est super huius monasterio constructum et post defensaculo huius sancto cenobio concedimus cum fratribus et sororibus in ipso monasterio persistentibus...» (24).

O castelo de Guimarães pode ser apontado entre nós, como um dos primeiros exemplos, de um castelo erguido para protecção de uma instituição monástica, uma tradição que se encontra amplamente documentada para a Idade Média e que se iria prolongar pelas centúrias seguintes. Da estrutura criada por ordem de D. Mumadona Dias não sobrevivem grandes testemunhos, muito embora o castelo de Guimarães ostente vestígios da estrutura que viria a ser adulterada irremediavelmente pelas obras românicas, a que nos reportaremos mais adiante.

Devemos, no entanto, sublinhar que o facto de os principais castelos serem então construídos por iniciativa condal não impediu que outras forças sociais se empenhassem igualmente na construção de estruturas castelares.

Para este período possuímos um precioso documento tantas vezes citado pelos historiadores portugueses: a doação da condessa D. Flamula, exarada no Livro de Mumadona e datada de 960. Cumpre, antes do mais, identificar a doadora. O diploma fornece-nos esses elementos, declarando logo no início:

«... Flamula deovota filia Ruderici et Leodegundie dum venit infirmitate timendo die extremo levavit confessionem hic in villa lalini...» (25).

Trata-se, portanto, de D. Flamula ou Chamôa Rodrigues, filha do conde D. Rodrigo Tedones e de D. Leodegúndia Dias (26). Sua mãe era irmã da condessa D. Mumadona Dias, que Flamula trata, de resto, por «*tie*» no diploma, e em cuja *villa* se encontrava no momento em que, como diz no pergaminho, sentindo-se doente e temendo o dia extremo, decidiu dispor os seus bens em testamento e ingressar como «*deovota*» no cenóbio vimaranense que sua tia fundara. O pergaminho reveste-se de particular importância para o estudo da castelologia medieval portuguesa, revelando-nos que eram seus vários castelos na zona da Beira Interior, a Sul do Douro, que então doa ao Mosteiro de Guimarães:

«...nostros castellos id est Trancoso, Moraria, Longobria, Nauman, Vacinata, Amindula, Pena de Dono, Alcobria, Seniorzelli, Caria, cum alias penellas et populaturas que sunt in ipsa stremadura ...» (27).

A identificação da maioria dos topónimos referidos nesta passagem do pergaminho não oferece grandes dúvidas: *Trancoso* corresponde a Trancoso, *Moraria* a Moreira de Rei, *Longobria* a Longroiva, *Nauman* a Numão, *Pena de Dono* a Penedono, *Serniorzelli* a Sernancelhe e *Caria* a Caria. Infelizmente, para três deles (*Vacinata*, *Amindula* e *Alcobria*) não foi ainda encontrada uma identificação segura. Cremos, no entanto, que eles se deviam implantar na mesma zona que os restantes castelos. É possível que a *Vacinata* de 960 corresponda hoje a Muxagata (Vila Nova de Foz Côa), onde o micro-topónimo Castelo poderá evocar o local da implantação da estrutura de D. Flamula. De igual modo, *Amindula* talvez possa corresponder hoje a Meda, topónimo que nos inícios da Baixa Idade Média se grafava ainda como *Amida*, e onde são visíveis vestígios significativos do castelo medieval, ou a Almendra, como entende Lindley Cintra (27a). *Alcobria* poderá corresponder hoje a Alcarva, não longe de Penedono.

(24) PMH, DC 97; VMH, 14.

(25) PMH, DC 81; VMH, 11.

(26) Cf. José Mattoso, *A Nobreza Medieval Portuguesa. A Família e o Poder*, Lisboa, 1981, 137 e 153.

(27) PMH, DC 81; VMH, 11.

(27a) L. F. Lindley Cintra, *A Linguagem dos Foros de Castelo Rodrigo*, 2.ª ed., Lisboa 1984, XXXVI-XXXVII.

Das estruturas castelares da condessa D. Flamula não sobreviveram grandes vestígios até aos nossos dias, mas os poucos testemunhos que conseguimos identificar revelam-se de extrema importância para o estudo da Castelologia Medieval Portuguesa. Por isso nos iremos debruçar um pouco mais demoradamente sobre as estruturas mencionadas no diploma de 960.

Moreira de Rei é uma povoação antiga, com uma implantação geográfica típica destes primórdios da Reconquista. Construída ao longo da crista de um monte, e dotada de um notável panorama, permitindo o domínio de grandes áreas envolventes, a vila desenvolveu-se em torno de dois polos fundamentais: por um lado o templo, em torno do qual se polarizaram a maior parte das estruturas do *habitat*, e, na outra extremidade do povoado, o castelo. No adro da sua primeira igreja românica, erguida tal como a maior parte da vila sobre o afloramento granítico, encontra-se polarizado um dos mais importantes cemitérios de sepulturas rupestres portuguesas, compreendendo numerosos sepulcros de adultos e crianças, alguns deles estruturados nos mais claros exemplos de «núcleos familiares» que conhecemos em território português. A importância desta necrópole no contexto das sepulturas rupestres portuguesas é crucial. As suas sepulturas, graças à sua tipologia e implantação, algumas truncadas pela construção românica, facultam importantes elementos cronológicos. A extensão da necrópole rupestre não pode deixar de espelhar o desenvolvimento demográfico alcançado pela povoação nessa fase decisiva do processo da Reconquista⁽²⁸⁾. Por outro lado, a forma como alguns sepulcros foram truncados pela actual igreja documenta a existência de um templo anterior, pré-românico, com uma área construída menor e do qual não quedam vestígios. A doação de 960 permite-nos saber que possuía então um castelo, certamente destruído nos finais da centúria pela incursão de Almansor. As forças cristãs reconquistaram de novo Moreira de Rei em 1055, durante o reinado de Fernando o Magno. As ruínas do castelo de Moreira de Rei, que ainda se podem observar no extremo Sul da aldeia, são bastante posteriores ao século X, não podendo ser associadas ao diploma de 960. Tão pouco podem ser relacionadas com a reconquista de Fernando o Magno, nos meados do século XI. Dele sobrevive uma boa parte do pano de muralha erguido entre os numerosos batólitos graníticos de impressionantes dimensões, alguns talhados na vertical, descrevendo um circuito que ignora os torreões. A área subjacente a esse reduto era compartimentada por muralhas secundárias de que ainda restam vestígios significativos. No alto da área definida pela cerca românica, sobre um afloramento, erguia-se a Torre de Menagem, de que só resta hoje a primeira fiada de pedras. No entanto, são visíveis os entalhes criados nos afloramentos para apoio dos silhares das fiadas seguintes e a sua planta pode ser levantada sem dificuldades. A entrada era facultada por uma porta rasgada no primeiro andar. Dela não restam vestígios mas, no afloramento onde se ergue a Torre de Mensagem, um pouco abaixo dos seus alicerces e na face voltada a Leste, podem observar-se duas cavidades quadrangulares abertas na rocha, onde se apoiava a escada móvel que garantia o acesso a essa porta. O seu aparelho de construção, pseudo-isódomo e maioritariamente sem siglas, não deixa lugar a dúvidas de que se trata de um castelo românico, que sucedeu ao castelo de D. Flamula e de Fernando o Magno, devendo ser atribuído ao século XII. Nos acessos ao castelo, e nos pequenos campos que se desenvolvem junto a ele, são abundantes os achados de fragmentos de cerâmica medieval, alguma decorada, e a ocorrência de escória de fundição. Este aspecto revela-se interessante já que nos documenta a existência de uma oficina de fundição no interior dos muros do castelo.

Numão, hoje uma vila abandonada, possui um castelo relativamente bem conservado mas ele também resulta de obras posteriores, românicas. O itinerário do castelo referido no diploma de 960 não deve ter sido muito distinto do de Moreira de Rei: tomado igualmente por Almansor, seria reconquistado pelas forças de Fernando o Magno na campanha de 1055. O mesmo se diga de Longroiva, com percurso semelhante e doada em meados do século XII aos Templários. Se do castelo de D. Flamula ainda sobrevivia então algum testemunho, ele seria irremediavelmente perdido com a reforma ordenada por D. Gualdim Pais, no ano de 1174, conforme o documenta a inscrição da sua Torre de Menagem. Os castelos de Sernancelhe, Caria e Penedono teriam itinerário semelhante, caindo em poder de Almansor nos fins do século X e reingressando no território cristão com a campanha de Fernando o Magno de 1055-1057. Em Caria e Sernancelhe não sobrevivem testemunhos dos castelos e o de Penedono é posterior ao século X, não podendo ser associado ao diploma de 960. No entanto, em Sernancelhe é possível identificar testemunhos coevos da Reconquista. Na sua igreja paroquial guarda-se um capitel coríntio pré-românico adaptado a pia de Água-Benta, e no exterior

(28) Sobre Moreira de Rei e o seu cemitério rupestre, cf. David Bruno Soares Moreira, *Moreira de Rei, Ilustração Moderna* 3 1931, 259-262.

podem-se observar algumas sepulturas escavadas na rocha bem como uma interessante tampa de sepultura pré-românica, com uma decoração gravada que recorda alguns exemplos galegos estudados por Chamoso Lamas ⁽²⁹⁾.

O caso mais importante, se bem que nunca tenha sido suficientemente valorizado pelos investigadores nacionais, é o de Trancoso. A vila de Trancoso possui um castelo em bom estado de conservação, de traça românica e munido de seis torreões adossados aos seus muros (Fig. 1). Na zona Sudeste, ligada aos muros da cerca românica, ergue-se a Torre de Menagem (Est. 1.2), coroando o afloramento granítico no seu ponto mais elevado. No entanto, e ao contrário da maior parte dos casos, a Torre de Menagem de Trancoso não é fruto de uma construção da segunda metade do século XII. Pelo contrário, ela resulta do reaproveitamento de uma estrutura anterior, concebida para outras funções, que foi adaptada para Torre de Menagem pelos construtores do castelo românico. A sua silhueta, tronco-piramidal, nada tem em comum com a técnica de construção românica e denuncia a sua antiguidade. A porta de acesso, implantada no primeiro andar, apresenta um arco ultrapassado tipicamente moçárabe (Est. 2.1) que, pelas suas características permite situar a sua construção no século X, sendo portanto perfeitamente compatível com a data do diploma de D. Flamula. Augusto Filipe Simões e Lopes Correia ⁽³⁰⁾ referiram-se ao cariz arcaico desta torre, mas associaram-na a obra muçulmana. No entanto, a descrição do seu aparelho de construção, que nos deixou Augusto Filipe Simões, dizendo que «as pedras são como dentadas para se engatarem nas pedras próximas» ⁽³¹⁾, não deixa lugar a dúvidas de que se trata de obra moçárabe. Em época posterior, talvez aquando da edificação da cerca românica, a torre sofreu uma reconstrução parcial, sensível num dos seus alçados, sendo coroada por ameias ou merlões. Originalmente a construção devia também possuir maior elevação, tendo apenas sido aproveitada a zona inferior. Se é certo que as características da torre moçárabe do castelo de Trancoso são perfeitamente compatíveis com o diploma de 960, a cronologia é, no entanto, demasiado remota para se poder estar perante uma Torre de Menagem. Deste modo somos levados a concluir que o *castello* de Trancoso, de que D. Flamula fora possuidora, não seriam mais do que uma torre robusta, à semelhança do que vemos na torre moçárabe de Dona Urraca, em Covarrubias (Burgos) ⁽³²⁾. De resto, a torre de Covarrubias apresenta grandes afinidades com a de Trancoso, ostentando o mesmo contorno tronco-piramidal, estreitecendo à medida que ganha altura, e a mesma solução de arco ultrapassado na sua porta. A torre moçárabe de Trancoso conseguiu sobreviver até aos nossos dias por ter sido depois integrada dentro do perímetro do castelo românico, passando então a constituir a sua Torre de Menagem. Mas, se é certo que a construção é moçárabe e compatível com a época de D. Flamula, o que o diploma e a torre de Trancoso não nos conseguem garantir é que ela seja obra da iniciativa da condessa. É provável que uma boa parte dos *castellos* e *penellas* a que se refere o pergaminho de 960 tenham chegado às suas mãos por meio de herança paterna, e que, portanto, sejam um pouco mais antigos.

Trancoso possui outros testemunhos coevos desses tempos da Reconquista, nomeadamente uma necrópole de sepulturas abertas na rocha, de perfil antropomórfico, ainda hoje localizada extra-muros, junto do Palácio da Justiça. À semelhança do que acontece com Moreira de Rei, se bem que numa escala mais modesta já que comporta um número muito inferior de enterramentos, a necrópole de Trancoso ostenta enterramentos de adulto e de criança e, caso pouco comum, ainda se conserva a tampa de um dos seus monumentos.

O destino dos castelos de D. Flamula seria semelhante para os vários casos. A doação de 960 colocou-os nas mãos do mosteiro de Guimarães, que deve ter perdido o controlo dessas estruturas e bens aquando da grande investida de Almansor nos finais da centúria. As campanhas de Fernando o Magno de 1055-1057, que culminaram com a reconquista de Seia, Lamego, S. Martinho de Mouros e Viseu, e que prepararam a ofensiva de 1064 sobre Coimbra, devolveram os castelos e seus territórios à posse das forças

⁽²⁹⁾ Manuel Chamoso Lamas, Sobre las necrópolis paleocristianas últimamente descubiertas en Galicia y Portugal, *Anuário de Estudios Medievales* 2 1965, 433-449, sobretudo a tampa de S. Lourenço de Seira, que obedece ao mesmo universo estético. A classificação cronológica proposta pelo autor encontra-se hoje ultrapassada, sabendo-se que são materiais muito mais recentes, coevos da Reconquista.

⁽³⁰⁾ Augusto Filipe Simões, *Scriptos Diversos*. Coimbra 1888, 319-320 e 150; Lopes Correia, *Trancoso (Notas para uma Monografia)*. Trancoso 1989, 114. Vd. S/A s.v. Trancoso, *G.E.P.B.*, 32, 460-481.

⁽³¹⁾ Augusto Filipe Simões, *Scriptos Diversos*. Coimbra 1888, 150. A antiguidade desta torre não passou, de resto, despercebida ao olhar deste investigador.

⁽³²⁾ Cf. Jacques Fontaine, *L'Art Mozarabe*, vol. esp. de Zodiaque, Yonne 1973, 207-211, fot. 78 e fig. 44 a 47.

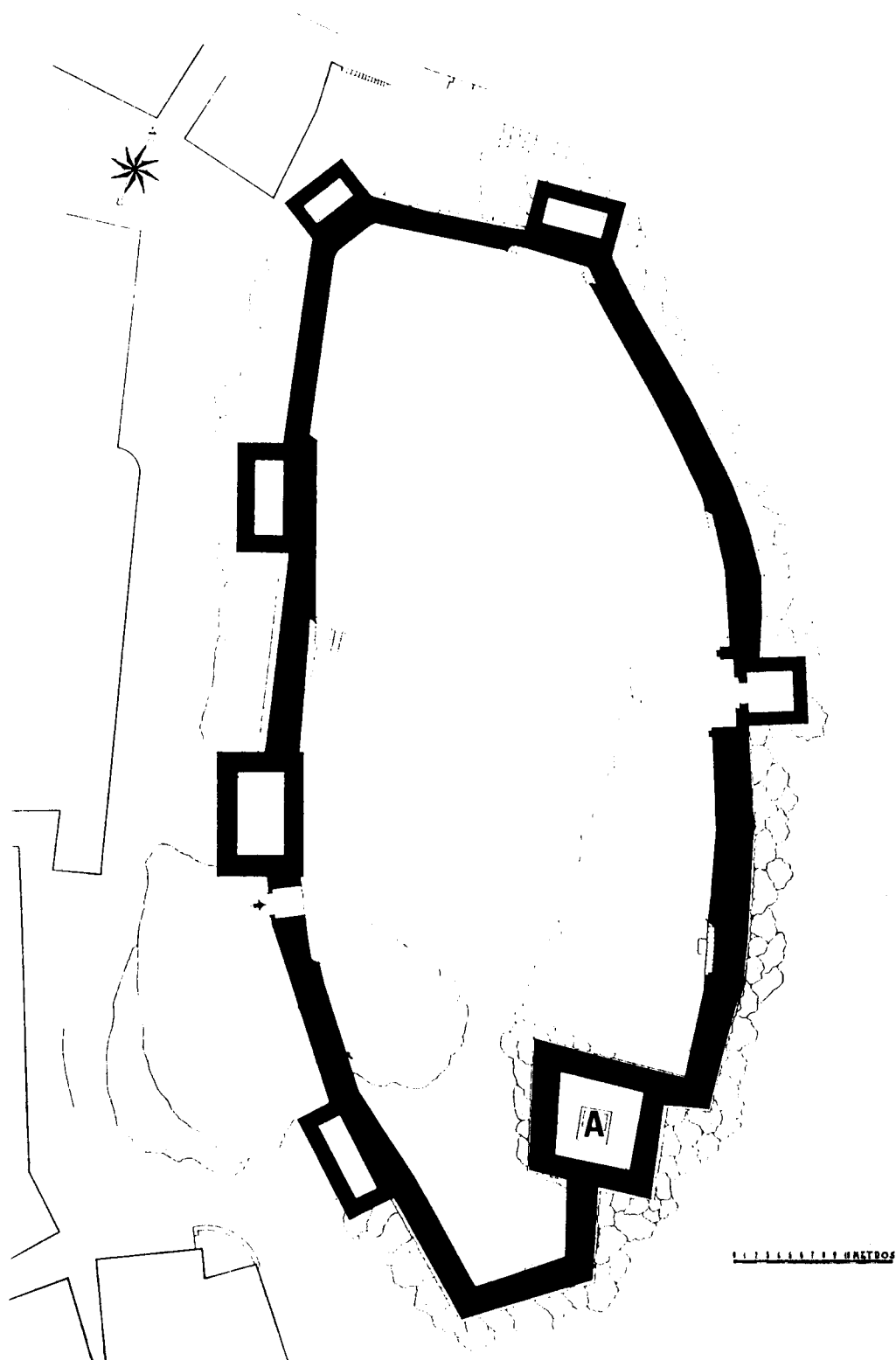


Fig. 1 — Castelo de Trancoso — Planta da D.G.E.M.N.
A = Torre Moçárabe de D. Flamula.

cristãs. O inventário dos bens do Mosteiro de Guimarães, datado de 1059, volta a referir a posse dos bens doados em 960:

«... *Et in extremis ex alia parte durio castellos. id sunt Trancoso cum suas villas. Longobria. Terrenio. Moraria. Nauman. Vacinada. Pennadedomno. Amendula. Seniorzelli. Alcobria et Caria. istas penas cum toto suo devido. ...*»⁽³³⁾.

A identificação do *castello* de D. Flamula em Trancoso permite progredir um pouco no conhecimento da nomenclatura castelar. O diploma de 960 distingue claramente dois tipos de estruturas militares: os *castellos* e as *penellas*. Se os *castellos* são nomeados e individualizados, já as *penellas*, associadas às *populaturas*, surgem referidas em termos genéricos, sem qualquer especificação. Assim, somos levados a conceber os *castellos* como estruturas mais importantes que as *penellas* e, simultaneamente, menos numerosos que estas — por isso eles são nomeados individualmente e elas não. Sabemos que *penella*, derivado de *pena*, designava um castelo erguido entre e sobre rochedos. Poderíamos, portanto, identificar essas *penellas* com estruturas similares aos castelos roqueiros do primeiro incastelamento do Entre-Douro-e-Minho. Se até agora eram legítimas as dúvidas sobre o significado real do termo *castello* — nomeadamente se ele, para além de denunciar uma estrutura com importância estratégica superior às das *penellas*, também implicaria mudanças estruturais e arquitectónicas — podemos agora avançar um pouco mais e supor que a designação, nesses recuados tempos, se aplicaria a estruturas mais elaboradas que as *penellas*, como é o caso de Trancoso. No entanto, não é forçoso que correspondessem a construções exactamente castelares — isto é, do tipo pátio defendido por muralha — podendo corresponder a torres, como vemos em Trancoso e Covarrubias.

No entanto, a tipologia das fortificações na segunda metade do século X e nos inícios do século XI não se devia resumir apenas a *penellas* e *castellos*, devendo comportar uma maior diversidade de soluções. Os próprios documentos são os primeiros a fornecerem-nos esses indícios, diversificando as designações utilizadas. Infelizmente falta-nos ainda um estudo sistemático sobre as diferentes formas como são designadas as estruturas castelares. Gostaríamos, no entanto, de chamar a atenção para um tipo específico de estrutura castelar que os estudos europeus nos têm demonstrado ter sido um dos modelos de castelo mais difundido ao longo do século XI na Europa de além-Pirinéus: a mota. Muito embora tenham sido detectados casos mais precoces, o início da difusão da mota pode ser balizado entre os fins do século X e os inícios da centúria seguinte, isto é, cerca do ano 1000. Respondendo bem aos requisitos militares de então, a expansão da mota pela paisagem europeia foi extremamente rápida. As mais célebres representações iconográficas de motas encontram-se na Tapeçaria de Bayeux, que relata a conquista de Inglaterra pelos Normandos em 1066. Ao longo da tapeçaria são representadas cinco motas, incluindo a de Rennes e a de Hastings (Est. 2.2), esta a primeira a ser erguida em Inglaterra, precisamente pelas forças de Harold. Nessas representações estilizadas podemos observar as principais características que definem a mota: um fosso e, por vezes, muralha de terra, rodeando um monte artificial, erguido ao centro, coroado por paliçada de madeira e abrigando a guarnição militar⁽³⁴⁾. Durante algum tempo pensou-se que esse tipo de estruturas não teria sido utilizado na Península Ibérica, sobretudo porque os múltiplos acidentes de relevo facultavam alternativas às motas. No entanto, se é certo que o relevo do Norte da Península deve ter sido um dos factores determinantes para a fraca aceitação que as motas alcançaram no espaço peninsular, não se deve generalizar excessivamente a situação. Recentemente começaram a ser identificadas motas na zona Cantábrica⁽³⁵⁾, revelando que esse tipo de estrutura também foi utilizado, embora em menos escala, na Península Ibérica.

Em Portugal ainda não foi identificada com segurança nenhuma mota, mas vários indícios — documentais e toponímicos — levam-nos a ser optimistas quanto a este aspecto.

⁽³³⁾ PMH, DC 420; VMH, 45.

⁽³⁴⁾ Sobre as motas veja-se, entre outros, Michel de Bouard, *La Motte, L'Archéologie du Village Médiéval*. Louvain 1967, 35-46; Gabriel Fournier, *Le Chateau dans la France Médiéval*. Paris 1978, 65-80; Vários, *Les Fortifications de terre en Europe Occidentale du Xe au XIIe siècles, Archeologie Médiéval* 11 1981, 6-38; André Debord, *Motte Castrale et Habitat Chevaleresque, Mélanges d'Archéologie et d'Histoire Médiévales en l'Honneur du Doyen Michel de Bouard*. Paris-Geneve 1982, 83-89; Helen Clarke, *The Archaeology of Medieval England*, Londres, 1984, 105-127.

⁽³⁵⁾ Cf. Ramon Bohigas *et alii*, *La Fortaleza en Mota de «El Torrejon» (Las Henestrosas, Cantabria)*, *Actas del I Congreso de Arqueologia Medieval Española* 5. Zaragoza 1986, 123-142.

Dois documentos da primeira metade do século XI, ao referirem-se a propriedades na zona de Perafita, a Norte do Porto, não as localizam em relação à estrutura castelar da zona, como é comum, mas em relação a *mamolas*, isto é, a montes artificiais ⁽³⁶⁾. O primeiro, datado de 1038, diz-nos que Perafita fica

«... *in terminum de ataulfi teritorio portucalensis subtus mamola de Aaulfi et ave iacentia inter Recemundi et adaulfi ...*» ⁽³⁷⁾

enquanto que o segundo, datado de 1047, localiza Perafita

«... *sub mamola de lumbello teridurio portugalensis subtus castro guifiones ...*» ⁽³⁸⁾.

Estas duas referências não estão isentas de dúvidas, já que podem também designar montes artificiais não aproveitados para fins militares. No entanto, há vários indícios que nos convencem de que se pode tratar de motas. Na documentação da época as propriedades são inúmeras vezes localizadas no espaço geográfico pela proximidade ou dependência de uma estrutura militar. As expressões *subtus*, *sub*, *ad radicem*, etc., são muito comuns na definição dessa relação de dependência militar e espacial, sendo acompanhadas, tantas vezes, da indicação do território em que se implantam e da proximidade de cursos fluviais mais importantes. Ora, nos dois diplomas de Perafita estamos perante um formulário similar ao de tantos documentos da época. Apenas o facto de não se indicar uma estrutura castelar mas sim uma «mamo» quebra a rotina deste formulário. Para que se justificasse a sua referência nesta passagem do documento, ela deveria possuir uma personalidade física suficientemente notória para ser individualizada em relação à paisagem envolvente, e desempenhar um papel importante no contexto da zona. Por outro lado, a referência à «*mamola de Aaulfi*» parece indicar estarmos perante uma estrutura pertencente a Aaulfo. Ora, sabemos que as motas, erguidas com materiais de fácil recrutamento no meio envolvente, maioritariamente terra e madeira, atingiram particular sucesso precisamente na construção de castelos de iniciativa particular e individual. Sensivelmente pela mesma altura, um documento datado de 1040 refere na mesma zona uma «*hereditate de casal de adaulfo*» ⁽³⁹⁾, o que pode ser interpretado como sendo uma herdade pertencente a Aaulfo, a mesma a que se refere um diploma de 1021 que nomeia o «*casale de adaulfo*» ⁽⁴⁰⁾. A última referência que conseguimos localizar data de 1088 e nomeia a «*eredectate de mamula*» junto do rio Leça (PMH, DC 706).

A localização geográfica de Perafita, junto da orla marítima, e exposta aos perigos das incursões normandas, podia justificar a existência de estruturas defensivas particulares. A *Chronica Gothorum* legou-nos a notícia de uma dessas incursões que, partindo do litoral, conseguiu alcançar o castelo de Vermoim (Vila Nova de Famalicão), dando uma boa imagem da capacidade ofensiva dos Normandos e dos problemas que essas incursões colocavam às populações de Entre-Douro-e-Minho ⁽⁴¹⁾:

«*Era MLIV [A.D. 1016] VIII^o Idus Septembris [6 de Setembro]veniunt Lormanese ad castellum Vermudii, quod est in Provincia Bracharensi. Comes tunc ibi erat Alvitus Nuniz.*» ⁽⁴²⁾.

E, poucos anos mais tarde, entre 1028 e 1032, Ulfo, conde da Dinamarca, haveria de realizar diversas incursões no Noroeste Peninsular ⁽⁴³⁾. A possibilidade de haver uma relação directa entre o aparecimento das referências a possíveis motas e as incursões normandas é reforçada não só pela relativa coincidência

⁽³⁶⁾ O primeiro autor a chamar a atenção para esta problemática foi Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *Castelologia Medieval de Entre-Douro-e-Minho. Das Origens a 1220*. Porto 1978, 52.

⁽³⁷⁾ PMH, DC 303.

⁽³⁸⁾ PMH, DC 351.

⁽³⁹⁾ LP, 513.

⁽⁴⁰⁾ PMH, DC 148.

⁽⁴¹⁾ Sobre as incursões normandas veja-se, entre outros, Luís Saavedra Machado, *Expedições Normandas no ocidente da Hispânia*, sep. do *Boletim do Instituto Alemão da Universidade de Coimbra* 1931; idem, *Circunstâncias do ataque a Lisboa de Sigurdo da Noruega (1109)*, sep. de *O Instituto* 111 1948; José de Oliveira Boleo, *Assaltos a Lixbonna e Chintra em 1107-1108*, *Revista Municipal* 3, 13-14, Lisboa 1942, 37-40.

⁽⁴²⁾ PMH, Scrip., p. 9.

⁽⁴³⁾ Cf. Luís Gonzaga de Azevedo, *História de Portugal*, 3. Lisboa, 2.ª Ed., 1939, 1.

cronológica mas também por sabermos que, em Inglaterra, a introdução das motas se ficou a dever precisamente às forças militares que protagonizaram a invasão de 1066. O mesmo se passou em relação à Sicília, um pouco mais tarde. Por isso, não deixa de ser aliciante estabelecer o paralelismo entre os dois fenómenos. A construção de uma mota, graças à sua estrutura peculiar, aos materiais de fácil recrutamento que utilizava e à ausência de necessidade de grandes conhecimentos especializados, adapta-se perfeitamente à possibilidade de se tratarem de construções executadas pelas populações autóctones para defesa das incursões normandas, mas também pode corresponder a uma necessidade de defesa temporária das forças invasoras. Infelizmente, e na ausência de elementos mais elucidativos, não podemos sair do limiar das hipóteses.

As vicissitudes da época recomendavam, perfeitamente, a existência de estruturas particulares de defesa, sem prejuízo de existirem outras estruturas castelares mais importantes e imponentes, erguidas e mantidas pelo poder condal. De resto, atente-se que o documento que refere a mamoa de Lumbelo indica implicitamente que essa estrutura era subalterna do castelo de Guifões. A hierarquização de diversas estruturas defensivas é comum nos documentos dos séculos X e XI, fornecendo-nos importantes elementos sobre os diferentes graus de importância que as separavam. No entanto, as prospecções que temos vindo a realizar na zona de Perafita ainda não surtiram qualquer efeito.

Mas as possíveis referências a motas não se circunscrevem apenas à zona de Perafita. Um documento de 1084 exarado no *Liber Fidei* da Sé de Braga, localiza a «*villa moquoromi*», na zona de Vila Verde, declarando-a

«*a radice montis allaria super illa mamola de Cerretelo*» (44).

Sob uma designação diferente, talvez se refiram a uma estrutura similar as Inquirições de 1258 quando, a propósito da freguesia de S. Pedro de Caíde (hoje Caíde de Rei, concelho de Lousada), na Terra de St.ª Cruz, referem

«... *ad Lumbam Maurisca quomodo partit Caydi cum Travanca* ...» (45).

O facto de numerosos documentos medievais aproveitarem a presença de monumentos megalíticos para assinalarem os limites de propriedades ou áreas geográficas abrangidas por diplomas pode levantar algumas dúvidas sobre este tipo de referências que temos vindo a abordar. No entanto, cremos que a situação é diferente, sobretudo para as referências do século XI, já que estas não podem ser confundidas com marcos físicos ou geográficos de limites de propriedades ou zonas, fornecendo-nos um tipo de relação muito comum entre propriedades e castelos ou pontos fortificados.

É certo que a toponímia, por si só, poucos contributos poderá trazer para o estudo da possível existência de motas no Portugal pré-nacional, já que o mesmo termo podia designar realidades muito distintas. Neste sentido não deixa de ser interessante registar-se a opinião de Fr. Joaquim de Santa Rosa Viterbo que, no seu *Elucidário*, escrevia:

«Antigamente se tomava pelos muros, torres, fossos ou cavas que defendiam e mesmo formoseavam uma casa de campo, e que por ser erma e solitária necessitava de ser guarnecida a modo de castelo ou fortaleza.» (46)

citando a título de exemplo um documento de Vairão, datado de 1280, onde se refere «uma casa cum sua mota». Mas o mesmo autor ressalvava outro significado para a palavra, ainda hoje corrente em algumas zonas do Norte de Portugal, nomeadamente na área de Ponte de Lima:

«Toma-se hoje por açude ou levada de água, que se forma de torrões, faxinas ou pedras.»

(44) LF, 287.

(45) PMH, Inq., p. 608.

(46) Fr. Joaquim de Santa Rosa Viterbo, *Elucidário* ..., 2. Porto, 3.ª ed., 1966, 431.

4 — A VIRAGEM DOS MEADOS DO SÉCULO XI. OS CASTELOS DE D. SESNANDO. A REFORMA DE FERNANDO O MAGNO

No quadro do processo da Reconquista Cristã em território actualmente português, os últimos anos do reinado de Fernando o Magno afiguram-se de vital importância. Depois da investida de 1053 contra o reino de Toledo, o monarca lançou-se em 1055-1058 uma campanha que, percorrendo as terras beirãs até junto do Douro, haveria de conduzir a importantes conquistas militares. A tomada de Seia (1055), dos castelos que tivemos oportunidade de analisar a partir do diploma de 960, e de importantes pontos como Lamego (1057), S. Martinho de Mouros (1058) e Viseu (1058), prepararam a reconquista definitiva de Coimbra. Deste modo, os inícios da segunda metade do século XI ficaram marcados por um grande dinamismo no processo da Reconquista, de que a *Chronica Gothorum* não podia deixar de fazer eco:

«*Era MXCVI. [A.D. 1058] III^o calend. Augusti [29 de Julho] in die S. Cucufatis rex domnus Fernandus cepit civitatem Viseum [Viseu], postea Geisam [Seia], et S. Martinum de Mauris [S. Martinho de Mouros], et Travanca [Travanca], et Penalviam [Penalva], atque cetera castella christianorum vicinitatum per annos VIII.*»⁽⁴⁷⁾.

A estes castelos acrescenta o Monge de Silos ainda os de S. Justo e de Tarouca⁽⁴⁸⁾.

Em 1064, ao fim de seis meses de cerco, era a vez de Coimbra ser definitivamente tomada pelos cristãos, depois de ter permanecido durante mais de três quartos de século na posse das forças muçulmanas. Os *Annales Portucalenses Veteres* memorizaram os dois eventos, a conquista de Almansor em 987 a reconquista cristã de 1064:

«*In Era T^a. XXV^a. [A.D. 987] Almanzur accepit Colimbrian III^o Kalendas Iulii [28 de Junho]*»
«*Era M.C. II^a. [A.D. 1064] VI^o Idus Iulii [10 de Julho] accepit Fernandus Rex Colimbriam.*»⁽⁴⁹⁾.

Depois da reconquista de 1064, Fernando o Magno entregou o governo da cidade de Coimbra e seu território a D. Sesnando, conforme consta de vários diplomas, entre os quais a carta de doação, a favor do presbítero Rodrigo Ourigues, da Ermida de S. Cristóvão, de 1088:

«... *Tempore illo quod serenissimus rex domnus Fernandus ego consul Sisnandus accepi ab illo potestatem Colimbrie et omnium civitatum sive castellorum quod sunt in omni circuitu eius scilicet ex Lamego usque ad mare per aquam fluminis Durii usque ad omnes terminos quos christiani ad austrum possident ...*»⁽⁵⁰⁾.

Esta referência afigura-se importante para o estudo da Castelologia Medieval Portuguesa da segunda metade do século XI. Por ela ficamos a saber que Fernando o Magno havia confiado nas mãos de D. Sesnando Davides todo um vasto território limitado a Norte pelo curso do Douro, desde Lamego até à foz do rio, e estendendo-se até Coimbra e a todas as terras que as forças cristãs possuísem a Sul. Tal deve ter ocorrido logo após a conquista de Coimbra já que o monarca viria a falecer em 1065. Este dado é corroborado em vários diplomas da época, nomeadamente na carta de 1077 onde se refere que Sesnando

⁽⁴⁷⁾ PMH, Scrip., p. 9/10.

⁽⁴⁸⁾ Cf. Luís Gonzaga de Azevedo, *História de Portugal*, 3. Lisboa, 2.^a Ed., 1939, 3.

⁽⁴⁹⁾ APV, p. 27. Sobre a data da reconquista de Coimbra, cf. A. Botelho da Costa Veiga, Solução do problema cronológico da segunda reconquista cristã de Coimbra, sep. de *Brotéria* 1938. Segundo as conclusões a que chegou este autor através da análise crítica das diferentes datas apontadas em fontes analíticas peninsulares, a reconquista definitiva de Coimbra pelas forças cristãs de Fernando o Magno teria ocorrido em 9 de Julho de 1064.

⁽⁵⁰⁾ PMH, DC 699; LP, 345. Sesnando emprazara anteriormente, mas já no ano de 1088, a mesma ermida ao presbítero Rodrigo Ourigues (cf. PMH, DC 698; LP, 307). Em 1095, o mesmo Rodrigo Ourigues doaria a ermida de S. Cristóvão à Sé de Coimbra (PMH, DC 815; LP, 302). A Ermida de S. Cristóvão corresponde hoje ao lugar de Ermida, entre Soza e Ihavo.

O mesmo tipo de narrativa, evocando a reconquista de Coimbra e a entrega do seu governo a D. Sesnando, encontra-se noutros documentos, nomeadamente em PMH, DC 581, 656, 657 e 686. Gerard Pradalié entende, no entanto, que todos estes documentos são falsos (cf. *Les Faux de la Cathédrale et la Crise à Coimbra au début du XII Siècle*, *MCV* 10 1974, 77-98). Este facto, apesar de tudo, não retira valor histórico ao preâmbulo, já que estes documentos foram redigidos poucos anos depois da morte de D. Sesnando, quando a memória colectiva ainda retinha bem presentes esses eventos. Precisamente por se tratarem de falsificações, o escriba deve ter procurado aproximar-se o mais possível da realidade, sobretudo nas partes dos diplomas — como os preâmbulos — onde a veracidade não afectava o objectivo a atingir. Pelo contrário, conferia maior autenticidade à contrafacção.

«erat domno de tota Sancta Maria et Colimbria»⁽⁵¹⁾. D. Sesnando tornara-se, deste modo, na pessoa mais influente a Sul do Douro, numa zona vital para o processo da Reconquista⁽⁵²⁾. Não é de estranhar, portanto, que quando o Conde D. Nuno Mendes procurou angariar partidários para a causa do Condado Portucalense nas vésperas da Batalha de Pedroso, tenha casado a sua filha, D. Loba Nunes, com o Alvazil de Coimbra.

A actuação de D. Sesnando fez-se sentir em vários castelos e póvoas. Assim, e junto do rio Douro, povoou S. Martinho de Mouros e Lamego tendo procedido a obras nos seus castelos. No aro de Coimbra ordenou o repovoamento de Montemor-o-Velho pelo presbítero Vermudo⁽⁵³⁾ e a *Vida de S. Martinho de Soure* atribui-lhe a reconquista do castelo de Soure⁽⁵⁴⁾. Sabemos que na zona de Coimbra esteve ligado a obras de construção ou reconstrução nos castelos de Arouce (concelho da Lousã) e de Penela, que mandou povoar, conforme declara no seu testamento de 1087:

«... illis castellis que ego populavi Arauz et Penella ...»⁽⁵⁵⁾.

Depois da reconquista de 1064, a defesa da cidade de Coimbra contava com o apoio de uma série de estruturas castelares entre as quais se incluíam os castelos de St.ª Eulália, Montemor-o-Velho, Arouce, Miranda do Corvo, Penela e Soure. A tarefa destes castelos era complementada, nos inícios do século XII, por outras estruturas menores, de que a Torre de Bera pode ser apontada como um dos poucos exemplos sobreviventes (Est. 3.1)⁽⁵⁶⁾. Junto da Ladeia, a Torre do Alvorge ou da Ladeia, de que ainda restavam vestígios significativos em 1758, era outra dessas estruturas defensivas de menor envergadura mas nem por isso de menor importância⁽⁵⁷⁾.

Esta fase fundamental do processo da Reconquista, que começa com as campanhas de 1055-1058 e que culmina com a reconquista de Coimbra em 1064, inaugura um período importante para o estudo da Castelologia Medieval Portuguesa, onde a actuação do conde D. Sesnando alcança papel notório. Para ele conhecemos alguns vestígios significativos em estruturas castelares espalhadas por vários pontos do vasto domínio que D. Sesnando governou, e que iremos abordar de seguida.

Quando, em 1064 ou 1065, Fernando o Magno entrega o governo do território a Sul do Douro a D. Sesnando, a reconquista de Lamego havia decorrido há sete ou oito anos. O estado de conservação da sua

⁽⁵¹⁾ PMH, DC 549.

⁽⁵²⁾ Sesnando Davides era filho de David e de Susana, que possuíam bens em Tentugal herdados mais tarde por Sesnando (PMH, DC 677). Foi casado com D. Loba Nunes, filha única de D. Nuno Mendes, o último conde portucalense, que viria a morrer na Batalha de Pedroso em 1071, defrontando as forças de D. Garcia, rei da Galiza. Teria sido aprisionado em jovem durante a incursão de Abbad Motálid de Sevilha, tendo sido educado junto do monarca muçulmano e desempenhado alguns cargos importantes, mormente o de Vizir (c. 1040-1050). Este estreito convívio com a realidade muçulmana permitiria que Sesnando desenvolvesse mais tarde uma importante actividade junto dos monarcas cristãos, aconselhando-os e servindo-os em embaixadas e feitos de armas. Era, sem dúvida, detentor de uma cultura invulgar para a época, como o reflecte o facto de possuímos pelo menos um diploma escrito pelo próprio, conforme nele se declara expressamente (PMH, DC 700; outros documentos onde isso acontece, nomeadamente PMH, DC 581 e 657 são considerados falsos — vd. nota 50). A sua personalidade e cultura moçárabe haveriam de ajudar a conferir um particular dinamismo ao moçarabismo que se afirma na região de Coimbra. O enorme prestígio que conseguiu granjear encontra-se bem espelhado no seu túmulo, um cenotáfio executado no século XV e colocado na Sé Velha de Coimbra, onde ainda se conserva, hoje deslocado do contexto. Mais de quatrocentos anos depois da sua morte, a população de Coimbra do século XV ainda recordava com gratidão a personalidade do seu primeiro Alvazil. A *Chronica Gothorum* regista a sua morte no ano de 1091: «Era MCXXVIII Octavo Kal. Septembris Obiit Alvazil Donnus Sisnandus» (PMH, Script., p. 10).

Sucedeu-lhe seu genro, D. Martim Moniz, dos de Riba Douro, que casaria com D. Elvira Sesnandes, e que nessa qualidade assina documentos logo em 1091 (PMH, DC 763, de 12 de Outubro de 1091).

Sobre D. Sesnando veja-se, entre outros, Emílio Garcia Gomez e R. Menendez Pidal, *El Conde Mozárabe Sisnando Davidiz y la política de Alfonso VI con los Taifas, Al-Andalus XII* 1 1947, 27-41; Francisco Javier Simonet, *Historia de los Mozarabes de España*, 3. Madrid 1983, 655-657; A. J. Costa, s.v. Sesnando, *D.H.P.*, 5, 546-547; s/A, s.v. Sesnando, *G.E.P.B.*, 29, 259-264; António Borges Coelho, *Comunas ou Concelhos*, Lisboa 1973, 73-90.

⁽⁵³⁾ PMH, DC 824; LP 49.

⁽⁵⁴⁾ Sobre a *Vida de S. Martinho de Soure* cf. Henrique Barrilero Ruas, *A Vida de S. Martinho de Soure como fonte de História das instituições eclesiásticas*, *Revista Portuguesa de História* 3 1947, 233-256.

⁽⁵⁵⁾ PMH, DC 677; LP 19.

⁽⁵⁶⁾ Cf. A. Nogueira Gonçalves, *A Torre de Bera, Estudos de História da Arte Medieval*. Coimbra, 1980, 157-160. As fotografias apresentadas pelo autor neste artigo publicado em 1949 mostram a Torre de Bera ainda em relativo bom estado de conservação, com os quatro panos de parede, muito embora já com um dos cunhais caído. Este facto acelerou a sua destruição e, hoje, a Torre de Bera não possui mais do que dois dos quatro panos de parede.

⁽⁵⁷⁾ Cf. Salvador Dias Amaut, *Ladeia e Ladera. Subsídios para o Estudo do Feito de Ourique*. Coimbra 1939, 8-17; Pedro A. de Azevedo, *Extractos Archeológicos das Memórias Paroquiais de 1758, AP 1.ª Série* 2 1895, 191.

fortaleza deveria ainda ostentar as cicatrizes desses eventos e não é de estranhar que tenham tido lugar obras de reconstrução dos seus muros. O que hoje sobrevive do castelo de Lamego não é, certamente, a obra do tempo de D. Sesnando, mas sim o fruto de reconstruções românicas responsáveis, entre outras inovações, pela introdução da Torre de Menagem. No entanto, em alguns pontos do circuito superior de muralhas ainda são visíveis pequenos trechos de aparelho de construção pré-românico (Est. 3.2) e vários silhares dessa fase foram reutilizados nas obras românicas. Estes ténues vestígios devem documentar-nos as obras que se seguiram à conquista definitiva da cidade e que reformularam o castelo, melhorando as condições de defesa.

Mais significativos são os vestígios que se conservam no castelo de S. Martinho de Mouros (Cinfães), reconquistado, como vimos, em 1058. A estrutura, com uma localização geo-estratégica extraordinária, implanta-se no alto de um promontório sobre o rio Douro, permitindo domínio visual sobre o seu curso. Apresenta a sua coroa delimitada por muralha pétreia erguida com recurso a um aparelho de construção de grande qualidade (Est. 4.1), com pedras bem aparelhadas, utilizando ainda algumas soluções de cotovelo típicas do aparelho de construção pré-românico. No entanto, e de uma forma geral, apresenta um aparelho que situaríamos dentro do proto-românico, devendo corresponder ao último quartel do século XI, pelo que pode bem ser fruto da acção governativa de D. Sesnando. Embora não utilize cubelos, a cerca da segunda metade do século XI apresenta vários ângulos, adaptando-se à configuração do cume do monte e evitando o desenvolvimento de grandes panos de muralhas com paredes lisas. Dentro do espaço por ela definido implantaram-se uma cisterna e a Torre de Menagem, esta sem dúvida obra posterior. A cisterna é uma estrutura de planta quadrangular aberta na rocha à maneira de poço. Da Torre de Menagem não resta qualquer silhar, mas a sua planta pode-se reconhecer facilmente já que se possuem, talhados no afloramento granítico, entalhes para apoio de pedras esquadriadas que definiam o seu contorno (Est. 4.2). A Torre de Menagem ergueu-se sobre o mais alto afloramento granítico defendido pela linha de muralha e apresentava desníveis verticais intransponíveis pelo lado Sul.

No monte do castelo de S. Martinho de Mouros, a meia encosta, entre os numerosos afloramentos graníticos, encontram-se vestígios importantes de um habitat medieval que aproveitou a presença desses batólitos para nele adossar as suas construções. É possível distinguir várias linhas de telhado, sistemas de tranca e de encaixe de portas e outros trabalhos de desbaste da pedra para apoio de paredes ou outras estruturas das habitações (Est. 5.1). Quer entre os vestígios do povoado, quer dentro da estrutura castelar à sombra do qual ele se ergueu, são abundantes os fragmentos de cerâmica medieval da época e de períodos seguintes.

Dos castelos que se ergueram ou reconstruíram pouco depois de 1064 no aro da cidade de Coimbra possuímos igualmente alguns testemunhos. Os mais significativos polarizaram-se em torno de duas estruturas: Soure e Penela.

Em Soure conservam-se as ruínas do castelo e, junto a ele, os Serviços Regionais de Arqueologia da Zona Centro tiveram ocasião de escavar os alicerces de um templo que pode ser atribuível ao século XII. Trata-se da igreja de St.^a Maria, atribuída por Nogueira Gonçalves ao ano de 1138, de que as escavações exumaram os seus alicerces, sem testemunhos de portal na parede Ocidental⁽⁵⁸⁾.

O castelo de Soure desempenhou papel fundamental no processo da Reconquista da zona centro do País, desde 1064 até 1147, quando as conquistas de Santarém e Lisboa afastaram a linha de fronteira para junto do Tejo. Implantada junto da confluência de dois rios, o Arunca e o Anços, a fortaleza permitia o controlo da via de acesso a Coimbra e Montemor-o-Velho, desempenhando, portanto, papel estratégico importante. Os principais momentos da sua existência medieval encontram ecos na documentação da época⁽⁵⁹⁾. Sabemos que recebeu foral em Junho de 1111⁽⁶⁰⁾ e que depois, em 1116, os seus moradores, face à progressão das forças muçulmanas, o incendiaram e abandonaram, refugiando-se em Coimbra. As forças muçulmanas devem ter passado por Soure já que, depois de cercarem e conquistarem Miranda do Corvo, se

(58) Cf. Artur Corte-Real, *Intervenção Arqueológica no adro do castelo de Soure*. Notícia, *Locus* 1, Coimbra 1986, 59-63; Vergílio Correia e A. Nogueira Gonçalves, *op. cit.*, 1952, 214 e ss.

(59) Cf. Leontina Ventura, *Soure na sua História: Algumas Reflexões*, *Locus* 1, Coimbra 1986, 39-49; S/A, s.v. Soure, *G.E.P.B.*, 29, 737-746; Vergílio Correia e A. Nogueira Gonçalves, *Inventário Artístico de Portugal*, 4, *Distrito de Coimbra*. Lisboa 1952, 214-218; Henrique Barrilaro Ruas, *A Vida de S. Martinho de Soure como fonte de História das instituições eclesíásticas*, *Revista Portuguesa de História* 3 1947, 233-256.

(60) Cf. PMH, *Leges*, p. 357-358; DMP, DR 26.

dirigiram para o castelo de St.^a Eulália, junto a Montemor-o-Velho, tomando-o de assalto⁽⁶¹⁾. O incêndio de 1116 e a passagem das forças muçulmanas devem ter determinado um profundo estado de ruína, mas não votaram Soure ao esquecimento. Poucos anos depois, em 1122, D. Teresa doou o seu castelo, sem dúvida ainda em ruína, ao conde Fernão Peres de Trava⁽⁶²⁾ e no ano seguinte ainda eram sensíveis os efeitos destrutivos dos eventos de 1116. Efectivamente, em 1123 D. Gonçalo Pais, bispo de Coimbra, doou uma igreja em Soure aos presbíteros Martinho e Mendo Árias, para que eles a reconstruíssem:

«... *ecclesiam qui ibi jacebat destructa reedificandam* ...»⁽⁶³⁾.

A importância estratégica desta zona é sublinhada pela doação 19 de Março de 1128⁽⁶⁴⁾, pela qual D. Teresa entrega Soure aos Templários, uma medida de novo tomada por D. Afonso Henriques em 14 de Março de [1129-1130]⁽⁶⁵⁾. A concessão de Soure e territórios envolventes aos freires do Templo pressagia a formação do vasto domínio dos Templários em torno de Pombal, Ega, Redinha, Soure, Tomar, Ceras, Zêzere e Almourol, uma área militarmente fundamental para a defesa de Coimbra, cuja importância estratégica o cerco muçulmano de 1190 veio demonstrar não se ter esgotado completamente com a conquista de Santarém e Lisboa de 1147⁽⁶⁶⁾.

Do Castelo de Soure restam vestígios significativos, muito embora fruto de diferentes épocas. A fortaleza foi erguida com um aparelho de construção mais irregular do que o que era comum na zona granítica, pelo que a sua análise levanta alguns problemas de interpretação delicados. Por isso, é difícil distinguir com segurança o que se pode atribuir ao tempo de D. Sesnando e o que é fruto das obras seguintes, sobretudo posteriores a 1116, sendo reconhecíveis várias ampliações que, partindo da estrutura sesnandina, devem corresponder a esses eventos. Na Torre de Menagem do castelo de Soure encontra-se reaproveitado um ajimez moçárabe, hoje mutilado no mainel e adaptado a padieira da porta de acesso que se abre no primeiro andar (Est. 5.2). São visíveis caules ondulantes de videira com folhas e cachos pendentes, que deveriam sair de um *cantharus* situado na zona do mainel⁽⁶⁷⁾. Nos arranques laterais dos arcos ultrapassados foram iconografadas duas *patenas crismalis*. O ajimez de Soure apresenta características que o permitem incluir dentro do estilo moçárabe, podendo ser associado à estrutura militar erguida por Sesnando na segunda metade do século XI ou, mais provavelmente, ao cenóbio que foi erguido em Soure na primeira metade da centúria. Apesar de ser reconhecida a profunda receptividade que D. Sesnando demonstrava para com os valores moçárabes, somos mais inclinados, pelas características estilísticas da peça, a associar este ajimez aos inícios do século XI, uma época anterior ao seu governo à frente do território de Coimbra. De resto, o próprio programa iconográfico do ajimez adapta-se melhor a uma estrutura religiosa do que a uma estrutura militar. Parece, portanto, mais coerente associar o ajimez do castelo de Soure com o cenóbio da primeira metade da centúria cuja existência está documentada na doação de 1043. Através desse diploma o presbítero João, com seus irmãos Sesnando, Ordónio e Zalama, entregaram o mosteiro que haviam erguido em Soure ao mosteiro da Vacariça⁽⁶⁸⁾. No entanto, no castelo de Soure não é este o único ajimez sobrevivente. Nos seus muros Sul e Leste encontram-se mais quatro ajimezes, de tipologia muito distinta, com uma decoração circunscrita a toreados e pontas de diamante que sublinham a curvatura dos seus arcos

⁽⁶¹⁾ A *Chronica Gothorum* regista estes eventos: «*Era MCLIV [1116] Nonis Julii captum fuit castellum S. Eolalie a Sarracenis, quod est situm sub Monte Maiore, et captus fuit ibi Didacus cognomento Gallina, et magna captivitas christianorum inde translata est etiam ultra mare*» — cf. PMH, Script., p. 11. Sobre o castelo de St.^a Eulália veja-se Pedro A. de Azevedo, O Castelo de Santa Eolália, AP 1.^a Série 13 1908, 67-75.

Um eco dos eventos por que passou Miranda do Corvo nesse ano de 1116 encontra-se registado num documento de Julho de 1138, referente à igreja do «*castro Miranda*» que o presbítero Aires havia edificado e mantido «*inter multas adversitates sarracenorum ibidem tunc temporis omnia depopulancium*» (LP, 249).

⁽⁶²⁾ LP, 560; DMP, DR 63.

⁽⁶³⁾ LP, 241.

⁽⁶⁴⁾ Cf. DMP, DR 79.

⁽⁶⁵⁾ Cf. DMP, DR 96.

⁽⁶⁶⁾ Cf. Rui de Azevedo, Coimbra sob a ameaça de assédio na invasão sarracena de 1190, *O Instituto* 88 1 1934, 33-36.

⁽⁶⁷⁾ Cf. Mário Jorge Barroca, Contribuição para o Estudo dos Testemunhos Pré-Românicos de Entre-Douro-e-Minho, 1. Ajimezes, Gelasias e Modilhões de Rolos, *Actas do Congresso Internacional Comemorativo do IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga*, 1. Braga 1990, 122-123; Carlos Alberto Ferreira de Almeida, Arte da Alta Idade Média, *História da Arte em Portugal*, 2. Lisboa 1988, 43; D. Fernando de Almeida, Pedras Visigóticas em Soure, *Ethnos* 5 1966, 413-416.

⁽⁶⁸⁾ PMH, DC 327.

(Est. 6.1). Os ajimezes desta segunda fase, que são indiscutivelmente posteriores ao da Torre de Menagem, talvez possam ser associados ao governo de D. Sesnando, já que a sua tipologia os coloca na segunda metade do século XI, próximo dos finais da centúria. Deste modo, eles podem ajudar a definir a fase «sesnandina» do castelo de Soure, que seria constituída pelos muros Leste, Sul e Oeste da estrutura sobrevivente. A Torre de Menagem, implantada junto do encontro dos muros Sul e Oeste, é obra posterior, talvez da iniciativa dos Templários.

O castelo de Penela (Fig. 2) é a segunda fortaleza da área de Coimbra onde se documenta vestígios da época de D. Sesnando e, qualitativamente, onde estes se revestem de maior importância. A intervenção de D. Sesnando no castelo de Penela é-nos revelada pelo próprio Alvazil no seu testamento de 1087, onde declara que o povoara ⁽⁶⁹⁾. Começaremos por recordar sucintamente os principais momentos da vida desta fortaleza ao longo dos séculos XI e XII para depois passarmos à análise dos vestígios sobreviventes ⁽⁷⁰⁾. A passagem do testamento de D. Sesnando, que constitui a primeira referência documental para Penela, não permite saber quando teria sido conquistado o castelo, apenas nos garantindo de que foi antes de 1087 e que teria sido repovoado por vontade ou intervenção do Alvazil de Coimbra. Atendendo a que a sua reconquista não pode ser dissociada da de Coimbra, somos inclinados a colocar esses eventos em redor de 1064. No entanto, a sua implantação geográfica, como terra de fronteira, sempre sujeita às pressões das forças muçulmanas, não devia constituir grande incentivo para fixar o povoamento. Por isso, em Julho de 1137, D. Afonso Henriques outorgaria um foral, concedendo amplos privilégios que procuravam atrair e fixar povoadores para essa área estrategicamente fundamental ⁽⁷¹⁾. A primeira metade do século XII assistiu, como bem sublinhou Salvador Dias Arnaut, à fragmentação do território de Coimbra e ao aparecimento de vários municípios — como os de Soure (1111), Miranda do Corvo (1136) e Penela (1137) — de menores dimensões, munidos de forais que procuravam dar resposta às necessidades de defesa dessas zonas fronteiriças instáveis e fixar populações. O diploma que D. Afonso Henriques assina em favor de Penela seria confirmado em 1217 por D. Afonso II ⁽⁷²⁾. É provável que, quando da investida muçulmana de 1116, o castelo de Penela tenha sido também afectado, tal como aconteceu com Miranda do Corvo e, indirectamente, com Soure, mas não temos comprovação documental ⁽⁷³⁾.

A localização geográfica do castelo de Penela desde cedo lhe conferiu uma importância estratégica na defesa dos acessos à cidade de Coimbra. Erguendo-se nas imediações de uma das vias mais percorridas pelas forças muçulmanas e cristãs, a via que facultava acesso de Coimbra a Pombal e Santarém trilhando uma zona que os documentos medievais designam por *Ladeia*, o castelo de Penela não conseguiria, no entanto, sustentar as razias muçulmanas, pelo que em 1142 D. Afonso Henriques mandou construir, sensivelmente a meio caminho entre Penela e Rabaçal, o castelo de Germanelo, implantado sobre a *Ladeia*. Esta decisão ficou registada na *Chronica Gothorum*:

«Era MCLXXX. idem Rex Portugallensium idem Rex D. Alfonsus cepit edificare castellum de Germanelo anno regni sui decimo quarto. Videns namque habitatores de Colimbria in timore ei tremore positos, nec ausos se extendere ad laborandum per suos terminos, videlicet Germanello,

⁽⁶⁹⁾ PMH, DC 677.

⁽⁷⁰⁾ Sobre Penela e o seu castelo veja-se Ricardo Simões dos Reis, *História, Archeologia e Crítica Literaria. O Foral de Penela*. Coimbra 1887; Jamaut, *Monografia do Município Penelense*. Lousã 1915; Jorge Larcher, *Castelos de Portugal. II. Distrito de Coimbra*. Coimbra 1935, 365-397; Salvador Dias Arnaut, *Penela. Notas Acerca de um Centenário*. Coimbra 1937; Salvador Dias Arnaut, *Ladeia e Ladera. Subsídios para o estudo do feito de Ourique*. Coimbra 1939; Vergílio Correia e A. Nogueira Gonçalves, *Inventário Artístico de Portugal, 4, Distrito de Coimbra*. Lisboa 1952, 205-207; Salvador Dias Arnaut, *Penela na obra de dois escritores (Fernão Lopes e Eloy de Sá Sotto Mayor)*. Coimbra 1966; Salvador Dias Arnaut e Pedro Dias, *Penela. História e Arte*. Penela 1983; D.G.E.M.N., *Castelo de Penela, Boletim da DGMEN* 91.

Não conseguimos consultar Delfim José de Oliveira, *Notícias de Penela. Apointamentos Históricos e Archeológicos*. Lisboa, 1884, com aditamentos de 1886 e 1890.

⁽⁷¹⁾ PMH, *Leges*, p. 374-376; DMP, DR 159. Para a cartografia do foral de 1137 veja-se o importante contributo para as identificações dos respectivos micro-topónimos em Salvador Dias Arnaut, *Ladeiae Ladera. Subsídios para o estudo do feito de Ourique*. Coimbra 1939, 23-33. As considerações de Ricardo Simões dos Reis, *História, Archeologia e Crítica Literaria. O Foral de Penela*. Coimbra 1887, 12-15, não têm hoje qualquer validade.

⁽⁷²⁾ Cf. Vergílio Correia e A. Nogueira Gonçalves, *Inventário Artístico de Portugal, 4, Distrito de Coimbra*. Lisboa 1952, 205; Salvador Dias Arnaut, *Penela. Notas Acerca dum Centenário*. Coimbra 1937, 22.

⁽⁷³⁾ Cf. J. Larcher, *Castelos de Portugal. II. Distrito de Coimbra*. Coimbra 1935, 367; s/a, s.v. Penela, *G.E.P.B.*, 20, 975; Vergílio Correia e A. Nogueira Gonçalves, *Inventário Artístico de Portugal, 4, Distrito de Coimbra*. Lisboa 1952, 205.

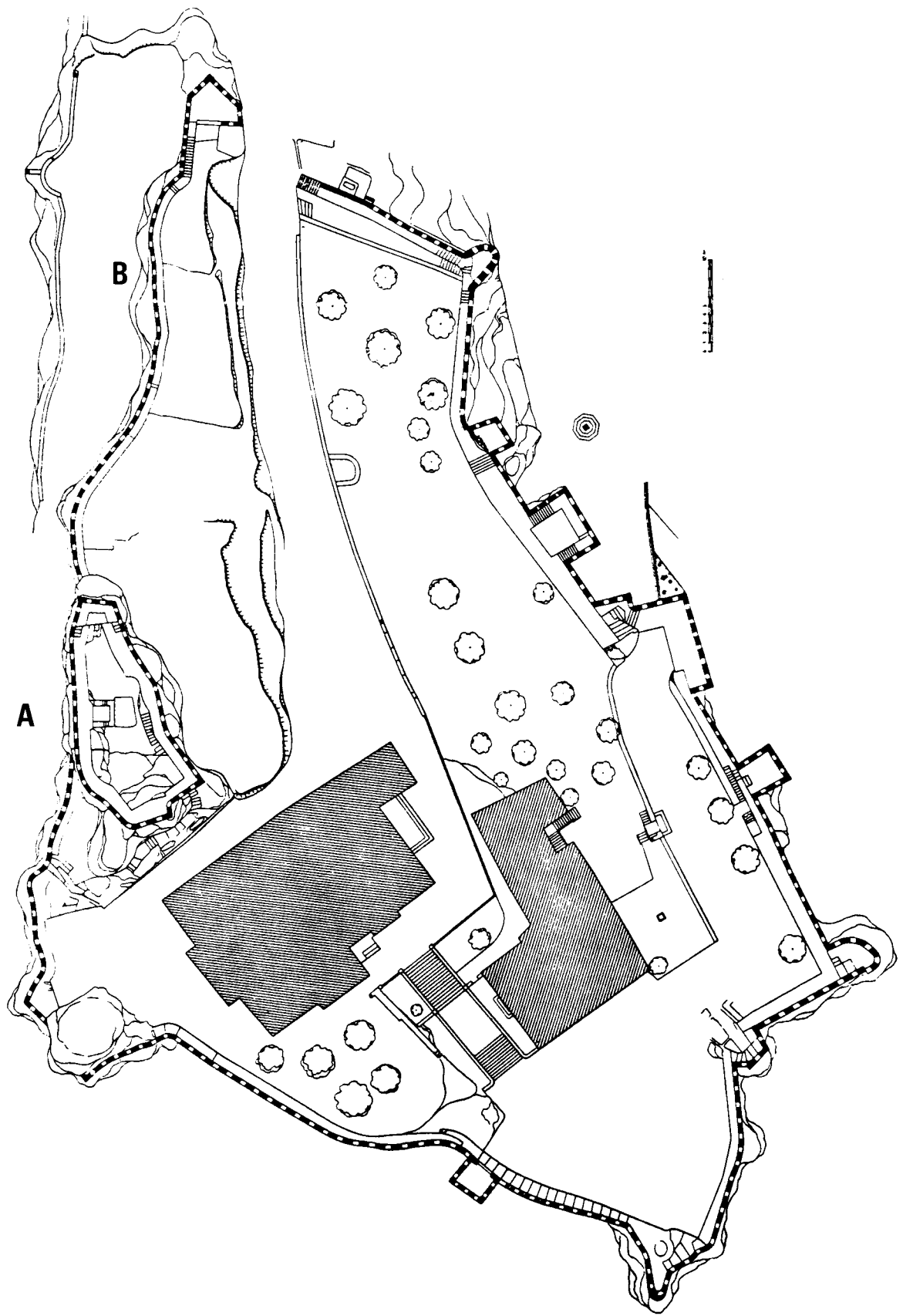


Fig. 2 — Castelo de Penela — Planta da D.G.E.M.N.
A = Castelo de D. Sesnando;
B = *Habitat* do Jardim das Lapas.

Alvorge, et Atheania propter frequentes incursiones, et depredationes, que ibi quotidie fiebant a Sarracenis, iccirco visum est ei facere castellum illud in corde terre ad securitatem, et munimentum laborantium Christianorum, et detrimentum supervenientium latruncolorum Sarracenorum, posuit ibi milites qui custodirent illud, et essent tutamento, et defensionem Christianorum.»⁽⁷⁴⁾

Para fixar população junto do novo castelo o monarca outorga em [1142-1144] um foral onde concede amplos privilégios aos seus moradores⁽⁷⁵⁾. A importância estratégica do castelo de Germanelo, e em parte do de Penela, haveria de decair com as conquistas de Santarém e Lisboa em 1147.

A instabilidade criada pelas frequentes incursões muçulmanas até aos campos de Coimbra, que justificou a iniciativa de D. Afonso Henriques de mandar edificar o castelo de Germanelo, ajuda também a compreender o aparecimento do foral de Penela em 1137. É também a mesma instabilidade que pode ajudar a explicar as múltiplas reformas que o castelo de Penela haveria de sofrer ao longo dos tempos, certamente ainda no reinado de D. Afonso Henriques e, conforme nos garantem algumas informações, em tempos seguintes. Vários autores referem obras nos reinados de D. Sancho I⁽⁷⁶⁾, D. Dinis e D. João I, neste precisando o ano de 1413⁽⁷⁷⁾. O castelo de Penela espelha bem as várias reformas que foi sofrendo ao longo dos tempos. No entanto, as vicissitudes por que passou não foram suficientes para apagar todos os traços da sua estrutura original, do tempo de D. Sesnando. Quem visitar o castelo de Penela depara, nos dias de hoje, com a cerca românico-gótica que, embora restaurada, se preserva bem conservada em quase toda a sua extensão. Nela se abriam três portas: a Porta da Vila, voltada a Poente, a Porta da Traição, rasgada a Noroeste, sobre uma zona de acesso difícil e acidentado, ambas ainda hoje sobreviventes, e a Porta do Relógio, demolida antes de 1760. Vários torreões de planta semi-circular e quadrangular, com acesso facultado a partir do adarve, completam a defesa da muralha. A cerca do castelo coroa um pequeno monte, apresentando boas condições de defesa, sobretudo graças aos desníveis significativos que se oferecem a Norte e Leste, sendo normalmente atribuída ao século XIV⁽⁷⁸⁾. No interior amuralhado, ergue-se a Igreja de S. Miguel, já documentada em 1145⁽⁷⁹⁾, mas profundamente remodelada no século XVI e seguintes⁽⁸⁰⁾. Ao seu lado ergue-se a «Torre de Menagem», construção que merece análise mais detalhada. O *Inventário Artístico de Portugal* descreve-a nos seguintes termos:

«O pequeno castelejo (evolução da torre de menagem) levanta-se num penhasco aonde vão bater os panos de E. Pertence à reedificação do séc. XV, mostrando porta de arco quase equilátero e duas bombardeiras.»⁽⁸¹⁾

A expressão «castelejo», utilizada para classificar a «Torre de Menagem» (como prosaicamente assinala uma placa no local), é bem sintomática das dificuldades encontradas pelos autores para classificar a construção que coroa o mais alto afloramento do castelo de Penela. É que, na realidade, não se trata de uma vulgar Torre de Menagem, de planta quadrangular ou poligonal, erguida com paredes pétreas, com vários pisos e rematada por telhado. O morro calcário foi todo ele talhado artificialmente para dificultar o acesso, sendo criados desníveis verticais virtualmente intransponíveis, e no seu alto foi erguida uma pequena cerca

⁽⁷⁴⁾ PMH, Scrip., p. 14. Para o estudo do castelo de Germanelo cf. os importantes contributos de Salvador Dias Amaut, *Ladeia e Ladera. Subsídios para o Estudo do feito de Ourique*. Coimbra 1939, e O Castelo de Germanelo, *Anais da Academia Portuguesa de História* 2.ª Série 28 1982, 233-256. A notícia da Crónica dos Godos refere, para além do castelo de Germanelo, também as torres de Alvorge e de Ateanha.

⁽⁷⁵⁾ PMH, Leges, p. 432-433; DMP, DR 190; LP 577.

⁽⁷⁶⁾ Rui de Pina, *Crónica de D. Sancho I*, citado por Vergílio Gonçalves, *Inventário Artístico de Portugal*, 4, Distrito de Coimbra 1952, 206.

⁽⁷⁷⁾ J. Larcher, *Castelos de Portugal. II. Distrito de Coimbra*. Coimbra 1935, 369; Vergílio Correia e A. Nogueira Gonçalves, *Inventário Artístico de Portugal*, 4, Distrito de Coimbra. Lisboa 1952, 206.

⁽⁷⁸⁾ Vergílio Correia e A. Nogueira Gonçalves, *Inventário Artístico de Portugal*, 4, Distrito de Coimbra. Lisboa 1952, 206; Salvador Dias Amaut e Pedro Dias, *Penela. História e Arte*. Penela 1983, 38.

⁽⁷⁹⁾ Salvador Dias Amaut e Pedro Dias, *Penela. História e Arte*. Penela 1983, 40.

⁽⁸⁰⁾ Vergílio Correia e A. Nogueira Gonçalves, *Inventário Artístico de Portugal*, 4, Distrito de Coimbra. Lisboa 1952, 206; Salvador Dias Amaut e Pedro Dias, *Penela. História e Arte*. Penela 1983, 40.

⁽⁸¹⁾ *Inventário Artístico de Portugal*, 4, Distrito de Coimbra. Lisboa 1952, 206. Salvador Dias Amaut e Pedro Dias, *Penela. História e Arte*. Penela 1983, 38, classificam de forma idêntica e declaram que «o que hoje se pode ver (do castelo de Penela) remonta somente aos séculos XIV-XV».

de configuração irregular que se adapta à morfologia da superfície disponíveis (Est. 6.2 e 7.1). No seu interior um pequeno pátio foi criado para regularização do afloramento e, sensivelmente a meio da sua extensão maior, junto do muro Leste, abriu-se uma ampla cisterna (Est. 7.2). Numa fase mais tardia a área desse depósito seria reduzida a metade pela inclusão de um murete onde se aplicaram argamassas para garantir a impermeabilização indispensável ⁽⁸²⁾. A construção não obedece, portanto, aos princípios que definem uma Torre de Menagem, muito embora deva ter sido assim utilizada após a reforma românica do castelo de Penela. Na sua origem, o «castelejo» constituía uma fortaleza autónoma, um verdadeiro castelo, onde não faltavam vários componentes comuns à sua época: o circuito amuralhado, o pátio descoberto e a cisterna. Na realidade, a «Torre de Menagem» do castelo de Penela não é mais do que a memória do castelo de D. Sesnando, reconstruído ao longo das épocas mas preservado em toda a sua configuração original, facto que tem passado despercebido aos olhos de todos quantos se debruçaram sobre esta importante fortaleza. É certo que a maior parte do aparelho de construção que ali se pode observar remonta aos tempos da Baixa Idade Média, tal como o recomendam as suas seteiras cruciformes com troeiras, circulares e autónomas abertas pouco abaixo. No entanto, não podemos deixar de sublinhar que na vertente oposta à entrada, que se ergue sobre o Jardim das Lapas, se podem observar vestígios de uma fase anterior, com aparelho de construção muito diferente, que se podem detectar em outras zonas. Apesar de tudo, as reconstruções dos muros não vieram desvirtuar o espaço do castelo de D. Sesnando, que se preserva intacto.

O acesso ao castelo de D. Sesnando fazia-se, então como hoje, através de um estreito caminho talhado no afloramento calcário onde, para vencer os desníveis, foram criados diversos degraus. O acesso é delimitado de um dos lados pelo afloramento talhado a pique à maneira de parede e coroado pelo castelo e, do outro, por desníveis igualmente verticais. Do adarve do castelo era possível, sem qualquer dificuldade, fazer tiro vertical sobre praticamente todo o itinerário de acesso, facilitando a defesa da praça. Ao cimo deste íngreme acesso depara-se uma porta de arco apontado totalmente reformulada em época gótica, como o garante a sua tipologia e as siglas de pedreiro visíveis em alguns silhares. É provável que a largura do caminho de acesso tenha sido reduzida com obras posteriores, que vieram alargar o adro da Igreja de S. Miguel. Essa interpretação parece ser recomendada pela implantação de três sepulturas escavadas na rocha que, juntamente com outras duas, mais arredadas, testemunham uma outra faceta da vida do castelo de Penela no tempo de D. Sesnando.

Efectivamente, bordejando o acesso ao castelo de Penela encontramos três sepulcros rupestres antropomórficos, que documentam a presença ancestral do templo dedicado a S. Miguel. Eles implantam-se no seu adro que, na altura, não devia ter uma regularidade tão grande como vemos hoje. A necrópole era, sem dúvida, mais extensa, mas as reconstruções do século XV-XVI, que reformularam totalmente o templo medieval, vieram destruir a maior parte dos testemunhos deste cemitério cristão do século XI quando se alargou o adro do novo templo e se talhou o afloramento para regularizar o solo. Restam apenas os cinco monumentos já referidos, três a uma cota superior, bordejando o caminho de acesso ao castelo, e dois mais afastados. Os três enterramentos implantados junto do caminho ostenta as seguintes características:

Sep. 1 — Monumento antropomórfico, apresentando cabeceira de arco peraltado e largo rebordo para encaixe da tampa. Esta excederia em cerca de 27 cm a largura máxima do moimento. Possui os seguintes valores metrológicos:

Comp. total: 195 cm
Larg. máxima: 46 cm
Orientação: 250°

Sep. 2 — Monumento antropomórfico com cabeceira trapezoidal. Apresenta os seguintes valores metrológicos:

Comp. total: 185 cm
Larg. máxima: 48 cm
Orientação: 240°

⁽⁸²⁾ Junto dos ângulos definidos pelo encontro do murete com o afloramento talhado ainda é perceptível a utilização da solução da «meia-cana», tão comum em construções termiais romanas, e que reforça a ideia de que a cisterna, quando foi reduzida a cerca de metade da sua capacidade, continuou a ser utilizada para arrecadar água. Depois de incluído o murete, a cisterna ficou dividida em duas áreas, a voltada a Norte com 185 x 175 cm, a voltada a Sul com 230 x 310 cm. Nesta, a profundidade actual atinge os 240 cm.

Sep. 3 — Monumento truncado na zona da cabeceira, pelo que apenas é possível tomar medidas até à zona dos «ombros»:

Comp. máximo: 177 cm

Larg. máxima: 44 cm

Orientação: 270°

Não muito longe destas sepulturas rupestres, a Oeste, ao nível do actual adro do templo de S. Miguel, encontramos mais dois sepulcros, com as seguintes características:

Sep. 4 — Monumento muito deteriorado pelo desgaste devido à circulação no adro, com as seguintes medidas:

Comp. total: 193 cm

Larg. máxima: 45 cm

Orientação: 240°

Sep. 5 — Enterramento de criança ou adolescente, não-antropomórfico, de planta ovalada, aberto nas imediações da sep. 4 e apresentando como medidas:

Comp. total: 110 cm

Larg. máxima: 32 cm

Orientação: 240°

A presença desta pequena necrópole rupestre não permite, pela sua reduzida extensão, que se retirem grandes ilações. No entanto, ela não deixa de retratar a presença de uma pequena comunidade junto do castelo de Penela no século XI, de cujos vestígios do *habitat* trataremos mais adiante. As sepulturas devem ter sido abertas de acordo com a orientação solar, em diferentes momentos do ano, conforme recomendam as orientações que apresentamos e que foram obtidas a partir do eixo central do sepulcro. Por outro, não deixa de ser interessante sublinhar a presença de um enterramento de criança ou adolescente, o que corrobora que não se trata apenas de enterramento de membros da guarnição do castelo de D. Sesnando mas sim de elementos da população que se abrigou junto da silhueta protectora do castelo cristão. Curiosamente, este enterramento é o único que não utiliza solução antropomórfica, optando por contorno ovalado, tal como Alberto del Castillo e outros autores tiveram oportunidade de detectar em algumas das grandes necrópoles espanholas⁽⁸³⁾. A tipologia das soluções de cabeceira deste pequeno núcleo apresenta alguma diversidade, utilizando soluções de arco ultrapassado ou de arco peralto. A utilização da solução antropomórfica e a sua associação, na sepultura n.º 1, a um pronunciado sistema de encaixe de tampa, recomendam a sua classificação dentro do século XI, sendo perfeitamente compatível com a referência de D. Sesnando exarada no seu testamento⁽⁸⁴⁾.

Junto do início do acesso rupestre ao castelo de D. Sesnando são visíveis outros trabalhos de talhe artificial do afloramento para implantação de, pelo menos, uma casa (Est. 7.1). Podemos observar diversas plataformas artificiais talhadas no calcário que serviram de piso aos compartimentos da habitação. No entanto, no actual estado de preservação torna-se difícil interpretar estes vestígios, que podem corresponder a uma ou mais habitações. O seu posicionamento face à muralha românico-gótica é também ambíguo, mas, se as reconstruções da DGEMN estão correctas, parece recomendar que a estrutura seja anterior à construção da cerca, tendo então sido destruída no todo ou em parte.

Não muito longe destes vestígios, nas traseiras da capela-mor da igreja de S. Miguel, tivemos oportunidade de identificar um pequeno fragmento de colunelo manuelino, em calcário, com estrias helicoidais duplas separadas por cordão de pérolas (Est. 8.1)⁽⁸⁵⁾. A cronologia deste fragmento, que pertence

(83) No entanto, nas necrópoles de Moreira de Rei e de Trancoso, que já tiveram oportunidade de referir, encontram-se enterramentos de crianças com contorno plenamente antropomórfico. Eles sublinham, afinal, que neste domínio as «regras» apresentam sempre demasiadas excepções.

(84) Sobre a problemática dos enterramentos rupestres e sua cronologia, cf. Mário Jorge Barroca, *Necrópoles e Sepulturas Medievais de Entre-Douro-e-Minho (Séc. V a XV)*. Diss. policopiada apresentada à F.L.U.P. no âmbito das Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, Porto 1987, 103-175, onde se encontra referida outra bibliografia pertinente.

(85) Há colunelos de tipologia igual em vários monumentos manuelinos, entre os quais se pode contar o Claustro Real do Mosteiro da Batalha, cujo preenchimento dos arcos foi executado no reinado do Venturoso (Cf. Vergílio Correia, *Mosteiro da Batalha*, Porto 1929, 45 e fig. nas pp. 24 e 39; Pedro Dias, *O Gótico, História da Arte em Portugal*, 4. Lisboa 1986, 71).

aos inícios do século XVI, afasta a possibilidade de ele poder ser associado às obras que o Infante D. Pedro mandou proceder no templo de S. Miguel ⁽⁸⁶⁾. Deste modo encontra-se também afastada a possibilidade de ele ter integrado os paços sobradados que se erguiam no interior do castelo e onde se instalou por diversas ocasiões o Infante D. Pedro ⁽⁸⁷⁾. Somos, deste modo, inclinados a pensar que ele deveria fazer parte das obras de reconstrução da Igreja de S. Miguel, que como vimos sofreu profunda remodelação no século XVI.

A referência aos paços do castelo de Penela chama a atenção para um aspecto interessante de fortaleza: o da presença de habitações no seu interior. A perspectiva que hoje temos do castelo, com amplos espaços livres, não condiz com que ele deve ter sido durante os tempos medievais. De resto, já em 1145 temos notícia da presença de casas no interior do castelo ⁽⁸⁸⁾, o que se revela um dado importante porque nos demonstra como, ao chegar aos meados do século XII, já o castelo de Penela possuía cerca românica, abrangendo uma área maior do que a do castelo de D. Sesnando, onde o espaço era demasiado exíguo para se erguerem casas. O *habitat* que se desenvolve associado ao castelo de Penela no século XI devia localizar-se fora dos seus muros. Já tivemos oportunidade de referir curiosos testemunhos da presença de casas junto do acesso ao castelo sesnandino, que para a sua construção se socorreram de trabalhos de talhe do afloramento calcário para regularizar os seus pisos. Fora do castelo de Penela encontramos outros testemunhos de um *habitat* parcialmente rupestre (Est. 8.2). Trata-se do Jardim ou Quintal das Lapas — micro-topónimo de resto bem elucidativo — que se desenvolve à sombra do castelo, numa plataforma calcária de exíguas dimensões. Aí podem-se observar vestígios importantes de um habitat parcialmente escavado na rocha. São visíveis os negativos de várias linhas de telhado gravadas no calcário, onde se podem distinguir dois telhados em duas águas e um sistema de cobertura plano, com um total de dez orifícios quadrangulares para encaixe dos vigamentos. Associados a este último telhado encontram-se uma série de estruturas escavadas no próprio afloramento calcário, aproveitando o espaço definido por uma lapa e ampliando-o. Entre as estruturas sobreviventes pode-se identificar uma prensa de lagar. A datação deste *habitat* oferece alguns problemas já que os dados cronológicos que ele fornece são muito limitados. No entanto, e atendendo ao que conhecemos para o século XI, seríamos tentados a associar as suas origens a essa centúria e aos tempos de D. Sesnando, sem prejuízo de ele ter sido ocupado em tempos mais recentes. São muito escassos os elementos de que dispomos em Portugal sobre o *habitat* medieval e sobretudo sobre o *habitat* no século XI. Apesar de tudo alguns paralelos podem ser evocados. Os mais importantes são os complexos rupestres de Gião, Candemil e Anciães todos implantados no vale do rio Marão (concelho de Amarante), integrados por numerosas estruturas rupestres que aguardam um estudo à altura da sua importância ⁽⁸⁹⁾. Alguns autores interpretaram estas estruturas como sendo eremitérios, opinião que não perfilhamos sobretudo por dois tipos de argumentos: primeiro pelo elevado número de estruturas rupestres, pouco consentâneo com a prática eremítica, e em segundo lugar porque no núcleo do Gião se podem identificar dois templetos, sintomáticos de que as restantes estruturas seriam utilizadas para fins civis. A cronologia dos núcleos rupestres do Gião é reforçada precisamente pela presença de uma magnífica cruz pátea, pré-românica, rebaixada num desses templetos. O segundo paralelo português que poderia ser aqui evocado é, precisamente, o dos vestígios do habitat de S. Martinho de Mouros que já tivemos oportunidade de referir, implantado a meia encosta do monte do castelo que Fernando o Magno conquistou em 1058 e que seria entregue, em 1064 ou 1065, ao conde D. Sesnando. Muito embora a dureza do granito não tinha possibilitado a criação de estruturas

⁽⁸⁶⁾ O Infante D. Pedro foi senhor de Penela, tendo obtido, em 1433, carta de D. Duarte para a realização de feira franca em S. Miguel. Durante a sua regência assinou novo diploma, em 1440, que autorizava a realização de outra feira em Penela, pelo S. Sebastião (Cf. Virgínia Rau, *Feiras Medievais Portuguesas*. 2.ª Ed., Lisboa 1982, 145-146). A posse de Penela seria confirmada por D. Afonso V em 17 de Agosto de 1447 (Cf. Humberto Baquero Moreno, *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e Significado Histórico*, 1. Coimbra, 2.ª ed., 1979, 256-257). O castelo de Penela esteve, de resto, ao lado do Infante D. Pedro durante a crise que culminaria na Batalha de Alfarrobeira, juntamente com as restantes fortalezas do Ducado de Coimbra (Coimbra, Montemor-o-Velho e Lousã). Era então seu Alcaide Rui Gomes de Azevedo (Cf. Humberto Baquero Moreno, *op. cit.*, 1, Coimbra, 2.ª ed., 1979, 415 e 418).

Terminado o conflito, as suas populações seriam perdoadas por D. Afonso V por carta de 8 de Abril de 1452 (Cf. Humberto Baquero Moreno, *op. cit.*, 1, 618).

Não foi este o único momento de crise em que a fortaleza se viu envolvida nos finais da Idade Média, já que em 1383-85 Penela fora uma das praças a tomar o partido de Castela (Cf. Fernão Lopes, *Crónicas de D. João I*, 1, 117).

⁽⁸⁷⁾ Nomeadamente em 27 de Junho e 28 de Julho de 1446 e em Abril de 1449 (Cf. Humberto Baquero Moreno, *op. cit.*, 1979, 1, 252 e 352). Os «paços sobradados» do castelo de Penela são referidos por A. H. Oliveira Marques, *A Sociedade Medieval Portuguesa*. Lisboa, 3.ª ed., 1974, 72.

⁽⁸⁸⁾ Cf. Salvador Dias Amaut e Pedro Dias, *Penela. História e Arte*. Penela 1983, 40.

⁽⁸⁹⁾ Cf. Mário Jorge Barroca, As sepulturas rupestres de Salvador do Monte (Amarante), *Entremuros* 1, Amarante 1990, 36.

rupestres, o habitat de S. Martinho de Mouros revela uma opção semelhante ao exemplo de Penela: localizado junto do castelo e aproveitando os afloramentos para neles encaixar ou adossar as suas construções, não se esquivando a trabalhos de talhe desses afloramentos para melhor alcançar os seu objectivos. A opção por habitats rupestres nestes conturbados tempos de período da Reconquista não é, de resto, exclusiva da área portuguesa ⁽⁹⁰⁾.

Pela qualidade de dados que nos faculta e pela rica problemática que eles encerram, o exemplo do castelo de Penela revela-se notável a vários níveis, merecendo que se lhe reserve, de ora em diante, um lugar de destaque entre os estudos de Castelologia Medieval Portuguesa.

Os fins do século XI ficaram igualmente assinalado por importantes inovações no Entre-Douro-e-Minho. A acção do homem e do tempo encarregou-se de ir destruindo, um após outro, quase todos os vestígios dessa época, mas em duas estruturas de grande importância para a Castelologia portuguesa — o Castelo de Lanhoso e o Castelo de Guimarães — sobrevivem testemunhos dessa época que importa abordar aqui.

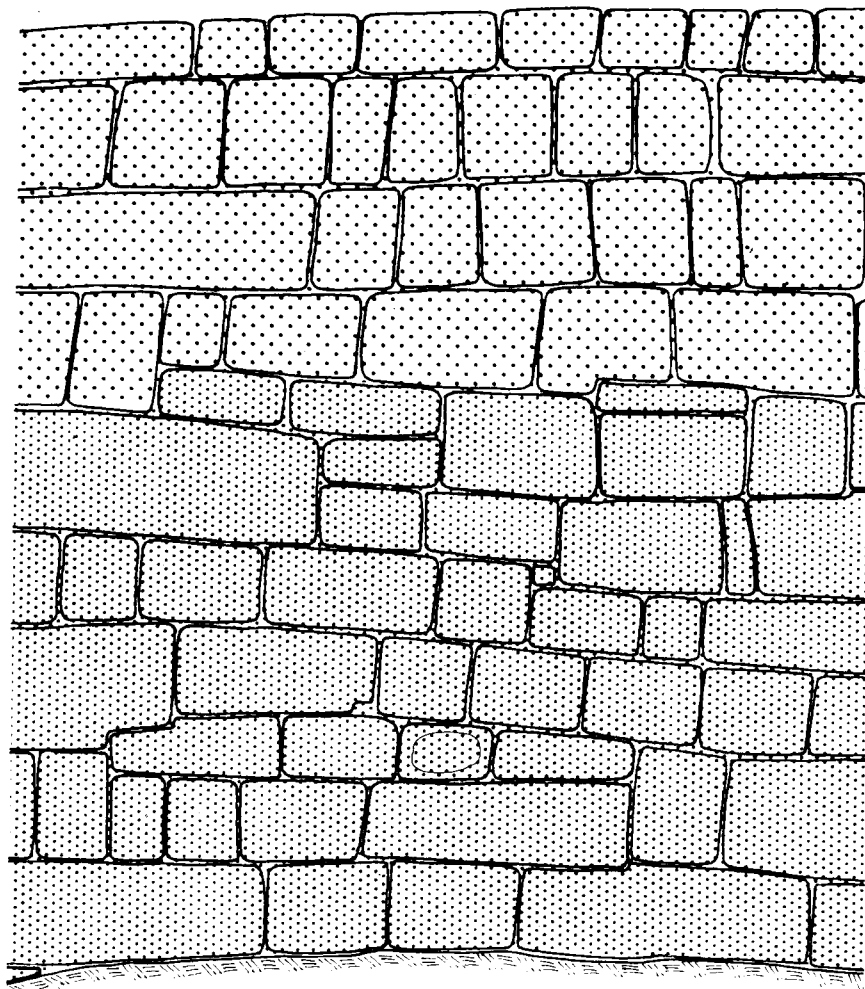
O Castelo de Lanhoso é um dos mais imponentes castelos portugueses no que diz respeito à sua implantação ⁽⁹¹⁾. Erguido no alto do maior afloramento granítico português, apresentava, nos tempos medievais, um acesso difícil e ímpar entre os nossos castelos. Uma escadaria talhada no próprio afloramento, estreita e sinuosa, possibilitava um único itinerário de acesso que era facilmente controlado a partir das defesas que coroavam o afloramento. Os muros do Castelo de Lanhoso apresentam quatro fases distintas: uma pré-românica, outra proto-românica, uma terceira da Baixa Idade Média e, por fim, a reconstrução lavada a cabo pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. A fase mais antiga, pré-românica, encontra-se representada por um aparelho de construção não-isódomo, com silhares de dimensões muito diversas e ostentando múltiplos «cotovelos», entalhes rectangulares para a articulação com outros silhares (Fig. 3). Algumas dessas pedras apresentam almofadado, num ou noutro caso acompanhados de «cotovelos». O almofadado de Lanhoso, que inclui alguns silhares de dimensões reduzidas, não deve resultar do reaproveitamento de materiais romanos, provenientes do castro que se implantava a meia encosta, mas antes ser a consequência de revivalismos classicistas que então se verificam. A planta definida por este aparelho (Fig. 4) concorda em quase toda a extensão com o perímetro do actual castelo, mas na fachada principal, onde hoje se ergue a Torre de Menagem, tinha uma organização distinta. Essa fachada, voltada a Leste, possuía originalmente três torreões equidistantes. Deles apenas sobrevivem dois — o Norte reduzido ao seu alicerce e o Sul parcialmente embutido na Torre de Menagem. A construção da Torre de Menagem veio destruir esta organização e plantar-se sobre o torreão central, destruindo-o na sua quase totalidade. Apenas são visíveis ténues vestígios, de difícil identificação já que se procedeu ao desmonte dos seus cunhais. Na base desses três torreões pré-românicos desenvolve-se, ainda hoje, uma larga sapata que acompanhava o contorno dessas construções, não se desenvolvendo muito em altura. Nas restantes zonas o castelo pré-românico devia acompanhar quase todo o perímetro actual, como nos garante a existência de trechos do mesmo tipo de aparelho junto da base dos muros. Apenas no arranque do muro do Norte ele erguia-se um pouco mais recuado, conforme se pode documentar pelos alicerces sobreviventes. Também o torreão direito, que defende e enquadra a porta de acesso, era um pouco mais largo do que se pode ver hoje, depois dos trabalhos de restauro. No pátio interior desenvolviam-se construções de que restam pilares adossados ao pano Norte da muralha, onde se podem observar dois curiosos relevos pré-românicos.

No último quartel do século XI o castelo de Lanhoso sofreu uma importante reforma, de que nos restam vestígios nos seus muros e uma inscrição revelando a intervenção do Bispo D. Pedro, de Braga.

⁽⁹⁰⁾ Cf. José Avelino Gutierrez Gonzalez, *Habitats Rupestres altomedievales en la Meseta Norte y Cordillera Cantábrica*, sep. *Estudios Humanísticos* 4, Universidad de Leon 1984.

⁽⁹¹⁾ Sobre o castelo de Lanhoso veja-se D.G.E.M.N., Castelo de Lanhoso, *Boletim da DGEMN* 29 1942; Leonídio de Abreu, O Castelo de Lanhoso, *Silva Minhota*, Braga 1956, 143-146; Fernando Castelo Branco, Castelo da Póvoa de Lanhoso, *Mensário das Casas do Povo*, Ano XVI, 181 Julho 1961, 14-16; Manuel Artur Norton, O Castelo de Lanhoso, *Actas do I Congresso dos Monumentos Militares Portugueses* Lisboa 1982, 108-114. Sobre a ocupação castreja a meia encosta, posta em evidência com os restauros da DGEMN, veja-se Carlos Teixeira, Os torques do castro de Lanhoso (Póvoa-de-Lanhoso), sep. de *Anais da Faculdade de Ciências do Porto* 24 1939; idem, Notas Arqueológicas sobre o castro de Lanhoso, sep. de *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia* IX 1940; idem, O Castro de Lanhoso e o seu Espólio, *Actas do Congresso do Mundo Português*. 1 Lisboa 1940, 517/529.

Temos em preparação, desde 1985, um trabalho monográfico sobre o Castelo de Lanhoso e a sua Terra, em colaboração com os Drs. Armandino Cunha e Joel Cleto.



Castelo de Lanhoso




-  FASE DO BISPO D. PEDRO (1070 - 1091)
-  FASE PRÉ-ROMÂNICA
-  AFLORAMENTO

Fig. 3 — Castelo de Lanhoso — Análise do aparelho de construção do torreão Oeste da Porta de Entrada.

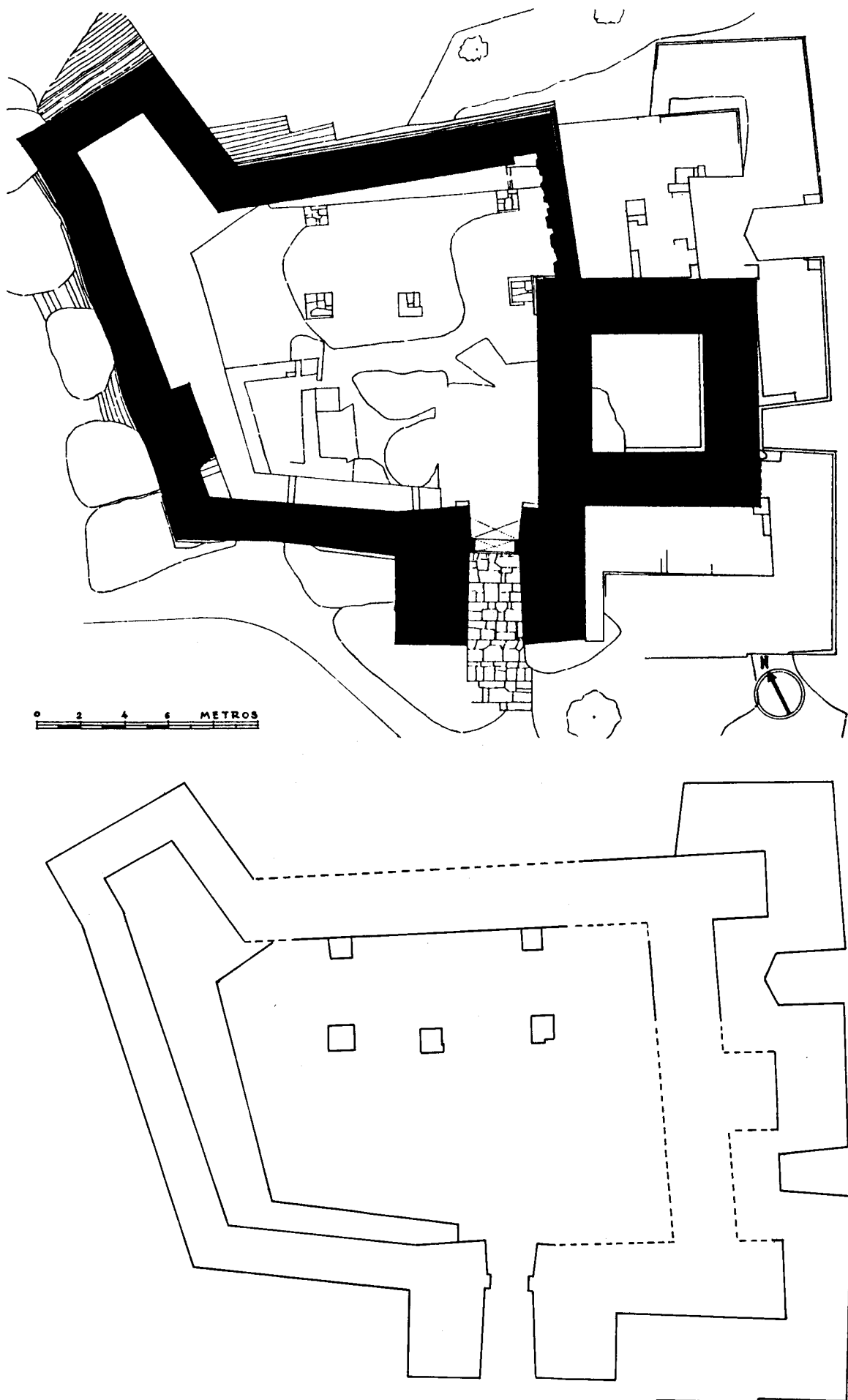


Fig. 4 — Castelo de Lanhoso. Em cima, planta da D.G.E.M.N.; em baixo, reconstituição das fases pré-românica e do Bispo D. Pedro.

Esta inscrição, apesar do lacolismo do seu texto, revela-se de grande importância pois permite datar a reforma. Foi gravada num silhar na parede Leste do torreão que ladeia pela esquerda a porta de acesso, e nela se pode ler:

PETRUS AEP (iscopu) S

Ela assegura-nos, portanto, a intervenção do Bispo D. Pedro, o restaurador da Diocese de Braga, que se manteve à frente dos destinos diocesanos entre 1070 e 1091 ⁽⁹²⁾. Esta referência torna-se importante não só por nos testemunhar o empenho do Bispo de Braga nos destinos de uma fortaleza erguida junto do seu aro urbano, e que lado a lado com outras integrava a coroa defensiva da cidade episcopal, mas também por permitir datar a técnica de construção. O silhar onde o Bispo D. Pedro mandou gravar o testemunho da sua presença sobreviveu até aos nossos dias por um feliz acaso. Da sua reforma sobreviveram escassas fiadas de pedras e, logo ao lado do silhar epigrafado, iniciava-se o desmonte provocado pelos séculos de abandono. Assim, o silhar epigrafado assinala o fim da zona original e ao seu lado arranca a reconstrução da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. No entanto, as fotografias publicadas no Boletim do seu restauro asseguram-nos que ele se conserva *in situ* ⁽⁹³⁾. O aparelho de construção dessa reforma apresenta características que não permitem que seja associado ao Pré-Românico (Fig. 3). A primeira fiada de pedras da intervenção dos fins do século XI teve como preocupação regularizar a linha superior desses silhares e as fiadas que se seguem obedecem a um aparelho de construção pseudo-isódomo. Por isso, a intervenção do Bispo D. Pedro deverá ser classificada como Proto-Românica. Alguns silhares apresentam mesmo o característico desvio das juntas verticais, que nem sempre são paralelas entre si. A reforma do Bispo D. Pedro no castelo de Lanhoso respeitou a planta da fortaleza Pré-Românica, ignorando ainda a Torre de Menagem, que apenas seria incluída em Lanhoso com a reforma românica, nos fins do século XII ou mesmo já no século XIII, quando a fortaleza já era cabeça de *Terra*.

O Castelo de Guimarães, fundado por Mumadona Dias, constitui uma das mais poderosas imagens de um castelo medieval para os portugueses, em grande parte pela sua associação com as origens do reino. Apesar de emblemático, o castelo de Guimarães, referido em tantos trabalhos, continua a aguardar um estudo à sua altura, reservando surpresas a quem sobre ele incidir os seus estudos ⁽⁹⁴⁾. A primeira referência documental remonta a 957, quando se indica que o cenóbio de Guimarães «*est fundata [sic] ad radice montis latito*» ⁽⁹⁵⁾, mas já tivemos oportunidade de realçar que o documento mais importante data de 968, altura em que a condessa, ao doar o castelo de S. Mamede ao mosteiro de Guimarães, declara que tinha erguido a fortaleza para defesa daquela instituição religiosa:

«... *laboravimus castellum quod vocitant sanctum mames in locum predictum alpe latito quod est super huius sancto cenobio ...*» ⁽⁹⁶⁾.

Não deixa de ser curioso que, como chamou a atenção Carlos A. Ferreira de Almeida ⁽⁹⁷⁾, a condessa tenha utilizado a expressão «*laboravimus*», sugerindo que parte das obras realizadas para erguer a fortaleza podiam ter consistido em trabalhos de desaterro. Por outro lado, e de acordo com o que tivemos oportunidade de analisar através dos castelos da condessa D. Flamula, coevos do de Guimarães, a expressão «*castelum*» pode indicar que se tratava de uma simples torre defensiva erguida em pedra, por certo sobre a colina onde se tinham procedido a desaterros, e não necessariamente de um castelo com cerca muralhada. Do *castellum* de Mumadona Dias não restam vestígios. No entanto, o actual Castelo de Guimarães, que resulta maioritariamente das reconstruções do século XIII e seguintes, apresenta restos de uma fase anterior que,

⁽⁹²⁾ Cf. Avelino de Jesus da Costa, *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*, I. Coimbra 1959, 26-30 e 249.

⁽⁹³⁾ Cf. DGEMN, Castelo de Lanhoso, *Boletim da DGEMN*, 29 1942, fig. 24.

⁽⁹⁴⁾ Sobre o Castelo de Guimarães veja-se, p. ex., Luís de Pina, *O Castelo de Guimarães*. Gaia 1933, e, se bem que de muito menor valia, Alfredo Guimarães, *O Castelo e as Muralhas de Guimarães. Notícia Histórica*. Porto 1940; A. L. de Carvalho, *Castelo de Guimarães. Sua História Dramática e Militar*. Guimarães 1937. A reconstrução da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais encontra-se documentada no vol. 8 do *Boletim da DGEMN*.

⁽⁹⁵⁾ PMH, DC 71; VMH, 8.

⁽⁹⁶⁾ PMH, DC 97; VMH, 14.

⁽⁹⁷⁾ Carlos Alberto F. de Almeida, *Castelologia Medieval de Entre-Douro-e-Minho. Das Origens a 1220*. Porto 1978, 51.

pelas características construtivas, deve ser incluída nos fins do século XI ou, quando muito, nos inícios da centúria seguinte e que poderá, portanto, ser contemporânea do Conde D. Henrique (Fig. 5 e Est. 9). Esses testemunhos, que passaram despercebidos até hoje (*), localizam-se na zona de entrada do castelo, sendo necessário ultrapassá-los para se aceder ao seu interior. O pouco que sobrevive não permite saber qual a configuração que teria esse primeiro castelo com pátio muralhado no *Mons Latito*, definindo apenas uma parede arqueada com pronunciada sapata. São visíveis cinco fiadas de silhares de granito de grandes dimensões numa construção isódoma onde já não têm lugar os entalhes em forma de cotovelo tão característicos do pré-românico. A sua obra pode ser considerada românica, embora a ocorrência em alguns silhares de juntas verticais levemente divergentes, sintoma de arcaísmo, recomende a sua inclusão dentro da primeira fase, ainda num momento de afirmação de novo estilo e forma de construir. A planta destes testemunhos de Guimarães demonstram que a solução arquitectónica utilizada nessa zona era diferente de que se construiu posteriormente. A parede arqueada parece excluir a presença dos torreões que ladeiam a porta. No entanto, toda esta zona deveria funcionar como um bastião avançado, encaixado entre afloramentos graníticos, já que possuímos em ambas as extremidades os cunhais que a delimitam. A Sul, a parede recuada continua por alguns metros, acabando por ser absorvida na base dos muros do actual castelo. A forma como se interceptam os silhares desta fase antiga e da reconstrução atribuída a D. Dinis não deixa lugar a dúvidas sobre a anterioridade dos testemunhos que vimos a referir.

O incremento que a empresa da Reconquista Cristã registou a partir dos inícios da segunda metade do século XI, sobretudo desde as campanhas de Fernando o Magno, foi acompanhado de perto por importantes mudanças ao nível das estruturas administrativas e militares. A organização do território em *civitas*, que Afonso III implementara a partir da passagem do 3.º para o 4.º quartel do século IX, revelava-se inoperacional face aos novos condicionalismos geo-estratégicos. Não só a área das suas principais *civitates* (Anegia e Santa Maria) deixara de ser uma zona de fronteira, como os novos condicionalismos militares impunham a necessidade de se estruturar a defesa em áreas menores entregues a um governo mais personalizado. Essa reforma ocorreria ainda no reinado de Fernando o Magno, certamente nos últimos anos, ou pouco depois da sua morte, ocorrida em 1065.

Os dados documentais não permitem uma delimitação cronológica muito precisa para esta reforma mas apontam claramente para uma franja cronológica que se estende por toda a segunda metade do século XI. Começam então a surgir na documentação medieval as referências às *terras*, novas unidades administrativas e militares, em relação às quais se precisa a localização geográfica de propriedades e povoações. O estudo desta fase de transição encontra dificuldades em dois níveis. Primeiro na descontinuidade da documentação sobrevivente, que regista grandes lacunas geográficas e não permite estudar com igual grau de profundidade todas as áreas do território nacional até então reconquistado. Uma segunda dificuldade verifica-se na ambiguidade da nomenclatura utilizada nesses diplomas, onde uma vez mais surgem indistintamente os termos *territorium* e *terra* para designar mesma realidade, sendo o segundo termo, mais elucidativo, apenas excepcional e na maior parte dos casos tardio. No entanto, a diferença é perceptível na menor extensão geográfica que esses territórios passam a abranger. A emergência desta nova organização territorial ao longo da segunda metade do século XI torna-se evidente no Quadro 1 onde se registam as primeiras referências documentais para diversas *terras* medievais portuguesas. Importa sublinhar que o aparecimento das *terras* não foi fruto de uma medida única do poder real, que instituisse num mesmo momento a totalidade dos territórios referidos. Pelo contrário, o advento das *terras* foi um processo longo e descontínuo, que se foi operando ao ritmo das necessidades locais. Por isso, nestes primeiros exemplos a cartografia da sua área geográfica afigura-se tarefa ingrata já que a extensão territorial nem sempre apresenta grande coesão. Não raro vemos territórios imbrincarem-se dentro do âmbito geográfico de outros e a escassez de referências documentais dificulta a definição precisa das fronteiras. De resto, a própria noção de fronteira entre os diferentes territórios deveria ser um conceito muito difuso.

As *Terras* eram unidades territoriais com uma área muito menor que as *civitates*, e tinham à frente dos seus destinos militares um castelo de que era *tenente* um elemento da nobreza local. O advento desta nova organização seria, acompanhado de perto pelo fim do 1.º Condado Portucalense, que se encerra em

(*) Apenas Luís de Pina, *O Castelo de Guimarães*. Gaia 1933, e a D.G.E.M.N., no *Boletim da DGEMN*, n.º 8, registaram a sua presença na planta que elaboraram, muito embora não tenham valorizado devidamente esse testemunho.

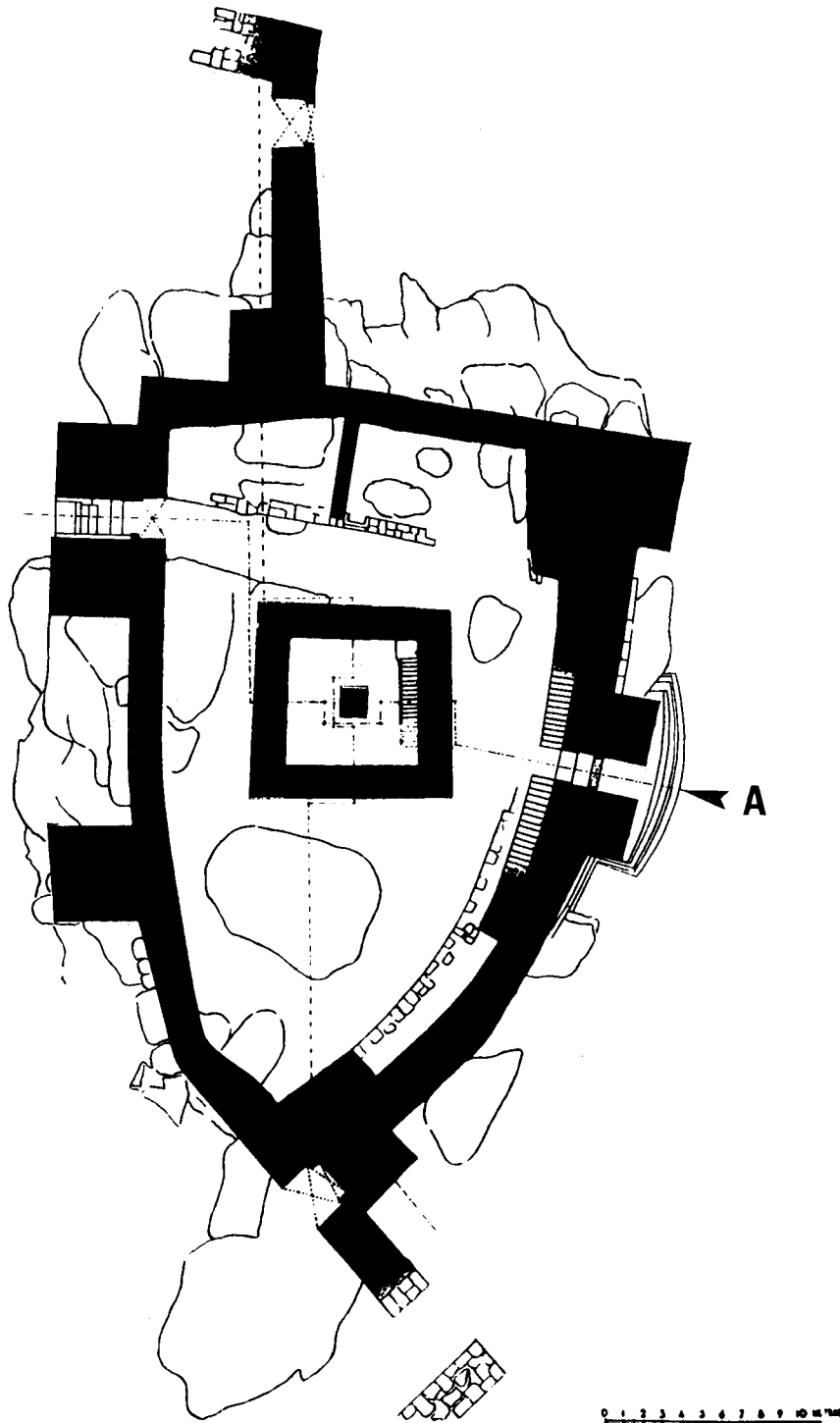


Fig. 5 — Castelo de Guimarães — Planta da D.G.E.M.N.
A = Vestígios dos fins do século XI ou inícios do século XII.

QUADRO 1

TERRITÓRIOS MEDIEVAIS PORTUGUESES
(até aos fins do século XI)

<i>Terra</i>	<i>l.ª Ref. Doc.</i>	<i>Fonte</i>	<i>Designação</i>
Alvarenga	1087	PMH, DC 687	Territorio Alvarenga
Aguiar Sousa	1062	PMH, DC 433	Terra de Aquilar
Anegia	875	PMH, DC 8	Territorio Anegie
Arouca	1054	PMH, DC 392	Territorio Arauca
Baião	1066	PMH, DC 451	Terra de Baian
Barroncelhe	1078	LF 21 e 619	Territorio Baroncelli
Basto	1091	PMH, DC 755	Territorio de Basto
Benviver	1066	PMH, DC 451	Terra de Benviver
Cambra	1097	PMH, DC 850 LP 562	Territorio Calanbrie
Castro Portela	1098	PMH, DC 870	Territorio Castro Portela
Centum Cortes	1086	PMH, DC 660	Territorio Centum Cortes
Chaves	1072	LF 359, 397 e 400	Territorio Flaviensis
Condeixa	1086	PMH, DC 658 LP 170	Territorio Civitatis Condexe
Faria	1099	PMH, DC 914	Terra de Faria
Ferraria	1091	PMH, DC 755	Territorio Ferraria
Fornos	1064	PMH, DC 438	Territorio Fornos
Geronzo (*)	1076	PMH, DC 536	Territorio Gerontio
Gestaçõ	1070	PMH, DC 491	Genestazolo
Labrense	1033	PMH, DC 281	Territorio Labrense
Lafões	1030	PMH, DC 268	Territorium Alaphoen
Lamego	1069	PMH, DC 484	Territorio Lamego
Monte Muro	1083	PMH, DC 613	Territorio Muro
Montemor-o-Velho	1047	PMH, DC 130	Territorio Mons Maior
Muro Feecto	1089	PMH, DC 722	Territorio Muro Feecto
Panoias	1088	LF, 122 e 600	Territorio Pannoiias
Paiva	1062	PMH, DC 433	Terra de Pavia
Penafiel	1064	PMH, DC 441	Terra de Penafiel
Penafiel de Bastuços	1099	PMH, DC 914	Terra de Penafiel
Penafiel de Covas	1078	PMH, DC 551	Territorio de Pennafidele de Covas
Santa Cruz	1087	PMH, DC 672 LP 333	Territorio Sancte Cruce
Santa Maria	977	PMH, DC 120 LP 291	Civitas Sancta Maria
S. Felix	1092	PMH, DC 767	Territorio Sancti Felice
S. Salvador	1070	PMH, DC 491	Terra Sancti Salvator
Seia	1089	PMH, DC 725 LP 477	Territorio de Sena
Senabria	1067	PMH, DC 459	Territorio Senabria
Senhorim	1100	PMH, DC 933	Territorium Seniorim
Sousa	1091	PMH, DC 755	Territorio Sause
Vargano	1083	PMH, DC 620	Territorio Vargano
Velaria	1059	PMH, DC 420	Territorio Velaria
Viseu (**)	1086	PMH, DC 663	Territorio Visense
Zebrario	1072	PMH, DC 502	Territorio Ezebreiro

(*) Há uma referência isolada a este território já em 946 (PMH, DC 56).

(**) Há referências ao «território» de Viseu já em 957 (PMH, DC 73) e em 964 (PMH, DC 139). Após a sua reconquista por Fernando o Magno a primeira referência é a que apontamos no quadro.

1071 com a Batalha de Pedroso, onde o conde D. Nuno Mendes encontra a morte. Este momento, conforme José Mattoso teve oportunidade de sublinhar, marca o fim da influência condal e o início da ascensão dos Infanções⁽⁹⁹⁾. Se, como escreveu Carlos Alberto Ferreira de Almeida, as *civitates* eram um modelo de governo territorial essencialmente condal, a nova organização em *terras* corresponde à crescente influência da nobreza local, dos Infanções, e afirma-se como um modelo essencialmente senhorial⁽¹⁰⁰⁾.

A divisão do território em *terras* iria marcar a vivência medieval da área portuguesa desde esses tempos pré-nacionais até aos meados e segunda metade do século XIII, começando a entrar em decadência a partir de então, sobretudo com o reinado de D. Dinis. A área dessas *terras* era bastante mais reduzida do que a das antigas *civitates* de Afonso III das Astúrias, e o desmembramento dessas velhas unidades territoriais de origem, não raro, a várias *terras*. A análise do exemplo da *civitas* de Anegia (Eja, Entre-os-Rios), com a sua «sede» implantada num esporão junto da foz do Tâmega, na margem Norte do Rio Douro, e o seu território distribuído por ambas as margens do Douro, revela-se importante e elucidativa. Aquando do aparecimento das *terras* o território da *civitas* de Anegia seria dividido. No seu espaço surgiram quatro *terras* (Penafiel, Aguiar de Sousa, Paiva e Benviver) enquanto que outras duas *terras* (Baião e Arouca) iriam incorporar zonas da Anegia e áreas vizinhas que não faziam parte da *civitas*. A primeira referência documental que nos permite entrever esta mutação é o diploma de 1066⁽¹⁰¹⁾, que Paulo Merêa e A. Amorim Girão utilizaram para cartografar essas *terras*⁽¹⁰²⁾, mas a mesma perspectiva é também corroborada por outro documento, de 1070⁽¹⁰³⁾. No entanto, o processo de fragmentação da *civitas* de Anegia levanta outros problemas delicados, já que ela continua a ser referida em documentos posteriores a esta data, até 1097, tal como se ainda estivesse em vigor⁽¹⁰⁴⁾. Deste modo não sabemos se a existência do território de Anegia se prolongou depois do aparecimento das *terras* nesta zona, com a mesma área geográfica ou com âmbito mais reduzido, ou se essas referências correspondem a simples revivalismos, de difícil compreensão já que as diferentes *terras*, neste momento crucial de afirmação não devem ter descurado as suas prerrogativas.

Mas o caso de Anegia não é só importante por nos dar uma boa imagem sobre o processo de ocaso da velha *civitas* e dos problemas que ele suscita. Os elementos revelados pelas escavações arqueológicas levadas a efeito em Castelo de Matos, a fortaleza que presidiu aos destinos militares da Terra de Baião⁽¹⁰⁵⁾, assume-se de particular importância neste contexto histórico. Esta nova unidade territorial, cuja primeira referência documental, como vimos, remonta a 1066, seria formada pela incorporação da franja Oriental dos territórios de Anegia, à qual se acrescentaram outros territórios que não faziam parte da *civitas*⁽¹⁰⁶⁾. As escavações levadas a cabo neste castelo por Francisco Queiroga revelaram que antes do castelo de pedra, atribuível aos fins do século XI ou aos inícios do século XII, existiu um outro, erguido em madeira, que foi destruído pelo fogo. Associados a essa estrutura perecível, sobre os alicerces dos muros pétreos da segunda fortaleza de Baião, apareceram diversos materiais que permitem datar essa fortificação dos meados do século XI, desde várias pontas de seta, uma espada tipologicamente do século XI e fragmentos de cerâmica da mesma centúria⁽¹⁰⁷⁾. Os dados arqueológicos revelaram que logo que se deu a divisão da *civitas* de Anegia em diversas *terras*, pouco depois dos meados do século XI, houve uma necessidade urgente de se erguer, em

(99) Cf. José Mattoso, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros. A Nobreza Medieval Portuguesa nos séculos XI e XII*. Lisboa 1982, 244; José Mattoso, Luis Krus e Amélia Andrade, *O Castelo e a Feira. A terra de Santa Maria nos séculos XI e XII*. Lisboa 1989, 127.

(100) Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *Arte da Alta Idade Média, História da Arte em Portugal*, 2. Lisboa 1988, 150-151.

(101) PMH, DC 451.

(102) Paulo Merêa e Amorim Girão, Territórios Portugueses do Século XI, sep. de *Revista Portuguesa de História* 2 1943, 255-263.

(103) PMH, DC 491. Cf. Mário Jorge Barroca, Notas sobre a ocupação medieval em Baião, *Arqueologia* 10 1985, 123.

(104) PMH, DC 865. Cf. Pedro A. de Azevedo, O Território de Anegia, *AP* 1.ª Série 4 1898, 215.

(105) No século XI surge na documentação designado como castelo de «Penna Alba» ou «Pennaalva», enquanto que em 1258 já era designado por «castelli de Bayam». Sobre a concordância destas duas designações com o actual Castelo de Matos cf. Mário Jorge Barroca, Notas sobre a ocupação medieval em Baião, *Arqueologia* 10 1985, 123.

(106) A cartografia da Terra de Baião, e sua articulação com os vestígios arqueológicos e os testemunhos do povoamento medieval, foi ensaiada por nós em Mário Jorge Barroca, A Ocupação Medieval em Castelo de Matos. Primeira Abordagem, *Arqueologia* 17 1988, 160-161.

(107) Cf. Mário Jorge Barroca, A Ocupação Medieval em Castelo de Matos. Primeira Abordagem, *Arqueologia* 17 1988, 164-168.

Baião, uma fortificação que corporizasse a nova unidade territorial e o recém-adquirido poder da linhagem dos de Baião e que, simultaneamente, fosse capaz de dar resposta à nova organização militar. Por isso a solução utilizada foi o recurso a materiais perecíveis por forma a minorizar o tempo e os gastos de construção. A madeira, por ser material de fácil recrutamento e transporte, e por não exigir mão-de-obra muito especializada, podendo contar com a colaboração dos vizinhos da nova *Terra* para a construção, foi o material eleito. Deste modo, o exemplo do Castelo de Matos revela-se fundamental para a compreensão dos eventos que rodearam a ascensão das *terras* face à velha *civitas* de Anegia. O processo talvez não tenha sido tão pacífico quanto desejável, mas não podemos assegurar que o nível de incêndio que assinala a destruição dessa fortaleza seja o espelho de eventos bélicos. O aparecimento de espólio metálico militar, nomeadamente as pontas de seta e a espada, pode contribuir para esta interpretação mas não esclarece todas as dúvidas, podendo essa destruição ser reflexo da vontade de se erguer o castelo de pedra. O aparecimento deste em Baião, nos fins do século XI ou inícios do século XII, deve ser interpretado não só como a vontade de se munir a *terra* de uma estrutura castelar de maior prestígio e eficácia militar, mas também como o reflexo de uma estabilização da *terra* e dos seus *tenentes*. Os vestígios da primeira fase do castelo da Terra de Baião são tanto mais interessantes quanto eles permanecem como único caso seguro de uma estrutura castelar mediévia erguida em madeira no território português.

Com o advento da nova organização territorial assiste-se a um processo de selecção entre os castelos roqueiros que, erguidos nas áreas onde não existiam *civitates* ou mesmo no seio dos territórios destas, tinham sido construídos para garantir a segurança das populações. Este processo de hierarquização entre as estruturas existentes levou a que numerosos castelos roqueiros, de importância mais local do que regional, entrassem em decadência, enquanto que outros ascendiam a cabeça de *terra*, preservando e ampliando toda a sua importância. Este processo de hierarquização e selecção haveria de conduzir ao estabelecimento da rede de castelos medievais portugueses tal como a conhecemos para a primeira parte da Baixa Idade Média⁽¹⁰⁸⁾.

Esta importante fase de transição percorre toda a segunda metade do século XI e os inícios do século XII e a documentação da época fornece-nos dados interessantes para o estudo da Castelologia. A análise desses diplomas permite constatar, antes do mais, a variedade de designações atribuídas a castelos, onde as mais abundantes são *castellum*, *oppido*, *alpe*, *castrum*, e *mons*. Esta riqueza traduz, sem dúvida, diferenças estruturais, sendo perceptíveis pelo menos dois grandes grupos de fortalezas. A análise dos documentos revela que estruturas com o mesmo grau de importância podiam ser classificadas indistintamente como *alpe*, *mons* ou *castro* ou, no outro extremo da escala, como *oppido*, *civitas* ou *castellum*. No entanto, quando num mesmo documento se referem duas estruturas de importância diferente, uma designada como *monte*, *mons*, *alpe* ou *castro*, e outra por *castello* ou, mais raras vezes, por *oppido* ou *civitas*, a segunda é sempre mais importante do que a primeira. Estas eram, por certo, estruturas de maior vulto, mas as designações de *oppido* e de *civitas*, nalguns casos, também aparecem como designativos da antiguidade do castelo em causa, sobretudo como expressão da memória de ali ter existido uma ocupação castreja ou romana. Por outro lado, nem todos os *mons/montes* deviam corresponder a estruturas fortificadas. Alguns casos deixam a suspeita de se poder tratar apenas de montes com particular destaque na paisagem, utilizados como marcos de referência como o eram, por vezes, as estradas. A ocorrência destes diplomas onde uma mesma povoação ou propriedade é referida simultaneamente em relação a dois castelos desaparece quando a estrutura territorial se encontra definitivamente organizada e quando o número de *terras* e seus nomes se aproximam da imagem que nos transmitem as Inquirições de 1220. Esse processo, que levou à multiplicação do número de *terras*, alargando-as até zonas não abrangidas no século XI, deve ter sido concluído já com D. Afonso Henriques sendo reflexo da maior atenção dispensada pela coroa portuguesa à «gestão» administrativa e militar do território nacional.

5 — AS TERRAS E O CASTELO ROMÂNICO

Com o século XII a organização administrativa e militar tendo por base as *terras* medievais encontra-se implementada. No seu clássico estudo, Henrique da Gama Barros diz-nos que:

⁽¹⁰⁸⁾ Esta distribuição apenas sofreria modificações significativas após o Tratado de Alcanices, assinado por D. Dinis em 1297, momento a partir do qual o principal esforço de construção de castelos dispendido pela coroa portuguesa se irá concentrar nas fortalezas raianas.

«Em relação à palavra *território*, vêmo-la usada ainda algumas vezes no século XII, no mesmo sentido de distrito, que lhe davam também no século precedente, mas o vocábulo *terra* é agora, no século XII, o que predomina, e mantém-se até princípios do século XIV. Aproximadamente até findar o século XIII, as mais graduadas circunscrições administrativas, judiciais e militares em que se dividia o reino, umas maiores do que outras, chamavam-se *terras* e o superior governo de cada uma (às vezes de mais) estava a cargo d'um chefe, *tenens*, escolhido pelo rei entre a ordem mais elevada da nobreza, os ricos-homens.»⁽¹⁰⁹⁾.

O processo autonómico português, encetado por D. Afonso Henriques, seria acompanhado, neste aspecto, por uma multiplicação do número de *terras*, que passam a abranger áreas que não eram, aparentemente, contempladas na segunda metade do século XI. As *terras* estendem-se então para Norte, para o coração do Entre-Douro-e-Minho, e para interior, para a zona de Trás-os-Montes e parte das Beiras, passando a constituir manchas contínuas. Por outro lado, clarifica-se a geografia destas circunscrições territoriais, sendo possível estabelecer de forma mais segura os limites e fronteiras de cada uma delas, o que, nos primeiros exemplos, cartografados por Paulo Merêa e Amorim Girão, oferecia grandes dificuldades dado o carácter muito difuso da noção de fronteira e de espaço. As referências a várias estruturas castelares dentro de uma mesma *terra* começam a ser cada vez mais raras à medida que avança o século XII. Cada *terra* possuía uma única estrutura militar, o castelo cabeça-de-terra, que corporizava o Poder e a Ordem nesse território e onde se concentravam os principais esforços da arquitectura militar.

O monarca confiava o governo dos destinos militares da fortaleza e do seu território a um nobre da sua confiança — o *tenens* — que do desempenho desse cargo retirava evidentes benefícios económicos e sociais. Esses nobres, que gozavam de influência política junto do monarca, eram frequentadores da corte régia e, não raro, figuram em documentos régios como testemunhas. Em alguns desses documentos eram referidas as *terras* de que tinham a tenência permitindo o conhecimento da «genealogia» dos senhores de castelo ou *terra*, fundamentais para o conhecimento das estratégias da Coroa e da Nobreza face a esses espaços. O interesse manifestado pelas diversas famílias nobres em assegurar a tenência da *terra* onde se implantava o seu solar de origem ou se concentrava parte significativa do seu património reflecte os benefícios que podiam retirar do governo de uma *terra*.

Os castelos que ascenderam à chefia de uma *terra* constituem, por excelência, o modelo do castelo românico em Portugal. Foi nesses castelos que se apoiou a estrutura militar do país nos seus primeiros tempos de independência, tendo alguns deles, como os de Neiva e Faria, desempenhado papel fundamental no processo de autonomia. Implantados no alto de montes e aproveitando afloramentos rochosos, os castelos que presidiam ao destino de uma *terra* tinham a localização não só ditada pelas condições de defesa do local (encostas íngremes, muitas vezes acentuadas por desaterros artificiais para dificultar o acesso) e pelo campo de visão (permitindo a vigilância de uma parte significativa do seu território). A sua localização era também determinada pela implantação dos principais aglomerados populacionais e pela economia da sua *terra*, bem como pelo itinerário das principais vias que cruzavam o seu espaço, velando pela segurança e controlo dos grandes eixos de circulação⁽¹¹⁰⁾. O castelo erguia-se junto das áreas mais povoadas e onde se concentravam as manchas de maior produtividade da *terra*. Na larga maioria dos casos, o campo de visão de um castelo não conseguia abarcar todo o seu território. Para que a defesa fosse mais eficaz, a fortaleza principal contava com o auxílio de várias atalaias que, articuladas com ela através de sinais de fumo (diurnos) ou luminosos (nocturnos), permitiam a vigilância do território. A estrutura destes pontos de observação, tantas vezes memorizados na micro-toponímia actual, é ainda mal conhecida já que pouca atenção lhes tem sido reservada pelos investigadores. No entanto, pelo estudo dessas pequenas torres passa, necessariamente, a correcta compreensão da estratégia militar de uma *terra*.

O castelo românico era concebido para uma «defesa passiva». A sua estrutura possuía poucas soluções que permitissem um ataque eficiente em caso de cerco e confiava na espessura e altura dos seus muros para resistir aos assédios. A cerca, feita com recurso a silhares de pedra e coroada pelo adarve ou

⁽¹⁰⁹⁾ Henrique da Gama Barros, *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*, 11. Lisboa, 2.ª ed., 1954, 44-45. Vd. tb. José Leite de Vasconcelos, *Einografia Portuguesa*, 3. Lisboa 1980, 12-15.

⁽¹¹⁰⁾ Cf. Mário Jorge Barroca e António Joaquim Cardoso Morais, A Terra e o Castelo. Uma experiência arqueológica em Aguiar da Pena, *Portugália* n.s. VI/VII 1985-1986, 41.

caminho de ronda, ostentava torreões adossados, geralmente de planta quadrada. Estes torreões tinham por função quebrar os panos de muralha contínuos, permitindo a vigilância e o tiro sobre os seus alicerces, dificultando a tarefa de forças inimigas. Era comum um deles erguer-se estrategicamente sobre a encosta por onde se processava o acesso ao castelo, permitindo deste modo a prática de tiro vertical. As muralhas do castelo definiam um pátio com perímetro relativamente pequeno, possibilitando a permanência de uma pequena guarnição de homens. Procurando evitar a multiplicação de aberturas, que constituíam sempre pontos fracos na defesa, o castelo românico apresenta uma ou duas portas: a porta principal e, em muitos casos, a «porta da traição», que assegurava a comunicação da guarnição com o exterior, utilizada em casos de revoltas ou de cercos. Em alguns casos, sobretudo no século XII, foram criadas grandes cercas junto aos muros para nelas se abrigarem populações e gado em caso de perigo, como podemos ver, por exemplo, no castelo de Castro de Laboreiro.

Isolada no interior do pátio, a Torre de Menagem, símbolo do Poder e último reduto de defesa, constituía a maior inovação do castelo românico⁽¹¹¹⁾. A Torre de Menagem implantava-se num dos pontos de cota mais alta do castelo, erguendo-se em altura por forma a ser possível o tiro directo para o exterior, sem prejuízo da presença do pano de muralha. Adoptando desde cedo a planta quadrangular, possuía o andar térreo sem aberturas e a porta rasgada no primeiro andar. O acesso realizava-se sempre por intermédio de uma escada móvel de madeira que, em caso de perigo, podia ser retirada a partir do interior da construção, isolando-a. Por vezes, nas zonas fronteiras à face da Torre de Menagem onde se abre a porta de acesso, é possível encontrar os testemunhos dos apoios dessa estrutura móvel de acesso, como, por exemplo, no castelo de Moreira de Rei, como que já tivemos oportunidade de referir.

Os primórdios da Torre de Menagem continuam mal caracterizados em Portugal. É provável que os primeiros exemplos tenham aparecido já na primeira metade do século XII, reflectindo o conhecimento da arquitectura militar de além-Pirinéus veiculado pelos contactos dinamizados no quadro da Reconquista após 1086. No entanto, os mais remotos casos datados pertencem aos meados do século XII e inícios da segunda metade da centúria. Deste modo, a introdução da Torre de Menagem nos castelos portugueses antecede em uma ou duas escassas dezenas de anos o aparecimento de residências senhoriais fortificadas, que começam a surgir entre nós a partir do último quartel do século XII e que se irão inspirar precisamente na fisionomia da Torre de Menagem⁽¹¹²⁾. Um dos mais antigos exemplos de Torre de Menagem que sobreviveu até nós foi o do castelo de Pombal (Est. 10), uma fortaleza ligada à Ordem do Templo, erguida por D. Gualdim Pais em 1171⁽¹¹³⁾. Trata-se de uma construção larga e não muito alta, que ofereceu algumas dificuldades aos seus construtores, pelo que estes se viram obrigados a adossarem dois contrafortes cintando a fachada principal e conferindo a esta Torre de Menagem uma silhueta peculiar. Por outro lado, o andar térreo desta Torre, que não possui qualquer abertura para comunicação com o exterior, apresenta muros significativamente mais espessos que os restantes andares, procurando alcançar maior estabilidade e resistência construtiva. As faces exteriores apresentam um perfil oblíquo, em rampa, simulando uma sapata. Não deixa de ser interessante sublinhar que os mais antigos exemplos datados de Torres de Menagem em Portugal surgem sistematicamente associados aos Templários. Podemos incluir neste grupo a Torre de Menagem de Pombal (1171), já referida, e as de Tomar (1160), Penas Roias (1166), Almourol (1171) e Longroiva (1174), todas datadas por inscrições. O próprio facto de D. Gualdim Pais ter assinalado este notável esforço construtivo dos Templários com a colocação de inscrições em todas estas Torres pode ser interpretado como um sintoma da sua relativa novidade dentro do panorama da arquitectura militar portuguesa da segunda metade do século XII.

O papel da Ordem do Templo no desenvolvimento da arquitectura militar portuguesa, sobretudo durante o prolongado mestrado de D. Gualdim Pais (1158-1195), parece ter sido significativo, importando investigar neste domínio. A confiança que D. Afonso Henriques depositou nos Templários, sobretudo graças ao prestígio e valor do seu 4.º Mestre em Portugal, entregando-lhes vastos domínios em zonas fundamentais

(111) Sobre a origem da Torre de Menagem no castelo medieval europeu, veja-se Gabriel Fournier, *Le Chateau dans la France Médiévale. Essai de Sociologie Monumentale*. Paris 1978, 80-90, e Michel Fixot, *Notes sur la genèse du Château Roman, Matériaux pour l'Histoire des Cadres de Vie dans l'Europe Occidentale (1050-1250)*. Nice 1984, 45-62.

(112) Cf. Mário Jorge Barroca, *Em Torno da Residência Senhorial Fortificada. Quatro Torres Medievais na região de Amares*, *Revista de História*, Centro de História da F.L.U.P., IX 1989, 9-61.

(113) No caso de Trancoso, que abordamos a partir do diploma de 960, o arcaísmo evidenciado pela sua torre resulta do facto de se ter aproveitado para Torre de Menagem do castelo românico uma estrutura pré-românica já existente.

para a defesa dos territórios reconquistados⁽¹¹⁴⁾, confirma indirectamente que a Ordem estava na posse das melhores técnicas militares da época. Os domínios que os Templários detinham a Sul de Coimbra, com os seus castelos, obedeciam a uma estratégia que também era partilhada pela coroa portuguesa, e que visava criar uma rede de pontos fortificados ao longo dos grandes eixos de circulação que, partindo do Sul, garantiam o acesso a Coimbra, cidade onde tantas vezes permanecia o monarca e a sua corte. Essa mesma preocupação transparece na fundação do castelo de Leiria, em 1135, que, conforme revela a *Chronica Gothorum* foi erguido como resposta às «*frequentes incursiones et depredationes*» que as forças muçulmanas faziam «*per campum Colimbrie*»⁽¹¹⁵⁾. As conquistas de Santarém e Lisboa, em 1147, afastaram a linha de fronteira para o curso do Tejo e, na sua defesa, a coroa portuguesa contaria com o contributo dos Templários (castelo de Almourol) e dos Hospitalários (castelo de Belver). O primeiro, datado de 1171, notabiliza-se pela sua fascinante implantação numa pequena ilha rochosa do Tejo, vigiando não só a linha de fronteira mas sobretudo o importante nó viário de Constância, onde se transpunha o rio. O segundo, algo mais tardio, começou a ser erguido a partir de 1194, data em que D. Sancho I doou a sua herdade de *Guidimesta*, na margem Norte do Tejo, para que o Mestre Afonso Pais e os freires da Ordem do Hospital erguessem um castelo ao qual o rei, por capricho, impunha o nome de Belver: «... *faciatis castellum quodam cui imponimus nomen Belveer.*»⁽¹¹⁶⁾.

De resto, o processo da Reconquista em Portugal não pode ser dissociado do contributo prestado pelas Ordens Militares, nomeadamente os Templários, os Hospitalários, a Milícia de Évora (ramo português de Calatrava, mais tarde estruturado na Ordem de Avis) e os Cavaleiros de Santiago. Se a intervenção da Ordem do Templo se faz sentir sobretudo ao longo da 2.ª metade do século XII, quando Gualdim Pais se encontrava à frente dos seus destinos, esmorecendo à medida que nos aproximamos dos finais da centúria, já as restantes Ordens irão desempenhar papel de vulto em períodos algo mais avançados. Com os finais da centúria o papel das ordens militares no processo da Reconquista viu-se reforçado e, na primeira metade do século XIII, elas haveriam de ser responsáveis pela maior parte dos grandes sucessos militares. A própria geografia dos domínios das quatro Ordens espelha o momento da Reconquista em que os contributos de cada uma se revelaram mais significativos⁽¹¹⁷⁾. Os domínios dos Templários e Hospitalários, quase todos localizados a Norte do Tejo, com poucas incursões no Alentejo, contrastam fortemente com os das Ordens de Avis e de Santiago, os primeiros quase todos no Alto Alentejo, os segundos estendendo-se até junto do Algarve, cuja reconquista protagonizaram em 1249. De resto, se os primeiros exemplos de castelos com Torre de Menagem se podem encontrar entre aqueles que foram erguidos pelos Templários no mestrado de D. Gualdim Pais, também os primeiros castelos portugueses que ostentam as inovações góticas que reflectem a introdução dos conceitos de defesa activa podem ser apontados entre os castelos das Ordens Militares no Sul de Portugal.

Para a manutenção e o restauro do castelo, bem como para a composição dos elementos da sua guarnição, contribuíam as populações da sua vizinhança e do seu território. Desses deveres, por vezes de natureza muito diversa, encontramos ecos parcelares nas Inquirições de 1220 e 1258. Algumas reportam-se à obrigação de levar madeira ao castelo. Na Terra de Neiva, os moradores em Santa Maria de *Torgoosa* (Tregosa, Barcelos),

«... *si opus fuerit de madeira pro ad Castellum, debent dare isti homines de illa et levare illam usque ad Lagoa de Madeira ...*»⁽¹¹⁸⁾.

O mesmo se passava com várias povoações das freguesias de S. Martinho de Vascões, S. João de Bico, Santiago de Infesta e St.ª Maria de Cunha, então pertencentes à Terra de Fraião, e que as Inquirições de

⁽¹¹⁴⁾ Por um lado, um importante domínio localizado entre a zona a Sul de Coimbra e a fronteira do Tejo, onde se implantavam os castelos de Soure, Pombal, Tomar, Ceras, Almourol e Zêzere; por outro lado, uma série de fortalezas no interior de Trás-os-Montes e das Beiras, onde se destacamos castelos de Penas Róias, Longroiva, Monsanto, Idanha-a-Velha e Cardiga. Estes dois grupos de fortalezas erguiam-se em zonas vitais do ponto de vista militar, guarnecendo as linhas de fronteira a Sul de Coimbra e no interior do reino. Todos estes castelos, munidos de Torre de Menagem, obedeciam aos cânones do castelo românico.

⁽¹¹⁵⁾ PMH, Scrip., p. 12. O castelo foi construído a meio caminho entre Santarém e Coimbra: «*distans quibusdam a Castello Sanctarem quadraginta, de Colimbria vero fere quinquaginta miliaribus*» (idem). Teve foral em 1142 e seria pouco depois tomado por forças muçulmanas. Foi definitivamente reconquistado em 1145.

⁽¹¹⁶⁾ DS 73.

⁽¹¹⁷⁾ Veja-se, por exemplo, Orlando Ribeiro, *A Formação de Portugal*. Lisboa 1987, 54.

⁽¹¹⁸⁾ PMH, Inq. 1220, p. 106. A mesma obrigação surge também referida em 1258 (PMH, Inq. 1258, p. 313).

1258 referem insistentemente terem de levar a madeira ao castelo ⁽¹¹⁹⁾. A situação volta a repetir-se com a aldeia de Revel (Tresminas, Vila Pouca de Aguiar), que em 1258 «... *levabant madeiram ad castellum de Sancto Crestophoro ...*», ou seja ao castelo de S. Cristóvão de Panoias ⁽¹²⁰⁾. Essa madeira destinava-se não só às obras do castelo mas também para as construções que se erguiam no interior do pátio, e que eram comuns nos castelos românicos. Possuímos pelo menos três referências explícitas a essas casas nas Inquirições do séc. XIII. Uma, na passagem relativa à freguesia de S. Pedro de Azurém, no Julgado de Guimarães. Pedro Gomes, que morava no castelo de Guimarães e detinha um casal em Azurém, devia, por isso, «... *varrere domos castelli Domini Regis et curare illas ...*» ⁽¹²¹⁾. Uma segunda, entre as obrigações de Santiago de Neiva para com o castelo dessa terra: «... *debent coopire domos de castello ...*» ⁽¹²²⁾. E uma última relativa ao castelo de Pena da Rainha: «*Item, dixerunt que os Golpes et os Guilufos vam a fazer a cabana da Pena Regine ...*» ⁽¹²³⁾.

As Inquirições permitem ainda entrever outros problemas relativos às estruturas militares que presidiam a cada Terra. O castelo românico apresenta desde muito cedo uma cisterna para aprovisionamento de água, elemento vital em caso de cerco. O Casal de Rego, na freguesia de S. Mamede de Insalde, Terra de Fraião, contava, entre as suas obrigações para com o castelo da sua Terra, a de fazer «... *o rego da agua pora o Castello, scilicet, da poza do Resayo ataes o seixo da porta do Castello de Froyam ...*», certamente para reabastecimento da sua cisterna ou, talvez, por ausência desta ⁽¹²⁴⁾.

Muitas são as passagens nas Inquirições do século XIII que nos permitem saber quais as póvoas que deviam ir trabalhar ao castelo, sintoma da frequência com que eram realizadas reparações, mas de entre elas poucas são as referências explícitas à cedência de homens para a guarnição do castelo. As guarnições deviam ser compostas por homens das aldeias mais próximas da fortaleza. O caso da Terra de Aguiar da Pena revela-se interessante. As Inquirições de 1200 quando tratam da Aldeia do Castelo, que se ergue junto da fortaleza, revelam, que «... *faciunt servicium illi qui tenet castellum et debent velare castellum ...*» ⁽¹²⁵⁾. E, na organização militar da Terra, a aldeia de Capeludos representava um papel igualmente importante: «... *quando fuerint guerre debent tenere atalaias, et dare sabedoria ad castellum ...*» ⁽¹²⁶⁾. Para além destas duas aldeias, mais dezoito outras povoações, distribuídas um pouco por toda a Terra de Aguiar da Pena, tinham de «ir ao castelo», certamente um serviço menos assíduo, que se fazia anual ou sazonalmente e com o qual o tenente do castelo devia contar para fazer pequenas reparações ⁽¹²⁷⁾. Uma situação que devia mudar drasticamente em caso de conflito declarado, como se pode depreender das passagens de 1258 sobre os deveres do Mosteiro de Sanfins de Frietas (Terra de Fraião):

«... *Item, dixerunt que, se guerra veer antre Leom et Portugal, o Abade deste davandito Mosteiro cum todo seu Couto am a guardar cum armas o vao de Carexi ...*» ⁽¹²⁸⁾.

As mesmas Inquirições reflectem igualmente as preocupações da Coroa portuguesa em assegurar a vigilância dos grandes pontos de entrada, nomeadamente a Portela do Homem e a «Porta da Amarela», na Serra Amarela.

Mas, em tempo de paz, a vida no castelo medieval devia ser muito diferente. Ganhavam então importância algumas actividades que permitiam manter os homens de armas operacionais. Entre essas actividades, a mais privilegiada foi, obviamente, a caça. Numerosas são as referências às comunidades que deviam correr o monte com o senhor do castelo, sobretudo para as Terras medievais cujos territórios eram mais montanhosos e florestados. O caso da freguesia de Arnoia, onde se ergue o castelo da Terra de Basto, é

⁽¹¹⁹⁾ PMH, Inq. 1258, p. 358, 359, 361 e 368 respectivamente.

⁽¹²⁰⁾ PMH, Inq. 1258, p. 1292 e 1295.

⁽¹²¹⁾ PMH, Inq. 1258, p. 723.

⁽¹²²⁾ PMH, Inq. 1220, p. 104.

⁽¹²³⁾ PMH, Inq. 1258, p. 373.

⁽¹²⁴⁾ PMH, Inq. 1258, p. 362.

⁽¹²⁵⁾ PMH, Inq. 1220, p. 126.

⁽¹²⁶⁾ PMH, Inq. 1220, p. 126.

⁽¹²⁷⁾ Cf. Mário Jorge Barroca e António J. Cardoso Morais, A Terra e o Castelo. Uma experiência arqueológica em Aguiar da Pena, *Portugália* n.s. VI/VII 1985-1986, 58-60.

⁽¹²⁸⁾ PMH, Inq. 1258, p. 368.

particularmente interessante já que entre as suas obrigações se regista que «... *debent nutrire canes pro castelo ...*»⁽¹²⁹⁾, certamente os cães que o senhor tinha para as caçadas.

Um último olhar sobre as Inquirições para reter o nome de alguns construtores de castelos. Sobre o castelo da Terra de Nóbrega dizem os inquiridores de D. Afonso II que:

«... *Rex domnus Alfonsus debet illa [Penelas] Oorigo Ooriguiz, quia fecit illi castellum de Anovrega ...*»⁽¹³⁰⁾.

Trata-se, obviamente, de Ourigo Ourigues da Nóbrega, que recebia deste modo dois casais em Penela em sinal do reconhecimento do primeiro monarca português⁽¹³¹⁾. Na zona de Mirandela possuímos dois casos interessantes, o primeiro deles também sobre um construtor de castelo. Em St.^o Estevão de Fresulfe as Inquirições de 1258 declaram que a

«... *villa de parada fuit regalenga et scit quod Rex Donnus S [ancii] senex dedit ipsam villam Donno Galeco patri de supradicto Munio Pelagij milite de Trsbaceiro pro castello de Alvelia quod ipse Donnus Gallecus facit Regi Donno S [ancii] vetero ...*»⁽¹³²⁾.

Quando os inquiridores de D. Afonso III percorreram a zona esses bens já se encontravam nas mãos D. Fernando Anes de Galicia e se outros netos de D. Galego. Finalmente, em St.^a Maria de Succães (conc. de Mirandela) encontramos um exemplo em como o cargo de tenente podia ser detido por longos anos pelo mesmo senhor:

«... *medietas ipsius ville et ecclesie fuerunt Domni Regis et aduivit dicere hominibus qui sciebant quod Dominus Rex dedit ipsam medietatem Donno Menendo Guedaz cuius erat alia medietas pro servicio quem sibi facit stando xvij annos in Castello de Ulgozo ...*»⁽¹³³⁾.

6 — O OCASO DAS TERRAS E O ADVENTO DO CASTELO GÓTICO

A organização administrativa e militar tendo por base as *Terras*, que como vimos se começou a implantar na segunda metade do século XI e estava operacional na primeira metade da centúria seguinte, entrou em decadência com o reinado de D. Dinis. Também para o processo de ocaso das *terras* os elementos de que dispomos são insuficientes. A análise da documentação da época começa a ignorar progressivamente as referências às *terras* a partir da década de 70 ou 80 do século XIII, em pleno reinado de D. Dinis. Gama Barros refere que:

«Era frequente nos forais e doações de D. Afonso III mencionarem-se as cabeças dos distritos (*terras*), quando nestes exercia o cargo de *tenens* algum dos indivíduos que figuram na diploma como confirmantes; no reinado de D. Dinis (16 de Fevereiro de 1279 até 7 de Janeiro de 1325) poucas vezes, correndo ainda o século XIII, se declaram as tenências nos actos em que o reinado anterior era usual a declaração; e do século XIV não conhecemos nenhum exemplo.»⁽¹³⁴⁾.

⁽¹²⁹⁾ PMH, Inq. 1258, p. 635.

⁽¹³⁰⁾ PMH, Inq. 1220, p. 38.

⁽¹³¹⁾ Cf. José Mattoso, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros. A Nobreza Medieval Portuguesa nos séculos XI e XII*. Lisboa 1982, 222; idem, *Identificação de um País. Ensaio sobre as origens de Portugal 1096-1325*, vol. 1. Lisboa 1985, 149.

⁽¹³²⁾ PMH, Inq. 1258, p. 1319; vd. tb. p. 1330, onde se apresenta relato idêntico a propósito da «villa de Prado que est in valle de Palaciolo».

⁽¹³³⁾ PMH, Inq. 1258, p. 1266. O mesmo D. Mendo Guedaz, que não conseguimos entroncar na família dos Guedões de que julgamos ser membro, teria aproveitado o seu longo cargo para perpetrar alguns abusos na zona do Julgado de Ulgozo (PMH, Inq. 1258, p. 1280).

⁽¹³⁴⁾ Henrique da Gama Barros, *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*, 11. Lisboa, 2.^a ed., 1954, 46.

Não é possível precisar melhor no tempo o processo de decadência das *terras*, mas esse acontecimento é sensivelmente contemporâneo de outros dois dados significativos para a Castelologia: a definição e estabilização da linha de fronteira e o aparecimento das primeiras soluções de «defesa activa» nos castelos, que conduziriam ao castelo gótico.

Em 1249, com a conquista definitiva do reino do Algarve pelos cavaleiros de Santiago, a empresa da Reconquista portuguesa encontrava o seu fim. A assinatura do Tratado de Alcacines, que D. Dinis e D. Fernando IV de Castela rubricam em 1297, haveria de consagrar a linha de fronteira entre os dois reinos. A partir de então é sensível que a coroa portuguesa se empenhará sobretudo na manutenção e reforma dos castelos raianos, aqueles onde se apoiava, a partir de então, a segurança e a integridade do reino. A decadência das *terras* e dos seus castelos não deve ser isolada deste contexto. A maior parte desses castelos que definiam a malha militar do interior do reino começam a entrar em decadência, alguns chegando mesmo à ruína. No entanto, o processo não é linear e alguns castelos que outrora haviam presidido a *terras* medievais conseguem sobreviver a essa decadência e ainda recebem reformas góticas, desempenhando papel activo nas Guerras Fernandinas e na Crise de 1383-1385. No entanto, são sobretudo as fortalezas que se erguiam sobre grandes eixos de circulação, por onde se poderia esperar que passassem exércitos inimigos em caso de invasão, que conseguem escapar ao espectro da decadência. Para a maioria dos castelos que outrora haviam presidido aos destinos militares das *terras* começavam a desenhar-se os anos de degradação. As reformas góticas também atingiriam os aglomerados urbanos fortificados que, após quase dois séculos em que os seus sistemas de defesa se viram descurados, sofreriam importante movimento de reforma e de amuralhamento nos reinados de D. Afonso IV, D. Pedro e sobretudo D. Fernando.

A partir dos meados ou fins do século XIII começam a surgir nos castelos portugueses novas soluções arquitectónicas, permitindo a passagem de uma «defesa passiva», típica do castelo românico, para uma «defesa activa», característica do castelo gótico. Esta mudança de conceito, fundamental para se compreender o ritmo de reforma nos castelos portugueses, haveria de se impor decisivamente na centúria seguinte. O número de torres adossadas aos panos de muralha multiplica-se possibilitando a defesa directa dos alicerces dos muros e a manutenção do inimigo à distância. O seu espaçamento seria calculado em função do alcance de tiro, de arco e sobretudo de besta, por forma a que de um torreão fosse possível atingir a base do outro. Esta articulação entre os vários elementos que compunham a muralha tornava a defesa da integridade dos seus muros mais eficaz. Por outro, o adarve ou caminho de ronda alarga-se, traduzindo uma maior espessura das muralhas e facilitando a movimentação das guarnições em caso de cerco. As escadas de acesso ao adarve deixam de ser erguidas na espessura dos muros, como era predominante na fase anterior, para passar a constituir um maciço pétreo adossado ao pano de muralha. Com esta solução, os castelos góticos conseguiam que o adarve preservasse toda a sua superfície disponível para a circulação da guarnição encarregada da defesa dos muros. Coroando estes, as ameias apresentam tendência para serem mais largas e baixas, sendo munidas, ao centro do seu maciço pétreo, de seteiras adaptadas ao tiro de arco e de besta. Ao mesmo tempo as portas de acesso principais passam a estar protegidas por balcões munidos de matabaixas, permitindo o tiro vertical. A Torre de Menagem deixa de estar isolada no centro do pátio para surgir muitas vezes adossada ao pano de muralha em locais estratégicos que permitem a defesa de zonas mais sensíveis, com tiro directo a partir do seu nível superior. Com os fins do século XIV e a centúria seguinte, a Torre de Menagem apresenta tendência para se alargar, passando a dispor de amplas áreas destinadas à habitação. Nos andares superiores surgem janelas nobres, amplas e muitas vezes com duas luzes, procurando, deste modo, alcançar melhor iluminação e arejamento dos espaços interiores. No coroamento destas Torres de Menagem surgem não só os balcões munidos de matabaixas, implantados sobre a porta de acesso ao interior, mas também, sobretudo com o século XV, pequenos balcões de ângulo, com sistema de tiro vertical. As novas Torres de Menagem góticas encontram magníficos exemplos nos castelos urbanos de Bragança, Estremoz e Beja. Curiosamente, e mau grado os reconhecidos inconvenientes da adopção da planta quadrangular para a Torre de Menagem ⁽¹³⁵⁾, raros foram os casos em Portugal onde se escolheu outro tipo de planta. As torres

⁽¹³⁵⁾ A planta quadrangular oferecia deficiente resistência ao uso do ariete e de projecteis, sobretudo pela presença de ângulos rectos onde desmonte dos cunhais, elementos estruturais na construção, encontrava fraca oposição. Por outro lado, o facto de os silhares serem paralelepípedicos, com as faces paralelas, facilitava potencialmente o seu desmonte. Pelo contrário, numa construção de planta circular os silhares apresentam as faces laterais convergentes, funcionando com comportamento semelhante ao de uma aduela quando sujeitos a pressão exercida a partir do exterior. Isto levava a que quanto maior fosse a pressão exercida do exterior, maior seria a coesão das paredes. Por último, a construção de planta quadrangular conduzia a um maior dispêndio de material. Se tomarmos como exemplo

poligonais do castelo de Algosó e da vila de Freixo-de-Espada-à-Cinta (Trás-os-Montes), do castelo de Sabugal e da vila de Dornes (Beiras), permanecem como casos mais ou menos excepcionais e, quase todos, tardios. O mesmo se diga em relação à adopção de plantas circulares pelos torreões adossados aos panos de muralhas, um processo ainda muito mal estudado em Portugal, onde nos surgem casos muito antigos (como, por exemplo, na Torre de D. Framondo, junto a S. Gião da Nazaré, ou no castelo de Alter do Chão, no Alentejo) até casos manifestamente tardios.

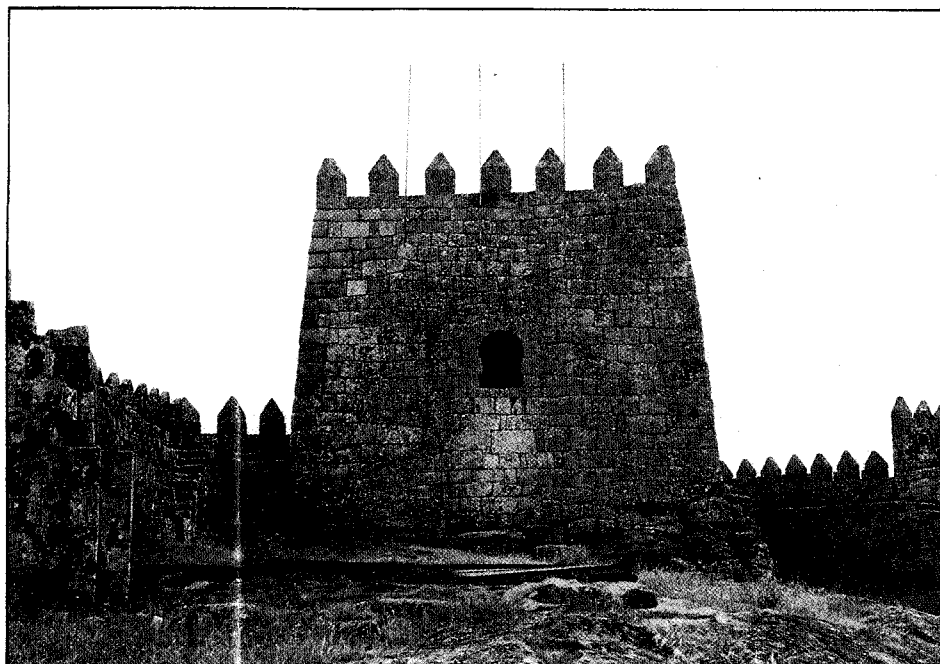
As alterações substanciais a que se assiste a partir da segunda metade do século XIII e sobretudo ao longo do século XIV, procuram dar resposta à evolução da poliorcética, reflectindo os progressos que se vinham a assinalar no domínio do armamento desde há algumas décadas. As primeiras fortalezas a receberem as reformas góticas seriam os castelos raianos que constituíam, desde 1297, a primeira linha de defesa do reino. A sua importância estratégica encontra no *Livro das Fortalezas do Reino* de Duarte d'Armas, realizado em 1509⁽¹³⁶⁾, a melhor ilustração. Neste precioso documento iconográfico, invulgar no panorama europeu, são retratados, quase todos em duas perspectivas e em planta, 57 castelos portugueses dos quais apenas dois não se localizam na raia fronteiriça (Barcelos e Sintra). As restantes 55 fortalezas distribuem-se ao longo da fronteira terrestre, percorrendo-a de Sul para Norte, desde Castro Marim (no Algarve) até Caminha (na foz do rio Minho). Essas eram as fortalezas que constituíam a primeira linha de defesa do reino, e nelas se repercutiram primeiro as inovações. Uma linha de defesa estratégica, mais recuada, com concentrações significativas ao longo das vias naturais de penetração no território nacional e junto dos acessos aos principais aglomerados urbanos, conseguiria manter a sua importância militar, mas a larga maioria dos castelos românicos, sobre os quais se apoiara a organização defensiva nos primeiros séculos de independência, entrariam em degradação.

uma torre com 25 m² de área útil (5 m x 5 m), um valor modesto para uma Torre de Menagem gótica, uma construção de planta quadrangular necessitaria de 20 m de superfície interna das paredes, enquanto que uma construção circular necessitaria apenas de 17,70 m de superfície interna de paredes para obter igual área útil. Se essa torre tivesse, hipoteticamente, paredes com 1 m de espessura, o perímetro exterior dessa torre quadrangular seria de 24 m, enquanto que a torre circular teria de perímetro 23,98 m. Assim, a área ocupada pelos silhares da parede com 1 m de espessura, seria no caso de uma planta quadrangular de 24 m², enquanto que uma construção de planta circular seria de 20,82 m². Se tivermos em atenção a altura da construção, verifica-se facilmente que a diferença é significativa.

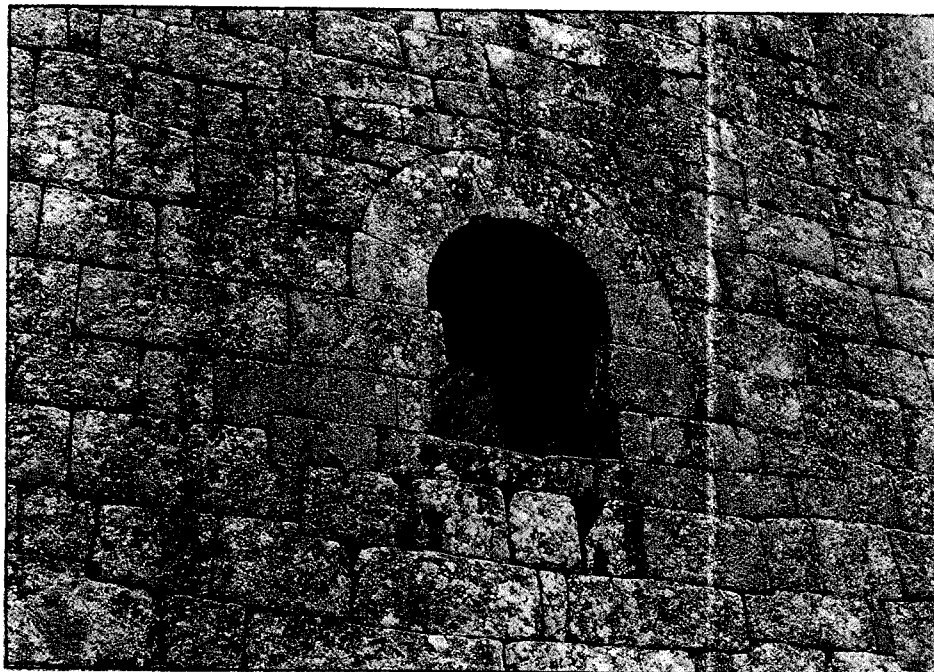
⁽¹³⁶⁾ Sobre Duarte Darnas e a sua obra máxima, cf. Duarte Darnas, *Livro das Fortalezas*, Introdução de Manuel da Silva Castelo Branco. Lisboa 1990. Esta recente edição apresenta pela primeira vez a reprodução fac-similada e fiel do manuscrito (a edição de João Barreira suprimira algumas das legendas originais) e é completada com uma valiosa Introdução onde Manuel da Silva Castelo Branco avança com novos e importantes elementos sobre a obra e o seu autor, razão porque é preferível à consulta de João de Almeida, *Reprodução Anotada do Livro das Fortalezas de Duarte Darnas*. Lisboa 1943, ou do estudo de Alfredo Pimenta, *Duarte Darnas e o seu Livro das Fortalezas*. (col. «Estudos Históricos», 22), Lisboa 1944.



Est. 1.1. — Castelo da Feira — Porta da Alcáçova.



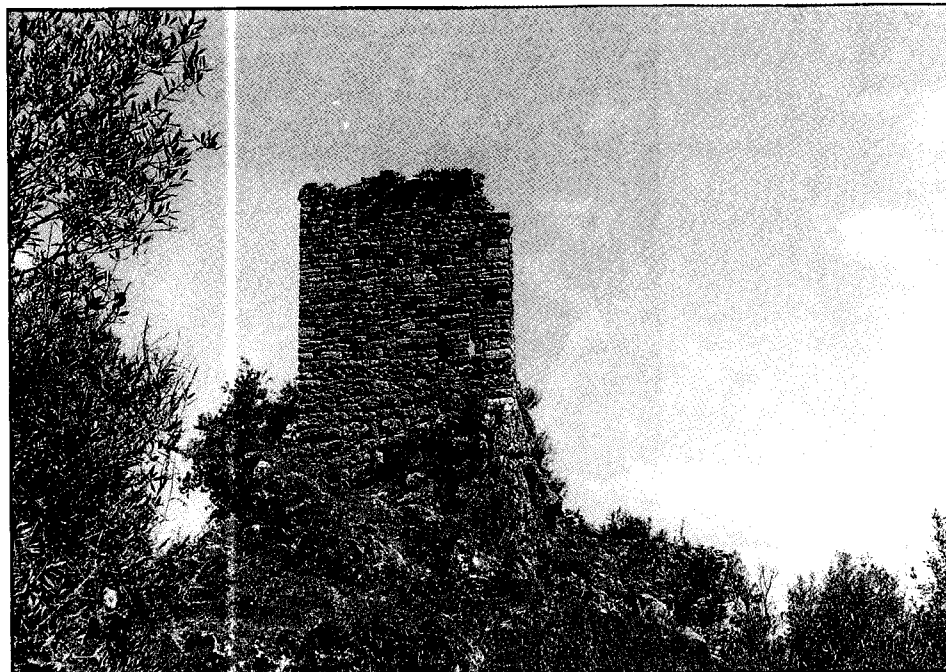
Est. 1.2. — Castelo de Trancoso — Torre Moçárabe.



Est. 2.1. — Castelo de Trancoso — Porta da Torre Moçárabe.



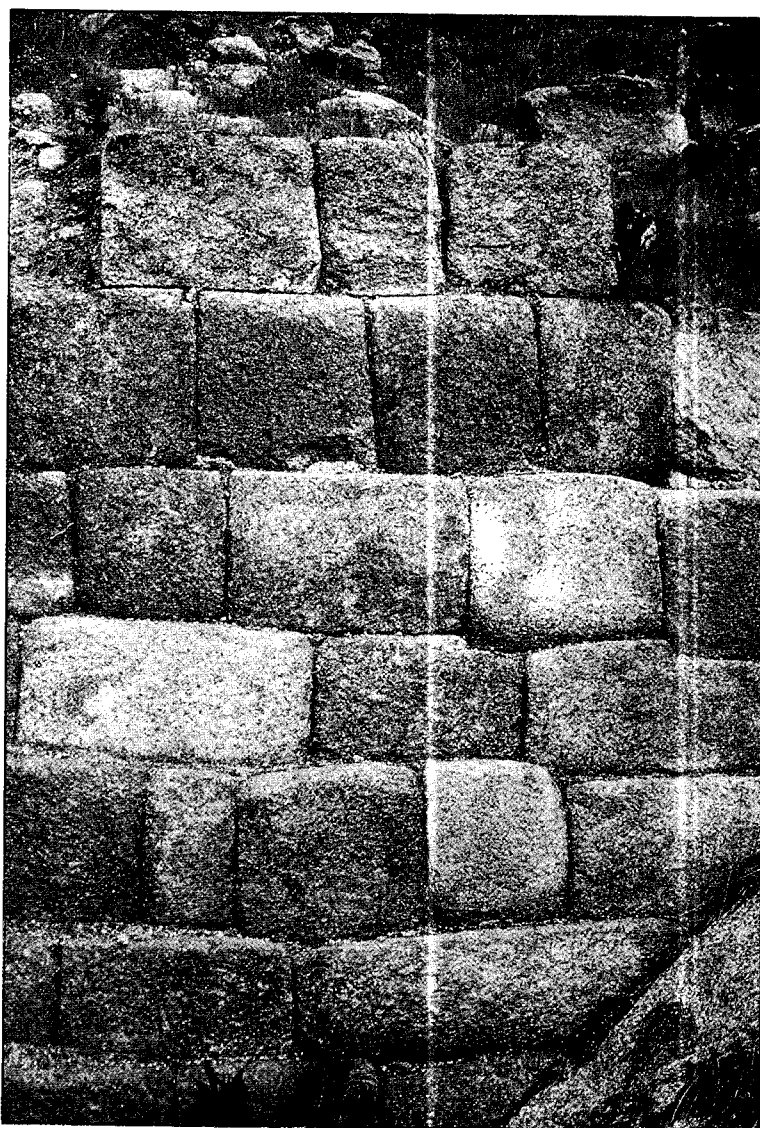
Est. 2.2. — Mota de Hasting (Pormenor da Tapeçaria de Bayeux).



Est. 3.1. — Torre da Bera (Almalaguês, Coimbra).



Est. 3.2. — Castelo de Lamego — Trecho de aparelho Pré-Românico (meados do século XI).



Est. 4.1. — Castelo de S. Martinho de Mouros — Trecho da muralha dos meados ou fins do século XI.



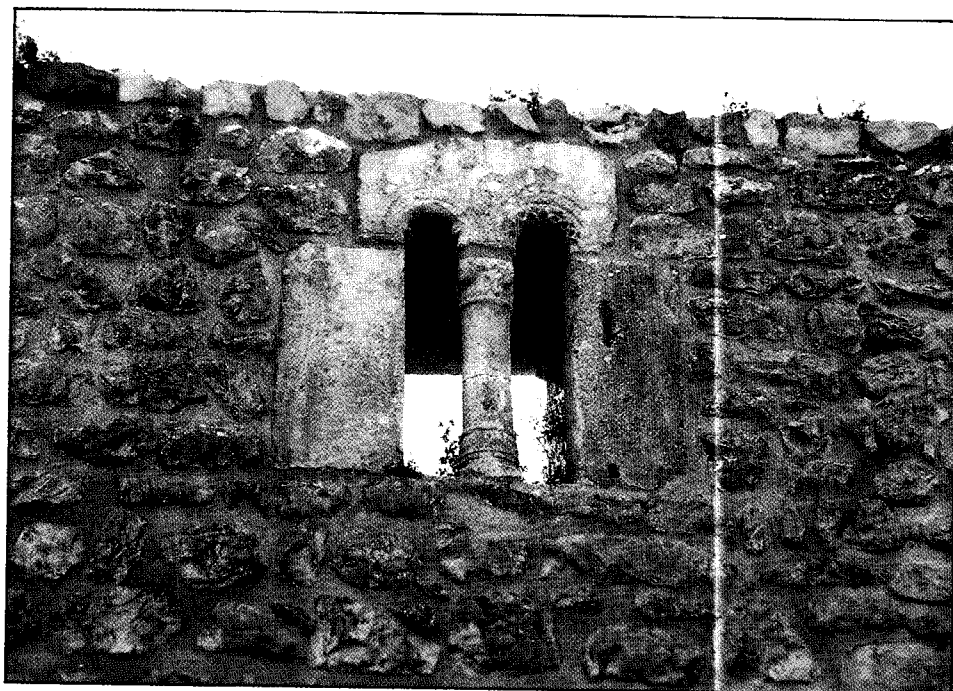
Est. 4.2. — Castelo de S. Martinho de Mouros — Afloramento com entalhes, onde se ergueu a Torre de Menagem.



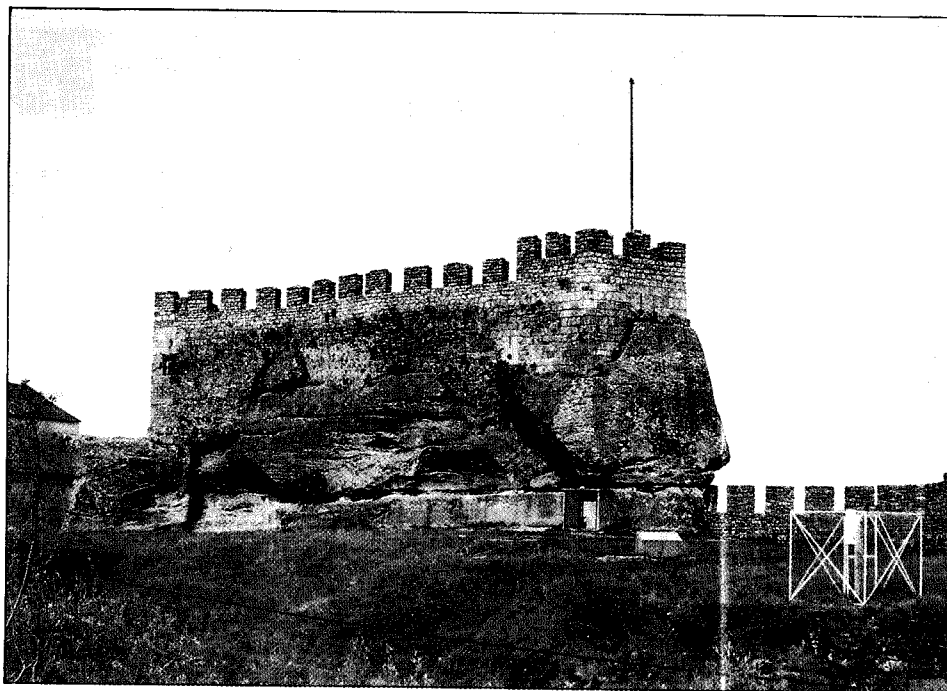
Est. 5.1. — Castelo de S. Martinho de Mouros — Vestígios de *habitat*.



Est. 5.2. — Castelo de Soure — Ajimez da 1.ª Metade do século XI.



Est. 6.1. — Castelo de Soure — Ajimez dos fins do século XI.



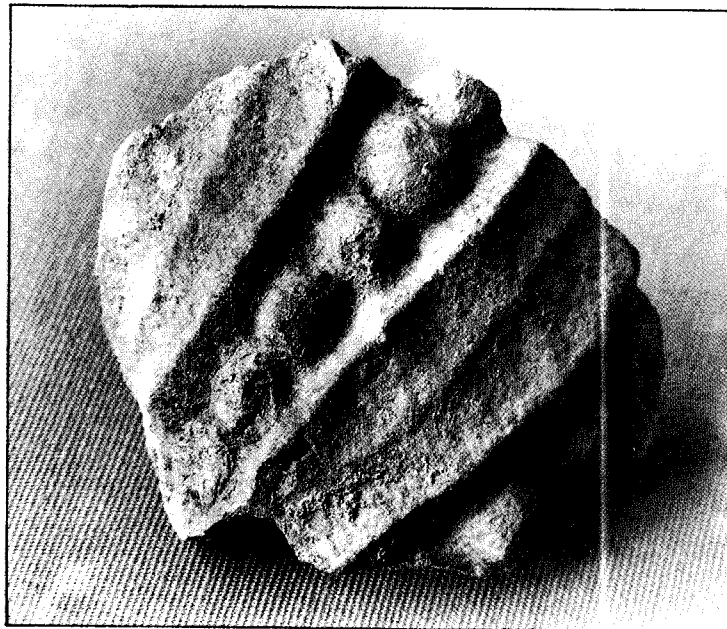
Est. 6.2. — Penela — Castelo de D. Sesnando.



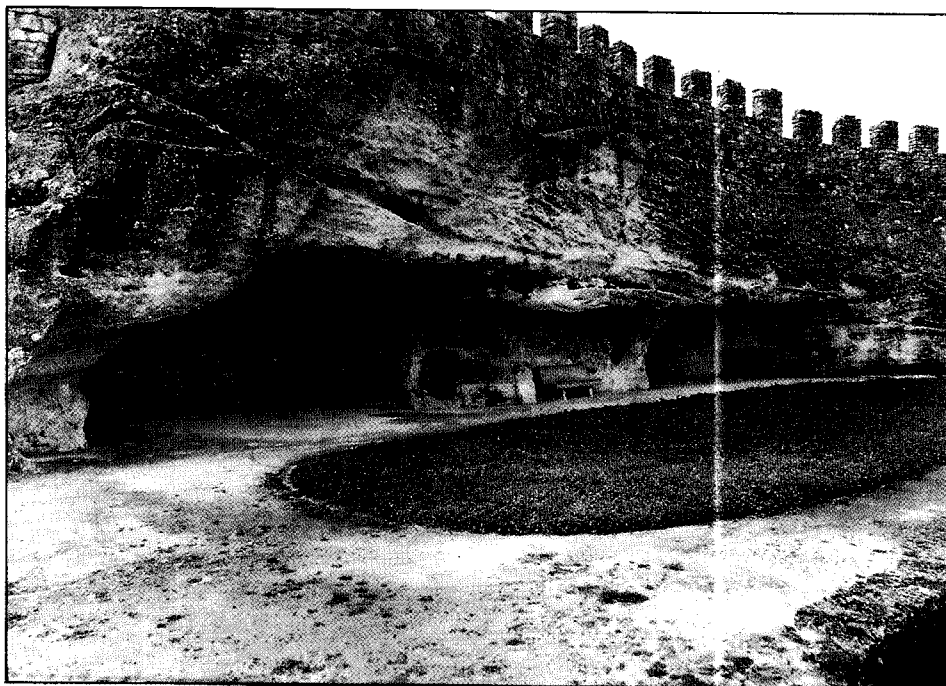
Est. 7.1. — Penela — Castelo de D. Sesnando.



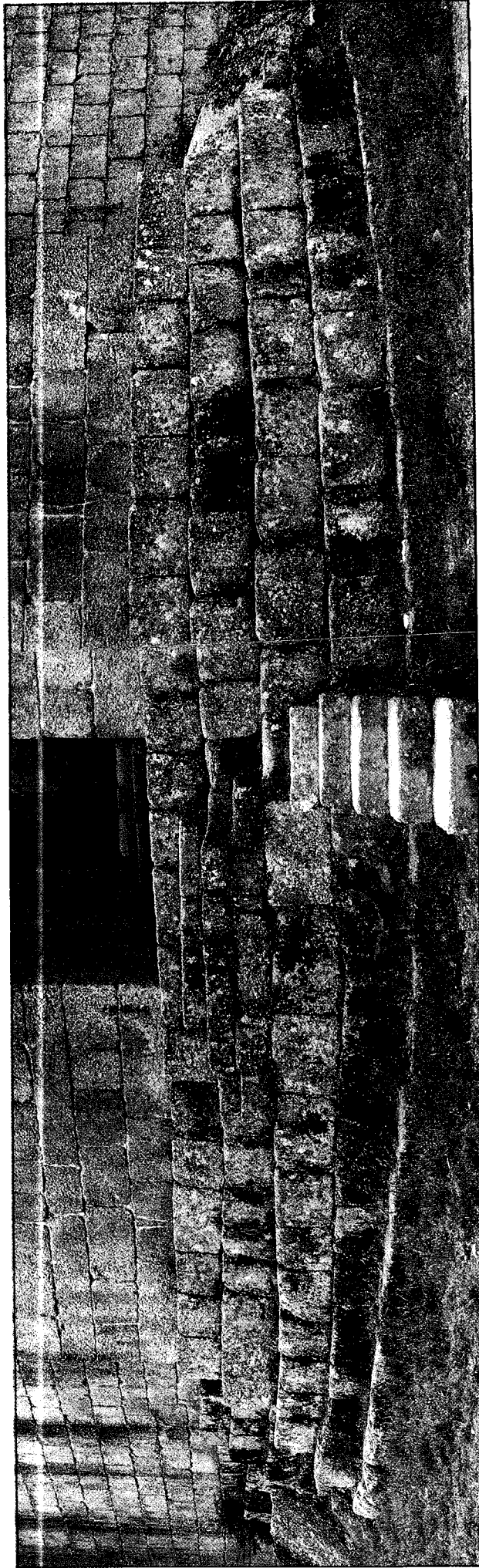
Est. 7.2. — Penela — Vista interior do Castelo de D. Sesnando.



Est. 8.1. — Castelo de Penela — Fragmento de colunelo manuelino.



Est. 8.2. — Penela — *Habitat* do Jardim das Lapas.



Est. 9 — Castelo de Guimarães — Vestígios dos fins do século XI ou inícios do século XII.



Est. 10 — Castelo de Pombal — Torre de Menagem erguida no tempo de D. Gualdim Pais (1171).

ESTAÇÃO PALEOLÍTICA DA JARDOEIRA (BATALHA)

NOTÍCIA PRELIMINAR

João Pedro Cunha-Ribeiro *

Sérgio E. Monteiro Rodrigues **

A identificação de materiais arqueológicos atribuíveis ao homem paleolítico tem sido frequente em toda a região da bacia hidrográfica do rio Lis. Os primeiros vestígios foram encontrados há mais de um séc. (VASCONCELOS 1897) e, embora inicialmente se reportassem a achados isolados e de superfície (FONTES 1923), têm-se multiplicado cadenciadamente até aos nossos dias (CUNHA-RIBEIRO 1987), apesar de as colecções recolhidas terem permanecido por vezes inéditas (HELENO 1956).

O Concelho da Batalha, atravessado de sul para norte pelo rio Lena, o mais importante afluente do rio Lis, permaneceu até há bem pouco tempo à margem de tais descobertas (1). Recentemente, a descoberta e escavação de uma estação acheulense no lugar do Casal do Azemel, a oeste da Vila da Batalha, não só veio colmatar esta lacuna, como levou à identificação de uma das mais importantes jazidas da região (CUNHA-RIBEIRO e TEIXEIRA 1987 e CUNHA-RIBEIRO 1991).

Em Agosto de 1991, no fim da 4ª campanha de escavações realizada na Estação Paleolítica do Casal do Azemel, procedemos a um reconhecimento geológico da zona envolvente da jazida, por forma a detectar e cartografar a presença de formações detríticas grosseiras susceptíveis de terem fornecido ao homem pré-histórico a matéria-prima necessária para o fabrico da sua utensilagem lítica talhada. Quando procurávamos localizar a este da povoação da Jardoeira o afloramento cretácico cartografado na folha 27-A da Carta Geológica de Portugal na escala de 1/50000, detectámos num corte, na vertente sobranceira ao vale do rio Lena, uma formação fluvial quaternária.

Um reconhecimento do depósito permitiu

constatar que se trata de um pequeno terraço encaixado no substrato cretácico, situando-se actualmente a uma cota de cerca de 30 m sobre o nível das águas do rio Lena.

O referido corte surge com uma espessura de 1,5 m, apresentando na base uma cascalheira com cerca de 60 cm, formada por seixos de quartzite e quartzo, por vezes angulosos e de grandes dimensões, envoltos numa matriz arenosa grosseira, muito concrecionada. O quartzite dos seixos é quase sempre de grão muito fino, evidenciando excelentes condições de talhe.

A sequência é em seguida representada por um nível arenoso que nalguns locais chega a atingir 1,5 m de espessura. Frequentemente concrecionado e integrando aqui e além leitos descontínuos de pequenos seixos, este nível é seccionado no topo por um coluvião de formação recente. De referir ainda que, no seu conjunto o depósito de terraço suporta um solo vermelho particularmente desenvolvido.

A sumária limpeza do corte que então realizámos possibilitou a descoberta *in situ*, na base do depósito, de 24 peças talhadas.

Confeccionados na sua quase totalidade em quartzite, já que apenas encontrámos uma lasca em quartzo, os materiais evidenciam-se globalmente bastante afectados pelo boleamento.

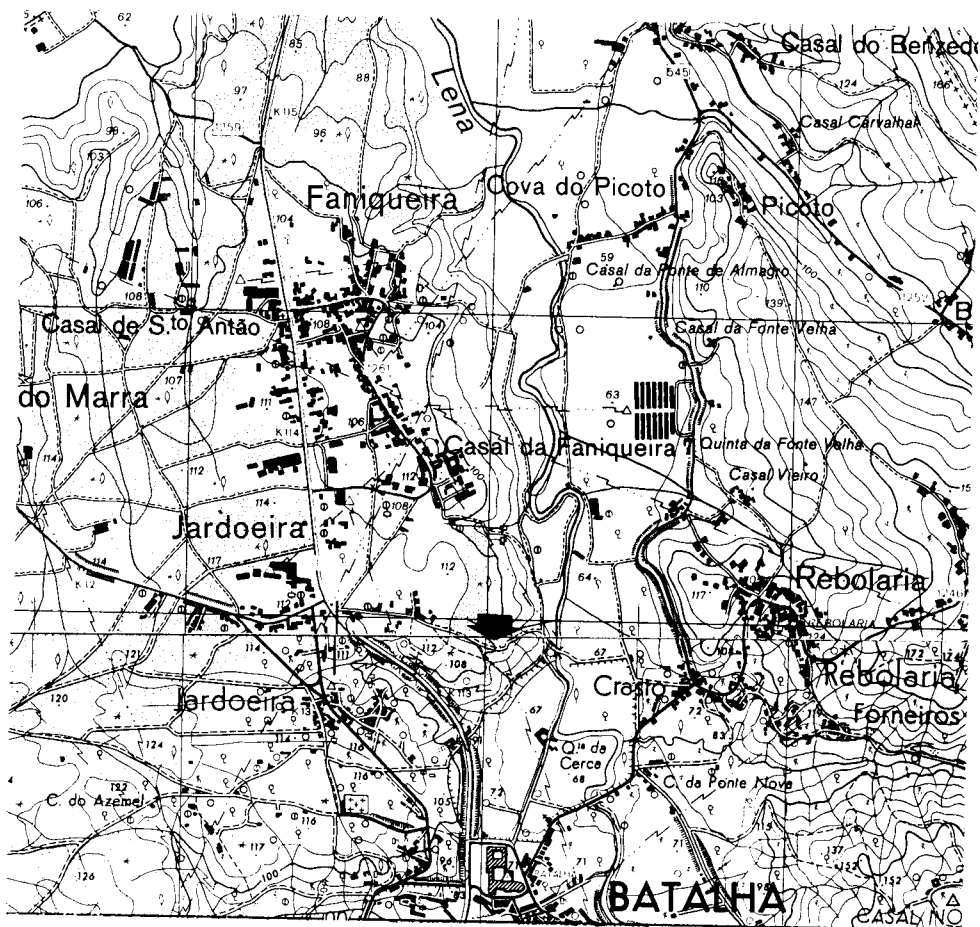
Nas 12 lascas recolhidas detectaram-se 7 talões corticais, 3 lisos e 2 suprimidos. Os núcleos, em número de 9, integravam na sua maior parte peças pouco exploradas, com um reduzido número de extracções e sem preparação. Uma única peça correspondia a um núcleo com levantamentos centrípetos numa das faces e preparação periférica parcial dos respectivos planos de percussão. Uma calote de seixo com retoques marginais

* Bolseiro do I.N.I.C.

Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

** Licenciado em História (Variante de Arqueologia) pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

(1) Situação curiosa dado que um dos primeiros artefactos atribuíveis ao paleolítico foi detectado na Quinta da Cortiça, próximo do limite norte do concelho (PROENÇA JÚNIOR 1910), para já não referir os achados posteriores efectuados por Afonso do Paço no lugar de S. Jorge, imediatamente a sul do concelho, estranhamento desaparecidos nas mãos de uma zelosa empregada de limpeza (PAÇO 1967).



Localização da Estação Paleolítica da Jardoeira na folha 308 da Carta Militar de Portugal na escala de 1/25000.

discontínuos e dois pequenos artefactos diversos completavam a colecção.

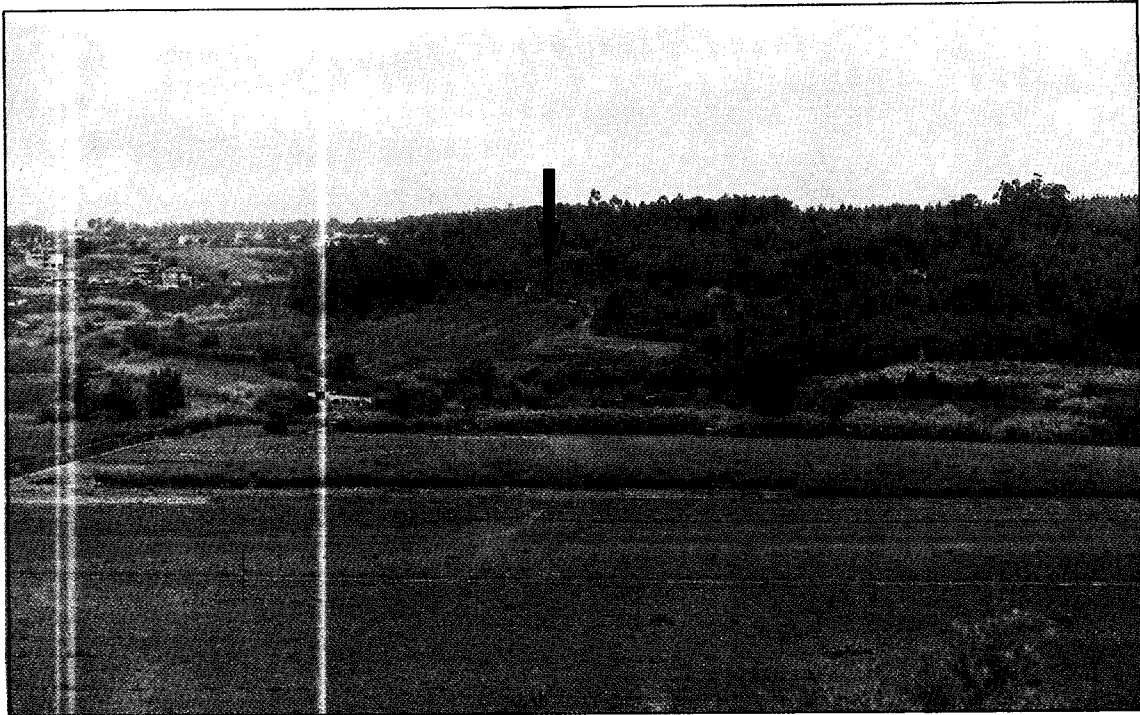
Nem a quantidade, nem a qualidade da amostragem recolhida permitia estabelecer qualquer tipo de comparação ou sugerir mesmo uma classificação provisória. Julgamos contudo poder desde já associar esta jazida a uma ocupação paleolítica da região que remontará a um período bastante anterior ao da Estação Paleolítica do Casal do Azemel, como se infere aliás do solo alterado identificado no

terraço da estação arqueológica da Jardoeira. A sua correlação com as indústrias acheulenses detetadas na base dos terraços fluviais situados a jusante de Leiria e na Estação Paleolítica da Quinta do Cónego, embora sugestiva, afigura-se prematura.

A realização de novas prospecções no local poderá certamente vir a traduzir-se na recolha de um conjunto mais significativo de artefactos, susceptível de permitir ultrapassar alguns destes impasses.

BIBLIOGRAFIA

- CUNHA-RIBEIRO, João Pedro (1987), *Contribuição para o estudo do Paleolítico do vale do rio Lis no seu contexto cronoestratigráfico*. Porto 1987 (policopiado).
- CUNHA-RIBEIRO, João Pedro (1992), Escavações na estação paleolítica acheulense do Casal do Azemel (Batalha) (no prelo).
- CUNHA-RIBEIRO, João Pedro e TEIXEIRA, A. José Menezes (1988), Casal do Azemel (Batalha). Primeiras escavações, *Informação Arqueológica* (no prelo).
- FONTES, Joaquim (1923), *O Homem Fóssil em Portugal*. (Col. Natura), Lisboa 1923.
- HELENO, Manuel (1956), Um quarto de século de investigação arqueológica, *AP Nova Série III* 1956, 221-237.
- PAÇO, Afonso do (1966), Subsídios para uma nova Carta do Pale e Mesolítico Português, *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa III Série* 10 1966, 3-26
- PROENÇA JÚNIOR, Francisco Tavares (1910), Notícias Diversas. VII - Paleolítico de Leiria, *Materiais para o Estudo das Antiguidades portuguesas* 1-2 1910, 56
- VASCONCELOS, J. Leite de (1897), *Religiões da Lusitania*. I vol., Lisboa 1897.



1 — Localização da jazida na encosta da margem esquerda do vale do rio Lena, nas imediações da Vila da Batalha (Fotografia tirada da povoação de Rebolaria, na margem oposta do rio Lena).



2 — Aspecto do corte do terraço.

A NECRÓPOLE DA IDADE DO BRONZE DO MONTE DOS CEBOLINHOS (S. PEDRO DO CORVAL, REGUENGOS DE MONSARAZ). NOTÍCIA DA SUA IDENTIFICAÇÃO

Victor S. Gonçalves
Manuel Calado (*)

1. Localização e descrição do sítio;
2. as condições do achado;
3. descrição do espólio;
4. integração cultural;
5. referências bibliográficas.

bifurcação. Virando-se à direita, atinge-se esta povoação, recentemente promovida a sede de freguesia; virando-se à esquerda, a caminho do Monte dos Cebolinhos, o sítio arqueológico encontra-se a cerca de 1500 metros da bifurcação, à mão direita, a cerca de 200 m do caminho.

1. LOCALIZAÇÃO E DESCRIÇÃO DO SÍTIO

1.1. Ficha de localização

Distrito: Évora
Concelho: Reguengos de Monsaraz
Freguesia: S. Pedro do Corval
Sítio: Monte dos Cebolinhos ⁽¹⁾
Coordenadas UTM: X 632.6.0
Y 4249.5.0

Altimetria: 212 m

Cartografia disponível: Carta Militar de Portugal, fl. 482 (1968); Carta de Capacidade de uso do solo, 1:50000, fl. 40-D (1967); Carta de solos, 1:50000, fl. 40-D (1967); Carta Geológica de Portugal, fl. 40-D (1967).

1.2. Descrição do acesso: o caminho que conduz da Cumeada ao Campinho tem uma única

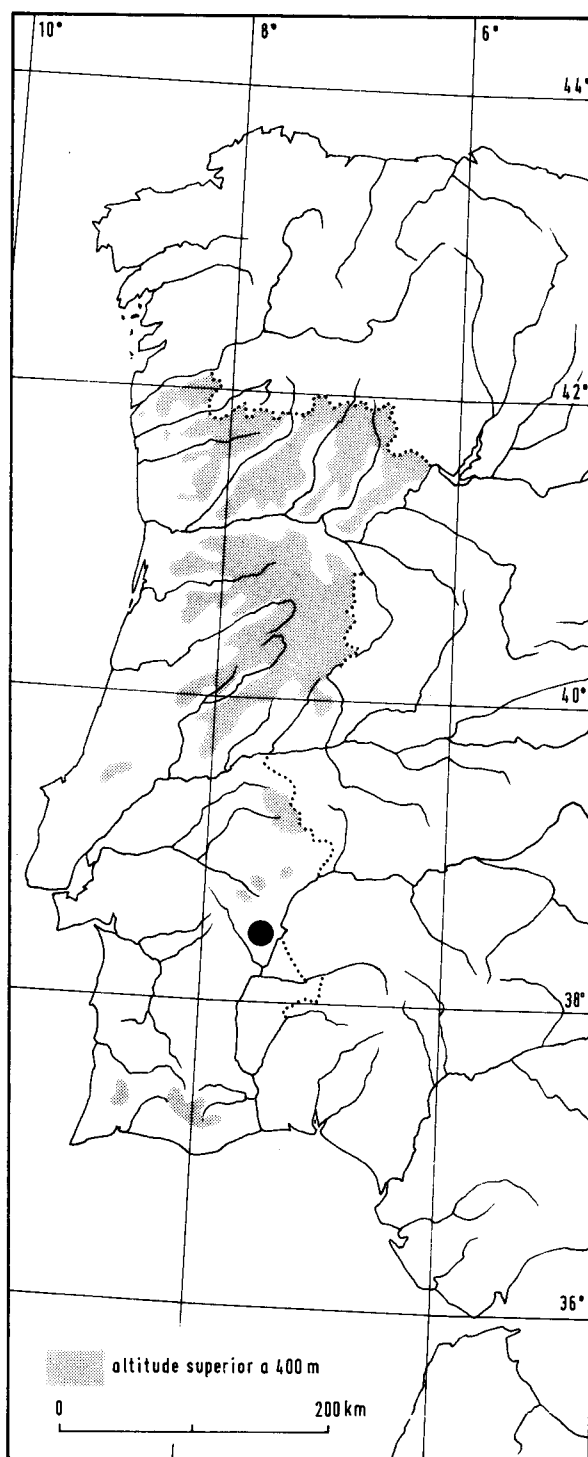
1.3. descrição do sítio: trata-se de uma pequena plataforma, pouco destacada em cota, mas na realidade dominando visualmente uma extensa área, apenas restrita a Sul (o marco geodésico das Falcoeiras tem uma altimetria de 244 m). Integra-se na orla sul da planície grano-diorítica de Reguengos, caracterizada por declives suaves, na ordem dos 5%. Hidrograficamente, inclui-se na bacia da Ribeira do Álamo, subsidiária da margem direita do Guadiana.

O sítio arqueológico encontra-se implantado em solos de classe A e B, constituídos por solos mediterrâneos pardos e pequenas manchas de solos calcários pardos. O xisto, matéria prima usada na construção das cistas, surge relativamente próximo, a cerca de 3 km a Este/Sudeste, junto ao Monte dos Albardeiros.

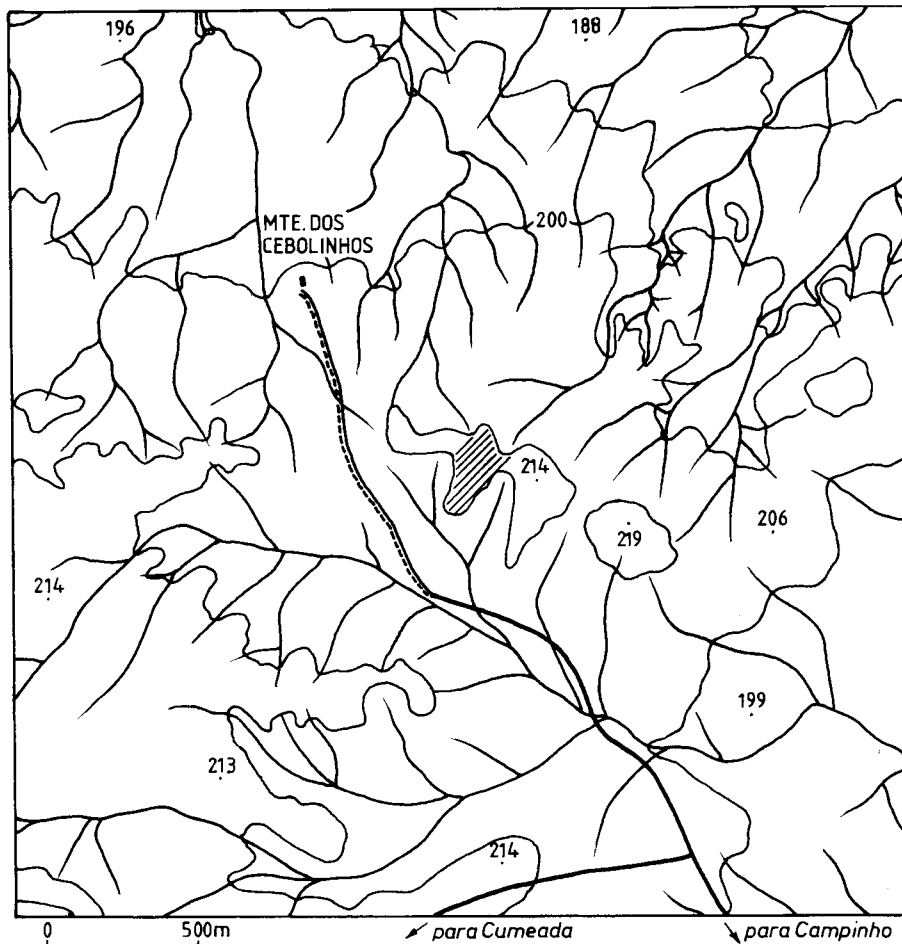
(*) UNIARQ (Unidade de Arqueologia).

Centro de Arqueologia e História. Faculdade de Letras P-1699 Lisboa Codex

⁽¹⁾ Apesar da cartografia disponível referir «Cebolinho» e não «Cebolinhos», é esta última a designação tradicional do Monte, sendo provável que uma primeira grafia errada numa Carta tenha conduzido à repetição do erro. Não é, aliás, uma situação incomum nas cartas militares que cobrem o Concelho de Reguengos de Monsaraz, onde, por exemplo, o Monte e Ribeira «da Cumbra» aparecem grafados como Monte e Ribeira «de Coimbra». Talvez por fraca compreensão do falar alentejano ou por indistinto filio-luso-atenismo...



Mapa 1 — Localização do Monte dos Cebolinhos na faixa ocidental da Península Ibérica.



Mapa 2 — Localização e delimitação provisória da Necrópole da Idade do Bronze do Monte dos Cebolinhos.

1.4. Sítios arqueológicos mais próximos: o sítio encontra-se nas imediações do conjunto de monumentos megalíticos registados pelos Leisner (1951: 103-107). Trata-se de cinco antas, das quais apenas duas foram escavadas. Os materiais incluem uma forte componente do Neolítico final e do Calcolítico. O monumento 2, ainda por escavar, tem um corredor longo, fazendo lembrar os monumentos evoluídos detectados no concelho.

A cerca de 500 m a Norte da necrópole que ora se noticia, e a 500 a Este do Monte dos Cebolinhos, num pequeno cabeço, recolheu-se uma ponta de seta de sílex e um percutor. À entrada do Monte, recolheu-se um machado de anfíbolito polido. As condições do terreno, no primeiro caso, e as obras nos acessos ao Monte, no último, impediram outras confirmações sobre a natureza dos sítios.

O lugar mais próximo onde se identificaram vestígios da Idade do Bronze é o sítio do Monte Novo dos Albardeiros. Aí, nos derrubes da Estrutura 1, encontraram-se duas deposições atribuídas ao Bronze Antigo (Gonçalves, 1988-89: 57-8 e Fig. 12 e 13). Também em Reguengos se efectuaram achados desta época (Schubart, 1975, 2: Tafel 42, 450-3). No entanto, devemos sublinhar a completa ausência actual de outra informação fiável sobre a Idade do Bronze no concelho de Reguengos de Monsaraz.

2. AS CONDIÇÕES DO ACHADO

Em 1990, um tractorista, preparando pela primeira vez para sementeira de girassol um terreno cerca do Monte dos Cebolinhos, detectou

uma área de maior resistência à grade e que produzia, quando pisada, sons «a oco».

Quando os *Helianthus* cresceram, num solo de boa qualidade e em que as Compostas Tubuliforas se tinham desenvolvido excelentemente, via-se uma pequena clareira onde só algumas tinham medrado. Tal facto deveu-se, como veio a ser verificado, à existência, no local, de lages de xisto a escassa profundidade.

3. DESCRIÇÃO DO ESPÓLIO

Aparentemente, as estruturas destruídas constavam de duas «caixas» construídas com lages de xisto. Uma delas, conservaria ainda a tampa. Tivemos ainda oportunidade de observar uma das lages, provavelmente uma das longitudinais, cujas dimensões não ultrapassariam 1×0.6 m.

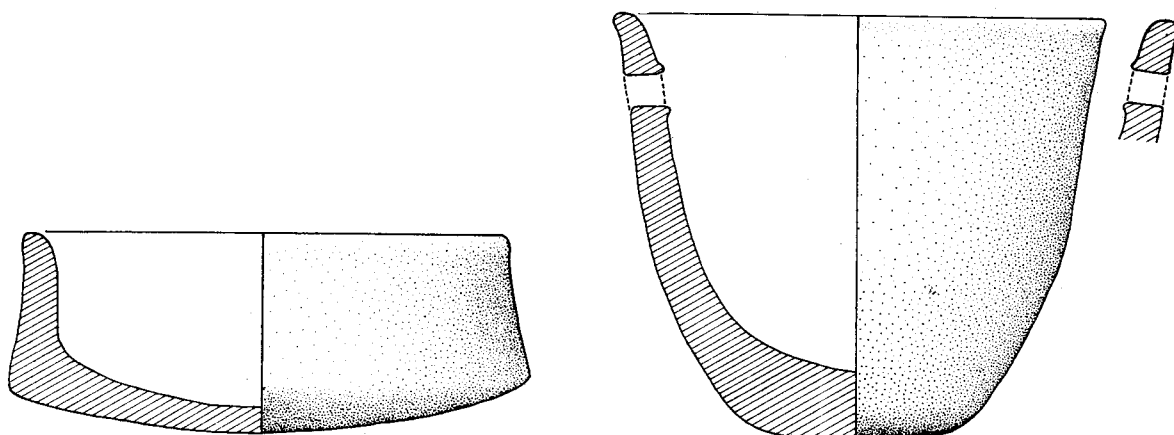


Fig. 1 — (à dir.) Taça tipo Atalaia; (à esq.) Tronco-cónico invertido (2:3).

Trabalhos subsequentes conduziram à desmontagem de duas cistas de xisto. A proprietária do terreno recolheu ossos humanos e dois recipientes cerâmicos. Na sequência da estima que sempre manifestou a um dos signatários (VSG), cedeu, para datação, os ossos que recolhera e confiou-nos, para estudo, as cerâmicas.

O Eng.º Monge Soares, infelizmente, confirmou o que temíamos: o elevado grau de desmineralização dos ossos inutilizava-os para datação ^{14}C . As cerâmicas foram tratadas e coladas, tendo a que se apresentava em pior estado de conservação sido confiada, para restauro, ao Museu Monográfico de Conimbriga.

Mais uma vez se regista a simpatia e compreensão da proprietária do terreno, que autorizou trabalhos arqueológicos (aliás, mais correctamente ainda: *solicitou a intervenção dos arqueólogos*) e evitou a completa destruição do sítio.

O espólio recolhido era constituído por:

1. alguns (poucos) ossos muito fragmentados e com aspecto branco polvorolento. Passando-se o dedo na sua superfície, ficava nele uma película branca semelhante a giz;
2. dois vasos cerâmicos, provenientes um de cada monumento.

Descrição das cerâmicas:

CBS-M1-1 — pequena taça tipo Atalaia constituída pela junção de um largo tronco de cone (parte superior) a um plano de fundo levemente convexo. Encontra-se fragmentada no bordo e apresenta, numa área da superfície externa de cerca de 4 cm^2 , um negativo irregular, resultante de um impacto muito oblíquo. O bordo só em certas áreas restritas surge como muito ligeiramente espessado na linha exterior, observando-se um vinco pouco profundo e descontinuo.

Pasta compacta; componentes não plásticos abundantes, regularmente distribuídos,

pequenos e médios, sendo visíveis quartzo e raros fragmentos de mica; superfície alisada no exterior e interior; cozedura oxidante, uniforme; cor dominante Munsell 5.YR6/4, bordo recto, diâmetro externo da boca: 9.6 ; diâmetro do fundo: 10.4; espessura no bordo: 0.6; espessura do fundo: ; altura total:

CBS-M2-1 — pequeno vaso troncocónico invertido, apresentando 1.2 cm abaixo do bordo duas perfurações em oposição. As perfurações foram feitas, em ambos casos, de fora para dentro.

O recipiente estava completo, mas muito fragmentado (11 fragmentos). Pasta compacta a semi-compacta, componentes não plásticos abundantes, irregularmente distribuídos, médios e grandes, sendo visíveis quartzo e mica, superfície grosseiramente alisada no exterior e rugosa no interior, cozedura redutora, cor dominante Munsell 2.5YR5/6, nas fracturas do fundo, bordo recto, diâmetro externo da boca: ; diâmetro do fundo aplanado: ; espessura no bordo: 0.6; espessura do fundo: 1.3 no centro a 1.8 na periferia; altura total:

4. INTEGRAÇÃO CULTURAL

Após a publicação da grande síntese de Schubart (1975), a escassez dos dados adquiridos não permitiu qualquer revisão significativa do esquema evolutivo então proposto. Criou-se, de algum modo, a sensação que o quadro podia ser completado, e sobretudo diversificado, mas nenhum elemento de terreno o permitiu realmente.

Os dois recipientes que publicamos constituem a única informação disponível sobre a necrópole do Monte dos Cebolinhos.

Tipologicamente, CBS-M2-1 aproxima-se de uma forma que Schubart coloca antes da fase I do Bronze do Sudoeste, associada ao polémico horizonte de Ferradeira, em relação ao qual um de nós elaborou recentemente um con-

junto de críticas genéricas e específicas (Gonçalves, 1989, 1: 77-81).

Para CBS-M1-1, encontram-se indesejáveis semelhanças no grupo das taças tipo Atalaia, pertencentes à Fase I da periodização de Schubart. No entanto, estes pequenos recipientes também não são estranhos em contexto dolmênico, sendo no mínimo interessante saber se nos encontramos perante uma forma supervivente do megalitismo alto alentejano ou de uma forma reinventada em contexto posterior a uma interrupção da sequência.

De qualquer forma, o conjunto parece referir-se ao que vimos chamando «Idade do Bronze do Sudoeste» e, dentro dela, a uma fase relativamente antiga, cuja colocação na primeira metade do 2.º milénio, em anos de calendário, não parece excessivamente arriscada.

Parece-nos assim que os dois monumentos do Monte dos Cebolinhos se integravam numa necrópole do Bronze do Sudoeste, muito provavelmente numa sua fase antiga.

Lisboa, Verão de 1991

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- GONÇALVES, Victor S. (1988/89) A ocupação pré-histórica do Monte Novo dos Albardeiros (Reguengos de Monsaraz), *Portugália Nova Série IX-X*, 47-60.
- GONÇALVES, Victor S. (1989) *Megalitismo e metalurgia no Alto Algarve Oriental*. 2 vols., Lisboa.
- LEISNER, Georg e Vera (1951) *As antas do concelho de Reguengos de Monsaraz*. Lisboa (reeditado em 1985 pela UNIARQ/INIC).
- SCHUBART, Hermanfried (1965) Atalaia: uma necrópole da Idade do Bronze no Baixo Alentejo, *Arquivo de Beja* 22, 7-136.
- SCHUBART, Hermanfried (1974) Novos achados sepulcrais do Bronze do Sudoeste II, *Actas das II Jornadas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, 2. Lisboa, 65-95.
- SCHUBART, Hermanfried (1975) *Die Kultur der Bronzezeit im Südwesten der Iberischen Halbinsel*, Berlin.
- SILVA, Carlos Tavares da, e Joaquina Soares (1981) *Pré-História da Área de Sines, trabalhos arqueológicos de 1972-77*. Lisboa.

A NECRÓPOLE GALAICO-ROMANA DE CORREDOURA (CAMPO, VALONGO)

José Marcelo S. Mendes Pinto

Em 1957, D. Domingos de Pinho Brandão promoveu a realização de um inquérito arqueológico à Diocese do Porto, levado a cabo no concelho de Valongo por J. Alves Dias e M. J. Alves de Oliveira (1).

Ao referirem a freguesia de S. Martinho do Campo, e decorrente de uma conversa "com um senhor da casa da Corredoura", noticiam o aparecimento a cerca de um metro de profundidade "de um quadrado de uns três palmos de lado, cavado na fraga e revestido interiormente por placas de lousa, contendo 2 cabaços de barro e uma chocolateira pequena também de barro, com restos de carvão e cinzas dentro".

A mesma pessoa contou ainda ter encontrado, ao abrir uma valeta a cerca de 50 metros do referido lugar, um "cabaço idêntico aos acima referidos, mas completamente isolado, sem qualquer quadrado de pedra, restando dos objectos encontrados apenas um bocado de um cabaço ainda com a cinza e um fragmento da chocolateira (2)".

A ideia de que poderíamos estar perante uma necrópole, utilizada pelos habitantes de um dos povoados ligados à exploração aurífera das serras

de St.ª Justa e Pias em época romana, ganhou forma quando soubemos da existência na Sociedade Portuguesa de Numismática, no Porto, de restos de duas bilhas e um prato com 5 moedas do séc. III, que tudo indicava provirem da mesma zona (3).

O lugar da Corredoura (Fig. 1) está localizado numa área xisto-argilosa sensivelmente plana, à cota dos 100 metros e vem referenciada na Carta Militar de Portugal, esc. 1:25.000, folha 123, com as seguintes coordenadas geográficas:

41°	10′	26,7"	Lat. N
8°	28′	2"	Long. W

O seu próprio nome e o topónimo Milharia a escassos 200 metros indiciam a passagem de uma via de tradição romana que viria de Alfena, passava em Lombelho, no Monte do Preto, daí a S. Bartolomeu — onde apareceu uma epígrafe dedicada a Alboco (4) — e, pelo Susão, vinha a Valongo seguindo no traçado de parte da actual estrada nacional para Vila Real (5), onde existiria um entroncamento: enquanto o troço principal se dirigia a Campo atravessando o Rio Ferreira na

(1) Inquérito Arqueológico da Diocese do Porto, concelho de Valongo-freguesia de S. Martinho do Campo, edição policopiada, 1957. Levantamento efectuado por João Alves Dias e Manuel Joaquim Alves de Oliveira, à data alunos do Seminário.

(2) Esta descrição coincide com os fragmentos de dois vasos cerâmicos expostos no Museu Municipal Dias de Oliveira em Valongo, sob os números de depósito 89-55 e 89-71, que se conservavam precisamente na dita Casa da Corredoura.

(3) Agradecemos esta informação ao Prof. Doutor Rui Centeno, que além de preciosa orientação, nos viabilizou junto da Direcção da Sociedade Portuguesa de Numismática o estudo das peças referidas. Estas peças foram oferecidas à S.P.N. pelo Arq. Carlos Fonseca a quem haviam sido, por sua vez, oferecidas pelo proprietário de uma casa em construção no lugar da Corredoura, a cerca de 30 metros do local onde tinham sido encontradas as outras sepulturas na década de 50. Apesar de serem imprecisas as condições do achado, soubemos pelo Arq. Carlos Fonseca que tinham sido encontradas na abertura dos respectivos alicerces.

(4) Esta epígrafe é apresentada por A. C. Ferreira da Silva, *A Cultura Castreja no Noroeste Peninsular*. Paços de Ferreira 1986, 232, e para quem significa uma entidade divina, de raiz pré-céltica, designando talvez o nome da serra em virtude do ouro aí explorado.

O contexto pré-romano desta inscrição revelaria que as minas da Serra de Valongo, já em exploração na época de Augusto, poderiam ter começado a ser exploradas anteriormente, "num enquadramento indígena.

(5) Cfr. C.A. Ferreira de Almeida, *As Vias Medievais de Entre-Douro-e-Minho*. Porto 1968.

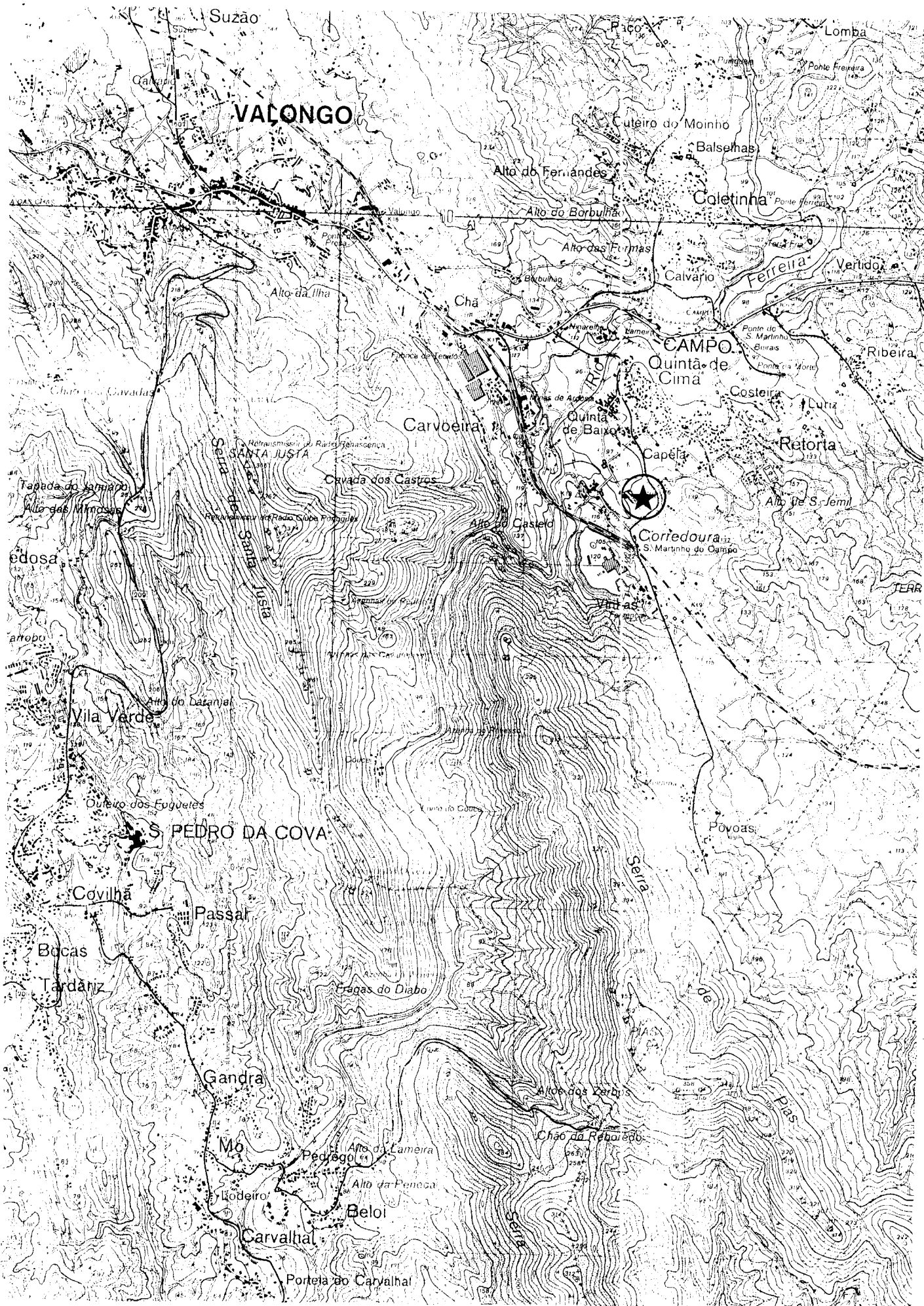


Fig. 1

ponte de Luriz ⁽⁶⁾, dirigindo-se a Gandra e daí a Penafiel e Entre-os-Rios, outro troço viria à Quintã, Capela e, pela Corredoura e Milharia, alcançava a serra de Pias dirigindo-se a Aguiar de Sousa.

Esta derivação estava provavelmente conotada com o escoamento do ouro extraído das explorações mineiras de Gondomar, Banjas, St^a. Justa e Pias, onde existem vestígios de povoados pré-romanos ocupando cabeços cuja escolha parece obedecer prioritariamente a necessidades estratégicas de defesa ⁽⁷⁾.

Com a ocupação romana e consequente aculturação, terão mudado os critérios de assentamento, daí o aparecimento de povoados abertos a cotas mais baixas. Tegulae, fragmentos de cerâmica comum e mós que encontrámos também em Campo, próximo à Corredoura, poderão indicar a existência de um povoado deste tipo em que a introdução de novas técnicas de exploração agrícola permite um melhor aproveitamento da área fértil que o circunda.

E pensamos que será com este povoado que se poderá relacionar a necrópole evidenciada pelo espólio que conhecemos referido a este lugar.

Levando em conta a descrição feita no Inquérito Arqueológico à Diocese do Porto, estaremos em presença de dois tipos de sepulturas de incineração: um, com sepulturas cavadas no afloramento, revestidas - e tapadas? - por placas de lousa, material típico e abundante na zona; o outro, com sepulturas abertas simplesmente na terra, menos cuidadas, não havendo ainda elementos que permitam distinguir com precisão momentos cronologicamente diferentes nos enterramentos, uma vez que estas diferenças tipológicas nos parece terem mais a ver com a expressão de desiguais condições económicas.

É que, se por um lado só a última das sepulturas referenciadas, aparentemente aberta na terra, revelou um espólio numismático capaz de permitir uma datação *ante quem*, por outro lado verificamos uma certa homogeneidade nos materiais cerâmicos exumados nestas sepulturas, de tipos morfológicos comuns em necrópoles tardias dos vales do Sousa e Tâmega ⁽⁸⁾.

BILHAS

— Almotolia fracturada, fig. 2.1

Almotolia de fundo ligeiramente côncavo pelo exterior, bojo levemente esvasado no arranque e envasado em seguida, pasta de cor rosada (Cailleux M70) ⁽⁹⁾, textura arenosa com algum desengordurante fino e micáceo de pequeno calibre e cerne acinzentado, com paralelos, entre outros, em Mózinho, Cruz, Lomba e Laboriz. Depósito: Museu Municipal Dias de Oliveira, Valongo. Número de inventário: 89-55

— Bilha fracturada, fig. 2.2

Fundo plano, bojo ovóide, pasta fina arenosa de cor rosada (Cailleux L 69) com pequenas manchas alaranjadas — vestígios de aguada? — (Cailleux N45). Depósito: Sociedade Portuguesa de Numismática, Porto.

— Bilha fracturada, fig. 2.3

Fundo ligeiramente côncavo, bojo ovóide, pasta fina arenosa de cor rosada (Cailleux M 67) com manchas alaranjadas — vestígios de aguada? — (Cailleux N45). Depósito: Sociedade Portuguesa de Numismática, Porto.

— Fundo de Copo, fig. 2.4

Fundo exterior ligeiramente côncavo e de convexidade interna muito acentuada, em pasta castanha avermelhada clara (Cailleux N 55), depurada, com pequenos grânulos de óxido de ferro, e paralelos em Mózinho, Cruz, Laboriz, etc. Depósito: Museu Municipal Dias de Oliveira, Valongo. Número de inventário: 89 - 71

⁽⁶⁾ Quando do levantamento do concelho de Valongo que realizamos em 1989, tendo em vista a elaboração da respectiva Carta Arqueológica, detectámos que esta ponte, apesar da sua clara reutilização medieval, possui um arco de descarga redondo de indiscutível tradição técnica romana, ainda com algumas pedras de aparelho almofadado e em nítido contraste com os seus dois outros arcos, apontados, esses sim de tradição medieval. Por isso, não hesitamos em apontar uma cronologia romana para esta ponte.

⁽⁷⁾ No Alto do Crasto, na serra de St^a. Justa, apareceram dois machados de talão com dois anéis, em bronze, tipo Montegudo 35 A, correspondentes à fase I A da periodização de A. C. Ferreira da Silva para a Cultura Castreja no Noroeste Peninsular. Encontram-se depositados no Museu de Etnologia e História do Porto e são descritos por Ruy de Serpa Pinto, Machados de Bronze do Museu Municipal do Porto, *Portucalae* 1929, 421.

Sobre a exploração mineira das Serras de Valongo, Gondomar e Banjas, cfr. Teresa Soeiro, Monte Mózinho. Apontamentos sobre a ocupação entre Sousa e Tâmega em Época Romana, *Penafiel-Boletim Municipal de Cultura* III Série 1 1984 e também J. Alarcão, *Roman Portugal*, vol. II, fasc. I n^o. 1/ 454.

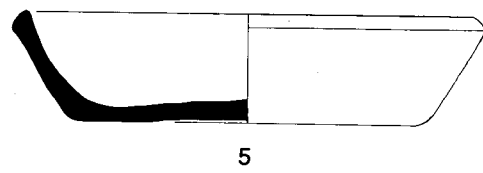
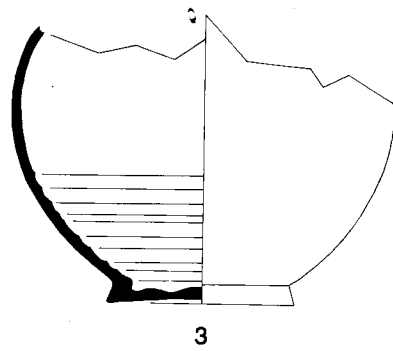
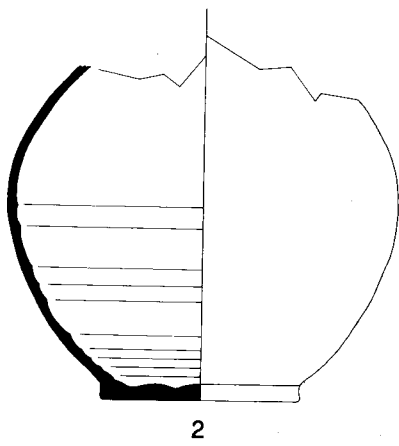
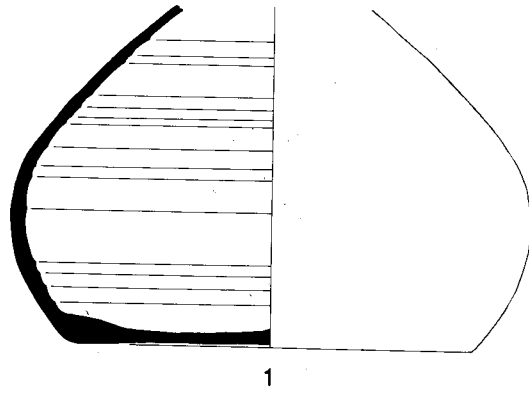
⁽⁸⁾ Cfr. Teresa Soeiro, Monte Mózinho. Apontamentos sobre a ocupação entre Sousa e Tâmega em época Romana, *Penafiel - Boletim Municipal de Cultura* III Série 1 1984.

Idem, Contribuição para o Inventário Arqueológico do Concelho de Paredes, *Portugália* n.s. IX-X 1988/89, 109 - 110

José Fortes, Necrópole Lusitano-Romana da Lomba (Amarante), *Portugália* II 1905-1908, 252-262.

Adriana M. G. Jorge do Amaral, Necrópole Galaico-Romana de Laboriz (Amarante), *Portugália* n.s. IX -X 1988/89, 111-114.

⁽⁹⁾ A. Cailleux, *Code des couleurs des sols*, Paris, s/d



Esc. 1:3

Fig. 2

— Prato, Fig. 2.5

Fundo exterior ligeiramente côncavo, de pasta grosseira cor castanha clara (Cailleux M71) e bordo ligeiramente esvasado. O seu tipo é uma das habituais variantes do prato de lume ou frigideira, apresentando, aliás, as superfícies interiores e exteriores cobertas de fuligem. Depósito: Sociedade Portuguesa de Numismática, Porto.

Associado ao prato e às duas bilhas fracturadas, apareceu ainda um conjunto de 5 moedas que apresenta também uma certa homogeneidade. Duas delas, com o anverso totalmente ilegível, podem ser atribuídas quer ao reinado de Gallienus quer, mais provavelmente, ao de Claudius II, o que lhes daria uma cronologia

balizada, em atenção à primeira hipótese, pelos anos 260 a 270 D.C.

Outras duas são do reinado de Claudius II, datáveis entre 269 e 270 D.C., e a restante do reinado de Tetricus, possivelmente dos finais de 273 D.C.

Além de uma deterioração normal, fruto das condições de jazida, estas moedas mostram sinais evidentes do desgaste produzido por uma circulação intensa e permitem, portanto, situar um momento de enterramento nesta necrópole em finais do último quartel do século III.

Há a notar ainda o facto do aparecimento deste conjunto ocorrer na mesma sepultura, o que parece denunciar já uma alteração no ritual funerário romano⁽¹⁰⁾.

CATÁLOGO DAS MOEDAS⁽¹¹⁾

GALLIENUS ou CLAUDIUS II

Roma, 260 - 270

1. Ant., 5F ou 3FK	VICTORIA AVG	1,4	RIC 298 ou 104
2. Ant., 5F ou 3K ou 3 AFK	FELICT ou FELICITAS AVG	1,7	RIC 186 ou 190 ou 32

CLAUDIUS II

Roma, emissão II, 269

3. Ant., 3F	PROVIDENT AVG	1,4	RIC 91; NORMANBY 705
-------------	---------------	-----	-------------------------

Imitação

4. Ant., K	CONSECRATIO	1,1	RIC 261
------------	-------------	-----	---------

TETRICUS I

Gália, Casa da Moeda I, emissão Va, finais 273?

5. Ant., busto C	VIRTVS AVG	2,2	RIC 148 ; ELMER 780; NORMANBY 1485
------------------	------------	-----	---------------------------------------

⁽¹⁰⁾ Cfr. Rui M. S. Centeno, Um Conjunto de Moedas Romanas de Valinho (Bostelo, Amarante) : Tesouro ou Depósito Funerário?, *Entremuros* 1 1990, 23 nota 13, que, baseado no estudo que desenvolve sobre a necrópole de Montes Novos (Croca, Penafiel), verifica a substituição do óbulo a Caronte pela deposição num ou mais contentores de um número variável de moedas — que por vezes aparecem espalhadas soltas pela sepultura mas sem nunca ultrapassar os 100 exemplares —, aventando a hipótese desta modificação estar relacionada com a “generalização da inumação e gradual abandono da incineração”.

⁽¹¹⁾ Utilizámos, para os aversos, os códigos, legendas e efigies adoptadas em RIC, transcrevendo apenas as legendas dos reversos.

O peso itálico identifica as moedas fragmentadas.

ABREVIATURAS BIBLIOGRÁFICAS:

ELMER = G. Elmer, Die Münzprägung der gallischen Kaiser in Köln Trier und Mailand, *Bonner Jahrbücher* 146 1941, 1-106.

NORMANBY = R. Bland and A. Burnett, Normanby, Lincolnshire, *The Normanby Hoard and Other Roman Coins Hoards*. London 1988.

RIC = H. Mattingly, E. A. Sydenham et alli, *The Roman Imperial Coinage*, Vol. V (part I e II) . London 1926.

SEPULTURA ALTO-MEDIEVAL DO POÇO DO MARRA (COUTADA DOS PINHEIROS, MOURÃO)

*Teresa Matos Fernandes
Rui Parreira **

1 — *Antecedentes*

Em Outubro de 1987, quando se procedia à lavra de um terreno na Coutada dos Pinheiros, num local conhecido por Poço do Marra, apareceram lajes da tampa de uma sepultura antiga, que foi então descoberta e parcialmente destruída por violação. Desde a vila sede do Concelho, Mourão, no Distrito de Évora, alcança-se a antiga necrópole percorrendo o caminho que sai para les-nordeste, cruzando a barragem e, terminado o piso alcatroado, seguindo pelo estradão em frente. O sítio, em suave pendente virada a leste, sobre a Ribeira de Cuncos, localiza-se a poucas centenas de metros da fronteira espanhola e a cerca de 6 km de Mourão. Com um subsolo de xistos e grauvaques intercalados, do Devónico (v. Carta Geológica de Portugal na escala 1:50000, fl. 41-C, Mourão, Serviços Geológicos de Portugal, 1980; Perdigão 1980) o sítio tem as coordenadas Gauss M=274,6/P=159,9 (valores obtidos a partir da Carta Militar de Portugal na escala 1:25000, fl. 48, Mourão, Serviços Cartográficos do Exército 1968). Os terrenos, de média aptidão agrícola, são hoje utilizados no cultivo de cereais, com algumas manchas de montado, e regularmente atravessados por varas de porcos. O isolamento do local é relativo, realçado pela posição raiana: tão-só escassas dezenas de metros para leste das ruínas de um antigo monte, dali se avistam, para ocidente, os burgos medievos de Mourão e Monsaraz e, a sul, uma antiga atalaia coroa um cabeço próximo.

A notícia do achado foi comunicada à Câmara Municipal de Mourão, que a transmitiu ao Serviço Regional de Arqueologia do Sul através de Francisco Serpa, colaborador de Serviço.

2 — *Escavação e evidências registadas*

Realizada a pedido da Autarquia entre 27 e 30 de Outubro de 1987 e dirigida por Teresa Matos Fernandes e Rui Parreira, a escavação de emergência contou com a colaboração do técnico auxiliar de arqueologia Francisco Serpa, do fotógrafo Manuel Ribeiro e de um grupo de jovens de Mourão, enquadrados no programa OTJ. Os trabalhos — escavação de uma área de 3,5 m x 4 m em torno da descoberta, completada por uma prospecção intensiva do terreno circundante e por uma outra sondagem, imediatamente ao sul, onde não se assinalaram quaisquer outras evidências — permitiram reconhecer ainda uma sepultura com orientação nascente-poente. Perto, jaziam as lajes de xisto da primitiva cobertura, que o arado e a enxada haviam já removido. Quatro outras lajes de xisto, de talhe regular, tanchadas em cutelo e travadas por pequenas pedras, formavam os lados da caixa, trapezoidal, com larguras de 0,51 m no topo da cabeceira e de 0,41 m aos pés e um comprimento máximo de 1,85 m. O fundo era forrado por uma laje colocada horizontalmente, com um orifício na zona central. Pelo exterior, no lado norte e no topo ocidental, algumas lajetas amparavam horizontalmente a, já removida, cobertura.

* IPPC, Direcção Regional de Évora, Divisão de Arqueologia, Rua de Burgos, 5, P-7000 ÉVORA.

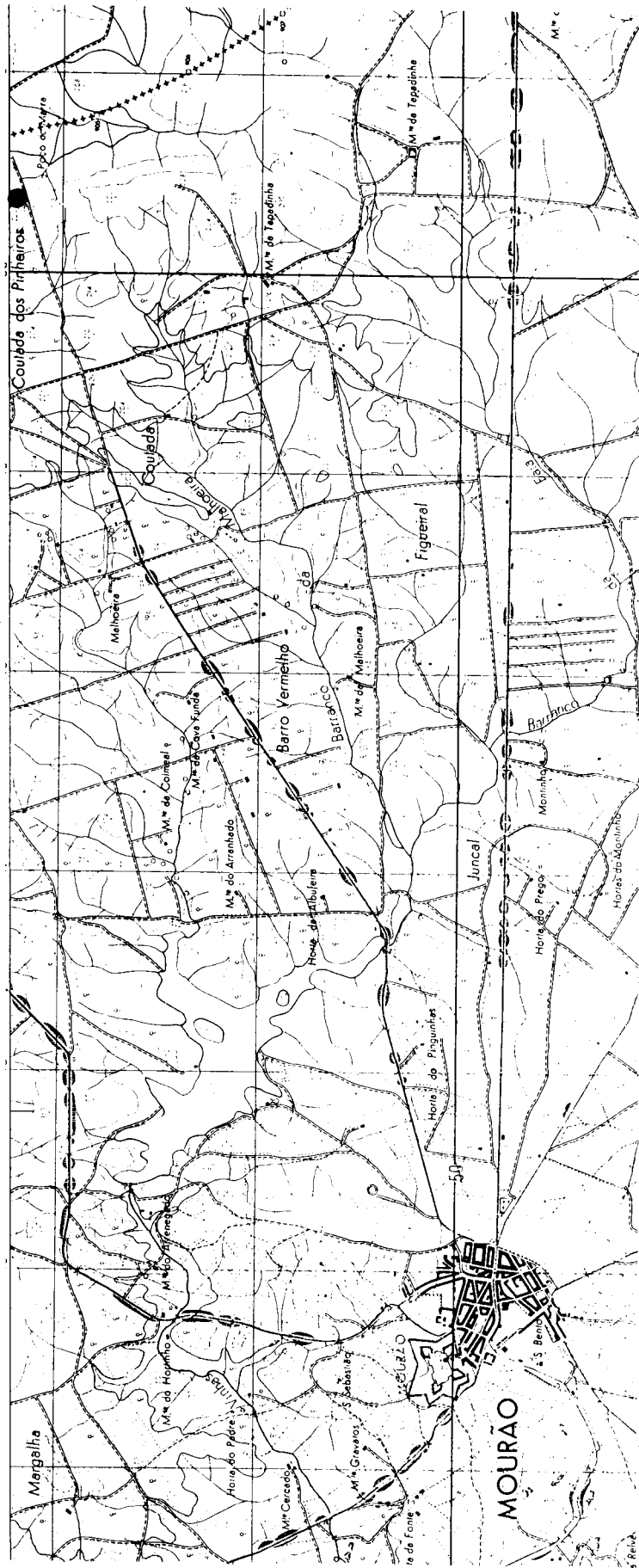


Fig. 1 — Localização da sepultura do Poço do Marra num extracto da Carta Militar de Portugal na escala 1:25 000, fl. 48, Mourão, Serviços Cartográficos do Exército 1968.

Aquilo que restava do conteúdo desta sepultura — uma terra barrenta — embalava ainda muitos fragmentos de xisto, provavelmente originários da tampa, algumas esquirolas do esqueleto ali inumado (que se recolheram embora não permitam algum tipo de estudo ou análise) e, junto ao canto nordeste e perto do fundo da sepultura, seis fragmentos, dois deles ajustáveis, de um jarro de perfil sinuoso, cuja altura total e formas da base e da boca não é possível determinar. O desenho permitiu ainda reconstituir parte da forma, com colo de 21 mm de diâmetro mínimo externo e com bojo de 91 mm de diâmetro máximo externo. A pasta, de cor amarela avermelhada (Munsell 7.5YR 6/6 e, na zona interna (por efeito redutor durante a cozedura) de cor cinzenta acastanhada clara (Munsell 10YR 6/2), mostra textura compacta e apresenta elementos não plásticos escassos, constituídos por finos grãos de quartzo e raras micas, e também por pedacinhos grosseiros de cerâmica moída e raros feldspatos. A superfície externa não se conservou mas interiormente observa-se ainda um pouco da superfície, rugosa e marcada pelas estrias largas do torno, com cor rosada (Munsell 7.5YR 7/4).

3 — Estudo comparado

A forma da sepultura do Poço do Marra pode aproximar-se de algumas cistas trapezoidais do sul

de Portugal. Uma delas documentou-se em Odemira, integrada num conjunto mais vasto de sepulturas, semelhantes mas não documentadas (v. Schubart 1971: 15). Além de objectos de pedra, continha um machado plano de cobre e uma ponta do tipo Palmela, que permitem a inumação ao Calcolítico final do Sudoeste, também designado por «Horizonte de Ferradeira» (Schubart 1971), e inseri-la numa tradição de cistas grandes (Schubart 1971: 19) formalmente muito diferentes da sepultura do Poço de Marra e a que pertencem, por exemplo, exemplares descobertos nas necrópoles das Caldas de Monchique (Leisner 1959: est. 45-46), datáveis do Neolítico à Idade do Bronze, e a sepultura de Lousal 2 (Leisner 1959, est. 44), com vasos atribuíveis ao Calcolítico final (Schubart 1971: 18).

Mais próxima pelas dimensões e espessura das lajes é todavia a cista dos Álamos (Leisner 1965: 150) (¹), para a qual não existe datação por nunca ter sido escavada.

Porém, o vaso recolhido na sepultura do Poço do Marra configura aqueles recipientes que Fernández Gómez et al. (1987) designam de forma 1, podendo eventualmente ser atribuído à sua variante 1.1. Vasos análogos são comuns entre o espólio de necrópoles alto-medievais do Sul da Península Ibérica (v. p. ex. Caballero & Ulbert 1975) e têm sido datados entre os séculos V e VIII da nossa Era, balizas cronológicas onde caberá a construção da sepultura aqui apresentada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CABALLERO ZOREDA, L. & ULBERT, Th. 1975 — *La Basílica Paleocristiana de Casa Herrera en las Cercanías de Mérida (Badajoz)*. (EAE 89), Madrid.
- FERNÁNDEZ GÓMEZ, F. et al. [SIERRA FERNÁNDEZ, J. Alonso de la; LASSO DE LA VEGA, M.ª Gracia] 1987 — *La Basílica y Necrópolis Paleocristianas de Gerena (Sevilla)*, *NAH*, 103-199.
- LEISNER, G. & V. 1959 — *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel: Der Westen, 2*. (Madrider Forschungen 1/2), Berlin.
- LEISNER, V. 1965 — *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel: Der Westen, 3*. (Madrider Forschungen 1/3), Berlin.
- PERDIGÃO, J. C. 1980 — *Carta Geológica de Portugal na escala 1/50000: Notícia Explicativa da Folha 41-C, Mourão*. Lisboa.
- SCHUBART, H. 1971 — O Horizonte de Ferradeira: Sepulturas do Eneolítico final no Sudoeste da Península Ibérica, *RG* 81 (sep., 29 p., 15 fig.).

(¹) Ali atribuída ao Concelho de Odemira mas que se situa no Concelho de Ourique, coordenadas Gauss M = 147,7/P = 83,1. Amável informação de Virgílio Hipólito Correia, que observou e documentou o monumento no âmbito dos trabalhos de prospecção e inventário do projecto «Parque Arqueológico da Cola».

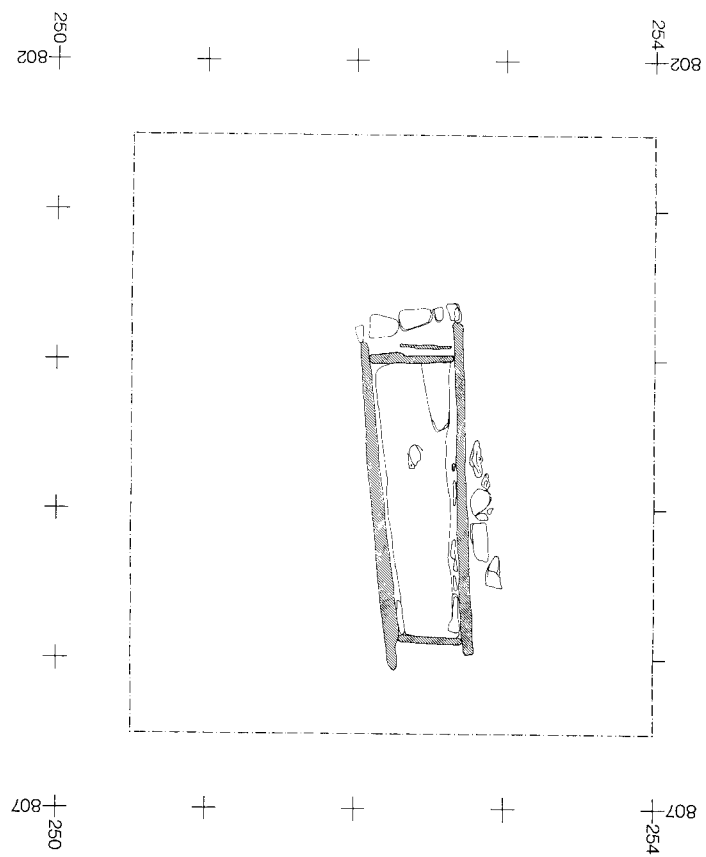


Fig. 2 — Planta da sepultura do Poço do Marra, na escala 1:50 (desenho IPPC.DRE / tintagem de M.ª José Biléu).

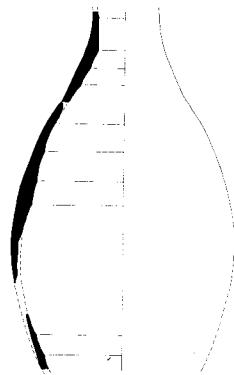
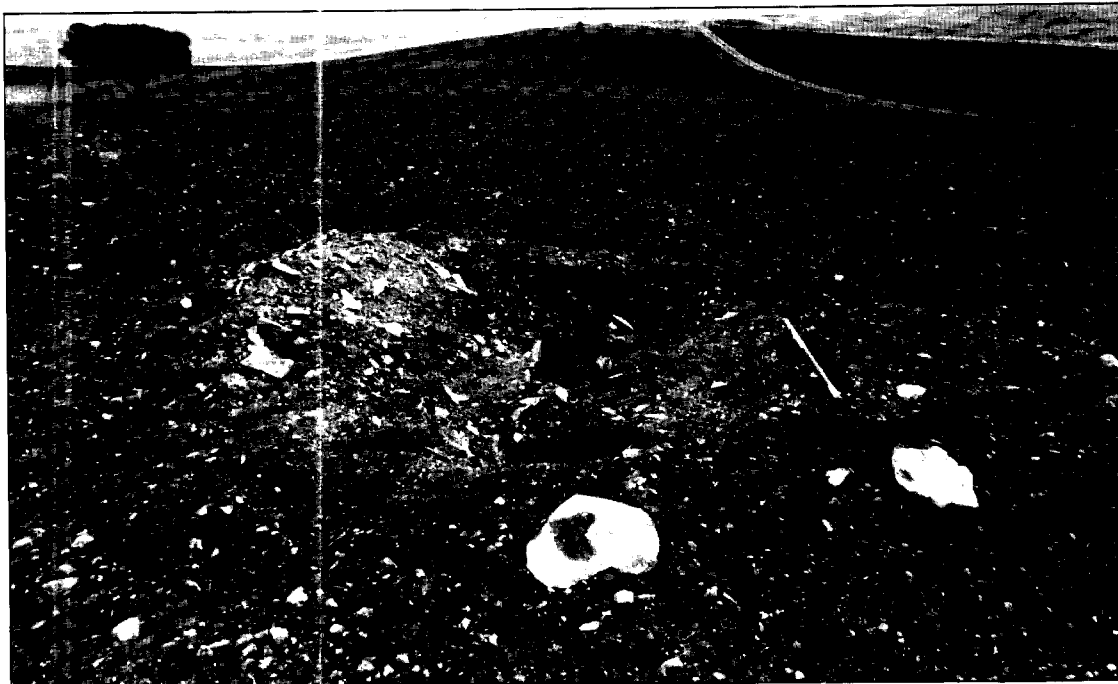


Fig. 3 — Vaso recolhido na sepultura do Poço do Marra, na escala 1:3 (desenho IPPC.DRE / Carolina Páscoa).



1 — Aspecto da sepultura do Poço do Marra no início da intervenção arqueológica (87/10/27, fotografia IPPC.DRE / M. Ribeiro).



2 — Aspecto da sepultura do Poço do Marra no final da escavação arqueológica (87/10/30, fotografia IPPC.DRE / M. Ribeiro).

GUIA PARA A APRESENTAÇÃO DE ORIGINAIS

1. Os originais serão apresentados dactilografados em folhas do tamanho A4, a dois espaços e com uma margem esquerda de pelo menos 3 cm. O IAFLUP agradece a todos os Autores que utilizam computador para processamento de texto, o envio dos seus trabalhos em *diskette*.
2. As referências bibliográficas devem seguir as normas adoptadas pela revista *PORTVGALIA* e utilizar as **abreviaturas** em baixo listadas. Dispensa-se a indicação do editor, nos livros, e do lugar de edição, nas revistas.
Exemplo de citação de um livro:
C. A. Brochado de Almeida, *Proto-história e romanização da bacia inferior do Lima*. (Estudos Regionais, n.º especial 7/8), Viana do Castelo 1990.
Exemplos de citações de artigos de revista, actas de congresso ou outra colectânea:
V. O. Jorge, Arqueologia social dos sepulcros megalíticos atlânticos: conhecimentos e perspectivas actuais, *RFLUPH* 6 1989, 365-443.
M. J. Sanches e B. C. T. O. Santos, Levantamento arqueológico do concelho de Mirandela, *Portvgalia Nova Série*, VIII 1987, 17-56.
M. Barroca, Ferrarias medievais do Norte de Portugal, *TAE* XXVIII(3-4) 1988, 211-41.
C. A. Ferreira de Almeida, O Castrejo sob o domínio romano: a sua transformação, *Estudos de Cultura Castrexa e Historia Antiga de Galicia*. Compostela 1983, 187-98.
3. As ilustrações a traço (desenhos, planos, mapas,...) serão designadas de *Fig.*, seguidas da respectiva numeração em árabe; a partir do vol. XI, as figuras passam a entrar no texto. As fotografias serão organizadas em estampas também numeradas em árabe que aparecerão a seguir ao texto; quando uma estampa tem duas ou mais fotos, estas devem ter uma numeração própria também em caracteres árabes (v. g., a foto 3 da estampa 5 será referenciada como Est. 5.3).
4. Aconselha-se os Autores a conservar uma cópia de todos os originais enviados, uma vez que o IAFLUP não se compromete na sua devolução.
5. O IAFLUP oferece 25 separatas e um exemplar do número correspondente da *Portvgalia* por cada original publicado na revista.
6. Para todos os assuntos relacionados com a preparação e envio de originais contactar o coordenador da revista.

ABREVIATURAS

AEA	<i>Archivo Español de Arqueología</i> , Madrid
AP	<i>O Archeologo Português/O Arqueólogo Português</i> , Lisboa
BAR	série <i>British Archaeological Reports</i>
BAu	<i>Boletín Auriense</i> , Orense
BSAA	<i>Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología</i> , Valhadolide
CA	<i>Cadernos de Arqueologia</i> , série II, Braga
CEG	<i>Cadernos de Estudios Gallegos</i> , Santiago de Compostela
CIL	<i>Corpus Inscriptionum Latinarum</i> , Berlin 1863 —
CPA	<i>Cadernos de Prehistoria y Arqueología</i> , Madrid
CPUG	<i>Cadernos de Prehistoria de la Universidad de Granada</i> , Granada
EAA	<i>Estudios de Arqueología Alavesa</i> , Vitória
EAE	série <i>Excavaciones Arqueológicas en España</i>
HA	<i>Huelva Arqueológica</i> , Huelva
MCV	<i>Mélanges de la Casa de Velázquez</i> , Madrid
MM	<i>Madrider Mitteilungen</i> , Madrid
MP	<i>El Museo de Pontevedra</i> , Pontevedra
NAH	<i>Noticiário Arqueológico Hispánico</i> , Madrid
RFLUPH	<i>Revista da Faculdade de Letras</i> , série de História, Porto
RG	<i>Revista de Guimarães</i> , Guimarães
RIC	H. Mattingly, E. A. Sydenham e outros, <i>The Roman Imperial Coinage</i> , Londres 1923 —
RRC	M. H. Crawford, <i>The Roman Republican Coinage</i> , Cambridge 1974
SA	<i>Setúbal Arqueológica</i> , Setúbal
TAE	<i>Trabalhos de Antropologia e Etnologia</i> , Porto
TP	<i>Trabajos de Prehistoria</i> , Madrid